



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

**NUCLEO  
DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
SOBRE A MULHER**

**CARLA CHRISTINA PASSOS**

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA CASERNA:  
SIGNIFICADOS DOS SUJEITOS MILITARES NO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Salvador - BA  
2013

**CARLA CHRISTINA PASSOS**

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA CASERNA:  
SIGNIFICADOS DOS SUJEITOS MILITARES NO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero, e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Mulheres, Gênero e Feminismo.

Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras

Co-Orientadora: Profa. Dra. Márcia Santana Tavares

Salvador - BA  
2013

---

P289      Passos, Carla Christina  
            Relações de gênero na caserna: significados dos sujeitos militares no  
            Exército Brasileiro / Carla Christina Passos. – Salvador, 2013.  
            220folhas

            Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Brandão de Aras.  
            Co-Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Márcia Santana Tavares.  
            Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
            Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

            1. Mulheres militares. 2. Mulheres – Exército – Brasil. 3. Forças Armadas do  
            Brasil. 4. Relação homem-mulher – Exército – Brasil. I. Aras, Lina Maria Brandão  
            de. II. Tavares, Márcia Santana. III. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
            Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 305.42

---

TERMO DE APROVAÇÃO

CARLA CHRISTINA PASSOS

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA CASERNA:  
SIGNIFICADOS DOS SUJEITOS MILITARES NO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Programa de Pós-Graduação do PPGNEIM da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Salvador , 26 de agosto de 2013.

---

Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras (Orientadora) – UFBA

---

Profa. Dra. Marcia Santana Tavares (Coorientadora) – UFBA

---

Prof. Dr. Celso Correa Pinto de Castro- FGV

---

Profa. Dra. Rosimere Moreira- Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Dra. Iole Macedo Vanin- UFBA

*War is messy, but until recently it has rarely been told that way.*

*Men have always turned their messy war experiences into coherent stories, poems, memoirs, and even official records. The dichotomies of the War Story organize the confusion so that aggression is not confused with defense, civilian and combatant, home with front, women's work with men's work.*

(Miriam Cooke, 1996)

*À Deus e aos espíritos de luz por me conceder paz, fé e perseverança para não perder o caminho,*

*Aos meus pais Carlos e Marilza pelo amor incondicional, aos meus filhos Pedro Hugo e Anna Beatriz por me fazer lembrar todos os dias que sou mãe, Andrea minha parceira doméstica pelo apoio, minhas tias Marilda e Jane pelo carinho e o afeto dedicado e a meu companheiro Marcos pelo conforto nos dias de angústia e medo.*

## AGRADECIMENTOS

São tantos e todos especiais...

Ao Exército Brasileiro, por ter me recebido em seu seio fraterno e por me fazer sentir orgulho em pertencer a essa Força Armada.

À minhas professoras, Dra. Lina Maria Brandão de Aras e Dra. Márcia Santana Tavares, orientadora e co-orientadora, respectivamente, pela intervenção segura e atenciosa.

À Profa. Dra. Ana Alice Alcântara Costa, por ensinar a me apaixonar, estudar e a traçar meus estudos na linha de pesquisa sobre gênero, mulher e feminismo,

Aos professores participantes da banca, Prof Dr Celso Castro e Profa. Dra. Rosimeri Moreira pela disponibilidade em aceitar participar desta banca examinadora,

À revisora Vanda Bastos pelo carinho e o conhecimento necessário para a etapa de finalização da presente tese,

Ao Núcleo de Pós-Graduação sobre Mulheres, Gênero e Feminino (NEIM), da Universidade Federal da Bahia, pelo apoio e simpatia dos professores, durante o curso, e dos alunos e companheiros de atividades letivas.

Aos meus Comandantes, pela liberação e apoio durante a realização do curso e a finalização da tese.

A todos aqueles, mulheres e homens, que entrevistei, pela confiança em prestarem seus depoimentos e pela generosidade em dispor de seu tempo para a pesquisa.

Meu singelo agradecimento a meus familiares e amigos, por possibilitarem uma experiência enriquecedora para o meu crescimento espiritual, profissional e humano.

## RESUMO

A presente pesquisa trata da incorporação de oficiais, homens e mulheres militares de carreira, não combatentes no Exército Brasileiro, instruídos e treinados juntos em estabelecimentos de ensino de formação militar. A questão norteadora do trabalho sobre as relações de gênero na caserna teve o intuito de analisar a articulação que envolve o sistema de ensino e compõe as estruturas de formação militar e a realidade social que amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, permitindo a absorção das mulheres na Força Terrestre. Em nossa investigação, a proposta foi discutir e buscar, na dialética das interações sociais das relações de gênero, as subjetividades que se desenvolvem em um ambiente de trabalho específico: a caserna. Assim, compreendemos que, ao restringir o ponto de vista entre o feminino e o masculino em sua “essência” de natureza humana/anátomo-fisiológica, e na constituição de atitudes e comportamentos sociais determinados pela biologia de seus corpos, admitimos encobrir uma série de representações e possibilidades de participação das mulheres no Exército Brasileiro dentro dos quadros e serviços, fora da linha de ensino bélica na vida castrense. Além disto, ao favorecer as discussões das relações de poder ali constituídas, oferecemos a oportunidade de dar foco a questões relevantes para repensar os sujeitos não como representações engessadas, porém, para tornar manifesto o conteúdo das práticas do feminino e do masculino que reelaboram o cotidiano do ambiente militar em seu saber e fazer.

**Palavras-chave:** Mulheres militares, Exército Brasileiro, relações de gênero.

## ABSTRACT

This research deals with the incorporation of men and women soldiers, non-combatants, the Brazilian Army, educated and trained together in schools of military education. The guiding question of work on gender relations in the barracks was designed to examine the relationship involving the education system and the structures composed of military training and social reality that expands the possibilities of entering the labor market, allowed the absorption of women in Ground Force. In our research, the proposal was to discuss and seek the dialectics of social interactions between men and women military, representations and subjectivities that develop in a particular work environment: the barracks. Thus, we understand that by restricting the view between the feminine and masculine in its “essence” of human nature/anatomic-physiologic, and the constitution of social attitudes and behavior determined by the biology of their bodies admitted covering up a series of representations and possibilities of women's participation in the Brazilian Army and services within the frames out of line teaching war in military life. Furthermore, by fostering discussions of power relations established there, offering the opportunity to focus on issues relevant to rethink the subject not as representations plastered, but make manifest content of the practices of female and male rework the everyday environment military in their knowledge and practice.

**Key-words:** Military Women, Brazilian Army, gender relations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 Distribuição de oficiais de carreira por linhas de ensino .....	54
Gráfico 2 Efetivo de Mulheres Militares de Carreira formadas em turmas mistas no Exército Brasileiro (1992-2012) .....	60
Gráfico 3 Homens e Mulheres militares formados em turmas mistas na Escola de Saúde do Exército (1997-2012) .....	61
Figura 1 Teoria dos fatores que influenciam a participação militar das mulheres .....	148
Figura 2 Fluxo de carreira das praças no Exército Brasileiro .....	159

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 Acesso aos postos hierárquicos em escolas de formação militar no Exército Brasileiro, segundo Quadro, Arma ou Serviço .....	57
Quadro 2 Seção de Ensino/5 – CFO/QC–Enfermagem/1992 .....	87
Quadro 3 Escolas militares com corpos mistos e ascensão aos postos hierárquicos .....	146
Quadro 4 Origem do Efetivo das Turmas Formadas no CFO/QC da EsFCEX no período de 1990 a 2011 .....	157

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 População economicamente ativa no Brasil – 2001-2009 .....	105
---	-----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABED	Associação Brasileira de Estudos de Defesa
ACADEPOL	Academia de Polícia Civil da Bahia
ACISO	Ações Cívico-Sociais
AFA	Academia da Força Aérea
AMAN	Academia Militar de Agulhas Negras
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
BEMFAM	Sociedade Civil para o Bem-estar da Família
CA	Corpo de Alunos
CAFRM	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha
CAM	Certificado de Alistamento Militar
CBFM	Curso Básico de Formação Militar
CDI	Certificado de Dispensa de Incorporação
CF/88	Constituição Federal de 1988
CFE	Curso de Formação Específica
CFG	Curso de Formação e Graduação
CFM	Cursos de Formação Militar
CFO	Cursos de Formação de Oficiais
CFOInt	Curso de Formação de Oficiais de Intendência
CG	Curso de Graduação
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CR	Certificado de Reservista
CRFA	Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica
CS	Comissão de Seleção
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CWAC	<i>Canadian Women's Army Corps</i>
CWAAF	<i>Canadian Women's Auxiliary Air Force</i>
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia
DEP	Departamento de Ensino e Pesquisa
DESMil	Diretoria de Ensino Militar Superior
DGP	Departamento Geral do Pessoal
DIU	Dispositivo Intrauterino

DPKO	Departamento de Operações de Manutenção de Paz
DSau	Diretoria de Saúde
EAD	Ensino à Distância
EAS	Estágio de Adaptação e Serviço
EB	Exército Brasileiro
EBST	Estágio Básico de Sargento Técnico Temporário
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
ENABED	Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa/2007
ESA/EsSA	Escola de Sargentos das Armas
EsAEx	Escola de Administração do Exército
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsFCEX	Escola de Formação Complementar do Exército
EsIE	Escola de Instrução Especializada
EsPCEX	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
EsSEX	Escola de Saúde do Exército
EST	Estágio de Serviço Técnico
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FFAA	Forças Armadas
FFL	Forças Livres Francesas
FN	Fuzileiro Naval
HCE	Hospital Central do Exército
HGeS	Hospital Geral de Salvador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IME	Instituto Militar de Engenharia
IPPF	International Planned Parenthood Federation
IR	Instruções Reguladoras
JSM	Junta de Serviço Militar
MFDV	Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
NPGA	Núcleo de Pós-graduação em Administração
NPOR	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
OM	Organização Militar

ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTT	Oficial Técnico Temporário
PC	Polícia Civil
PEA	População Economicamente Ativa
PI	Projeto Interdisciplinar
PM	Polícia Militar
PNR	Próprios Nacionais Residenciais
PPGNEIM	Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Gênero e Feminismo
ProcapSau	Programa de Capacitação e Atualização Profissional dos Militares de Saúde
QC	Quadro Complementar
QCO	Quadro Complementar de Oficiais
QCP	Quadro de Cargos Previstos
QEM	Quadro de Engenheiros Militares
QFOR	Quadro Feminino de Oficiais da Reserva
QODENT	Quadros de Oficiais Dentistas
QOFARM	Quadro de Oficiais Farmacêuticos
QOMED	Quadros de Oficiais Médicos
QTS	Quadro de Trabalho Semanal
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
RISG	Regulamento Interno e dos Serviços Gerais
RSCN	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
RUE	Regulamento de Uniformes do Exército
SCN	Conselho de Segurança das Nações Unidas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para População
Uni-Rio	Universidade do Rio de Janeiro
WAAC	<i>Women Auxiliary Army Corps</i>
WASP	<i>Women's Airforce Service Pilots</i>
WAVES	<i>Women's Accepted for Voluntary Emergency Service</i>
WRCN	<i>Women's Royal Canadian Naval Service</i>
WRN	<i>Women Royal Navy</i>

## ALFABETO FONÉTICO INTERNACIONAL

A – Alfa	E – Echo	I – India	N – November	R – Romeo	V – Victor	Z – Zulu
B – Bravo	F – Fox	J – Juliet	O – Oscar	S – Sierra	W – Whiskey	
C – Charlie	G – Golf	K – Kilo	P – Papa	T – Tango	X – X-Ray	
D – Delta	H – Hotel	M – Mike	Q – Quebec	U – Uniform	Y – Yankee	

## POSTOS E GRADUAÇÕES

<b>Oficiais Gerais</b>	<b>Oficiais Superiores</b>	<b>Oficial Intermediário</b>	<b>Oficial Subalterno</b>	<b>Praças</b>
General de Exército	Coronel	Capitão	1º Tenente	Subtenente
General de Divisão	Tenente-Coronel	–	2º Tenente	1º sargento
General de Brigada	Major	–	Aspirante-a-oficial	2º sargento
–	–	–	–	3º sargento
–	–	–	–	cabo
–	–	–	–	soldado

## REGIÕES MILITARES:

1º RM/Região Marechal Hermes da Fonseca: Rio de Janeiro e Espírito Santo

2º RM/Região das Bandeiras: São Paulo

3º RM/Região Dom Diogo de Souza: Rio Grande do Sul

4º RM/Região Minas do Ouro: Minas Gerais, exceto o Triângulo Mineiro

5º RM/Região Heróis da Lapa: Curitiba

6º RM/Região Marechal Cantuária: Bahia e Sergipe

7º RM/Região Matias de Albuquerque: Recife, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte

8º RM: Tocantins, Imperatriz e Amapá

9º RM/ Região Mello e Cáceres: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e município de Aragarças, estado de Goiás

10º RM/ Região Martim Soares Moreno: Fortaleza, Piauí e Maranhão

11º RM/Região Tenente-Coronel Luiz Cruls: Brasília e Goiás

12º RM/ Região Mendonça Furtado: Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
DA TURMA MARIA QUITÉRIA À TURMA MAJOR ELZA CANSANÇÃO (1992-2012): UMA METODOLOGIA DE TRABALHO .....	23
<b>1 O REORDENAMENTO DOS <i>CORPUS CIVILE PARA CORPUS MILITARE</i></b> .....	33
1.1 A ORGANIZAÇÃO DOS EXÉRCITOS PERMANENTES .....	34
1.2 A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO .....	37
1.3 O RECRUTAMENTO FEMININO E A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NO TEATRO DE OPERAÇÕES .....	39
1.4 RECRUTAMENTO MILITAR: ACESSO AO INTERIOR DA CASERNA .....	49
1.5 A FORMAÇÃO DO MILITAR DE CARREIRA: O SISTEMA DE ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO .....	54
1.6 INCORPORAÇÃO DAS MULHERES MILITARES NO EXÉRCITO BRASILEIRO .....	63
<b>2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS MILITARES: A ESCOLA DE FORMAÇÃO MILITAR COM TURMAS MISTAS</b> .....	73
2.1 GÊNERO E AS RELAÇÕES SOCIAIS DENTRO DA CASERNA .....	75
2.2 COMPREENDENDO OS ESPAÇOS DOS SUJEITOS .....	79
2.3 O CURSO DE FORMAÇÃO MILITAR COM CORPOS MISTOS .....	85
2.4 O ESTUDO DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS .....	92
2.5 FEMINIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO .....	102
2.6 PERSPECTIVA DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO MILITAR .....	110
<b>3 SUJEITO MILITAR FLEXIONADO NO FEMININO E NO MASCULINO</b> .....	118
3.1 RECONHECENDO O TERRENO: OS ESTUDOS SOBRE A INSERÇÃO DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS .....	120
3.2 IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO .....	126
3.3 O DIÁLOGO ENTRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CASERNA .....	133
<b>4 DOS DISCURSOS ÀS PRÁTICAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CASERNA</b> .....	148
4.1 DIMENSÃO MILITAR/FORMAÇÃO MILITAR .....	149
4.2 ESTRUTURA SOCIAL/TRAJETÓRIA DA VIDA MILITAR E VIDA CIVIL .....	152
4.3 ESTRUTURA CULTURAL/TRAJETÓRIA AFETIVA REPRODUTIVA .....	163
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	180
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	183

<b>APÊNDICES</b> .....	198
<b>APÊNDICE A ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	199
<b>APÊNDICE B ROTEIRO DE ENTREVISTA/INSTRUTOR</b> .....	202
<b>APÊNDICE C ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO/DIÁRIO DE CAMPO</b> .....	203
<b>APÊNDICE D FOTOS</b> .....	204
<b>ANEXOS</b> .....	207
<b>ANEXO A Dados quantitativos da distribuição dos militares (oficiais e praças) por sexo pelas 12 regiões militares do Exército Brasileiro/Diretoria do Serviço Militar – março 2013</b> .....	208
<b>ANEXO B Militares formados pela Escola de Formação Complementar do Exército distribuído por formação acadêmica e sexo – 2002-2012</b> .....	211
<b>ANEXO C Denominação Histórica das Turmas de Oficiais formados em Escolas de Formação Militar do Exército Brasileiro com turmas mistas</b> .....	217

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata da incorporação de oficiais, homens e mulheres militares de carreira, não combatentes<sup>1</sup>, no Exército Brasileiro (EB), instruídos e treinados juntos em estabelecimentos de ensino de formação militar. A questão norteadora deste trabalho é a incorporação das mulheres militares na Força Terrestre. Visa-se, aqui, abordar as relações de gênero na caserna com o objetivo de analisar a articulação entre o sistema de ensino que compõe as estruturas da formação militar, os aspectos institucionais que envolvem a modernização administrativa no Exército Brasileiro e a realidade social que amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e permite a absorção do sexo feminino como militar.

A nossa investigação buscou, na dialética das interações sociais cotidianas entre homens e mulheres militares, as representações e subjetividades desenvolvidas em um ambiente de trabalho específico: a caserna. Assim, compreendemos que, ao restringir o foco de análise entre o feminino e o masculino em sua “essência” voltada para a natureza humana/anátomo-fisiológica e na constituição de atitudes e comportamentos sociais determinados pela biologia de seus corpos, admitimos encobrir uma série de rupturas e possibilidades que constituem a participação das mulheres militares no Exército Brasileiro em quadros e serviços não combatentes na vida castrense. Além disto, favorecer as discussões das relações de poder ali constituídas oferece a oportunidade de construir perspectivas teóricas relevantes para repensar os sujeitos não como representações engessadas, porém, tornando manifesto o conteúdo das práticas do feminino e do masculino que reelaboram o cotidiano do ambiente militar em seu saber e fazer.

Na abordagem dessas conjecturas, apropriamo-nos das discussões do conceito de gênero de Joan Scott (1995; 2000) como categoria analítica que delimita os fatores que impulsionam e legitimam formas de vivenciar as relações de poder e gênero, no presente estudo, dentro das Forças Armadas (FFAA), sobretudo nos aspectos concernentes às questões formuladas pelos significados de igualdade e diferença entre homens e mulheres.

As dimensões das relações de poder e gênero estruturam a subjetividade de uma construção social hierarquizada através dos papéis sexuais. A distinção destas desigualdades para homens e mulheres incide na formação militar e a ressignifica e, ao mesmo tempo,

---

<sup>1</sup> A Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército, em seu artigo 7º, descreve que o ingresso na linha bélica de ensino permitido a candidatas do sexo feminino deverá ser viabilizado em até 5 (cinco) anos a contar da data de publicação da Lei.

identifica uma assimetria persistente revelada nas interações sociais da caserna através da interpretação individual do que se espera das mulheres como militares.

Nesta perspectiva, as relações de gênero na caserna evidenciam fraturas em conceitos e paradigmas utilizados em um universo prioritariamente masculino e viril e remodelados diante das experiências destes sujeitos militares, homens e mulheres, no percurso de suas carreiras. Portanto, é na constituição da existência dessas mulheres inseridas no Exército Brasileiro, nos múltiplos papéis sociais nos quais atuam ao longo de suas vidas, que consideramos a complexidade de sua situação como militar, atendendo às características institucionais e em sua especialidade profissional determinada pela formação acadêmica. Sob a perspectiva dos estudos das mulheres militares percebe-se que:

– La cuestión de género se ubica en este contexto de democratización, en el cual se producen o no reformas en los sectores de seguridad y defensa. Las diferencias subregionales muestran como el desarrollo de políticas de género se relaciona con los avances de la institucionalidad democrática y las reformas legislativas en general. Los sectores de seguridad y defensa no escapan a esta tendencia general, que se acentúa por una visión tradicional de la carrera militar o policial, dominada por imágenes ligadas a lo masculino [...] (DONADIO; MAZZOTTA, 2003, p. 10).

Nesta análise, incorporamos as discussões teóricas sobre os “corpos dóceis” de Michel Foucault (2009) e apreendemos as concepções das transformações dos corpos civis heterogêneos em corpos militares disciplinados. De um corpo útil esquadrinhado para atingir o máximo de seu vigor físico, o soldado passou a participar de um mundo mais contextualizado, mais informado e da consequente rapidez na troca e difusão das informações, em razão da globalização, por meio da internet, dos ágeis meios de comunicação e da microtecnologia.

No presente estudo, o processo disciplinar da formação castrense recompõe estes sujeitos com saberes diversos oriundos do conhecimento acadêmico, a compreensão cultural da diferença entre os sexos em diversas localidades do Brasil e permeada por inúmeras razões e interesses seja pela escolha de permanecer na Força Armada, de ali entrar para melhorar o rendimento salarial e/ou pela estabilidade na carreira ou, ainda, por se identificar com as tradições e valores do Exército Brasileiro.

Suzeley Mathias e Maria Cecília Adão (2008) destacam três características que propiciariam a incorporação das mulheres nas Forças Armadas: a primeira seria a democracia, ao favorecer a igualdade de oportunidades aos cidadãos no mercado de trabalho; a segunda envolve os aspectos da *arte de fazer guerra* com a inovação tecnológica, a rapidez no fluxo de

informações e a gestão da guerra; e, por último, a pouca atração da profissão para o sexo masculino, possibilitando a chance para a abertura dos quadros permanentes e temporários para o sexo feminino. Estes fatores foram considerados ao elaborarmos as perguntas para as entrevistas bem como na delimitação do contexto a ser estudado.

Dentre a caracterização dos novos espaços de trabalho para as mulheres, especificamente, estão aqueles que, originalmente, são reconhecidos como culturalmente afeitos às práticas masculinas e que incorporam em seu *ethos* conteúdos ligados à masculinidade tais como o manejo de armas, a utilização da força física, a exemplo das Forças Armadas e da Polícia Militar (PM).

Diferente da Marinha e da Força Aérea Brasileira (FAB) que iniciam a admissão das mulheres em corpos femininos na década de 1980, o Exército Brasileiro, só dez anos mais tarde, insere, na Escola de Administração do Exército (EsAEx), homens e mulheres incorporados em igualdade de oportunidades no Quadro Complementar de Oficiais<sup>2</sup> (QCO). Esta entrada envolveu uma restrição nas atividades laborais a serem desenvolvidas pelo sexo feminino, já que a inclusão no QCO e, posteriormente, no Serviço de Saúde e no Quadro de Engenheiros Militares (QEM), deriva da necessidade de reordenação administrativa na estrutura do Exército Brasileiro a fim de possibilitar a liberação dos militares dos quadros combatentes para atividades-fim. Vale ressaltar que a FAB foi a primeira a incorporar mulheres militares nos quadros combatentes: no serviço de intendência e como aviadoras, a partir de 2002.

Para viabilizar a análise das relações de gênero no Exército Brasileiro foram entrevistados 70 oficiais, mulheres e homens, que participaram como alunos e/ou instrutores do Curso de Formação de Oficiais (CFO) do Quadro Complementar (QC), no Serviço de Saúde e no Instituto Militar de Engenharia (IME).

Nos vinte anos de incorporação do sexo feminino (1992-2012) no Exército Brasileiro, podemos considerar as experiências daqueles e daquelas em seus cotidianos nas escolas de formação desde a entrada no portão das armas, o acampamento, a ordem unida, a formatura com o recebimento da espada, que confere a ascensão ao oficialato, nas Organizações Militares (OMs), nas missões de paz, que vão delineando vivências e oportunidades estabelecidas na rotina do trabalho quer seja aquela peculiar à profissão

---

<sup>2</sup> O símbolo do Quadro Complementar de Oficiais retratado na foto nº 1. “Nem cora o livro de ombreá-lo com o sabre, nem cora o sabre de chamá-lo de irmão..” são as palavras enunciadas no prédio do alojamento dos oficiais do Quadro Complementar do Exército Brasileiro, em frente ao pátio dos patronos. Oriundas do poema *Quem dá aos pobres, empresta a Deus* de Castro Alves consiste em traduzir o significado de integrar as diversas áreas de conhecimento do QC (o delta) e o oficialato (a espada).

específica tais como farmacêutico, engenheiro ou administrador, quer sejam aquelas relacionadas aos aspectos da vida militar.

No contexto estudado, as tramas que moldam aqueles que se destinam às atividades complementares perpetuam o corolário de funções compreendidas como afeitas ao feminino: professoras, enfermeiras, psicólogas, médicas, administradoras e na comunicação social cuja tarefa principal se destina especificamente ao assessoramento.

Salientamos que a conformação da diferença do grau de importância das profissões entre mulheres e homens no mercado de trabalho tem sua gênese atrelada a uma identidade cultural dimórfica e cristalizada na vinculação das mulheres, à paz, à família, à doação; e dos homens, à virilidade, à força, ao destemor.

Diante da trajetória de nossa pesquisa, observamos, durante as entrevistas, a percepção das relações sociais entre mulheres e homens militares no exercício das atividades destinadas aos oficiais, na execução de suas atividades e missões; e nos aspectos em que as relações de poder construídas pela hierarquia e disciplina vão sendo articuladas no círculo de convivência entre homens e mulheres militares nos diversos quadros e serviços no cotidiano do trabalho. Enfatizamos, também, que as respostas das entrevistas sofreram a influência das experiências já adquiridas nos últimos vinte anos de incorporação do sexo feminino como militar.

Alguns/algumas autores/as tais como Suzeley Mathias (2005) e Rosemeri Moreira (2010) mostram a compreensão de que as mulheres, ao serem incorporadas no Quadro Complementar do Exército Brasileiro, não poderiam ascender ao status de militar ou não chegariam ao posto de oficial superior. Daí ser necessário um esclarecimento quanto à entrada destes profissionais, mulheres e homens, considerados como “universitários militarizados” após quase um ano de formação militar.

Será que eles e elas não poderão compor o corpo de oficiais do Exército Brasileiro por não participarem diretamente de sua missão principal<sup>3</sup>? De fato, podemos partir do pressuposto de que não são verdadeiramente militares, pois não foram preparados para participar do cerne da missão da Força Terrestre, o combate, contudo, também não seriam paisanos, por estarem inseridos no Exército Brasileiro e dele participarem sob a égide dos Regulamentos, Portarias e Normas Regulamentares.

---

<sup>3</sup> “Contribuir para garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social”. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/missao-e-visao-de-futuro>>. Acesso em: 17 set. 2012.

Ora, a que fim, então, se destinam as/os militares formadas/os não só pelo Quadro Complementar, mas aquelas/es inseridas/os também no Quadro de Engenheiros Militares (QEM) e no Serviço de Saúde, se considerarmos o militar em sua definição cultural vinculada ao oficial ou à praça das armas combatentes? Fabrízio Battistelli elucida a discussão nos seguintes termos:

[...] é de sublinhar também que as diferenças internas existem, quer em relação ao cargo hierárquico assumido na instituição, quer, sobretudo, em referência à Arma que pertença. O sistema militar é, efetivamente, um sistema organizativo articulado no seu interior em subsistemas que são, pelo menos teoricamente, tanto integrados no plano da prestação final (a defesa armada), como diferenciados em relação às modalidades e aos recursos utilizados para fornecer o segmento de produto que concerne a cada um dos mesmos. (BATTISTELLI, 2004, p. 49).

A participação dos militares no QC, QEM e Serviço de Saúde leva em conta a independência entre os sexos, homem e mulher, para a assunção das responsabilidades como militar, a exemplo dos serviços de escala previstos no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG). Na descrição das funções, ao final do curso de formação, caberão a este/a militar os encargos inerentes ao primeiro posto de uma Unidade Militar. No serviço de oficial de dia, entre tantas funções descritas no RISG, ficará responsável pela reserva de armamentos até a execução do plano de chamadas ou o acionamento do comandante responsável para a resolução de problemas na Organização Militar (OM) e, mesmo, por dar soluções no campo de sua competência.

Poderíamos, ainda, perguntar que trajetórias deveriam ser percorridas para que fosse legítima a inserção das mulheres como militares? Nesta medida, não continuaríamos a insistir em um poder hierarquizante e obsoleto que cala, cega e ensurdece qualquer movimento de mudança, pois, mesmo com a participação das mulheres militares dentro da caserna, por força de uma ação hegemônica e obliterante da masculinidade viril, suas presenças, ações e formas de conduzir as decisões no ambiente militar não teriam visibilidade nas relações sociais de trabalho na caserna? Afinal, ser do Exército Brasileiro e participar de missões de operações de paz, de serviços de escala e de ações cívico-sociais expõe esses homens e mulheres militares, que não estão nas armas combatentes, a decisões, à liderança e ao comando de seus pares e subordinados, a atender com lealdade os seus superiores e a medidas de controle a fim de atender à necessidade instalada.

Sobre a arte de fazer a guerra, analisamos a magnitude de uma guerra total, um confronto que incide diretamente nas sociedades civis que apoiam integralmente seus Estados

beligerantes e cujos limites marcaram as Grandes Guerras Mundiais. Segundo Philip Bobbit (2003, p. 202), a participação total das populações envolvidas “nas fábricas, nos campos e nas forças armadas” propiciou a capacidade das sociedades modernas de sustentar seus exércitos. Entretanto, na atualidade, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das armas nucleares com alto poder de destruição em massa permitiram transformações nas estratégias do conflito armado, redefiniram os marcos de seus fronts, particularmente pós-guerra fria, na prevalência de um estado de violência, interna ou externa, sem local predefinido e com o envolvimento maior de organizações civis<sup>4</sup>. A missão das Forças Armadas se amplia e absorve as novas dinâmicas de conflito: terrorismo, narcotráfico, desastres naturais.

Na concepção de Charles Moskos (2000), a pós-modernidade militar se destina a estabelecer o esquadramento e o controle da violência coletiva, porém, abrange uma ação mais próxima à população civil e às organizações não governamentais, em um diálogo profícuo em atividades sociais e políticas com as populações atingidas, a constituir grupos e parcerias de trabalho com Estados, órgãos civis e outras Forças Armadas. As operações de paz têm sido uma prova viva desta plasticidade, perante a necessidade na missão humanitária realizada no Haiti, tanto no momento em que lhe coube o controle da violência em Porto Príncipe, no diálogo a ser estabelecido para a promoção das eleições locais ou mesmo para viabilizar a construção de estradas e melhorias de infraestrutura assim como na assistência à saúde e no resgate dos doentes e feridos no pós-desastre natural.

Em todos esses eventos, vários sujeitos do ambiente militar participaram, quer os militares combatentes, em grande maioria, mais, também, os militares formados em Direito, Engenharia, Comunicação Social, Medicina, Odontologia, os técnicos de Enfermagem e os profissionais do Magistério – inglês, francês –, estes, particularmente, agindo como intérpretes e operando no serviço de saúde, na assessoria jurídica para a compreensão e a confecção de documentos, nos diálogos entre líderes políticos, no contato mais próximo com a população local e com as Forças Armadas locais e internacionais, desta forma, assumindo

---

<sup>4</sup> De acordo com o modelo preconizado por William Lind (2005), que defende o enfoque da guerra da quarta geração, ainda denominada guerra assimétrica. Para Teixeira da Silva (2008), a guerra assimétrica é uma guerra não convencional na qual uma potência militarmente inferior, em posição de autodefesa, quer dizer, sob ataque ou ocupação, utiliza meios não convencionais de combate com o objetivo de “quebrar a vontade política” do mais forte. Nesta perspectiva, a guerra assimétrica absorveria a dimensão clássica da guerrilha com o uso de meios eletrônicos e virtuais, artefatos de plásticos e a globalização/mídia. Já Oliveira (2008) considera guerra assimétrica como um fenômeno contemporâneo voltado para aspectos que atingem a perda do monopólio do Estado sobre a guerra, a não linearidade nas sequências de guerra, a não existência da distinção entre paz e guerra: pela inexistência de uma declaração formal de guerra, a não demarcação clara de fronts, inclusão de alvos com maior difusão midiática além da inclusão de tecnologia de ponta.

seus papéis como interlocutores e facilitadores de ações que viabilizam e permitem o cumprimento das missões nas ações humanitárias.

Diante do exposto, atuam distantes de uma ação puramente civil, como professores em sala de aulas nos Colégios Militares ou dentro da medicina, farmácia ou enfermagem com cunho ambulatorial ou hospitalar. Todas as ações operativas exemplificadas se congregam, atualmente, à missão-fim a que se destina na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Então questionamos, ainda, que fim o Exército Brasileiro estabelece para aquelas ou aqueles militares que sendo não combatentes participam das ações de manutenção da paz, das ações cívico-sociais (ACISOS) ou dos serviços de patrulha no aquartelamento?

Insistir que não são militares implica negar a possibilidade de sua participação em ambiente com a possibilidade de perigo intenso ou mesmo limítrofe a situações de conflito armado, pela deflagração do estado bélico, ou a possibilidade de morte no resgate de feridos ou enfermos, em catástrofes naturais, ou nos confrontos com grupos armados, em caso de ações de Garantia da Lei e da Ordem ou, ainda, em divergências políticas que estimulem deflagração de violência coletiva dentro do território ocupado. Na presente investigação, buscou-se situar a composição destes sujeitos militares no Exército Brasileiro e os papéis que desempenham na Força Terrestre.

#### DA TURMA MARIA QUITÉRIA À TURMA MAJOR ELZA CANSANÇÃO (1992-2012): UMA METODOLOGIA DE TRABALHO

As duas turmas destacam dois momentos da incorporação das mulheres militares no Exército Brasileiro: a turma Maria Quitéria marca a entrada da primeira turma mista e a segunda, turma Major Elza Cansanção Medeiros, os vinte anos da presença feminina na Força Terrestre, completados em abril de 2012.

Esta pesquisa surgiu em razão de minha trajetória no Exército Brasileiro. Dois anos após o término da graduação de Enfermagem pela Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio), me inscrevi para o primeiro concurso<sup>5</sup> com a participação de homens e mulheres, ou

---

<sup>5</sup> A prova era dividida em três etapas: a primeira etapa consistia em um exame intelectual de Conhecimentos Gerais: História e Geografia do Brasil, Português e a Específica da área pretendida; na segunda etapa, inspeção de saúde e a apresentação de exames médicos solicitados no Edital; e, na última, exame de aptidão física. Todas as fases eram eliminatórias. Atualmente, foi acrescentada, ao exame intelectual, a prova de língua estrangeira (inglês ou espanhol), sendo, porém, mantidas as demais fases das avaliações.

seja, para turmas mistas<sup>6</sup> do Quadro Complementar de Oficiais, sediado na Escola de Administração do Exército (EsAEx). Deste modo, ingressei, pelo processo seletivo, no final de 1991 e incorporei em 1992. A foto nº 02<sup>7</sup> retrata as primeiras oficiais alunas no Curso de Formação do Quadro Complementar (CFO/QC), em 1992, ainda com o traje civil. A oficial uniformizada de branco era uma oficial capitão-tenente que foi destacada pela Marinha do Brasil para colaborar na formação e acompanhamento do grupamento feminino. A partir daquele momento, iniciou a trajetória das mulheres militares como oficiais de carreira no Exército Brasileiro, formadas na EsAEx em turmas mistas. Não obstante, observamos que houve a preocupação em trazer para um ambiente estritamente masculino, apropriações compreendidas como próprias do “universo” feminino. Destacamos que, naquele ano, o alojamento feminino foi adequado com amplos espelhos nos banheiros e nos corredores, bem como, possuía, ao lado do mesmo, um salão de beleza com manicure, cabelereira e depiladora, aos modos próprios dos quartéis em que se mantém uma barbearia para garantir a padronização do corte de cabelo masculino, conforme preconiza o Regulamento de Uniformes do Exército (RUE). Além disso, um prédio próprio para alojamentos, o corpo de alunos e a reserva de material foi construído para adequar o CFO/QC, nos anos posteriores.

O curso<sup>8</sup>, na atual Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), existia desde 1990 e formava, como oficiais, apenas o sexo masculino, passando, em 1992, a oferecer turmas mistas (homens e mulheres).

Entretanto, minha motivação para a pesquisa não teve início no final da formação da 1ª Turma de Oficiais de Carreira com turmas mistas, em uma escola militar no Exército Brasileiro, mas, durante a sedimentação do aprendizado do que era ser militar – as solenidades, as formaturas, as formas de ordenação do trabalho no ambiente militar, a relação cotidiana entre superiores, pares e subordinados, processo que foi sendo amadurecido ao longo da carreira.

A inspiração inicial desta tese se deu, também, em virtude de minha própria experiência com a vida militar, a ideia de direcionar o olhar e refletir sobre a complexidade

---

<sup>6</sup> A foto nº 5 revela a participação de turmas mistas no treinamento físico militar (TFM). Neste sentido, mesmo com as diferenças antropométricas que diferenciam os índices do condicionamento físico entre os sexos, a realização de atividades comuns ao ambiente da caserna propicia a construção do espírito de corpo e coesão entre a turma durante formação militar e reforça, ao longo da carreira, as relações sociais de convívio a serem constituídas em torno da identidade militar (Apêndice D).

<sup>7</sup> Apêndice D.

<sup>8</sup> No ano de 2008, o Curso de Formação do Quadro Complementar de Oficiais passou a ser reconhecido como Pós-Graduação *Lato Sensu*, o que garante aos oficiais concludentes, ao final do curso, o título de Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

simbólica que era e continua sendo construída cotidianamente pelas redes de sociabilidade entre homens e mulheres militares no trabalho – nas atividades das Organizações Militares, nos acampamentos e instruções militares, no lazer – nos eventos de confraternização, na educação dos filhos – nos Colégios Militares, nas residências dentro das vilas militares – nos próprios nacionais residenciais (PNR) –, em todos os ambientes familiares ao contexto da caserna. Portanto, passei a vivenciar como militar, enfermeira e instrutora, uma série de inquietações relativas ao cotidiano da vida castrense, a partir de inúmeras experiências que me instigaram a questionar e, mesmo, analisar os significados das trajetórias destes sujeitos militares, mulheres e homens.

Foi durante o exercício de minhas atribuições no ambiente militar que surgiu o interesse em pesquisar sobre o percurso das mulheres militares nas Forças Armadas e, particularmente, ao longo de vinte anos de serviço ativo no Exército Brasileiro (1992-2012), como oficiais de carreira, quando pude perceber as representações subjetivas construídas desde o primeiro momento nos Cursos de Formação Militar com turmas mistas e ao longo da carreira durante a convivência dentro do ambiente militar.

Para traçar o curso de nosso estudo, definimos como objetivo principal, a análise de como é forjada a construção identitária do sujeito militar na articulação das relações de gênero no interior da caserna. Como objetivos específicos: a) descrever a trajetória da incorporação das mulheres nas Forças Armadas e, especificamente, no Exército Brasileiro; b) discutir como se dá o processo de construção das relações de gênero entre os oficiais e oficiais formados/as em escolas militares mistas no Exército Brasileiro; e c) analisar a inserção das mulheres no Exército Brasileiro, no período de vinte anos de serviço ativo: as características e os significados, para homens e mulheres militares de carreira, no processo de sua formação militar e no cotidiano das atividades castrenses.

Dentre as diversas pesquisas realizadas sobre a inserção das mulheres militares, a presente investigação se propõe a abordar a presença de mulheres de carreira como militares não combatentes do Quadro Complementar, da Escola de Saúde e do Instituto Militar de Engenharia do Exército Brasileiro formadas em estabelecimentos de ensino de formação militar com turmas mistas.

Nesse sentido, o objeto conceitual foi caracterizado pela definição de pós-modernidade militar de Moskos (2000), que destaca o predomínio das atividades ocupacionais na contemporaneidade, a incorporação de novas missões na Defesa Nacional, além da redução dos efetivos nas Forças Armadas, com a repercussão na mudança do recrutamento obrigatório

para voluntário nos EUA e na Europa. Para o autor, a modificação da característica do recrutamento fomentou a inserção do sexo feminino como oficial e praça de carreira ou como temporário para o interior da caserna. No Brasil, a inserção na Força Terrestre pode ser realizada por duas modalidades de incorporação; a primeira, na incorporação através da conscrição inicial de caráter obrigatório para o sexo masculino, e a segunda, na incorporação voluntária, possível tanto para homens quanto para mulheres, através da Seção de Serviço Militar Regional (SSMR) ou pelas Escolas de Formação Militar, aspectos que serão discutidos no capítulo II.

Um desafio para este projeto de pesquisa foi criar a oportunidade de perceber e analisar os discursos dos sujeitos, homens e mulheres, sobre as suas trajetórias derivadas das experiências como militares formados na EsFCEEx, Escola de Saúde do Exército (EsSEEx) e Instituto Militar de Engenharia (IME), através da aplicação de entrevistas não estruturadas. Marina Marconi e Eva Maria Lakatos (2010, p. 181) descrevem a entrevista não estruturada ou despadronizada, como aquela “cujas perguntas são abertas e podem ser respondidas através de uma conversa informal”.

Nossa escolha permitiu explorar questões pertinentes à escola de formação militar, às diferenças entre os sexos, ao estado civil, à peculiaridade da área profissional, a características individuais e à escolha por ser militar, com um Roteiro de Entrevista (Apêndice A) com questões estabelecidas previamente, o que ajudou a manter o contato entre o entrevistador e o entrevistado em um direcionamento adequado a fim de atender ao tema pesquisado.

A análise dos discursos dos sujeitos pesquisados foi realizada com base no conceito de gênero e poder, o que permitiu observar como se desenvolvem as relações sociais entre os sujeitos militares (mulher e homem) no ambiente militar e, mediante a metodologia de Análise Crítica do Discurso, apreender, através dos relatos das entrevistas, como se dá a incorporação da multiplicidade assumida pelo feminino como mãe, esposa, filha, profissional, e o processo de construção da identidade militar.

Durante o percurso da pesquisa, elaborei as questões formuladas para a entrevista e, por intermédio desta metodologia, comecei a coleta de dados a fim de investigar as experiências subjetivas que, inicialmente, pertenciam a uma categoria especificamente masculina, agora não mais de sua exclusividade porque passou a pertencer a um espaço compartilhado por mulheres e homens. Esclarecemos que a Marinha e o Exército permanecem com estabelecimentos de ensino – Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), Escola de

Sargentos das Armas (ESA) ou o Quadro de Fuzileiro Naval (FN) – restritos ao sexo masculino, nas armas e quadros combatentes<sup>9</sup>.

Os sujeitos da pesquisa foram homens e mulheres militares que participaram do processo de formação de turmas mistas na EsFCEEx, na EsSEEx e no IME como alunos e/ou como instrutores. Como instrutores, entrevistamos também aqueles formados pela AMAN, em razão de sua participação na formação dos oficiais-alunos nos Cursos de Formação Militar (CFM) e que, da mesma maneira, participam decisivamente para determinar as bases fundamentais que compõem a construção dos sujeitos como militares. (Apêndice B).

As várias histórias de vida de sujeitos militares – casados/as com militares ou com civis, divorciados/as, solteiros/as, com ou sem filhos, o já terem sido militares, quer como temporário ou de outras Forças Militares ou civis, estarem na faixa etária entre 21 anos e 36 anos, em diversas áreas profissionais com vivência anterior no mercado de trabalho ou inexperientes, alguns já pós-graduados (especialistas, mestres e até mesmo doutores) – que, em um momento singular de suas vidas, escolheram entrar na carreira militar.

Não obstante, para conhecer como funciona o cotidiano das escolas de formação militar de grupo misto (EsFCEEx, IME e EsSEEx) utilizei a técnica de Diário de Campo<sup>10</sup> e, neste sentido, foi traçado um Roteiro para a observação das Escolas de Formação (Apêndice C) e um roteiro de entrevistas (Apêndice A) no qual trabalhei com quatro aspectos fundamentais como eixos estruturantes para uma análise mais detalhada dos sujeitos pesquisados:

- a) o processo de formação para se tornar militar nos Cursos de Formação de Oficiais (CFO) no Exército Brasileiro;
- b) a trajetória na vida militar (locais onde serviu/movimentação, funções exercidas, missões realizadas, cursos militares);
- c) trajetória profissional na vida civil (cursos de aperfeiçoamento, pós-graduação, participação em seminários, congressos); e
- d) trajetória afetiva e reprodutiva (casamento, separação, filhos, relação com a família militar).

---

<sup>9</sup> Com relação ao Exército Brasileiro, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, modifica o dispositivo sobre o ingresso das mulheres militares de carreira nos cursos derivados para as armas combatentes. O conteúdo da lei em referência, determina que o acesso na linha bélica para as mulheres seja viabilizado em até cinco anos.

<sup>10</sup> Compreendo que, como pesquisadora, a formação militar mista pode apresentar características específicas a cada escola de formação, o que torna pertinente um olhar mais acurado para perceber como se dá o processo inicial de construção da identidade militar nesses estabelecimentos de ensino.

A base da análise foi desenvolvida pela Análise Crítica do Discurso, um campo que pretende viabilizar um diálogo entre o discurso e as práticas sociais contemporâneas historicamente situadas. Viviane Resende e Viviane Ramalho (2006) compreendem “o uso da linguagem como uma prática social”, uma vez que é constituída por identidades e relações sociais assimétricas e moldadas pelos sistemas de conhecimento e crenças que caracterizam o entendimento que as pessoas possuem do mundo. Em minha análise, busquei refletir sobre as práticas sociais desenvolvidas na caserna, através dos discursos dos entrevistados e das ações habituais realizadas nos espaços da vida institucional, no Exército Brasileiro.

O conceito de práticas sociais é trazido do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996). Para esse autor, o discurso é um momento de práticas sociais dentre outros – relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/valores/desejos e instituições/rituais – que, assim como os demais momentos, internaliza os outros sem ser redutível a nenhum deles. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 35).

Analisar as respostas sob o conceito das práticas sociais permitiu evidenciar, nos discursos dos entrevistados, suas interpretações sobre as atividades cotidianas construídas na caserna, experiências subjetivas que têm significação por favorecer a apreensão, através de narrativas, das estruturas que engendram a construção de um grupo social, no caso, os/as militares, e são aplicáveis às formas reais de interação no contexto militar e na vida diária da caserna constituída por meio de regulamentos, normas, atos discursivos e disciplinamento dos corpos. De acordo com Resende e Ramalho (2006, p. 34), “o conceito de reflexividade refere-se à possibilidade de os sujeitos construírem ativamente suas auto-identidades, em construções reflexivas de sua atividade na vida social”.

Dos 70 sujeitos militares pesquisados, 42 mulheres e 28 homens, todos são oficiais formados por uma das três escolas de formação militar com corpos mistos: EsSEx, IME e EsFCEx; 49 sujeitos foram entrevistados pessoalmente e, em uma amostra de 21 militares, a entrevista foi realizada após um contato prévio no qual aceitaram responder às perguntas formuladas.

A técnica de coleta de dados foi realizada em duas modalidades, com a finalidade de obter a informação conforme a possibilidade do entrevistado: a primeira, por intermédio de entrevista direta, após marcação prévia com o entrevistado; e, em uma segunda modalidade, através do encaminhamento de um roteiro de entrevista por meio de e-mail, que foi utilizada quando não foi possível o encontro pessoal com o entrevistado, seja pela distância de sua moradia ou pelo pouco tempo disponível para a entrevista, sempre a partir da aceitação dos

depoentes de responder às perguntas enviadas. Na composição do e-mail, estava especificado o tema e os objetivos do trabalho e, do mesmo modo, era solicitada a autorização para o uso das respostas para a análise e a elaboração da presente pesquisa.

As entrevistas foram realizadas no local de trabalho, ou em minha residência ou na residência do entrevistado, de acordo com a disponibilidade de tempo do entrevistado e do entrevistador.

Durante nossa pesquisa, tivemos, também, a oportunidade de enviar um artigo para a edição da Revista do Clube Militar, em comemoração aos vinte anos do sexo feminino no Exército Brasileiro. Assim, eu e mais nove mulheres oficiais do Quadro Complementar da Turma de 1992 escrevemos sobre nossas impressões e experiências no serviço ativo. Estas falas foram, também, incluídas aqui no sentido de auxiliar uma reflexão na elaboração das discussões sobre as subjetividades e representações das relações de gênero estabelecidas no cotidiano das Organizações Militares ao longo da trajetória de vinte anos da incorporação do sexo feminino.

A partir das respostas dos informantes, tive a oportunidade de manter contato com as experiências da população pesquisada diante da possibilidade da mobilidade territorial de um(a) militar para o cumprimento de suas atividades em uma unidade e/ou de ser transferido/a para outra região do país. O roteiro de perguntas foi distribuído em três grupos, com o objetivo de auxiliar na categorização da análise e nortear a compreensão dos depoimentos, de modo a evidenciar os principais aspectos escolhidos para atender ao objetivo geral da pesquisa:

1. O trabalho nas Organizações Militares: as relações sociais de gênero durante o trabalho, cursos militares, missões.

2. O cotidiano:

- 2.1. a vida voltada à especialidade: atualização, aperfeiçoamento, participação em congressos e seminários.

- 2.2. a vida familiar: estado civil, filhos, distribuição e responsabilidades das tarefas domésticas.

3. As representações simbólicas que constituem a compreensão deles e delas pela opção de *ser militar*.

Ao definir o alinhamento das questões em quatro variáveis – o processo de formação militar; a trajetória da vida profissional; a trajetória da vida militar; e a trajetória da vida familiar e afetiva – buscou-se, nas práticas e impressões da rotina diária da vida

castrense, as relações sociais que foram construídas por esses sujeitos na Força Terrestre, nos últimos vinte anos (1992-2012), desde a entrada das mulheres no Exército Brasileiro.

No transcurso do estudo, verificamos, também, a necessidade de ouvir os instrutores das escolas de formação que participaram das instruções militares, coordenação e planejamento das atividades do corpo de alunos. Assim, foram realizadas, além das entrevistas com os 70 sujeitos da pesquisa, mais 6 entrevistas com militares combatentes e que participaram da formação militar na Escola de Formação Complementar de Oficiais (Apêndice B).

Na análise preliminar da pesquisa, observou-se que os sujeitos pesquisados que tinham tido a oportunidade de estar como alunos e, em um momento posterior, como instrutores nas escolas de formação militar com turmas mistas, apresentaram observações mais detalhadas sobre as relações de gênero na caserna. Logo, ressaltar as experiências cotidianas e vivenciar dois aspectos significativos da vida militar – o de oficial aluno e o de oficial instrutor – ofereceram a possibilidade de uma reflexão sobre as relações sociais definidas ao longo da carreira militar.

A estratégia para a escolha dos sujeitos na pesquisa levou em consideração a conveniência e a possibilidade da entrevista ou a disposição para o envio das respostas por e-mail, assim, no início da abordagem, foi realizada com o grupo social de militares da Guarnição de Salvador/6ª Região Militar. No decorrer do trabalho em campo, tivemos a oportunidade de entrevistar e trocar e-mails com militares de Fortaleza, Brasília, Salvador, Manaus, Campo Grande, São Paulo, Rio de Janeiro e Resende. Os militares destas outras regiões responderam às perguntas através de e-mail, ou pessoalmente, no ensejo de eventos comemorativos, na Semana Nacional do Quadro Complementar de Oficiais da Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEX), nos encontros da Associação Brasileira de Defesa Nacional (ABED), nas formaturas militares e durante as visitas técnicas. A Primeira e a Sexta Região Militar, com sedes no Rio de Janeiro e em Salvador, respectivamente, foram escolhidas, pela facilidade do contato com os militares a serem entrevistados, além de possuírem um colégio militar com mais de quinhentos alunos, hospital geral de médio/grande porte e, principalmente, por serem regiões onde estão localizadas as escolas de formação militar com corpo misto: Escola de Saúde do Exército (EsSEx) e Instituto Militar de Engenharia (IME) no Rio de Janeiro, e a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), em Salvador.

Assim, para operacionalizar a proposta, optou-se por concentrar a pesquisa em duas capitais: Rio de Janeiro e Salvador. As demais possibilidades de viagens para entrevistas

dependeram da oportunidade e do número de oficiais que pudessem ser pesquisados naquelas localidades. A concentração das pesquisas teve como proposta investigar mulheres e homens em todo o território nacional, a depender da adesão dos possíveis informantes.

As/os oficialas/oficiais escolhidas/os tinham entre cinco e vinte anos de tempo de serviço no Exército Brasileiro, partindo-se do pressuposto de que, dentro deste período, as/os entrevistadas/os já teriam adquirido um amadurecimento profissional na Força decorrente da experiência adquirida na rotina de trabalho e das oportunidades de participação em cursos militares e civis, da mobilidade territorial, através da promoção para o posto de oficial intermediário/capitão ou de oficial superior/major, ou, ainda, na inclusão no quadro de acesso à promoção, após o quinto ano no posto de oficial subalterno/1º Tenente.

O marco temporal para a pesquisa foi estabelecido em razão da compreensão de que o oficial recém-saído do CFO, caso não se adapte ao Exército Brasileiro, nos primeiros anos de sua atividade como militar do QC, Serviço de Saúde ou do IME, eventualmente, poderá optar por sair da Força Terrestre, fazer outro concurso e atuar em outra unidade de trabalho. Esta disponibilidade poderá ser definida pela motivação estabelecida, por ter passado em um concurso público federal e estar estimulado a continuar os estudos para um novo desafio e a sair da instituição. Todavia, com a continuidade na Força Terrestre a partir do quinto ano, a/o militar tende a se encontrar mais adaptada/o às conformações institucionais e ainda com o incentivo à ascensão ao posto de capitão, o que muda as relações entre pares e subordinados conferindo-lhe maior poder, autoridade e responsabilidade, além de sair da condição de ser *o mais moderno*.

Para compor a interpretação e as discussões na presente tese, dividimos nossa análise em quatro capítulos, a saber:

Capítulo I – “O reordenamento dos *corpus civile* para *corpus militare*” se propõe a descrever os antecedentes históricos de formação dos exércitos permanentes e do Exército Brasileiro, as restrições conferidas às mulheres no contexto de guerra e situam o feminino no sistema de ensino da Força Terrestre.

Capítulo II – “O processo de construção dos sujeitos militares: a escola de formação militar com turmas mistas” visa oferecer o arcabouço do tema de nossa investigação, a entrada das mulheres militares nas escolas de formação militar com turmas mistas, assim como apresentar a forma pela qual os sujeitos envolvidos, mulheres e homens, a partir da amostra pesquisada, são incorporados e inseridos na Força Terrestre.

Capítulo III – “O sujeito militar flexionado no masculino e no feminino” analisa as relações de gênero na caserna e a atuação das mulheres militares nas Organizações Militares dentro do território nacional.

Capítulo IV – “Dos discursos às práticas das relações de gênero na caserna” aborda as trajetórias e as formações discursivas no cotidiano dos sujeitos militares e a construção social destas interações entre homens e mulheres como militares e em suas especialidades acadêmicas.

## CAPÍTULO 1

### O REORDENAMENTO DOS *CORPUS CIVILE* PARA *CORPUS MILITARE*

O soldado é antes de tudo, alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é brasão de sua força e de sua valentia: e se é verdade que deve aprender aos poucos os ofícios das armas, essencialmente lutando, as manobras como a marcha, as atitudes como porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra. (FOUCAULT, 2009, p. 131).

Na composição da modernização dos exércitos permanentes, não só o enquadramento disciplinar das lides na caserna, mas o aprendizado teórico decodificado em minúcias e detalhes do fazer estruturam os novos mecanismos que reordenam o sistema militar do século XVII e XVIII. Este soldado fabricado pelos detalhamentos decompostos de seus passos, comportamento, destreza no manejo das armas, organização logística, inserido no teatro de operações, se torna elemento útil à engrenagem da guerra. Foucault (2009) descreve que é no detalhamento que se reelabora o corpo para acentuar sua utilidade. Para se vencer uma guerra, seria necessário dar vida a uma máquina ajustável em suas engrenagens, com o processo de exercício meticuloso, esboçar-se técnicas para a apropriação de corpos disciplinados objetivando ampliar suas habilidades, utilidades e aptidões. Observa, ainda, que, na segunda metade do século XVIII, o soldado passa a ser reconhecido de longe, como corpo disciplinado, ao visualizar-se em seu porte, comportamento e destreza, a eficácia dos corpos enquadrados sob exaustivo treinamento.

Em um conceito oposto, mas também capacitado por intermédio de um esquadrinhamento rígido, o corpo feminino se configura delimitado por sua própria fisiologia: recatado, tímido, delicado, não escapando do espaço privado. O ideal em sua postura é não evidenciar a sua presença, enaltecendo, em grau de importância, a imagem do pai, esposo e filhos. Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994) reforça que é o confinamento da vida doméstica que será definido como lugar próprio para a capacidade e característica específica da mulher burguesa, vinculado ao caráter inato do feminino: casar, procriar e cuidar, ideias difundidas pelos teóricos do século XVIII e XIX, frutos dos conceitos desenvolvidos por Rousseau.

Diante das configurações moldadas para o feminino e masculino, no século XVIII e XIX, este capítulo contextualiza a organização dos exércitos permanentes e discute a construção da representação simbólica dos papéis sexuais em torno do conceito Nação-Estado.

Na generalidade dos temas que abordam a interdição das mulheres ao acesso nas ações de guerra e nas frentes de combate, existem conceitos básicos que se enquadram na própria organização dos exércitos permanentes e das instituições militares. Para a compreensão deste processo, descreveremos a construção do soldado-cidadão, concebido em suas práticas e ritos simbólicos incluídos nas transformações sociais de meninos em homens defensores do solo pátrio realizados através do serviço militar constituído pelo alistamento e pela instrução militar, bem como nas práticas políticas que se desenvolveram em torno da Nação que estava sendo estruturada. Ao mesmo tempo, discutiremos o estabelecimento da divisão dos papéis sexuais que a revolução francesa e seus pensadores elaboraram, por intermédio de um arcabouço legal e jurídico, o que favoreceu o encarceramento das mulheres na esfera privada/reprodutiva e tornou invisível a atuação histórica das mulheres nos eventos de conflito bélico.

As guerreiras e heroínas se tornaram exemplos pontuais no imaginário coletivo, distantes dos padrões concebidos para a mulher burguesa. Os precedentes históricos não só contextualizaram os motivos da não inclusão do recrutamento feminino, como favoreceram reflexões sobre as questões estabelecidas pela tradição ocidental referentes à separação e hierarquização do universo masculino e do universo feminino. A partir destas concepções, discutiremos, também, as estruturas desenvolvidas na organização do Exército Brasileiro.

## 1.1 A ORGANIZAÇÃO DOS EXÉRCITOS PERMANENTES

Autores, como Samuel Huntington (1996), em *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*, e Bertrand de Jouvenel (1978), em *As origens do Estado moderno: uma história das idéias no século XIX*, pontuam a discussão sobre a construção da identidade do soldado-cidadão que, diferente do mercenário e do oficial amador aristocrático, traduz o seu vínculo com a Nação, favorecendo o engajamento do “povo em armas” para a transformação em “nação em armas” com a finalidade de defender a soberania do Estado. Jouvenel (1978, p. 121-124) nos revela que uma das modificações oriundas da Revolução Francesa foi proporcionar uma nova estrutura ao sistema militar, a *valorização moral* do conceito de exército, que passa a exprimir a própria ideia de nação armada, ou seja, o compromisso de toda a Nação: a defesa do solo pátrio. Desta forma, houve modificação na *conotação pejorativa* que identificava os homens que participavam dos exércitos, principalmente os soldados, que passam a ser considerados cidadãos capazes de oferecer resistência a uma invasão.

Com a evolução da democracia e do nacionalismo, durante o séc. XVIII<sup>11</sup>, a condição das praças como indivíduos proscritos, marginais e sem raízes, foi modificada, no início do séc. XIX, quando do recrutamento de conscritos, uma parcela significativa da população envolvida na segurança nacional que passou a representar “os cidadãos de coração”. A adesão, então, passa a ser obrigatória, na figura do soldado-cidadão, que participava da mobilização em caso de uma guerra.

Foi o conceito de ‘nação em armas’ e seu corolário de Exército Nacional, com um efetivo recrutado através do serviço militar de todos os cidadãos por um curto período de anos. Na oficialidade, a passagem do amadorismo sempre esteve virtualmente associada à mudança, nas fileiras, da condição de soldado de carreira para a condição de soldado-cidadão. (HUNTINGTON, 1996, p. 56).

Todavia, Huntington (1996) considera a inserção simultânea da conscrição das praças e a profissionalização de um corpo permanente de oficiais como a causa de mudanças significativas para os exércitos, ao introduzir a exigência de condições básicas como a substituição de padrões aristocráticos por educação geral, liderança, disciplina e hierarquia, conquistados pelo mérito e pela competência técnica e profissional. A estabilidade do Estado e de uma autoridade única e constituída também foi um fator decisivo para garantir a lealdade das forças militares.

Desse modo, o exército nacional foi constituído, em sua origem, por homens que defendiam a manutenção e a soberania da nação-estado, pela incorporação de homens que pudessem lutar por seu país e, assim, através das academias militares, a profissionalização de oficiais contribuiu para a eliminação paulatina dos pré-requisitos aristocráticos e da compra de postos acompanhados pelo avanço da tecnologia militar.

A implantação de padrões profissionais na formação do Estado-Maior profissional foi um fator primordial para a mudança na organização das Forças Armadas, Marinha e Exército, conforme descreve Huntington (1996, p. 68), e envolveu uma educação mais primorosa com fundamentos de uma ciência voltada para assuntos e princípios essenciais para o preparo, operações e problemas inerentes às ações de guerra. Neste sentido, Bobbit (2003) acrescenta que foi precisamente em virtude das inovações do sistema militar, em destaque pelas experiências em batalhas de Napoleão Bonaparte e a adoção do recrutamento em massa,

---

<sup>11</sup> A Revolução Francesa teve seu início com a idade moderna, introduzindo modificações significativas na arte militar, mas outras transformações sociais forneceram uma base nova para a organização política e administrativa de algumas nações que sofreram influência do modelo francês.

no Exército Francês, no século XIX, que se modificou drasticamente, com o aumento do efetivo militar e engendrando avanços na Artilharia, Infantaria e Cavalaria.

Essa transformação política e social propiciou exércitos muito maiores e, portanto, significativas mudanças na estratégia e na tática. A partir de 1800, Napoleão passou a empreender suas campanhas normalmente com mais de 250 mil homens, em oposição aos exércitos de 75 mil homens do início e meados do século XVIII. (BOBBIT, 2003, p. 141).

Para a compreensão da organização do Estado, buscamos em Eduardo Leal Cunha (2009, p. 45) que considera que o Estado-Nação está fundamentado, em sua base política, no controle e domínio de um determinado território e da vida dos indivíduos que ali moram e são por ele submetidos. Este controle detém sua dimensão no limite das fronteiras. A vinculação do Estado-Nação poderá ser definida em quatro dimensões institucionais da modernidade, a saber:

[...] o capitalismo, o industrialismo – definido basicamente como um processo contínuo de transformação e recriação da natureza, a vigilância ancorada no controle da informação circulante no meio social, e o poder militar, que se vincula em seguida à industrialização da guerra, o Estado-nação é exatamente figura política que reúne tais dimensões e lhes dá a forma da sociedade. (CUNHA, 2009, p. 45).

Notamos, portanto, que a organização e a constituição da estrutura de segurança interna (polícias) e externa (Forças Armadas), bem como a sistematização do poder político, estruturas estabelecidas entre os séculos XVIII e XIX, foram atividades voltadas para o domínio público e exercidas, exclusivamente, por homens. Neste contexto, as mulheres foram mantidas em sua vida privada, fora dos debates políticos, voltadas para as atividades domésticas e a criação de filhos e, em consequência, foram excluídas da participação ativa na organização política e de segurança do Estado-nação.

A organização do Exército Brasileiro recebeu influência dos moldes da estrutura dos exércitos permanentes europeus, principalmente no processo de alistamento, recrutamento dos efetivos e treinamento do corpo de oficiais. Mantendo a ideologia da exclusividade masculina para a organização da tropa armada regular, a estrutura do sistema militar brasileiro se estabeleceu em meio a valores e características esperadas para o oficial e para a praça.

Consideramos que a lógica perpetrada pela diferença entre os sexos era mantida apenas em termos teóricos e devido ao interesse em estabelecer papéis definidos para homens e mulheres, pois, diante da necessidade da luta armada, as mulheres sempre empunharam

armas e lutaram bravamente contribuindo para a defesa do Estado ao lado de seus compatriotas homens, apesar da invisibilidade histórica de suas ações, fato que se procurará elucidar na discussão sobre o recrutamento feminino e da invisibilidade da mulher nos campos de batalha.

## 1.2 A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O modelo de estrutura militar dos exércitos permanentes no Brasil Colônia vinculado à Coroa Portuguesa, herdou a distribuição europeia tradicional da estrutura de classes do século XVI. Assim, segundo José Murilo de Carvalho (2004), o corpo de oficiais era recrutado na nobreza e posteriormente, na elite política dominante, e as praças, na classe mais pobre, isto é, dentre aqueles que não podiam pagar por sua substituição e nem tinham condições de oferecer escravos para serem incorporados em seu lugar. Não havia identificação entre os oficiais e praças e, ainda, era mantida, entre os oficiais, uma lealdade política com as classes dominantes.

No período da independência do Brasil, vários oficiais portugueses eram de origem nobre, entretanto, como os critérios de nobreza eram mais relaxados no Brasil, isto possibilitou a incorporação de categorias sociais influentes em virtude da riqueza ou do poder. Apesar dos atritos entre os oficiais portugueses e brasileiros, evidenciados na época das regências, já que a carreira militar privilegiava os portugueses, a lealdade com a monarquia era mantida e estes não ofereciam problemas sociais como as praças. Com a Independência, não houve alterações na estrutura de classes vigentes no Brasil Colonial, continuando a representação política com os senhores de engenho, os escravos, na camada social mais baixa e, de acordo com Nelson Werneck Sodré (1965), uma camada intermediária, com evolução lenta, composta por funcionários, artesãos e vários tipos de trabalhadores, para preencher o comércio e novas atividades nas cidades em ascensão.

A criação da Guarda Nacional, apresentada como força auxiliar do Exército, em 1831, incentivou a classe dominante a preferir incorporar-se como oficial da Guarda Nacional, já que era permitida a permanência do oficial ou praça em sua própria região e, ainda, exigia menor esforço. Garantia, também, a possibilidade de organização de um grupo armado pelos senhores de terra, com a manutenção do controle político nos distritos. Assim, relegava a tropa armada regular a um segundo plano e conferia poderes e o controle político do instrumento militar aos senhores de engenho.

Não é preciso demorado exame para verificar como, em todos os seus detalhes, a Guarda Nacional representava uma criação específica do regime dominado pela classe senhorial. Sua subordinação às câmaras municipais, aos juízes de paz, às listas eleitorais, denunciavam características nítidas de classe, uma vez que tais elementos eram representantes diretos dos senhores de terra. Ao lado das forças de linha criava-se um instrumento militar específico dos grandes proprietários, destinados, a neutralizar, em qualquer eventualidade, as tendências da tropa regular (WERNECK SODRÉ, 1965, p. 120).

Neste sentido, a incorporação dos soldados no Exército era mantida como castigo, semelhante aos moldes coloniais. A baixa qualidade dos recursos humanos da tropa dificultava a modernização do exército bem como a manutenção da disciplina e a organização da estrutura militar. De acordo com Carvalho (2004), muitas vezes o recrutamento era forçado, causando indignação na população e frequentes deserções. Com a lei do alistamento universal, em 1834, foi estabelecido o recrutamento voluntário e o sorteio para o preenchimento das vagas ociosas. Contudo, só após a proclamação da República e a extinção da Guarda Nacional, ocorreu uma transformação efetiva nos quadros permanentes do Exército Brasileiro.

O processo de educação e treinamento dos jovens do corpo de oficiais também possibilitou a estabilização das relações na estrutura militar. A Academia Real Militar, criada em 1810, foi substituída pela Escola Militar da Praia Vermelha, que permaneceu com o ensino militar propriamente dito, dividindo a educação civil e a engenharia civil, na Escola Central. Contudo, na Escola Militar já havia influência das ideias positivistas, principalmente, por meio do professor Benjamin Constant, que fomentou um ensino voltado para um conteúdo erudito e filosófico. Este grupo se achava mais próximo dos bacharéis das Escolas de Direito e Medicina e, por isto, os oficiais eram considerados bacharéis fardados. Entretanto, havia aqueles que não participaram da escola militar, cuja coragem e destemor demonstrados nos feitos realizados e na trajetória de comando e liderança na Guerra do Paraguai, o batismo de fogo destes oficiais, garantiu-lhes a alcunha de tarimbeiros. Em relação às duas categorias, os tarimbeiros e os bacharéis fardados, a proclamação da República foi um momento de destaque, pois, originária da Questão Militar<sup>12</sup>, conseguiu reunir os dois grupos no episódio, em razão do sentimento de unidade-espírito de corpo.

---

<sup>12</sup> A questão militar se inicia vinculada aos anseios abolicionistas e à estreita dependência dos senhores de engenho com relação à mão de obra escrava. Com o recrutamento do negro, escravo ou liberto, para as frentes de combate na Guerra do Paraguai, os chefes militares abolicionistas apoiavam a abolição do trabalho escravo e recusavam as ordens do poder político vigente, assim como tendiam a desejar a alteração do regime político. Da mesma forma, a política relutava pela

Entretanto, a modernização e a organização do sistema militar precisavam de um impulso, que se materializou através de duas missões importantes para a profissionalização das armas: o envio de jovens oficiais para treinamento militar na Alemanha, conhecidos depois como jovens turcos, quando houve a preocupação de dar continuidade ao treinamento e ao preparo permanente do corpo de oficiais, criando a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), para a preparação dos oficiais do Estado-Maior, estabelecendo o planejamento, o controle e a organização do Exército Brasileiro.

Cabe destacar a criação de dois regulamentos que enquadram o corpo de oficiais e praças através de normas e princípios, as bases para a manutenção da hierarquia e disciplina, assim, o controle dos comportamentos e das atitudes a serem esperados para o militar, a fim de obter a disciplina necessária para o convívio e as relações sociais passam a ser normatizados através do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que tem por finalidade especificar as transgressões disciplinares cometidas pelos militares e estabelecer normas relativas ao comportamento militar, recursos, punições e recompensas; e do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG) que define as funções, encargos, escalas de serviço e atividades militares. Esses regulamentos foram criados em 1920.

### 1.3 O RECRUTAMENTO FEMININO E A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NO TEATRO DE OPERAÇÕES

O recrutamento feminino em períodos de guerra se caracteriza pela dicotomia presente na história das mulheres em que a imagem do feminino incorpora os padrões de uma figura frágil e subordinada que se contrapõe à sua participação efetiva nas ações de luta. Para atender ao chamado nacional e demonstrar patriotismo pegando em armas, muitas mulheres recorreram à adoção de trajes, roupas, cabelo e porte masculinos e atuaram como soldados nos campos de batalha.

[...] – a adoção de traje masculino para fazer-se passar por homem – a que algumas mulheres recorrem em períodos de guerra, seja para proteger-se da violência sexual que costuma acentuar-se durante conflitos armados, seja para alcançar postos militares, seja simplesmente para lutar como soldados, sem as restrições de gênero que pesava sobre as soldaderas, mulheres do campo que desde a guerra do século XIX marchavam a retaguarda dos

---

manutenção do *status quo* do escravismo agonizante e da monarquia em liquidação. (WERNECK SODRÉ, 1965, p. 152-153).

exércitos encarregando-se do suprimento das tropas e da atenção aos feridos e ocasionalmente de mensagens e contrabando de armas e mantimentos, e só excepcionalmente pegavam em armas. (CANO, 2004, p. 118).

Scott (1992) analisa que, talvez por terem as mulheres respondido ao chamado do Estado para a participação nos trabalhos indiretos relacionados ao esforço bélico, como indústrias, telecomunicações, o processo histórico não as vê como sujeitos mais como objetos da política oficial que as colocou à margem das principais preocupações da história.

No artigo “Escrevendo a história no feminino”, Cristina Wolff e Lídia Possas (2005) ressaltam que, por muito tempo, as mulheres não foram contempladas como protagonistas da história, ou seja, “estiveram excluídas das narrativas dos historiadores”. Entretanto, a partir da influência marcante dos estudos da mulher e de gênero que começou, na década de 1980, nos Estados Unidos, nos departamentos de estudos sobre a mulher (*Women’s studies*), na historiografia atual, esta questão vem sendo discutida e aperfeiçoada a sua abordagem através de seminários, simpósios e discussões teóricas. No entanto, Michelle Perrot já alertava sobre o risco de considerar os estudos femininos como “gueto na história das mulheres”.

Ao mesmo tempo começaram a se multiplicar os estudos que problematizavam os papéis das mulheres na história, a história do cotidiano, as ‘culturas femininas’, e começou a aparecer a categoria das relações de gênero. Em suma, mesmo atentas às armadilhas que o desenvolvimento de uma história das mulheres um tanto ‘à parte’ pudesse colocar, sem dúvida, foi a partir das pesquisas que se ampliaram, das publicações e coleções de história das mulheres, bem como dos problemas que essa história considerada por muitos como ‘à parte’ começou a colocar para a escrita da história que os historiadores e as historiadoras, de maneira geral, passaram a se interrogar sobre a importância de se admitir o gênero como uma categoria de análise não somente útil, mas fundamental para a própria pesquisa histórica. (2005, p. 1).

Na construção da historiografia das mulheres na guerra, de maneira idealizada, e na medida em que a condição da batalha permite, tenta-se salvaguardar dos dissabores das lutas sangrentas as mulheres e as crianças que, por sua fragilidade, não teriam condições de atender às necessidades de uma guerra. Paradoxalmente, ao estudar a participação das mulheres na guerra<sup>13</sup>, evidencia-se uma invisibilidade de suas presenças na historiografia

---

<sup>13</sup> As mulheres guerreiras, tal qual as Amazonas, são identificadas como uma lenda. Contudo, as mulheres tiveram efetiva participação na Segunda Guerra Mundial, como enfermeiras e em atividades complementares: administração, telecomunicações, dentre outras. (QUÉTEL, 2010; CAIRE, 2002).

oficial, ofuscadas pela excepcionalidade de algumas mulheres, consideradas exceção à regra, a exemplo de Florence Nightingale, Maria Quitéria de Jesus, Ana Justina Nery, bem como daquelas que participaram da Segunda Guerra Mundial, como a Major Elza Cansanção, entre outras. Não obstante, Margareth Rago reflete sobre a história das mulheres:

[...] muito se perdia nessa historiografia que, afinal, não dava conta de pensar dinamicamente as relações sexuais e sociais, já que as mulheres não vivem isoladas em ilhas, mas interagem continuamente com os homens, quer os consideremos na figura de maridos, pais ou irmãos, quer enquanto profissionais com os quais convivemos no cotidiano como colegas de trabalho, médicos, dentistas, padeiros ou carteiros. (RAGO, 1998, p. 21).

Até o século XVIII, as mulheres acompanhavam os exércitos como vivandeiras, cantineiras ou para acompanhar esposos e amantes. Carvalho (2008, p. 36) descreve que as vivandeiras eram mulheres que acompanhavam as tropas regulares fornecendo víveres e alimentos. Nas Guerras Napoleônicas, foram usadas para incentivar o patriotismo e, muitas vezes, participavam como combatentes. Contudo, sua presença era essencializada pelos papéis convencionais autorizados, negando-lhes a condição de combatentes. Dentro da ordem é como foram representadas várias das práticas que as configuram como vivandeiras, isto é, na posição de auxiliar do homem: enfermeiras, comerciantes, abastecedora de víveres, água, conhaque, etc. Ao longo dos anos e com as dificuldades de abastecimento, em consequência das sucessivas ações de combate, as vivandeiras foram sendo reduzidas ao sentido pejorativo de *rameiras*, mulheres que seguiam atrás dos soldados das tropas regulares, seja como suas esposas, amantes ou prostitutas. (CARVALHO, 2008, p. 47).

O Visconde de Taunay (1952, p. 39), ao descrever a Retirada da Laguna, episódio da Guerra do Paraguai (1865-1870), citou a presença de mulheres com seus filhos acompanhando a tropa, destacando a participação de uma preta chamada Ana que, diferentemente das demais mulheres, que ficaram escondidas, se desvelara na administração de cuidados aos soldados feridos.

Na guerra da Crimeia<sup>14</sup> (1853-1854), em 1854, Florence Nightingale<sup>15</sup> cuidou dos soldados ingleses feridos no *front*, organizando o hospital de campanha com trinta e oito

<sup>14</sup> A Guerra da Criméia foi um conflito que envolveu o império russo, de um lado, e, do outro, o Reino Unido, a França, o império Piemonte-Sardenha (Itália) e o império Turco-Otomano. As batalhas ocorreram na região da península da Criméia, no mar Negro, ao sul da atual Ucrânia. O conflito teve objetivos expansionistas do império russo.

<sup>15</sup> Florence Nightingale é considerada precursora da enfermagem moderna. Sua atuação nos hospitais de campanha, na Criméia, reduziu a mortalidade dos soldados ingleses feridos ou enfermos de 40% para 2%. Com o prêmio recebido por seus préstimos, fundou a primeira Escola de

*nurses*, irmãs de caridade anglicanas e católicas (CAIRE, 2002, p. 36). Maria Itayra Padilha (2005) relata que a experiência de Florence com as diaconisas de Kaiserswerth/Alemanha e com as irmãs de caridade de São Vicente de Paulo, no Hôtel-Dieu em Paris, lhe deu a chance de aprender as formas de cuidar, de realizar anotações e a administração hospitalar.

Como afirma Raymond Caire (2002, p. 52), com a organização da Cruz Vermelha, ao final do século XIX, as mulheres foram autorizadas a participar como enfermeiras nos campos de batalha. Apesar de sua participação na vida profissional já vir ocorrendo ao longo do século XIX, uma preocupação persistente, tanto no discurso médico como no discurso religioso, era sobre a responsabilidade da mulher na manutenção do bem-estar da família permanecendo o conceito de que o matrimônio era a legítima carreira feminina, o que desabilitava a mulher a se desviar do caminho considerado como regra (LOURO, 2000).

[...] as atividades profissionais representavam um risco para as funções sociais das mulheres. Dessa forma, ao se feminizarem algumas ocupações, a enfermagem e o magistério, por exemplo, tomaram emprestados as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância e etc. De algum modo se poderia dizer que ‘os ofícios novos’ abertos às mulheres neste fim de século (XIX) levarão a dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação–disponibilidade, humildade–submissão, abnegação–sacrifício (LOURO, 2000, p. 454).

Neste sentido, as experiências das mulheres em combate eram concebidas em arranjos não permitidos pelas autoridades, mas ainda assim, quando aconteciam, ficavam reduzidos ou invisíveis, a fim de atender aos moldes tradicionais, compreendidos, naquele período, como próprios da natureza feminina: a capacidade de proporcionar cuidado e atenção a seus maridos e filhos. Como descrito em *Reminiscências da Campanha do Paraguai* (1864 a 1870), o General Dionísio Cerqueira documentou em suas memórias a presença de mulheres no conflito:

Essas mulheres que seguiam o exército não tinham medo de coisa alguma. Iam às avançadas mais perigosas levar a bóia dos maridos. Nas linhas de atiradores que combatiam encarniçadas, vi-as mais de uma vez achegarem-se dos feridos, rasgarem as saias em ataduras para lhes estacarem o sangue, montá-los na garupa e conduzi-los aos hospitais. Algumas trocavam as amazonas por bombachas nos dias de combate, e as pontas das lanças

---

Enfermagem no Hospital St. Thomas, em 1860, na cidade de Londres. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000600018&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000600018&script=sci_arttext)>. Acesso em: 4 ago. 2011.

formavam os salientes nas cargas dos seus regimentos. (CERQUEIRA, 1980, p. 300).

O perfil das mulheres que estiveram presentes no contexto bélico brasileiro era dividido em dois grupos distintos. O primeiro grupo era formado por aquelas que acompanhavam as tropas absorvidas em sua natureza subordinada, ficando com seus filhos, como amasiadas ou legítimas esposas dos soldados, ou mesmo por mulheres de conduta ilibada, como Ana Justina Nery que reunia atributos de uma condição social abastada e burguesa, além de ser viúva, estado que lhe conferia atributos femininos como castidade, discrição e abnegação. Estes atributos, além da classe social de origem, favoreceram a aceitação da carta enviada ao presidente da Província da Bahia através da qual se voluntariou para assistir aos feridos, na Guerra do Paraguai (1864-1870), na condição de enfermeira e em companhia de irmãs de caridade, cumprindo e reforçando a ideologia da natureza feminina do cuidado, de oferecer alento e conforto aos soldados enfermos e feridos (PASSOS, 2003).

O segundo grupo era composto por mulheres que vestiam a indumentária masculina, cortavam os cabelos e se diluíam no universo masculino para que, com bravura e destemor, pudessem estar lado a lado com a tropa combatente, como Maria Quitéria de Jesus<sup>16</sup>, a primeira mulher a assentar praça em unidade militar do Exército Brasileiro.

Os cenários de guerra, principalmente os campos de batalha, são representados como palco exclusivo dos homens. A mulher, observadora e vítima, tem relegada a sua participação a um segundo plano. Sua situação era de quase total invisibilidade, sendo ocultada pelos homens, que retinham o papel de personagens principais e eram considerados dignos de interesse para a história. (ORTOLAN, 2008, p. 181).

De acordo com Caire (2002, p. 59), os primeiros corpos femininos militarizados surgiram na Primeira Guerra Mundial. Elas não participavam dos combates e atuavam como auxiliares nos exércitos, contudo, houve exceções, em sua maioria, mulheres de origem oriental ou eslava que foram incorporadas em organizações clandestinas ou em tropas regulares nos exércitos na Polônia, Servia e da Romênia, algumas chegando até a conquistar a graduação de suboficial.

Com o advento da Primeira (1914-1918) e da Segunda (1939-1945) Guerra Mundial, as mulheres foram solicitadas a apoiar os esforços de guerra. Deste modo, foram organizados os primeiros corpos femininos para prestar serviço e atender em atividades

---

<sup>16</sup> Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. Disponível em: <[www.cdocex.eb.mil.br/site\\_cdocex/.../mariaquiteriadejesus.pdf](http://www.cdocex.eb.mil.br/site_cdocex/.../mariaquiteriadejesus.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2010.

auxiliares dos exércitos. Durante os conflitos, as principais funções desempenhadas envolviam desde as atividades usuais, como enfermeiras e cozinheiras, até novas atribuições, como motoristas e auxiliares de ambulância. Outras funções foram também destinadas para o efetivo feminino militarizado como: médicas, na transmissão e serviços meteorológicos, manutenção mecânica, secretaria, na verificação e transporte de torpedos, no reabastecimento dos navios de guerra, na condução de aviões de sua saída da fábrica até a base, telecomunicações, como estenógrafa, dentre outras categorias profissionais.

O pioneirismo da Grã-Bretanha com corpos femininos militarizados, desde 1914, como o *Women Auxiliary Army Corps* (WAAC) e o *Women Royal Navy* (WRN) estimulou experiências em diversos outros países como Canadá<sup>17</sup>, Estados Unidos<sup>18</sup> e França<sup>19</sup>. As questões relativas à sexualidade eram severamente controladas: as mulheres voluntárias deveriam ser solteiras e se optassem por casar deveriam ser automaticamente desligadas e, ainda, as jovens que engravidassem seriam secretamente reconduzidas para a vida civil. (QUÉTEL, 2009, p. 142).

A narrativa de Claude Quéstel (2009) confirma a afirmação de que, diante da insuficiência quantitativa de homens voluntários para o serviço militar, o serviço das mulheres se faz necessário. Desta forma, o envolvimento das mulheres no espaço público das atividades laborativas nas indústrias de artefatos bélicos, em segurança e no apoio operacional, no contexto das Grandes Guerras Mundiais, surge ante a necessidade de liberar os homens para os fronts do teatro de operações, o que exigiu a admissão do sexo feminino como força de trabalho em ocupações até então atribuídas ao sexo masculino.

[...] E, no entanto, no mesmo momento, esquecem que elas não foram somente espectadoras decorativas que aplaudem a vitória e um objeto de predileção para os fotógrafos de 8 de maio (de 1945) Quem pensa em dizer que elas foram também atrizes dessa vitória? Ninguém, nem os políticos, com De Gaulle à frente, nem os jornais, a começar por *Le Monde*: seu editorial *Victoire*, primeira na página da edição de 8 de maio, insiste sobre ‘os deportados’, ‘os corajosos’, ‘os clarividentes’, ‘os homens da guerra

<sup>17</sup> Os *Canadian Women's Army Corps* (CWAC), *Canadian Women's Auxiliary Air Force* (CWAAF) e *Women's Royal Canadian Naval Service* (WRCN), criados entre 1941 e 1942.

<sup>18</sup> Os *Women's Auxiliary Army Corps* (WAAC), *Women's Accepted for Voluntary Emergency Service* (WAVES) e *Women's Airforce Service Pilots* (WASP), também criados no mesmo período que os corpos femininos militarizados da Grã-Bretanha. (QUÉTEL, 2009, p. 143). A WAC só foi extinta em 1978, quando os corpos se tornaram mistos. Disponível em: <<http://www.history.army.mil/books/wac/>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

<sup>19</sup> Forças Livres Francesas (FFL), efetivadas pelo General De Gaulle, oficializaram a incorporação do segmento feminino em dezembro de 1941. Mais tarde, em 1943, a FFL se especializa com o Corpo de Voluntárias Francesas – seção feminina do Exército; e Corpo feminino da frota – seção feminina da Marinha. (QUÉTEL, 2009, p. 144).

clandestina'. As mulheres ingressaram num plural masculino que já as destina ao esquecimento da história. (QUÉTEL, 2009, p. 224).

A necessidade respalda o discurso da emergência da convocação feminina para atividades antes consideradas masculinas. Contudo, ao final do momento crítico, o discurso volta a considerar o seu retorno ao lar como fundamental e os seus feitos passam a fazer parte de um passado a ser esquecido.

Judith Bellaffaire (2002), em um breve relato histórico sobre o corpo de enfermeiras do exército norte-americano na Segunda Guerra Mundial, descreve que estas receberam 1.619 medalhas e diversas citações e elogios refletindo a coragem e a dedicação de todas as que serviram no período do conflito armado. Dezesseis medalhas foram concedidas, a título póstumo, a enfermeiras que morreram como resultado do fogo inimigo, dentre as quais estavam incluídas seis enfermeiras que morreram em Anzio, na Itália, quando um navio-hospital Comfort foi atacado por um avião suicida japonês, além de quatro enfermeiras de vôo. Treze enfermeiras de vôo também foram agraciadas com medalhas, pois morreram em acidentes relacionados com as intempéries do tempo durante o cumprimento de suas missões. No total, foram 201 enfermeiras que morreram enquanto serviam no exército americano durante a II Guerra Mundial.

Quétel (2009, p. 138) sublinha que a principal razão considerada para não empregar as mulheres na linha de frente nos combates se baseava no argumento de que seria “contra a natureza” o envio de mulheres para serem mortas nos campos de batalha.

A partir desse momento, colocou-se outra questão a propósito das mulheres, essa revolução nas instituições sociais não corria o risco de acarretar outra nos costumes, por definição públicos, da mulher? Mesmo injustamente, a opinião pública não iria vê-las como suspeitas da licença sexual? E a respeitável Inglaterra criou uniformes rígidos e feios (sem bolsos no peito, por exemplo, a fim de, pensava-se não sublinhar os seios), instituiu uma disciplina que proibia notadamente a confraternização com os militares do sexo masculino e chegou até a rebatizar os WAAC de QMAAC (Queen Mary's Army Auxiliary Corps) com a rainha Mary como comandante em chefe honorária e guardiã da moral (QUÉTEL, 2009, p. 138).

As mulheres que passaram a participar oficialmente de corpos militares femininos eram submetidas a padrões de compostura, sob forte disciplina, com a finalidade de resguardar os bons costumes e a boa conduta moral, observados no início e meados do século XX, para não subverter a ordem compreendida como própria da *natureza feminina*. Vale assinalar, ainda, que foram estabelecidas leis e normas rígidas para a definição do

regulamento destes corpos militarizados, com o propósito de manter a respeitabilidade entre homens e mulheres militares e a aceitabilidade da opinião pública, sem ferir os estereótipos definidos para homens e mulheres (QUÉTEL, 2009, p. 140).

No Brasil, a incorporação de militares do grupamento feminino aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial quando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) combateu, lado a lado, com os aliados na Itália, integrando uma Divisão de Infantaria do V Exército dos Estados Unidos.

Desta forma, a política de Estado com relação à mulher foi sempre bastante contraditória; de um lado reforçava sua permanência no lar a fim de garantir a tarefa reprodutiva e de outro, guardava-a como exército industrial de reserva, afim de que pudesse lançar mão de seu trabalho sempre que necessário aos interesses da Nação. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 95).

Nesse período ocorreu a convocação de sessenta e sete enfermeiras voluntárias brasileiras que participaram do Batalhão de Saúde da FEB. Elas atuaram nos hospitais de campanha junto com as enfermeiras militares do Exército Americano. Destas, sessenta e uma enfermeiras estiveram voltadas para a assistência hospitalar do Exército Brasileiro; e para a evacuação aeromédica, foram destacadas seis enfermeiras formadas pela Escola de Enfermagem Ana Néri, também voluntárias, que serviram na FAB (CANSANÇÃO, 1987, p. 69). Este foi o primeiro momento que contou com a participação das mulheres brasileiras no serviço militar ativo do Exército e da FAB, com uniformes, distintivos e um treinamento militar específico para a sua adequação aos campos de guerra.

O primeiro corpo feminino militarizado no Exército Brasileiro foi incorporado no Serviço de Saúde, o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército, criado pelo Decreto-Lei nº 6.097, de 13 de dezembro de 1943. Apenas as enfermeiras da FAB eram oficialmente consideradas enfermeiras profissionais, uma vez que eram formadas pela Escola de Enfermagem Ana Neri, conforme legislação à época; as demais participaram do curso de samaritana ou voluntária socorrista expedido pela Cruz Vermelha (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 15). As candidatas selecionadas realizaram, em caráter obrigatório, um Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército, com a finalidade de formar o Quadro de Enfermagem.

Para a formação, o curso era dividido em três módulos: parte teórica, preparação física e instrução militar. Margarida Maria Bernardes, Gertrudes Lopes e Tânia Cristina Santos (2005a, p. 63) caracterizam o curso como parte da necessidade de absorverem o

*habitus*<sup>20</sup> militar, o que evidencia a preocupação com a padronização dos comportamentos e atitudes no cenário de guerra na Itália que envolvia homens e mulheres militares no cumprimento das missões para as quais estavam encarregados e tinha como finalidade manter a ordem e a disciplina adquiridas durante a formação militar. Vê-se, assim, que a homogeneização das atitudes tem o sentido de oferecer uma uniformidade nos atributos da área afetiva necessária para a convivência na caserna, tanto para homens como para mulheres. Roney Cytrynowicz relata que o envolvimento das mulheres se deve também à imagem construída em torno do amor maternal que a pátria-mãe estendia a seus filhos, mantendo, nesta experiência coletiva, os elementos femininos, o que resulta “na presença materna nos campos de batalha, ao aliviar a dor e o sofrimento dos soldados feridos” (2000, p. 5).

Particularmente no contexto da Segunda Guerra Mundial, as mulheres puderam exercer diversas profissões de saúde e de apoio logístico assim como seus treinamentos consistiam em torná-la apta como militar para atuar no teatro de operações, ou seja: para elas foi definido um campo de atuação próprio com normas definidas e posições específicas nos espaços correspondentes aos hospitais de campanha, nas indústrias, nos departamentos, nas diretorias e no tratamento de feridos e enfermos oriundos da guerra.

Embora o principal desempenho das mulheres, nas ocasiões de combate, tenha derivado de ações que envolvem o apoio logístico, o cuidado e a atenção, como a enfermagem, sua área de atuação, no cenário bélico, denota a capacidade de romper com a perene noção de fragilidade da natureza dita feminina<sup>21</sup>. Nesta época, a participação efetiva feminina no Exército Brasileiro se restringiu a atender ao contexto bélico, embora tenha se tornado um marco evolutivo da emancipação feminina ao contribuir para o envolvimento patriótico coletivo e como participantes dos destinos da nação brasileira (PASSOS, 2005, p. 12). Portanto, as mulheres participaram efetivamente das guerras do séc. XX. Não obstante, a visibilidade de sua atuação em períodos de conflito armado ainda se mantinha reduzida, ou mesmo esvaziada no conteúdo de sua importância na historiografia, em razão do estereótipo da mulher maternal e não violenta, pacífica e subordinada, o que reforça a questão das

---

<sup>20</sup> Para Bernardes, Lopes e Santos (2005a, p. 63), o *habitus* militar proporcionou a estratégia de dar uma unidade comum ao corpo de enfermeiras com o objetivo de uniformizar o comportamento destas militares ao enfrentarem o teatro de operações e as atividades nos hospitais de campanha.

<sup>21</sup> Segundo a Dra Judith A. Bellaffaire, na Segunda Guerra Mundial, mais de 59.000 enfermeiras norte-americanas prestaram serviços no Corpo de Enfermeiras do Exército dos EUA – *The army nurse corps*. Disponível em: <<http://www.history.army.mil/books/wwii/72-14/72-14.HTM>>. Acesso em: 2 nov. 2011.

desigualdades do gênero (CARREIRAS, 1997)<sup>22</sup>. As diferenças biológicas entre homens e mulheres, de acordo com Rocha-Coutinho (1994), foram sedimentadas através de um discurso social que produziu uma subjetividade no intuito de explicar e manter as diferenças sociais e profissionais.

Antes de ser uma questão da *essência feminina*, a convocação se torna possível diante da necessidade política e econômica. As autoridades de governo, então, mudaram seu discurso e passou a evocar o patriotismo feminino, como ocorreu na Segunda Guerra Mundial, colocando, então, a mulher como útil, mas para a contratação maciça no mercado de trabalho, principalmente nas indústrias, em substituição aos homens combatentes, apesar de o confinamento da mulher no espaço privado ser ainda a tônica. Após o término do esforço bélico, o discurso médico e sociocultural determinou a volta destas mulheres para o lar como o ideal feminino e apresentou o retorno do modelo da dona de casa feliz no devotamento de sua vida para o cuidado da casa, marido (boa esposa) e filhos (boa mãe), em contraponto à imagem da mulher livre, associada à da mulher libertina. Como assinala Rocha-Coutinho:

Desta forma, sem negar a existência de diferenças biológicas, devemos admitir que o confinamento da mulher à esfera doméstica, que limita seu comportamento esperado e seu papel na sociedade, é antes condicionado pelo elemento social do que pelo biológico. (1994, p. 45).

Outro fato relevante para a possibilidade da inclusão feminina foi a necessária modernização das Forças Armadas como resultado do uso crescente da tecnologia nos artefatos de guerra e dos novos mecanismos de gestão da informação, fatores que levaram a que as funções de apoio adquirissem uma maior importância. A inclusão das mulheres, então, foi efetivamente provocada pela carência de recursos humanos especializados e de uma profissionalização que pudesse suprir a atividade-meio ou complementares, de modo a liberar o efetivo de militares combatentes para a atividade-fim das Forças Armadas.

Existem variáveis que delineiam a recorrência às funções militares a serem desempenhadas pelas mulheres em momentos de extrema necessidade. Na história das mulheres, conforme já mencionado, as investigações têm demonstrado que elas não estiveram ausentes dos acontecimentos históricos, mas foram sistematicamente omitidas dos registros oficiais (SCOTT, 1992, p. 39) a partir do pressuposto de que o fenômeno da invisibilidade das

---

<sup>22</sup> A autora Helena Carreras é socióloga, portuguesa, e discute sobre a inserção das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas. Desta forma, nos auxilia a pensar como foi construída a identidade da mulher militar portuguesa em um contexto específico, década de 80, nos diversos postos da carreira.

mulheres se dá em virtude de que a história do desenvolvimento da sociedade tem sido quase sempre narrada pelos homens identificados como “a humanidade”. Posteriormente, na década de 90, elas passaram a ser incorporadas em corpos mistos, porém ainda existem várias restrições para a participação das mulheres para a atividade-fim das Forças Armadas, qual seja o combate (TAKAHASHI, 2008).

#### 1.4 RECRUTAMENTO MILITAR: ACESSO AO INTERIOR DA CASERNA

No Brasil, a conscrição obrigatória teve como objetivo inicial, segundo Kuhlmann (2001a, p. 17), dar uma “ideia de Pátria” aos cidadãos brasileiros, com um fim mais ideológico do que de Defesa. Esta ideia ainda se encontra presente na preocupação da formação do sentimento patriótico bem como no estabelecimento de ligações afetivas positivas com a população, como a confiabilidade na atuação do Exército Brasileiro. Atualmente, a manutenção do serviço militar obrigatório para os cidadãos do sexo masculino, é definida na Estratégia Nacional de Defesa<sup>23</sup> como um dos eixos estruturantes para a composição dos efetivos, além de ser considerado como um “instrumento capaz de afirmar a unidade da Nação acima de todas as classes sociais” e privilegia, de acordo com a diretriz, a participação de conscritos<sup>24</sup> das diversas classes sociais, de forma democrática, permitindo uma representatividade não só geográfica, mas, também, étnica e religiosa.

A considerar o fato de que o quantitativo que hoje, anualmente, é alistado nas fileiras das Forças Armadas é bem maior do que aqueles que são selecionados e desejam servir, persiste uma grande procura para a incorporação no serviço militar inicial. O principal instrumento legal, a Lei do Serviço Militar, Decreto nº 57.654, de 22 de janeiro de 1966, fixa normas, procedimentos, direitos e deveres para todos os cidadãos brasileiros na prestação do serviço militar.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo nº 143, que o Serviço Militar é obrigatório, nos termos da lei. Entretanto, em seu primeiro parágrafo, permite que as Forças Armadas possam atribuir um serviço alternativo, em tempo de paz, para quem, depois

---

<sup>23</sup> Disponível em: <[http://www.fab.mil.br/portal/defesa/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.fab.mil.br/portal/defesa/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2011.

<sup>24</sup> De acordo com o Regulamento da Lei do Serviço Militar, o conscrito é todo brasileiro, do sexo masculino, que compõe a classe chamada para seleção, tendo em vista a prestação do Serviço Militar inicial. Classe é o conjunto de brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do mesmo ano. (Art. 3º do Decreto nº 57.654 de 20 de janeiro de 1966).

de alistado<sup>25</sup>, alegue imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica e política para se eximir de atividades de caráter essencialmente militar. Apesar de esta cláusula não afetar, primariamente, as Comissões de Seleção para as escolhas de incorporação e de ainda não existir um serviço alternativo em funcionamento para ser cumprido por aqueles que não desejarem participar de uma atividade militar, será sempre levada em conta a opção individual de ser voluntário ou não, em razão da proporção do número de inscritos ser maior do que as vagas oferecidas para a incorporação.

O conceito do profissional militar sempre esteve ligado aos padrões de força física, virilidade, coragem, respeito e austeridade como traços que norteiam a figura do militar. Uma das características do serviço militar obrigatório, que tem como base o alistamento de jovens do sexo masculino ao completarem 18 anos, se configura como um rito de passagem, de rapazes para homens, por considerar, durante o treinamento básico, valores associados à força física e virilidade com a finalidade de que sejam adquiridos os pré-requisitos necessários à sobrevivência em caso de combate, participando os recrutas incorporados de exercícios militares que têm como finalidade torná-los aptos para enfrentar situações de risco. Estes atributos muitas vezes são reforçados, para qualificar comportamentos fracos ou de incapacidade, por meio da contraposição à imagem de fragilidade das mulheres (CARREIRAS, 1997, p. 26).

Esses homens estariam aptos a defender o Estado, capazes de atender ao chamado nacional. No conceito de soldado-cidadão, o direito de combater em favor da nação tanto como o direito ao voto, estabeleceria a prerrogativa de participar da construção do Estado, emergindo como marca indelével da cidadania e da participação efetiva da democracia política. Ora, para a proteção do Estado ou para a manutenção da soberania, sua definição cumpre o papel da legitimação das Forças Armadas na designação que reforça os ideais de nacionalidade.

Considerando as formas de incorporação feminina nas Forças Armadas, Israel é o único país a admitir mulheres no serviço obrigatório, mas, mesmo com a obrigatoriedade do

---

<sup>25</sup> O alistamento militar é composto por quatro fases distintas: a convocação, a seleção, a designação e a incorporação ou matrícula. É importante ressaltar que, para o alistamento, a partir de 2008, o alistando poderá declarar se é ou não voluntário para servir e este dado é registrado, influenciando na seleção posterior. De acordo com o Gen. Bda. José Alberto Leal, o Exército Brasileiro privilegia o conscrito que for voluntário para servir, quando em igualdade de condições com um não voluntário. No ano de 2007, o número de alistados girava em torno de 1.700.000 indivíduos do sexo masculino, sendo que apenas uma parcela, cerca de 35% a 40% dos alistados, participaram do processo de seleção. Disponível em: <[dsm.dgp.eb.mil.br/destaques/servicomilitarobrigatorio.pdf](http://dsm.dgp.eb.mil.br/destaques/servicomilitarobrigatorio.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2011.

alistamento militar para mulheres e homens, desde 1948, teve como motivação a emergência de se efetivar um exército que pudesse fazer frente às hostilidades dos árabes contra o aumento da população judaica e a presença da administração inglesa na região, não podemos inferir que tenha conferido uma equidade entre homens e mulheres. Fabiano Luis Lopes ainda enfatiza, com propriedade:

[...] percebemos que o uso de contingentes femininos não se trata apenas da conquista de espaço para a mulher, mas sim – e talvez principalmente, – de um benefício para o Estado de Israel. Isso não se dá apenas devido às necessidades atuais, pois vemos que durante praticamente toda a existência do país houve constantes tensões e uma permanente situação belicosa, havendo necessidades permanentes de recrutamento e preenchimento dos quadros militares. O uso efetivo de contingentes militares femininos em atividades paralelas como administração, comunicações e etc. libera outros soldados para atuarem diretamente nos campos de batalha. ( 2003, p. 32).

A condição do ingresso das mulheres acaba por se justificar em caso de uma emergência nacional, quando homens e mulheres se voluntariam no clamor de buscar, neste contexto, a “construção da nova Nação” (LOPES, 2003, p. 18). Assim, a incorporação do contingente misto surgiu da necessidade do Estado de Israel, porém, esta admissão não invalida as permanentes discussões de gênero no serviço militar israelense em busca da igualdade entre os sexos. Pela legislação, as mulheres e homens ingressam com dezoito anos, sendo que o serviço militar masculino tem a duração de três anos e o feminino, de dois anos.

Os conflitos armados atingem de forma diferente homens e mulheres. Em face disto, os contingentes de manutenção de paz devem considerar, no planejamento das ações operacionais, os diferentes impactos na vida de homens e mulheres, bem como incorporar estratégias relativas a estas questões. Cockburn (2010) descreve as experiências das mulheres soldados do Exército Americano na guerra com o Iraque e, mesmo sendo o sexo feminino minoria no teatro de operações, revela significados qualitativos entre a masculinidade e a feminilidade, mapeados em seus corpos e comportamentos que expressam um conjunto de ideais, valores, motivações e vetores, em uma complexidade, por vezes, contraditória. Quando, reitera a autora, vemos as relações de gênero, ou melhor, as experiências da minoria reveladas nas estatísticas, ao invés de negar a importância do gênero, definindo o que um sexo pode fazer, acabam por esconder a profundidade qualitativa das diferenças.

As relações de gênero, no contexto de guerra, vão além do dizer “quem vai fazer o que”, pois permeiam o ato da guerra e a militarização, o que demonstra serem consistentes as discussões sobre a relação de poder constituídas no antes, durante e pós-conflito armado,

assim como dizer sobre a assimetria, a desigualdade e a dominação. Não necessariamente, os homens desejam ser soldados e as mulheres são pacíficas, porém, a forma como vivenciam as experiências da guerra proporcionam significados qualitativamente diferentes e complexos.

O paradoxo da invisibilidade histórica das mulheres nos campos de batalha permanece articulado a um conceito derivado de sua “essencialização” como mãe e cuidadora. Contudo, diante da necessidade do Estado, a general Valérie André, inspetora-geral do Serviço de Saúde francês, ao prefaciar o livro *A mulher militar: das origens aos nossos dias* argumenta:

[...] o emprego de mulheres em missões de combate é malvisto nos países ocidentais, em especial pelos latinos, mas se deve reconhecer que, em tempo de guerra, elas têm sido utilizadas sem parcimônia alguma e, uma vez ameaçada a nação, as mulheres são aceitas, ou melhor, a nação para elas apela (ANDRÉ, 2002).

Outras autoras reconhecem a contemporaneidade da participação das mulheres no controle institucional da violência através do policiamento ostensivo na polícia militar e civil (CALAZANS, 2004; SOARES, 2005; MOREIRA, 2011). Para Márcia Calazans (2004), as reformas militares, com base nas políticas de ação afirmativa e as concepções da gestão de segurança pública, permitiram o ingresso das mulheres nas polícias militares, ainda devido à imagem de estas serem menos violentas do que os homens. Considera a autora o quantitativo de mulheres incorporadas na polícia militar feminina, ainda reduzido, com a evidente restrição legal ao limite de vagas oferecidas para o sexo feminino no edital do concurso público e para ascensão aos cargos e funções dentro dos quadros da polícia militar. Este estudo também recorda que as companhias femininas foram iniciadas no estado de São Paulo, em 1955, todavia, foi na década de 70 e 80 que houve uma incorporação feminina mais significativa. Ainda, segundo a autora, a inserção do sexo feminino na polícia militar sofre a interdição do modelo hegemônico masculino, que restringe o acesso a todos os quadros e serviços e entende que os homens possuem um perfil mais adequado para atender às tarefas como policiais militares, não admitindo rupturas na produção das subjetividades do modelo tradicional do policial militar. Desta forma, em seu entendimento, o aparelho militar dificulta a admissão das mulheres em todos os setores, mantendo modos hegemônicos de ser polícia militar.

Rosemeri Moreira (2011) descreve que a entrada das mulheres na função de policiais militares femininas teve origem na legislação decretada em 1955 com a contratação para vagas no policiamento feminino na cidade de São Paulo cuja estrutura e funcionamento

estabeleceu o ordenamento de um modelo de Polícia Feminina dentro de parâmetros que definiam o recrutamento e as atividades no Curso de Formação destinado às mulheres. Com um rígido disciplinamento moral, as primeiras policiais não tinham sua situação funcional definida sendo as suas contratações enquadradas como extranumerárias. O casamento e a gravidez eram motivos de demissão sumária, até 1959, e, em nos anos seguintes, o casamento ocorria com a anuência do comandante, assim como a gravidez, após cinco anos de matrimônio. Nesta medida, destaca a autora o paradoxo do corpo encarcerado, simbolicamente, no espaço privado e, em sua materialidade, participando do espaço público. Dentro desta abordagem, o cenário de segurança pública adere ao modelo maternalista das mulheres naturalizado pelo “cuidado” exercido em profissões consideradas adequadas para o feminino.

Alguns trabalhos desenvolvidos no Curso de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), respectivamente, as dissertações de mestrado de Laudicéia Soares de Oliveira (2002) e Maria Cândida dos Anjos Bahia (2000) também discutem o ingresso das mulheres na Polícia Militar e Polícia Civil, respectivamente.

No estudo de Laudicéia Oliveira (2002), realizado no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar, situado na cidade de Governador Mangabeira, no Estado da Bahia, as relações de gênero permanecem demarcadas em papéis distintos e essencializados, pois, mesmo com a presença de mulheres na Polícia Militar, não ocorreu o seu engajamento completo na corporação, sendo estas mantidas em atividades administrativas, conservando-se, assim as diferenças identitárias atribuídas pelos estereótipos vinculados à hegemonia masculina e à fragilidade feminina. Revela a autora que a ruptura emancipatória das mulheres na corporação militar não se mostrou possível em razão do próprio posicionamento das mulheres entrevistadas, legitimadas pelas resistências da corporação na consolidação efetiva da mulher como policial militar.

Em uma abordagem sobre o comando das mulheres na Polícia Civil (PC), no Estado da Bahia, como delegadas, titulares ou não, Maria Cândida Bahia (2000) apresenta vários argumentos que ainda dificultam a inserção plena das mulheres no comando da PC, desde problemas relativos à conciliação entre o espaço privado (casa e filhos) e o espaço público (a dedicação ao trabalho nas delegacias de polícia), à necessidade do aperfeiçoamento contínuo e ao exercício do poder na função desempenhada (entre os subordinados, perante seus pares e em suas atividades profissionais). Na análise dos discursos das delegadas entrevistadas, fica evidente que o bom desempenho do trabalho acrescido do compromisso

profissional das primeiras mulheres na Polícia Civil foi um fator positivo que favoreceu a ampliação do ingresso de outras mulheres, tanto na atuação em delegacias quanto como docentes na Academia de Polícia Civil da Bahia (ACADEPOL). Estes dados dão a oportunidade de desconstruir interpretações fixas sobre homens e mulheres em relação à assunção de cargos, antes privativos ao masculino, até mesmo na Delegacia de Furtos e Entorpecentes ou na Secretaria de Segurança Pública.

Logo, é a partir das experiências da formação militar com corpos mistos em escolas da Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, com a presença efetiva de mulheres e homens militares, como instrutores e alunos, pares, superiores e subordinados que são construídas as relações de gênero em seu corpo de tropa.

#### 1.5 A FORMAÇÃO DO MILITAR DE CARREIRA: O SISTEMA DE ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Para a formação do militar de carreira, o Exército Brasileiro possui um sistema de ensino próprio, regulamentado pela Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, com características que visam atender à qualificação de recursos humanos para a ocupação de cargos e o desempenho de funções previstas, na paz ou na guerra, na Organização Militar. O Sistema de Ensino é estruturado em: a) graus – que, de acordo com a lei, “versa[m] sobre a escolaridade das diferentes atividades de ensino e sua correlação com os níveis militares”; b) linhas – que dispõem sobre as áreas de concentração dos estudos e das funções militares; e c) ciclos – que dispõem sobre o grupamento das atividades de ensino necessárias para a progressão militar. Quanto às Linhas de Ensino, de acordo com o Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999:

Art. 8º O ensino no Exército desenvolve-se em quatro distintas Linhas de Ensino Militar:

I – Bélico, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção, ao preparo e ao emprego da Força Terrestre;

II – Científico-Tecnológico, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção e à execução das atividades científico-tecnológicas;

III – de Saúde, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção e à execução das atividades de saúde; e

IV – Complementar, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário ao desempenho de atividades não enquadradas nas linhas anteriores e definidas em legislação específica.

Em nosso estudo, verificamos que as linhas de ensino militar delimitam os espaços ocupados pelo sexo feminino no Exército. As escolas de formação militar nas quais ocorre o ingresso do(a) cidadão(ã) para realizar curso nas diversas linhas de ensino são as seguintes: Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN) e Escola de Sargentos das Armas (EsSA) – linha de ensino bélico; Instituto Militar de Engenharia (IME) – linha de ensino científico-tecnológico; Escola de Saúde do Exército (EsSEx) – linha de ensino de saúde; Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx) – linha de ensino complementar.

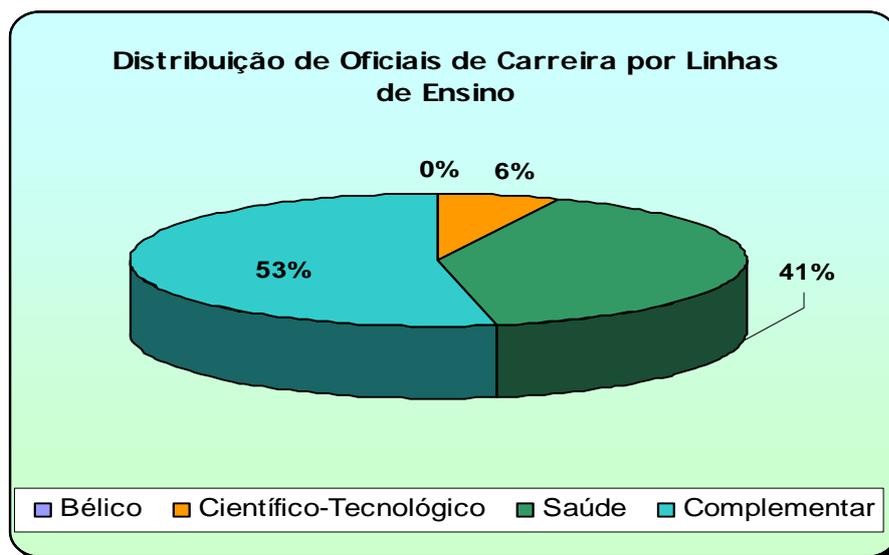
Portanto, para ingressar como militar de carreira nos postos de oficial, conforme a Lei nº 7.503, de 2 de julho de 1986, as mulheres realizam concurso público apenas para as seguintes escolas de formação militar: EsSEx, EsFCEx (antiga EsAEx) e IME. Como praça<sup>26</sup>, cursará a EsSEx. Em todas as situações, seja homem ou mulher, realizará o curso por determinado período e, ao longo dos anos, será periodicamente avaliado/a e poderá galgar promoções por merecimento ou por antiguidade em cada posto ou graduação.

No Exército Brasileiro, as mulheres não participam como alunas da linha de ensino bélico, como também não integram a formação básica, como soldado. As linhas de ensino em que as militares atuam são, respectivamente, a linha de ensino complementar, com 53% do total de mulheres militares no Exército Brasileiro, a linha de ensino de saúde, com 41%, e a linha de ensino científico-tecnológica, com 6% (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição de oficiais de carreira por linhas de ensino

---

<sup>26</sup> As praças formadas em curso de formação militar iniciam sua graduação como Terceiro Sargento. No quadro de temporárias, a graduação das praças é também de Terceiro Sargento. O quadro de acesso aos postos e graduações é igual para homens e mulheres militares. As diferenças se vinculam aos quadros e serviços que compõem cada escola militar de formação. Disponível em <<http://www.esa.ensino.eb.br/index.asp>>. Acesso em: 23 jul. 2011.



Fonte: Departamento Geral do Pessoal (DGP), jun. 2007

A escola destinada à linha de ensino complementar é a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), que realiza a formação, como oficiais, dos profissionais graduados em Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Biblioteconomia, Direito, Economia, Enfermagem<sup>27</sup>, Estatística, Informática, Magistério (português, inglês, francês, alemão, história, física, química, matemática, geografia, biologia dentre outras), Pedagogia, Psicologia e Medicina Veterinária. Já a escola de formação militar da linha de ensino de saúde é a Escola de Saúde do Exército (EsSEEx), com sede no Rio de Janeiro, que, hoje, forma como oficiais, os profissionais graduados em Medicina.

A Portaria nº 1.080, de 8 de novembro de 2010, transformou a Escola de Administração do Exército (EsAEx) na Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx) e entre outras providências, estabeleceu que os profissionais graduados em Farmácia e Odontologia, da Escola de Saúde, realizem o Curso de Formação de Oficiais, em Salvador, junto com o Quadro Complementar<sup>28</sup>.

Apesar de não pertencerem à linha de ensino bélico, as mulheres podem atuar, na maioria das organizações militares e nas escolas de formação, em ocupações nas áreas de ensino, administrativa, técnica e nos hospitais bem como em quartéis, nas atividades de saúde – enfermagem, psicologia, farmácia, odontologia, medicina, medicina veterinária e técnica de

<sup>27</sup> Os oficiais alunos dos cursos de graduação de Enfermagem e Medicina Veterinária realizaram o Curso de Formação de Oficiais (CFO) na Escola de Saúde do Exército (EsSEEx), durante os anos de 1997 a 2002. Contudo, ao final do CFO, os integrantes destas graduações foram incluídos na turma formada pelo Quadro Complementar de Oficiais. Em 2003, os cursos retornaram para a EsFCEEx.

<sup>28</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. **Boletim do Exército nº 45/2010**, Brasília: Secretaria-Geral do Exército, 12 nov. 2010.

enfermagem. A sua participação nos concursos da linha complementar e do serviço de saúde, absorveu profissionais graduadas como oficiais de carreira<sup>29</sup> nas diversas áreas de conhecimento atuando como professoras, psicólogas, pedagogas, enfermeiras, médicas-veterinárias, administradoras, economistas, analistas de sistemas, estatísticas, médicas, farmacêuticas, odontólogas, biólogas, contadoras, advogadas, em comunicação social, relações públicas e como engenheiras militares dentre outras atividades técnico-administrativas, e as praças, em profissões de formação do ensino médio.

Nas escolas de formação militar, o acesso aos postos hierárquicos contempla um número de vagas limitado para cada posto. A Lei de Promoções, nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre a promoção de oficiais da ativa das Forças Armadas e dá outras providências, esclarece como se desenvolve a promoção e quais os critérios para o preenchimento das vagas. A ordem hierárquica para os postos iniciais resulta da classificação da turma de formação. A promoção ao posto ou graduação seguinte se dá independentemente do sexo ou etnia e obedece a cinco critérios: merecimento, antiguidade, escolha<sup>30</sup>, bravura<sup>31</sup> e post-mortem<sup>32</sup> e é efetuada por antiguidade, para as vagas de oficiais subalternos e intermediários; por merecimento e antiguidade, para as vagas de oficiais superiores dentro da proporcionalidade entre elas, estabelecidas por regulamentação para cada Força Armada; e pelo critério de escolha, para as vagas de oficiais gerais. As vagas do último posto, nos quadros estabelecidos de oficial superior, poderão ser efetuadas somente por merecimento.

Até o momento, o último posto no Quadro Complementar de Oficiais é o de Coronel, o que significa que só poderão ocupar as vagas, aqueles pertencentes ao posto de Tenente-Coronel classificados por merecimento para o posto seguinte. Os critérios de promoção por merecimento estão vinculados a nota final da escola de formação militar, a participação de missões no exterior, a realização de cursos militares e às respectivas notas finais, ao recebimento de medalhas, as avaliações periódicas realizadas pelos comandantes e a avaliação dos escalões superiores ligados aos Quadros e Serviços.

---

<sup>29</sup> Como militar de carreira entende-se aquele militar que realiza um concurso para o ingresso no Exército, podendo ali permanecer até ir para reserva (aposentadoria). Além disto, ocupa postos ou graduações e exerce cargos e funções sistematizados em dispositivos disciplinares definidos de acordo com a localização hierárquica do militar dentro da estrutura organizacional.

<sup>30</sup> A promoção por escolha é deferida pelo Presidente da República, com base na referida lei, dentre os mais credenciados para os altos cargos de comando, chefia ou direção.

<sup>31</sup> A promoção por bravura resulta de ato ou atos não comuns de coragem e audácia, ultrapassando os limites do dever.

<sup>32</sup> É aquela que visa expressar o reconhecimento da Pátria ao oficial falecido no cumprimento do dever ou em consequência disto ou a reconhecer o direito do oficial.

O curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) permite o acesso aos postos de oficial superior, Major, Tenente-Coronel e Coronel, de acordo com o quadro, arma ou serviço a que pertence. Para os oficiais pertencentes ao QCO, EsSEx (à exceção dos médicos) e ao IME, o curso é realizado na modalidade Ensino à Distância (EAD) e para os militares pertencentes à AMAN e os médicos, o curso é oferecido na própria EsAO. O curso da Escola de Comando e Estado Maior (ECEME) permite o acesso ao posto de general. O Quadro 1 descreve o acesso aos postos máximos da hierarquia<sup>33</sup> em cada escola de formação militar.

Quadro 1 – Acesso aos postos hierárquicos em escolas de formação militar no Exército Brasileiro, segundo Quadro, Arma ou Serviço

<b>ESCOLAS DE FORMAÇÃO/LINHAS DE ENSINO</b>	<b>ACESSO MÁXIMO AOS POSTOS HIERÁRQUICOS</b>	<b>PRESENÇA DE CORPOS MISTOS NA FORMAÇÃO MILITAR (HOMENS E MULHERES)</b>	<b>ACESSO À ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS</b>	<b>ACESSO À ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO</b>
Academia Militar das Agulhas Negras/ linha de ensino bélico	Até General de Exército	Não, com ingresso previsto para 2017	Sim	Sim
Instituto Militar de Engenharia/ linha de ensino científico-tecnológico	Até General de Divisão	Sim	Sim	Sim
Escola de Saúde do Exército/linha de ensino de saúde	Até General de Divisão (apenas médicos/as) Até Coronel (odontólogos/as e farmacêuticos/as)	Sim	Sim	Sim*
Escola de Formação Complementar do Exército/linha de ensino complementar	Até Coronel	Sim	Sim	Não
Escola de Saúde do Exército/linha de ensino de saúde (praças de saúde/técnicos de enfermagem)	Até Capitão	Sim	Não	Não

\* Apenas para os médicos(as).

Fonte: adaptação própria com base em informações disponíveis nos sites das escolas de formação militar.

<sup>33</sup> O Estatuto dos Militares – Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, em seu art. 14, §1º, determina que “a hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em diferentes níveis, dentro da estrutura das Forças Armadas. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade”.

Neste sentido, compreendemos que o fato de as mulheres militares ainda não ocupar vagas nos postos de coronel e de general se deve pela insuficiência no tempo de serviço, visto que estas militares entraram no Exército Brasileiro (1992-2012) há vinte anos, o que ainda não oferece a condição de promoção em todos os postos previstos nas linhas de ensino militar correspondentes aos quadros e serviços a que pertencem.

Destacamos que a realização de cursos da EsAO e da ECEME torna possível a chegada destas militares aos postos de oficial superior, conforme estabelecido no Estatuto dos Militares, mas, cabe ressaltar que, apesar de todos os oficiais, sejam homens ou mulheres, com curso da EsAO terem acesso aos postos de oficial superior (major, tenente-coronel e coronel), nem todos que realizam a ECEME chegam ao posto de oficial general. A Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972,<sup>34</sup> prevê a promoção como um ato administrativo que tem como finalidade o preenchimento das vagas pertinentes ao grau hierárquico imediatamente superior, com base nos efetivos fixados para diferentes Corpos, Armas, Quadros e Serviços.

Como já dito, para efetuar a promoção de uma turma às vagas iniciais de oficial subalterno e intermediário (tenente e capitão) são consideradas as notas classificatórias da escola de formação militar. Por sua vez, as promoções para as vagas de oficial superior são efetuadas pelo critério de antiguidade e merecimento, de acordo com a proporcionalidade de vagas estabelecidas na regulamentação de cada Força Armada, e para as vagas de oficiais gerais, pelo critério já estabelecido de escolha. Em todos os critérios de promoção, seja de oficiais ou praças estabilizados, não existe diferenciação regulamentar para o preenchimento das vagas para homens e mulheres militares.

O acesso das mulheres ao Exército Brasileiro se efetiva com todas as prerrogativas que as graduações e postos conferem ao militar, previstas no Estatuto dos Militares, e que regula a situação, direito, deveres e prerrogativas dos membros das Forças Armadas assim como as relações de consideração e deferência com base no respeito à hierarquia e à disciplina militar. De acordo com os regulamentos atuais, as possibilidades de promoção na carreira militar, como a realização de cursos de atualização, aperfeiçoamento e estágios ocorrem nas mesmas condições de oportunidade para militares de ambos os sexos. A distinção se dá com base na destinação da linha de ensino em que a formação se insere.

Ao analisar o quantitativo das turmas mistas nos cursos de formação de oficiais, nos últimos vinte anos, notamos que, na EsFCEX, o quantitativo total de homens militares formados (1.143) representa quase o dobro (47%) das mulheres (538) formadas neste quadro

---

<sup>34</sup> Dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas.

(Anexo C-4). Neste sentido, observamos, também que, quanto às profissões do QC, a área de conhecimento com maior quantitativo feminino é o magistério, com predominância nas especialidades voltadas para línguas, comunicação social, pedagogia, psicologia e enfermagem (ciências humanas e da saúde); nas demais áreas de conhecimento relacionadas a administração, ciências contábeis, economia, estatística, direito, informática prevalece a entrada do sexo masculino (Anexo B).

Substancialmente, a análise realizada com os dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)/2002 sobre a distribuição de pesquisadores segundo a idade e gênero, nas grandes áreas de conhecimento, por Carla Giovana Cabral e Walter Antônio Bazzo (2005) revela que, em seis estados brasileiros (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), o sexo feminino se mantém em destaque nas áreas de Ciências Humanas, Saúde, Letras, Linguísticas e Artes, com cerca de 60% dos pesquisadores e doutores. Em uma condição mais equânime, a autora retrata o cenário nas áreas das Ciências Biológicas e Sociais aplicadas. Entretanto, na área das Ciências Exatas, existe a prevalência do sexo masculino nas carreiras tecnológicas, como as engenharias e a ciência da computação, onde as mulheres estão em percentuais menores a 29%. Estas informações corroboram os dados apresentados na distribuição dos militares formados pela Escola de Formação Complementar do Exército classificados pela formação acadêmica e por sexo, no período de 2002 a 2012, segundo o Anexo B.

Para Maria Rosa Lombardi (2009), a presente discussão reflete que, mesmo com o crescimento das mulheres nos variados campos de trabalho, barreiras acabam por reforçar fatores que interferem negativamente para uma maior integração. As razões estão associadas à assimetria entre os sexos relacionada a estereótipos que tendem a direcionar interpretações que predisõem o poder de abstração, a capacidade de assumir desafios com equipes e a competitividade associada ao masculino e a experimentação e os cuidados com os filhos, ao feminino. Nota-se que, mesmo com uma representação feminina em um exercício profissional que estabelece uma maior exigência na dedicação e disponibilidade de tempo para o trabalho, ao acesso em carreiras competitivas e na assunção aos postos de comando, os aspectos, anteriormente referenciados, ainda interferem no processo de ascensão hierárquica aos cargos e na progressão da carreira profissional.

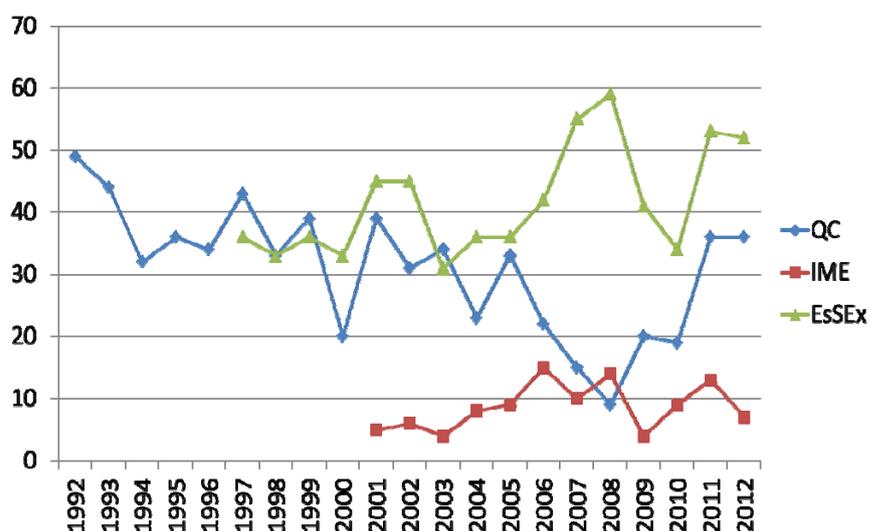
Nos ofícios que se tornaram mistos recentemente e em todos os registros (dos gabinetes de negócios internacionais à decisão política ou à direção de orquestra), os homens organizam 'nichos' que ainda preservam a segregação. Mas não se pode continuar imaginando que se as mulheres

chegam a altos níveis de responsabilidade é porque os homens os abandonaram: a retrospectiva e a comparação mostram que, ao contrário, trata-se de um investimento ativo das mulheres, e não de uma retirada passiva dos homens. (SCHWEITZER, 2008, p. 381-382).

Em nossa análise, a ordenação classificatória em turmas mistas compõe uma disposição hierárquica que imprime relações identitárias comuns para homens e mulheres. Estudos recentes sobre mercado de trabalho e gênero corroboram que a inserção das mulheres nas Forças Armadas parece ser sintomática da trajetória da evolução das normas sociais. Seja no primeiro momento, com a instauração do sistema de cotas, ou no estabelecimento de corpos femininos ou mesmo no recrutamento profissional em ocupações técnicas ou de ensino superior, Sylvie Schweitzer (2008) considera que, incontestavelmente, as Forças Armadas foram o último bastião de resistência ao acesso das mulheres às formações superiores que implicam o comando sobre homens.

Cabe refletir quanto às possibilidades construídas pelo cotidiano das atividades ocupacionais voltadas para o espaço público e que permitem remodelar e ainda questionar os padrões de desigualdades e as diferenças de oportunidade no mercado de trabalho.

Gráfico 2 – Efetivo de mulheres militares de carreira formadas em turmas mistas no Exército Brasileiro (1992-2012)



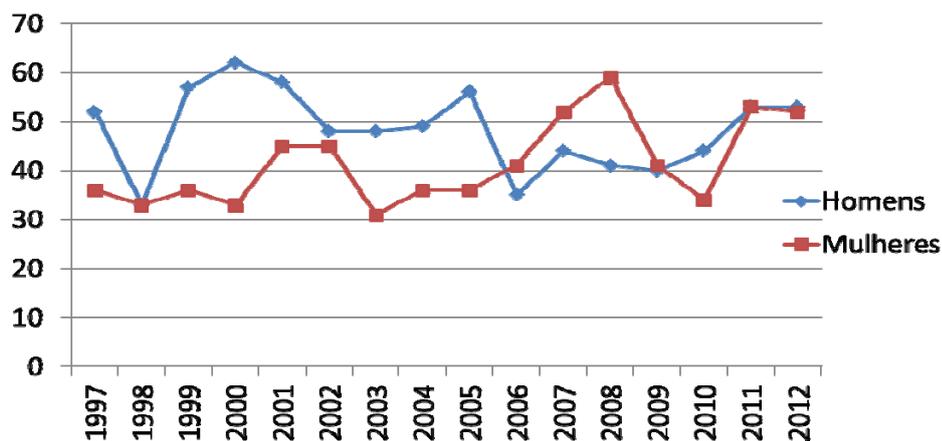
Fonte: Anexo C- Denominação Histórica das Turmas de Oficiais formados em Escolas de Formação Militar com turmas mistas.

No Gráfico 2, elaborado com os dados quantitativos do efetivo feminino dos CFO do QC, EsSEx e do IME, observamos a distribuição do acesso das mulheres militares de carreira no Exército Brasileiro, ao longo dos últimos vinte anos (1992-2012). Assim podemos verificar uma curva ascendente relativa à entrada do sexo feminino na Escola de Saúde do

Exército. Inferimos que um dos principais motivos na disposição desta curva seria devida à significativa entrada de farmacêuticas, dentistas e médicas em diversas especialidades e à não restrição de vagas por sexo para o acesso aos cursos de formação militar composto por turmas mistas no Exército Brasileiro (EB).

No ano de 2010, os oficiais-alunos e alunas dos Cursos de Farmácia e Odontologia passaram a realizar seu Curso de Formação na EsFCEEx, o que poderia incidir na redução do efetivo feminino incorporado na EsSEEx. Contudo, averiguamos que, mesmo com a saída de dois cursos (Farmácia e Odontologia) na incorporação do Serviço de Saúde, a entrada das mulheres na EsSEEx, cujo curso de formação de oficiais passou a ser composto apenas por profissionais do Curso de Medicina, ainda é maior do que o quantitativo de mulheres inseridas no QC e no IME. (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Homens e Mulheres militares formados em turmas mistas na Escola de Saúde do Exército (1997-2012)



Fonte: Anexo C- Denominação Histórica das Turmas de Oficiais formados em Escolas de Formação Militar com turmas mistas.

A entrada das mulheres como oficiais na EsSEEx tanto é relevante que, no período de 2006 a 2008, ultrapassou a incorporação masculina; todavia no ano de 2009 ela se iguala e, em 2010, tem uma queda de 5%. Porém, a partir de 2011 e 2012 mantém equivalência quantitativa no ingresso de homens e mulheres na EsSEEx, conforme Gráfico 3.

No contexto atual, o papel social das mulheres tende a sofrer alterações influenciadas pelas questões de gênero, já que, sob esta ótica, a transformação do mercado de trabalho e o aumento da escolaridade propiciam uma atuação efetiva na busca de espaço social lado a lado – mulher e homem. A participação do sexo feminino nas Forças Armadas

desloca a perspectiva de gênero para o interior da caserna com os detalhamentos da rotina militar e a reorganização da construção deste novo paradigma.

O reconhecimento da incorporação das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras se faz em uma construção da divisão de trabalho mais equânime, todavia, absorve as dificuldades crescentes na adequação dos parâmetros da vida civil com as regras e rotinas pré-estabelecidas da rotina militar, mas cumpre também em dar visibilidade tanto para papel a ser desempenhado pela militar enquanto cidadã ao participar na manutenção da soberania do país.

As transformações refletem o que está ocorrendo em toda a sociedade contemporânea. Cabe avaliar como as mulheres militares no Exército Brasileiro estão conciliando os ganhos de sua inserção no mercado de trabalho e as dificuldades diante da complexidade das ações, que culturalmente são de sua responsabilidade, como a casa e os filhos, e a questão de sua identidade como gênero, ao assumir o papel protagonista de sua vida e de suas atitudes.

## 1.6 INCORPORAÇÃO DAS MULHERES MILITARES NO EXÉRCITO BRASILEIRO

A fim de compreender as possibilidades de ingresso das mulheres como militares no Exército Brasileiro, é preciso diferenciar as diversas formas de acesso. No Brasil, o serviço militar consiste no desenvolvimento de atividades específicas das Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica e compreende os encargos relativos à Defesa Nacional. Para isto, de acordo com o Regulamento do Serviço Militar, Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, o alistamento no serviço militar é obrigatório para todos os homens brasileiros. No período de 1º de janeiro a 30 de abril do ano em que completa dezoito anos, o jovem deve se apresentar em uma Junta de Serviço Militar (JSM) onde poderá escolher em que Força Armada irá servir e receberá o certificado de alistamento militar (CAM), para uma apresentação posterior, um ano após o alistamento. Também os brasileiros naturalizados deverão se apresentar.

No alistamento, após a seleção militar, realizada por uma Comissão de Seleção (CS), o jovem poderá ser escolhido<sup>35</sup> para a efetivação da incorporação inicial ou, se na condição de dispensado da convocação, deverá cumprir o juramento à bandeira<sup>36</sup> e receberá

---

<sup>35</sup> Com o início do processo seletivo são realizados exames médicos, entrevista, prova de conhecimentos gerais e, após cerca de um mês, ocorre a seleção final para recrutamento ou dispensa de incorporação.

<sup>36</sup> “Dispensado da prestação do serviço militar inicial, por força de disposições legais, e consciente dos deveres que a Constituição impõe a todos os brasileiros, para com a defesa nacional, prometo

um Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI). Este certificado é importante na vida dos jovens brasileiros, pois é um documento exigido para a realização de concursos públicos e para a entrada no mercado de trabalho com carteira assinada.

Se for convocado, será designado para incorporar no serviço militar obrigatório em uma organização militar<sup>37</sup> e, em caso de já possuir o segundo grau completo ou ter ingressado no ensino superior, poderá ser matriculado em um órgão de formação de oficiais da reserva – Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR)/Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). O emprego operacional, considerado a atividade-fim do Exército Brasileiro, é compreendido como o efetivo combate, assim, a incorporação ocorre em uma categoria masculina<sup>38</sup>, a ser discutida posteriormente, na sistematização do ensino militar.

Para o sexo feminino, o mesmo regulamento prevê a isenção das mulheres do alistamento obrigatório, em tempos de paz, mas adverte que estão sujeitas às necessidades de mobilização em caso de guerra, ou seja, elas poderão ser convocadas em caso de conflito armado. Na Constituição de 1988 (CF/88)<sup>39</sup>, o artigo nº 143 possibilita a incorporação voluntária tanto para as mulheres quanto para os homens, a fim de atender às necessidades da

---

estar sempre pronto a cumprir com minhas obrigações militares. Inclusive, a de atender à convocação de emergência, e na esfera das minhas atribuições, dedicar-me inteiramente aos interesses da Pátria, cuja honra, integridade, e instituições, defenderei, com sacrifício da própria vida. (Juramento à Bandeira Nacional para os dispensados para seleção inicial)” (Juramento a ser declamado pelos compromitentes dispensados para o serviço militar).

<sup>37</sup> Se for convocado, o recruta realizará instruções militares em uma OM responsável, posteriormente será distribuído, de acordo com as necessidades do Quadro de Cargos Previstos (QCP) pelas unidades militares da Região Militar. O licenciamento acontecerá após nove meses e o cidadão recebe, então, o certificado de reservista (CR). O certificado deverá ser carimbado anualmente, por cinco anos, possibilitando o controle dos efetivos da reserva nesse período. Disponível em: <[http://dsm.dgp.eb.mil.br/index2.php?option=com\\_wrapper&viem=wrapper&temid=99](http://dsm.dgp.eb.mil.br/index2.php?option=com_wrapper&viem=wrapper&temid=99)>. Acesso em: 16 nov. 2011.

<sup>38</sup> Os militares possuem diversas especializações que são desenvolvidas em relação a Arma, Quadro ou Serviço, conforme a origem da escola de formação militar. As Armas envolvem atividades ligadas ao combate, atividade-fim da profissão militar. Os quadros reúnem militares de diversas especialidades, podendo atuar na atividade-meio ou complementar, e os serviços, apoiam diretamente a atividade-fim, normalmente considerada de cunho logístico. As armas se dividem em duas armas-base (Infantaria e Cavalaria) e as armas de apoio ao combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações). Tanto os oficiais quanto as praças de carreira formados em escolas militares (AMAN, EsIE, EsSA) e os temporários, formados pelo Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) ou Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) para as Armas, Quadro de Material Bélico e Serviço de Intendência, são do sexo masculino. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/armas-quadros-e-servicos>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

<sup>39</sup> O serviço militar inicial é obrigatório a todos brasileiros e será prestado por classes constituídas de brasileiros nascidos entre 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano em que completarem 18 anos de idade. As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, de acordo com suas aptidões, a cargos de interesse da mobilização. Disponível em: <[http://pt.wikisource.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_1988\\_da\\_Rep%C3%BAblica\\_Federativa\\_do\\_Brasil/T%C3%ADtulo\\_V](http://pt.wikisource.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1988_da_Rep%C3%BAblica_Federativa_do_Brasil/T%C3%ADtulo_V)>. Acesso em: 21 abr. 2011.

profissionalização das Forças Armadas. Por este artigo, é assegurada a inserção da mulher como oficial ou praça de carreira, através de concurso público, em escolas de formação militar com corpos mistos em seus quadros profissionais onde elas participam de quadro ou serviço cuja exigência seja direcionada, por intermédio de um edital, para as especialidades consideradas como atividade-meio e/ou complementar seja como oficial ou praça temporário<sup>40</sup> cujo ingresso no Exército ocorre através de uma seleção conduzida pelas doze Regiões Militares<sup>41</sup> distribuídas por todo o território nacional.

As regiões militares estabelecem o período e as vagas de acordo com a necessidade e a área de interesse. Assim, homens e mulheres podem se candidatar e prestar concurso de âmbito nacional, no caso dos militares de carreira, ou por meio de seleção de currículo, entrevista e, em alguns casos, prova teórica e prática, para os militares temporários a serem incluídos nas fileiras das Forças Armadas em quadros e serviços disponibilizados para este fim.

Na formação do militar temporário, o ingresso é dividido em:

1. Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) – será em caráter obrigatório, para os profissionais da área de saúde, do sexo masculino, com a formação em medicina, farmácia, odontologia e medicina veterinária e que solicitaram adiamento de incorporação por estarem cursando a faculdade no período de engajamento. O ingresso pode ser de caráter voluntário, para mulheres e homens, nas mesmas especialidades profissionais, desde que os indivíduos *tenham menos de 38 anos, completados até 31 de dezembro do ano da convocação*. As especificações quanto ao quantitativo de vagas e as designações são definidas pelas regiões militares.

---

<sup>40</sup> O militar temporário é aquele que ingressa como oficial no Estágio de Adaptação ao Serviço (EAS), para médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários; no Estágio de Serviço Técnico (EST), para os profissionais das diversas carreiras de nível superior e de interesse para o Exército ou praça; no Estágio Básico de Sargento Técnico Temporário (EBST), para os profissionais de nível técnico que possuem formação em uma área de interesse do Exército. A idade máxima para a prestação do EAS e do EST fica condicionada a até, pelo menos, 38 anos, referidos a 31 de dezembro do ano da incorporação. Para o EBST, a idade mínima é de dezoito anos e, no máximo, de trinta anos completados até 31 de dezembro do ano da incorporação. Esses militares poderão permanecer no Exército Brasileiro por até oito anos de efetivos serviços, sendo, a cada ano, avaliados pelo comando da Organização Militar de vinculação, para efetuar sua prorrogação. Vale ressaltar que conta, para tempo de serviço militar, o tempo trabalhado no serviço público. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/ingresso/militar-temporario>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

<sup>41</sup> O território nacional é subdividido em doze regiões militares, no Exército Brasileiro, e as regiões militares ficam subordinadas a um comando militar de área, de acordo com o Decreto n° 3.213, de 19 de outubro de 1999, que dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos Militares de Área e das Regiões Militares no Exército Brasileiro, e dá outras providências.

2. Estágio de Serviço Técnico (EST) – é reservado aos diversos integrantes profissionais graduados em áreas de proveito para o Exército. Para a formação de praças temporárias será realizado o Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST) destinado para profissionais do ensino médio convocados para vagas em áreas de interesse do Exército.

Para o ingresso na vida militar como temporário são estabelecidas duas fases: um período de instrução técnico-militar, com duração de cerca de quarenta e cinco dias, que aborda os procedimentos, normas e regulamentos do Exército, e a segunda fase, realizada dentro da Organização Militar para a qual foi designado.

Segundo Francis Oliveira Gonçalves (1999, p. 8), o Exército Brasileiro, para o cumprimento de sua missão constitucional, compõe suas atividades em três núcleos básicos: a) atividade-fim – considerada aquela destinada ao emprego operacional da Força Terrestre e ao seu adestramento e preparo para a guerra; b) atividade-meio – aquela destinada a dar apoio e suporte à Força Terrestre, permitindo a realização da atividade-fim; e c) atividade-complementar – aquela que pode ser excluída do conjunto de forças em ação, sem o comprometimento da eficiência operacional.

O sexo feminino foi efetivado nas Forças Armadas em atividade-meio (no Quadro de Engenheiros Militares – Engenharia) ou em atividade-complementar (no Quadro Complementar de Oficiais – Informática, Magistério ou Administração, a exemplo das profissões que compõem o corpo de oficiais do QCO).

Para compreender como são incorporadas as novas especialidades nas Forças Armadas, interessa analisar o atual cenário estratégico internacional. Neste cenário, o conceito de defesa nacional passou a envolver quatro missões principais, a saber: as ameaças tradicionais ou convencionais relacionadas ao ataque militar direto; as novas ameaças ou as não convencionais relacionadas ao narcotráfico ou ao terrorismo; os compromissos estratégicos do país como a participação em operações de paz; e a participação no desenvolvimento nacional.

Helena Carreiras (1995) relata que, nos países europeus e nos EUA, a participação militar feminina se concretiza com a inserção de novas especialidades profissionais e com a mudança do recrutamento obrigatório para voluntário, provocando uma ruptura no esquema tradicional da inclusão da mulher nas Forças Armadas.

Os tradicionais ‘exército de massa’, baseados no sistema de conscrição geral, deram lugar a formações limitadas, tendencialmente profissionalizadas e

facilmente mobilizáveis, seguindo uma tendência de redução dos contingentes e potencial militar. (CARREIRAS, 1995, p. 99).

As transformações das instituições militares geradas pelo advento dos novos recursos tecnológicos e a própria noção da “socialização do perigo” originada pelas ações terroristas, modificou a lógica da missão das FFAA, hoje pautada no modelo de dissuasão. Este conceito visa o preparo das FFAA, no sentido de tornar a guerra inexecutável. Por conseguinte, as condições da estrutura militar se especializam e exigem mudanças para assegurar a operacionalização de sistemas estratégicos de alta complexidade (CARREIRAS, 1995).

No Manual do Processo de Transformação do Exército, do Estado-Maior do Exército (EME), a reorganização implantada na Força, a partir de 1971, delineou modificações em suas bases doutrinárias, viabilizando a modernização administrativa através da criação de inspetorias para acompanhar a execução orçamentária bem como a reformulação do sistema de planejamento e atualização de manuais técnicos. A modernização foi implantada também no sistema de ensino do Exército, envolvendo as atividades de ensino e pesquisa.

Jaime Garcia Covarrúbias (2007, p. 16) demonstra que os conceitos de reformar, modernizar ou transformar não são sinônimos para os especialistas em assuntos militares, pois, para dar início a uma mudança institucional profunda é necessário identificar como se compõe a força armada de um determinado país e suas bases de apoio. Para isto, é fundamental compreender os eixos básicos da organização militar em que se apoia a força armada. Os eixos básicos têm por fundamento três componentes interdependentes, quais sejam a natureza ou a destinação, a estrutura jurídica e as capacidades.

Em sua abordagem teórica, Covarrúbias (2007) identifica, em relação aos países latino-americanos, a utilização da interpretação de três conceitos: adaptação, modernização e transformação<sup>42</sup>, conceitos que foram utilizados como parâmetro para a reformulação da Estratégia de Defesa Nacional.

O início do recrutamento feminino se enquadra com o processo de transformação das Forças Armadas Brasileiras e possibilita a passagem de um modelo atual para um modelo futuro, levando em consideração as especificidades regionais diante das mudanças no

---

<sup>42</sup> O brigadeiro (R/1) Jaime Garcia Covarrúbias (2007, p. 18) revela, para os países latino-americanos, a interpretação dos conceitos: adaptação – consiste em adaptar as estruturas existentes para continuar cumprindo as tarefas previstas; modernização – otimização das capacidades para cumprir a missão de uma melhor forma; transformação – desenvolve novas capacidades para cumprir novas missões ou desempenhar novas funções para o combate.

exercício da violência organizada, descrito no manual “O processo de transformação do Exército”. Analisada por Eliézer Rizzo de Oliveira (2009, p. 75), a transformação das Forças Armadas considera o cenário estratégico atual e as prioridades a serem aplicadas na reorganização das Forças Armadas a fim de aumentar sua operacionalidade para, assim, cumprir as novas missões e habilitar-se para novas funções em combate.

Tal mudança implica não só no caráter técnico de dispor de aprendizado para novas habilidades para o combate, mas, também, em seu aspecto político, quando programações combinadas entre as Forças Armadas e auxiliares (Marinha, Exército e Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), que requerem treinamentos e investimentos para a aquisição da tecnologia da informação necessária para viabilizar estas ações. Destacamos estes dados, uma vez que incide em orçamento para novos equipamentos, treinamento de recursos humanos e uma coordenação logística com vários segmentos da sociedade quer seja com entidades militares ou mesmo civis nacionais e internacionais, principalmente quando envolve operações de manutenção da paz e operações de garantia da lei e da ordem.

Com o término da Guerra Fria, um novo cenário internacional incorpora novas ameaças à defesa nacional, direcionadas pelas questões da política de segurança, a serem referenciadas com demandas específicas como os conflitos internos (étnico-raciais), o narcotráfico ou por drásticas mudanças climáticas: o aquecimento global, desastres naturais, recorrentes como pautas da agenda internacional, além das missões de ajuda humanitária.

De acordo com Moskos (2000, p. 16), o pós-guerra fria provocou mudanças nas relações da sociedade em geral, assim como estas transformações também se refletiram na organização militar, principalmente com a redução de seus efetivos permanentes e o fim do serviço militar obrigatório, o que afetou decisivamente a permeabilidade das relações básicas entre as Forças Armadas e a sociedade.

Nas últimas décadas, as transformações derivadas do período pós-guerra fria possibilitaram novas atribuições nas missões das FFAA, que se estruturam fundamentalmente em um caminho diverso das certezas relativas ao contexto de guerra fria. Na visão conceitual de Moskos (2000), a pós-modernidade nas Forças Armadas pode oferecer condições para auxiliar na análise das mudanças organizacionais e do novo papel das Forças Armadas que têm resultado em uma maior participação nas missões humanitárias que envolvem militares e civis, bem como nas ações militares conjuntas. Este argumento reside no fato de que ocorreu o declínio da guerra entre os Estados e a ascensão da guerra no interior do Estado que, muitas vezes, resulta no colapso do próprio Estado.

A pós-modernidade militar influencia diretamente a experiência histórica dos Estados Unidos e das nações da Europa Ocidental. Com uma epistemologia própria, a pós-modernidade nas Forças Armadas é caracterizada por cinco mudanças organizacionais (MOSKOS, 2000, p. 2): o crescimento da interpenetrabilidade entre a esfera civil e a esfera militar, tanto estruturalmente como culturalmente; a redução da diferença entre serviços armados com base na classificação de combate versus os papéis de apoio; a mudança no propósito militar, das batalhas de guerra para missões que não seriam necessariamente consideradas militares no sentido tradicional; o crescimento da utilização das forças militares em operações de manutenção da paz e missões humanitárias acompanhadas por entidades para além do Estado atingido; e a internacionalização das forças militares.

Os traços transculturais moldam padrões na constituição da estrutura de poder nas relações de gênero, favorecem permanências, ou seja, mantêm a figura do herói militar, em sua posição central no controle da violência coletiva, como modelo socialmente dominante (CARREIRAS, 2009, p. 170). A autora ainda acrescenta:

Se bem que a exclusão do combate constitui ainda um elemento restritivo a uma completa inserção institucional das mulheres, é também certo que nos últimos anos tem vindo a fazer-se sentir pressões no sentido de sua eliminação em alguns países, é já admitida presença feminina nas unidades de combate. (CARREIRAS, 1995, p. 106).

Muitos dos argumentos que impedem as ações de combate realizadas por mulheres são mantidas em decorrência de uma tradição cultural que mantém a divisão sexual em comportamentos e papéis pré-estabelecidos para homens e mulheres, principalmente, em questões de decisão e poder. No entanto, podemos considerar que as transformações da contemporaneidade têm possibilitado mudanças nas esferas do poder e na quebra dos arquétipos tradicionais sobre o masculino e o feminino, a exemplo da Presidência da República, no Brasil, ou da Direção do Hospital Naval sob a responsabilidade de uma mulher militar em Salvador, em 2006.

Na análise de Donadio (2009), a questão de gênero nas Forças Armadas se localiza no contexto da democratização e os setores de defesa e segurança não fogem a esta regra geral. As mulheres ainda enfrentam alguns obstáculos para o ingresso na carreira militar, principalmente em razão das restrições às armas combatentes. Entretanto, a presença das mulheres nas operações de paz tem conferido experiências profissionais ímpares e uma contribuição significativa no contato com a população local, o que contribui para impulsionar uma maior representação das mulheres nos contingentes militares e policiais.

A proposta política para a construção de uma cultura da paz pela Organização das Nações Unidas (ONU), através da Resolução nº 1.325, aprovada pelo seu Conselho de Segurança (SCN), em outubro de 2000, além de incorporar a perspectiva de gênero nas operações de manutenção da paz sublinha, para os Estados-membros das Nações Unidas, o papel estratégico dos militares em fornecer a segurança adequada pós-conflito e reforça as ações a serem garantidas através do combate contra a violência sexual contra mulheres e meninas no conflito. Além disto, esta proposta efetiva a vinculação da perspectiva de gênero com as questões da defesa e segurança nacional.

A aprovação da RSCN 1.325 reconhece o papel das mulheres em todos os esforços para a manutenção e a promoção da paz e segurança. Sobretudo, a RSCN 1.325 admite a necessidade de garantir a plena participação feminina em todos os escalões de decisão para implementar a prevenção e a resolução dos conflitos armados, incluindo os programas de apoio militar de desarmamento, desmobilização e reintegração. Com a perspectiva de gênero, as ações políticas determinam medidas dos Estados-Membros da ONU para a elaboração de um plano de ação a fim de garantir e incrementar a representação das mulheres nas operações de campo como observadoras, militares, policiais civis e militares e mesmo na consecução de serviços em parcerias com Organizações Não Governamentais (ONG) e a população local militar e civil. A principal medida é garantir condições para que os atores sociais, população local, mulheres, homens, meninos e meninas dos países em conflito e pós-conflitos possam ser capazes de encaminhar novas abordagens e metodologias na resolução dos conflitos internos e na manutenção da paz, com a participação de todos, a fim de conduzir para práticas sociais que visem o estabelecimento de bases para a paz e a transição democrática.

Das diretrizes a serem implementadas, descritas no *Integrating a gender perspective into the work of the United Nations military in peacekeeping operations*<sup>43</sup>, destaca a necessidade de compor os contingentes dos países parceiros das operações de manutenção de paz com mulheres militares, a fim de garantir a participação efetiva das mulheres

---

<sup>43</sup> A partir de 2009, o escritório de assuntos militares e a unidade de gênero do Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO) iniciaram o processo de desenvolvimento de um guia para a integração da perspectiva de gênero nas atividades militares das Nações Unidas. O guia é dividido em três seções correspondentes aos níveis de engajamento militar nas operações de paz, a saber, tático, estratégico e operacional. O objetivo deste guia é auxiliar para dar suporte ao pessoal militar no reconhecimento e endereçar as prioridades de segurança em todos os setores da população local, homens, mulheres, meninas e meninos no contexto da manutenção da paz. Disponível em: <[http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/dpko\\_dfs\\_gender\\_military\\_perspective.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/dpko_dfs_gender_military_perspective.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2012.

incluindo-as nas atividades de desarmamento, desmobilização e reintegração, defesa e segurança, patrulha, suporte para as ações humanitárias e proteção da população civil, o que geralmente resultará em uma estreita relação entre a população local e os componentes das operações de manutenção da paz.

Tal fato objetiva favorecer uma melhor atenção das demandas sobre mulheres, paz e segurança, bem como incluir nas instruções dos contingentes encarregados das missões de paz, a perspectiva de gênero. Estas características estão alinhadas, em geral, com a Resolução 1.820/2008, que recomenda, também, aos Estados-Membros uma maior representação da mulher na desmobilização e em todos os níveis da tomada de decisão e, em consequência, na resolução de conflitos e nos processos de promoção da paz, o que favorece considerar a abordagem de gênero nas missões de pacificação e o reconhecimento de ex-combatentes tanto do sexo feminino como do masculino, bem como gera uma pressão crescente para a incorporação da mulher militar nas FFAA em todas as atribuições, inclusive nos papéis de combate (MOSKOS, 2000, p. 22). A adoção de tais considerações visa afetar todas as partes envolvidas no conflito armado e no pós-conflito, uma vez que reconhece a necessidade de garantir a proteção especial para as mulheres e meninas contra a violência perpetrada pela desigualdade de gênero e, em particular, para todas as formas de abuso sexual e estupro.

As propostas de novas abordagens para o processo de construção e promoção da paz e da segurança, as ações no combate e a própria condução da guerra quer seja em sua discussão política ou no combate nos fronts foi, por muito tempo, uma prática essencialmente masculina. Essencialmente, visto que, apesar da participação mais expressiva das mulheres, em destaque nas forças de apoio em operações de manutenção de paz, as ações beligerantes ainda permanecem com a imagem da eficiência de guerreiros fortes e protetores prontos para servirem a uma autoridade política para a defesa nacional; em contraponto, a feminilidade estaria associada à paz e a família.

A Resolução do Conselho de Segurança de 1888/2009 amplia a discussão sobre as questões contra os crimes sexuais e todas as formas de violência contra mulheres e crianças, ratifica a política de tolerância zero e a exclusão imediata dos países que cometam atos de violência sexual contra civis. Um relatório comemorativo dos dez anos da RSCN 1.325 publicado pelo Fundo das Nações Unidas para População (UNFPA) retrata as expectativas da situação da População Mundial em 2010. Neste documento foi observado que poucos países fizeram a adesão às deliberações da RSCN 1.325 e elaboraram seus planos de ação nacional: dos 192 Estados-Membros da ONU, o relatório contabilizou apenas dezoito países que efetivaram as diretrizes recomendadas. Este relatório ainda enfatiza que a violência de gênero

e o abuso permanecem exacerbados não só nos países em guerra ou pós-conflito, mas nos campos de refugiados ou como resultados de desastres naturais.

Atualmente, se reconhece que a violência frente aos papéis sexuais, identifica vulnerabilidade não só em mulheres e meninas, mas também para homens e meninos e são evidenciados em função da guerra, seja pela intensidade dos conflitos seja pela ocupação militar ou pela vida como refugiado, condições que acarretam graves consequências econômicas e sociais na vida da população local.

A atuação de mulheres militares junto às tropas de manutenção da paz desenvolve uma ação que possibilita uma proximidade com as mulheres dos estados afetados. A experiência em combate dos EUA trouxe o conhecimento de que, em muitas culturas, como no Iraque e no Afeganistão, não é permitido que outros homens se dirijam ou se aproximem de suas mulheres. A aproximação se faz através das militares, por intermédio de ações humanitárias, como na distribuição de gêneros alimentícios, e ações cívico-sociais, como também auxiliam, por meio da visibilidade de suas presenças e atuações, na possibilidade da denúncia de violência doméstica e estupro perpetrados pela população local.

Para prestar uma ação segura, as tropas mistas constituídas procuram empregar o/a militar que seja capaz de responder às necessidades do preparo e emprego operacional fornecidas através do adestramento aos militares combatentes e aos não combatentes que desempenham atividades ocupacionais. Estes últimos, além de saber cumprir com suas especialidades profissionais, desenvolvem também atividades como militares. No próximo capítulo, apresentaremos o embasamento teórico sobre gênero e o processo de formação militar nos cursos de formação de oficiais com turmas mistas no Exército Brasileiro.

## CAPÍTULO 2

### O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS MILITARES: A ESCOLA DE FORMAÇÃO MILITAR COM TURMAS MISTAS

There simply were not enough men volunteering to serve, making the service of women a necessity<sup>44</sup>. (Dr. Brenda Moore)

O presente capítulo trata das razões que deram origem à pesquisa e aos principais questionamentos que norteiam o desenvolvimento deste trabalho e visa oferecer o arcabouço do tema de nossa investigação, a entrada das mulheres nas escolas de formação militar com turmas mistas, assim como apresenta como os sujeitos envolvidos, mulheres e homens, na amostra pesquisada, são incorporados e inseridos na Força Terrestre.

As escolas de formação militar, no Exército Brasileiro, imprimem durante o adestramento para a vida militar, a disciplina dos corpos, definida em comportamentos e atitudes com regras e hierarquizações descritas em normas, manuais e portarias, na construção de novos símbolos que admitem a uniformização das condutas naquele ambiente social.

Em reconhecimento à entrada do sexo feminino no Exército Brasileiro, a turma do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) de 1992 recebeu a denominação<sup>45</sup> de turma Maria Quitéria<sup>46</sup> e, posteriormente, teve como patrono a mesma personalidade histórica, em homenagem à primeira mulher a assentar praça nas fileiras do Exército durante as batalhas travadas pela independência do Brasil Colônia, no século XIX. Em 1996, Maria Quitéria foi também escolhida como patrono do QCO, além de ser a primeira mulher a fazer parte do quadro dos vultos históricos do Exército Brasileiro. A foto nº 3 do Apêndice D revela o busto da Maria Quitéria, localizado no pátio dos patronos na EsFCEEx. Sua figura compõe o acervo de diversos patronos que estabelecem o elo entre o feito histórico em que estão inseridos e a arma, quadro ou serviço que sua imagem homenageia. Maria Quitéria e seu contexto histórico sublinham a presença da única figura feminina na estrutura institucional.

<sup>44</sup> Simplesmente (quando) não há homens voluntários suficientes para servir, torna o serviço das mulheres, uma necessidade (tradução própria). (Roles for Women in U.S. Army Expand por Michelle Norris em entrevista com Dr<sup>a</sup> Brenda Moore). Disponível em: <<http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=14869648>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

<sup>45</sup> A Port Cmt Ex 549, de 06 de outubro de 2000 (R-126), em seu artigo nº 52, descreve os procedimentos para a escolha de turma de oficiais sargentos e alunos do NPOR/CPOR e Colégios Militares. Disponível em <<http://www.dee.ensino.eb.br/legislacao/21%20-%20ensino%20leg%20geral/Port%20Cmt%20Ex%20n%20BA%20549.pdf>> Acesso em 12 Dez 2012.

<sup>46</sup> Decreto Ministerial nº 96 de 28 de junho de 1996.

A escolha do patrono<sup>47</sup> do Quadro Complementar não só reconhece Maria Quitéria como vulto a ser homenageado de forma regular, no dia do QCO, 2 de outubro, por intermédio de solenidades, formaturas, leitura da ordem do dia, em todos os Estabelecimentos de Ensino Militar do Exército Brasileiro, mas, sobretudo, destaca na história militar seus feitos históricos reproduzidos nos documentos oficiais e reconhecidos pela autoridade de D. Pedro I, que lhe auferiu a condecoração da “Ordem Imperial do Cruzeiro”, no grau de cavaleiro, e honras de 1º Cadete. Tal fato veio a dar visibilidade a uma ruptura na linearidade de um padrão condicionado aos modelos de comportamento esperados para as mulheres de sua época, quando ousou, ao incorporar em trajes masculinos e contra a vontade de seu pai, ingressar nos batalhões organizados para lutar contra as tropas portuguesas no litoral baiano. Findo o arroubo da mocidade e com a independência do Brasil, retorna ao lar e cumpre seu papel de filha, ao solicitar perdão ao pai por sua fuga; de esposa, ao casar com seu pretendente; e de mãe, após o nascimento de sua filha. Faleceu no anonimato de sua história de vida, só redescoberta no centenário de sua morte, em 1953, quando então o Ministério da Guerra determinou que o retrato desta heroína fosse instalado em todas as repartições do Exército Brasileiro.

Vinte anos depois da turma Maria Quitéria, a escolha da denominação da turma de 2012, Major Elza Cansanção Medeiros, marca a coragem das 67 enfermeiras militares incorporadas na Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Segunda Guerra Mundial. Elas enfrentaram as adversidades referentes à escolha de seguir para cuidar e prestar assistência de enfermagem aos pracinhas enfermos nos hospitais de campanha na Itália assim como às ideias contrárias ao que era esperado para a mulher na década de 1940, o modelo de recato e fragilidade, símbolos atribuídos como características femininas. A recente homenagem, com a denominação da turma de 2012, vinte anos depois, à Major Elza Cansanção Medeiros, cumpre a função de manter viva a memória das experiências dessas mulheres militares para os oficiais dos formandos da turma de 2012, na denominação histórica das turmas do Quadro Complementar de Oficiais e na História Militar Brasileira.

Comentando sobre a história das mulheres, Michele Perrot (2006) revela que os objetos e os pontos de vistas desses relatos foram sendo transformados e seus personagens, que antes eram retratados como vítimas, mostram uma história de mulheres ativas que

---

<sup>47</sup> Patrono – chefe militar ou personalidade civil escolhida como figura tutelar de uma força armada, de uma arma, de uma unidade, etc., cujo nome mantém viva as tradições militares e o culto cívico dos Heróis. Disponível em: <[www.exercito.gov.br/web/guest/patronos](http://www.exercito.gov.br/web/guest/patronos)>. Acesso em: 21 fev. 2012.

interagem com os homens no espaço público das cidades, do trabalho, do político, da profissão, da guerra e da paz.

Em nossa investigação, retratamos as histórias de mulheres brasileiras que participaram de momentos ímpares do Exército Brasileiro: na independência do Brasil, na guerra do Paraguai e na Segunda Grande Guerra Mundial e, hoje, suas histórias, precursoras da trajetória da incorporação das mulheres como militares, se entrelaçam com as histórias e experiências de todas as militares que fazem parte das Forças Armadas. Deste modo, a pesquisa se debruça em discutir e analisar as vivências sobre as relações de gênero entre oficiais e oficiais de carreira inseridas no cenário militar do Exército Brasileiro.

## 2.1 GÊNERO E AS RELAÇÕES SOCIAIS DENTRO DA CASERNA

As relações sociais de gênero permitem propor estudos e pesquisas sobre o/a militar com participação ativa nos quadros e serviços com homens e mulheres militares não combatentes, como oficiais alunos e ainda como instrutores, ocupando vagas/claros, com a possibilidade de serem transferidos/as para as diversas regiões do país e exercendo cargos e funções inerentes a sua profissão, como especialidade de formação acadêmica e como militar. Diferente do sexo, o gênero pode ser compreendido como um fenômeno inconstante e contextual, que não se delimita a uma categoria única, porém coaduna com um conjunto de relações, culturas e histórias convergentes. A não existência de um sujeito estável para as práticas políticas mantém abertas questões sobre as identidades e pressupõe a manutenção de uma vigilância permanente para não fixar em estruturas fundantes as relações sociais dos sujeitos que se quer representar.

Como categoria, gênero admite a percepção de argumentos conflituosos que envolvem uma ordem própria de inúmeros sujeitos compreendidos pelas diferenças histórico-culturais como feminino e masculino. Dentre as dicotomias que refletem injunções discursivas sobre o feminino, cabe analisar a composição dos distintos papéis dispostos na complexidade da construção social da categoria mulher – mãe, militar, esposa, profissional – e que não se sobrepõem àqueles papéis vinculados à ordem do masculino em que lhe é “permitido” estar como militar às 24 horas, independente da família ou de momentos de lazer.

A interação diária nas escolas de formação militar possibilita a estruturação das características atribuídas para a identidade militar, quer seja com instrutores em sala de aula ou na convivência frequente com superiores, pares e subordinados. Este cotidiano se define em razão de que o *habitus* da vida *civil* deverá ser modificado, com o objetivo de dar conta a

uma transformação exigida para o exercício da vida militar, não só no procedimento profissional – a rotina do trabalho –, mas também para ações que envolvem o lazer e a vida em família (moradia em área militar, filhos estudando no colégio militar, a movimentação no território nacional, o que dificulta a construção de laços sociais com outras pessoas externas ao círculo castrense).

Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração moral. (BOURDIEU, 2009, p. 10).

Portanto, os símbolos passam a ter significado quando integram socialmente conhecimentos. Para os oficiais alunos, principalmente aqueles oriundos da vida civil, são estimulados a aprender de forma intensa, especialmente durante as instruções e adestramento militar, o que exige o enquadramento de seus corpos e de seus comportamentos através de continências, formaturas, acampamentos, treinamento físico e ordem unida, derivados de práticas repetitivas que sistematizam e regulam a convivência da vida na caserna: no jargão militar diz-se que o *espírito militar deverá ficar na massa do sangue*.

Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica – uma rotina cujo código abrange o corpo inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador. (FOUCAULT, 1997, p. 147).

Ao contextualizar as relações de gênero na caserna, compreendemos o meio militar como masculino, não só pela maioria de seus componentes, mais também pelas atitudes, rituais e comportamentos que foram construídos e internalizados, ao longo dos séculos, e se naturalizaram<sup>48</sup> e definem a profissão militar. As marchas, as formaturas, a uniformização dos corpos através do disciplinamento na ordem unida, na postura militar, em seu enquadramento diferenciado diante de pares, superiores e subordinados, as relações hierárquicas definem a estrutura do cotidiano na vida em caserna. Celso Castro (2004, p. 82) nos alerta que a identidade militar não poderá ser definida apenas pelo recorte morfológico,

---

<sup>48</sup> Para Bourdieu (2009, p. 18), “a força da ordem masculina se evidencia no fato que ela dispensa justificção; a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. Deste modo, compreendemos que os ritos construídos no cerne da estrutura militar são essencializados como elementos simbólicos naturais do *ethos* militar.

através de seus uniformes, ritos e barreiras simbólicas: o desafio é perceber não *o que é*, mas *como é* esta identidade, quais são seus desafios.

Uma das questões metodológicas que envolveram a minha escolha pelo tema decorre do fato de vivenciar uma experiência de vida como um *não autêntico nativo*, pois, apesar de ser militar e executar os rituais e atividades inerentes à caserna, ao mesmo tempo, a condição de ser mulher, com uma formação acadêmica pregressa e inserida no quadro complementar impede uma inclusão absoluta, todavia, privilegia uma vivência ímpar por compartilhar com outras mulheres, em um ambiente militar com uma lógica perpetrada em um discurso que preconiza valores típicos da linguagem hegemônica masculina.

As minhas experiências como instrutora foram direcionadas para realizar o acompanhamento dos oficiais alunos graduados em enfermagem e do grupamento feminino, assim como, confirmar outras experiências das oficiais inseridas no Corpo de Alunos:

Havia uma oficial que acompanhava o segmento feminino, era responsável pelas orientações específicas das alunas (uniformes femininos, conduta, trajes civis), pela facilitação de nossa adaptação. Também sendo uma espécie de guru e ponto de equilíbrio para toda turma. Ela ministrava instruções militares, auxiliava na ajudância (documentação). Sua presença foi muito importante para toda turma, pois como já mencionei, ela atuou inúmeras vezes como conselheira, facilitando nossa adaptação (no caso das mulheres) à vida castrense. (ALFA).

Haviam duas tenentes, uma da administração e outra de enfermagem. A primeira era mais da Ajudância e a outra dava instrução para as áreas de veterinária e enfermagem. Lembro delas mais dando força às mulheres e passando dicas de cabelo, roupa e etc. Via pouca participação delas na instrução geral para todo CFO e acho que a participação delas era importante para as mulheres que viam como alguém que já havia passado pelas mesmas dificuldades. (OSCAR).

Para o grupamento feminino, a participação de uma oficial feminina como instrutora buscou oferecer uma referência, além de dar oportunidade de dialogar com as oficiais alunas sobre dúvidas e questionamentos na adaptação à caserna e as orientações visavam auxiliar na acomodação das formas de comportamentos e vestuário no meio militar.

Além disso, este aspecto mencionado permite outro estranhamento, o de estar ocupando um lugar *consentido e delimitado*, uma vez que as mulheres militares não ocupam todos os quadros e serviços das Forças Armadas. De certa forma, a cada promoção, ainda persiste um olhar expectante e curioso de superiores, pares e subordinados pelo não costume de conviver com mulheres militares em posições hierárquicas diferentes daquelas que determinam uma subordinação e que produzem um deslocamento do eixo da assimetria, das

diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho e, em nosso campo de pesquisa, em torno das relações de autoridade e poder a ser desenvolvido pelas oficiais e praças nas Organizações Militares.

Um dos aspectos a ser destacado na elaboração do presente trabalho diz respeito à obrigação do estranhamento do pesquisador com o objeto, ou melhor, a questão do distanciamento necessário para a estruturação e confecção da pesquisa, pois a proximidade do pesquisador com o objeto de pesquisa pode macular a interpretação dos dados coletados. Em uma análise preliminar, inferimos a possibilidade de considerar a condição de estranhamento. O fato de *estranhar o familiar* sociologicamente confere a possibilidade de confrontar intelectualmente fatos, opiniões e pontos de vistas, mas, acima de tudo, de interpretar com rigor científico os contornos de diferentes grupos sociais e situações contextualizadas. Esta afirmativa se respalda nas discussões de Gilberto Velho (2008, p. 122), ao defender o uso na pesquisa da observação daquilo que nos é familiar, que esclarece que esta premissa ou dogma do não envolvimento com o objeto não é unânime na comunidade acadêmica e a própria noção de que o envolvimento com o objeto de estudo é inevitável já foi enunciada. Entretanto, são as condições do método de pesquisa, ou seja, o modo como são delineadas as questões e a utilização das técnicas que demarcam a profundidade desejada na pesquisa científica e produzem a objetividade necessária para o universo investigado.

Assim, em princípio, dispomos de um mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome e lugar e posição aos indivíduos. Isso, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão do mundo dos diferentes atores em uma situação social, nem as regras que estão por detrás dessas interações dando continuidade ao sistema. Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de transcendê-lo e poder 'pôr-se no lugar do outro' (VELHO, 2008, p. 127).

Entretanto, a minha participação no ambiente militar não está condicionada à compreensão absoluta da lógica de suas interações, mesmo sendo possível visualizar um mapa em que se delineiam hábitos, rituais e rotinas. Necessariamente, as atividades cotidianas não possibilitam observar todos os mecanismos e princípios que organizam e constroem as relações de gênero na caserna.

Esse movimento de relativizar as noções de distância e objetividade de um lado nos torna mais modestos quanto à construção de nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranóias sobre a impossibilidade de resultados parciais, neutros. (VELHO, 2008, p. 130).

A oportunidade de discutir a construção das relações de gênero no Exército Brasileiro admite a realização de estudos sobre o processo de consolidação das identidades das militares, não em um perfil único, principalmente, devido à pesquisa ser desenvolvida em escolas de formação militar mista, mas reconhecer o que envolve a compreensão das relações de gênero. Deste modo, a análise se propôs a lançar um olhar sobre o processo de construção social dos papéis de homens e mulheres e as interações socioculturais que reproduzem comportamentos definidos como próprios para homens e outros definidos como próprios para mulheres. Neste sentido, torna-se possível identificar como se dá a construção das relações de gênero no ambiente essencialmente masculino de uma Organização Militar.

## 2.2 COMPREENDENDO OS ESPAÇOS DOS SUJEITOS

Para situar a presente investigação, faz-se necessário definir o que são as Forças Armadas e seus elementos constitutivos. De acordo com o Estatuto dos Militares, Capítulo 1º, art. 2º:

As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, e destinam-se a defesa da pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. São instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei. (Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980).

O enquadramento dos elementos envolvidos na execução da segurança nacional é regulamentado em cada Força Armada e se torna importante, pois será concebido em virtude de sua destinação constitucional. Estes elementos envolvidos formam uma categoria especial de servidores da pátria e são denominados militares. Suas atividades são consideradas privativas para o pessoal da ativa<sup>49</sup> e o processo de formação militar tem seu início a partir da incorporação nas Forças Armadas, cujo ordenamento “obedece às diversas sequências de graus hierárquicos” (ESTATUTO DOS MILITARES, 1980).

---

<sup>49</sup> São equivalentes as expressões “‘na ativa’, ‘da ativa’, ‘em serviço ativo’, ‘em serviço na ativa’, ‘em serviço’, ‘em atividade’ ou ‘em atividade militar’, conferida aos militares no desempenho de cargo ou comissão, encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade militar ou considerada de natureza militar, mas organizações militares das Forças Armadas, bem como na Presidência da República, na Vice-Presidência da República, no Ministério da Defesa e nos órgãos quando previstos em lei ou quando incorporados às Forças Armadas”. (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe do Estatuto dos Militares).

A carreira militar é caracterizada pela atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípua das Forças Armadas, denominada atividade militar. (Estatuto dos Militares – Lei nº 6.880 de 09 de dezembro de 1980).

Nas Forças Armadas, a hierarquia e a disciplina são elementos basilares nas relações entre superiores, pares e subordinados. A hierarquia confere poder e autoridade com a responsabilidade necessária para a tomada de decisão e define o posicionamento de seus membros e os disciplina na estrutura organizacional. No Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), seção III, art. 7º até 9º, são descritos os princípios gerais da hierarquia e da disciplina, que determinam a hierarquia militar como a ordenação das autoridades, em níveis diferenciados, entre postos e graduações. Junto com a disciplina, estabelece o cumprimento do dever por todos os componentes do organismo militar.

Piero Leirner (1997, p. 53) define hierarquia como um princípio geral que conduz as relações sociais cotidianas na instituição militar. Como princípio, designa os comportamentos e manifestações de deferência exteriorizados através dos sinais de respeito, continência, honras militares, ordens e ações de comando. Porém, o autor nos alerta que a hierarquia não apenas conduz as interações na caserna, como é determinante também nas relações com o mundo civil.

Desse modo é que as condutas no Exército, mantidas por indivíduos que se encontram em condições diferenciadas de acordo com um rol de segmentos específicos, como as patentes, têm como parâmetro a hierarquia como fato coletivo capaz de ordenar a ação individual, de modo que ela esteja em consonância com a conduta geral, tornando assim a própria ideia de coletividade viável. (LEIRNER, 1997, p. 72).

A entrada das mulheres militares nas FFAA através das escolas de formação militar não só possibilita o estabelecimento de um lugar específico na ordenação do organismo militar, como também as submete a um espaço determinado no almanaque do exército<sup>50</sup>. Do mesmo modo, permite o seu acesso aos postos e graduações ajustados aos padrões hierárquicos e disciplinares como, também, confere as responsabilidades peculiares ao enquadramento neste universo organizacional.

Para Helena Carreiras (2009), na maioria dos países ocidentais, o processo de feminização no quadro permanente das Forças Armadas se inicia em resposta à alteração no

---

<sup>50</sup> O almanaque do exército é um serviço do Departamento Geral do Pessoal (DGP) oferecido aos integrantes do Exército Brasileiro e possibilita acompanhar diversos aspectos atinentes à carreira militar. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/interno/almanaque-do-exercito>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

perfil dos contingentes: a necessidade de conciliar uma melhor qualificação do militar e a redução dos efetivos a fim de suprir as exigências operacionais e a profissionalização dos recursos humanos na administração direta e no magistério compreendidas como atividade-complementar e atividades de saúde.

Diante da premissa da necessidade de profissionalização específica e da reestruturação administrativa dos recursos humanos para a liberação dos militares combatentes para a atividade-fim das FFAA, inferimos que a incorporação de turmas mistas no Exército Brasileiro absorveu diversas áreas de conhecimento dentro das escolas de formação militar – Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), com sede em Salvador, o Instituto Militar de Engenharia (IME)<sup>51</sup> e a Escola de Saúde do Exército (EsSEEx)<sup>52</sup>, ambas com sede no Rio de Janeiro – e, na estrutura militar vigente, permitiu a efetivação das experiências comuns no cotidiano das organizações militares, desde a formação inicial, que inclui o adestramento básico militar, as instruções de legislação militar e específicas, até o final do curso somadas às avaliações cognitivas, afetivas e psicomotoras que são ordenadas em processo de classificação por nota, independentemente do sexo. A ordem de classificação da turma direciona a escolha da vaga e a chegada dos tenentes recém-formados nas Organizações Militares, bem como a vivência cotidiana entre homens e mulheres de farda na unidade escolhida.

---

<sup>51</sup> No ano de 1792, por ordem de Dona Maria I, Rainha de Portugal, foi instalada, na cidade do Rio de Janeiro, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. A primeira escola de engenharia das Américas e terceira do mundo, alojada na Casa do Trem de Artilharia, na Ponta do Calabouço, onde, atualmente, funciona o Museu Histórico Nacional. Seu objetivo era formar oficiais das Armas e Engenheiros para o Brasil-Colônia. Os cursos de Infantaria e de Cavalaria tinham a duração de três anos, o da Artilharia, cinco anos. O curso de Engenharia durava seis anos, sendo que, no último ano, eram lecionadas as disciplinas de Arquitetura Civil, Materiais de Construção, Caminhos e Calçadas, Hidráulica, Pontes, Canais, Diques e Comportas. A Real Academia se tornou a base para a implantação da Academia Real Militar, criada em 23 de abril de 1811, por ordem de D. João VI. A Missão Militar Francesa, iniciada na década de 1920, inspirou a criação da Escola de Engenharia Militar. O Decreto nº 5.632, de 31 de dezembro de 1928, estabeleceu como missão da Escola de Engenharia Militar: a formação de engenheiros, artilheiros, eletrotécnicos, químicos e de fortificação e construção.

<sup>52</sup> A escola de saúde foi criada em 6 de janeiro de 1910, pelo Decreto nº 2.232, com a finalidade de instruir os médicos sobre os conhecimentos básicos para a vida militar, posteriormente, foram incluídos os farmacêuticos, dentistas e veterinários e incorporados através de concurso, no Corpo de Saúde do Exército, na então, Escola de Aplicação Médica Militar. A denominação atual “Escola de Saúde do Exército (EsSEEx)” foi criada pelo Decreto nº 22.350, de 12 de janeiro de 1933. Hoje, a EsSEEx ministra o curso de formação para os oficiais médicos, curso de formação e aperfeiçoamento para as praças de saúde, e tem sob sua responsabilidade e coordenação, subordinada à Diretoria de Ensino Militar Superior (DESMil), os cursos de pós-graduação ministrados a todos militares de saúde do Exército. Disponível em: <[http://www.essex.ensino.eb.br/html/a\\_essex/historico/historico\\_essex\\_1.htm](http://www.essex.ensino.eb.br/html/a_essex/historico/historico_essex_1.htm)>. Acesso em: 2 nov. 2011.

Ao optar por investigar sobre a dinâmica que constrói a história de homens e mulheres militares inseridos na caserna, como parte da tessitura processual da historicidade no mundo, resgato a compreensão de “sujeitos da história”, de Lucília Delgado (2010), que compreende os sujeitos como plurais e de origens sociais diversas, além de traduzir em suas multiplicidades a heterogeneidade de seus pensamentos em ações, a alteridade composta pela riqueza das inúmeras identidades a representarem a diversidade do ser humano em seu potencial criativo.

Em nossa pesquisa, estes sujeitos são compostos por aqueles/as que escolhem estar inseridos/as no Exército Brasileiro em um momento singular de suas vidas profissionais, realizam um curso de formação militar de quase um ano e definem sua carreira profissional dentro da instituição. Além disto, a análise se volta para as experiências de homens e mulheres formados juntos em escolas militares, mas também inclui a de terem passado pela vida acadêmica seja como graduados nos distintos campos profissionais ou mesmo no contato direto em sala de aula entre civis e militares durante a formação, aperfeiçoamento ou pós-graduação, como no caso do IME.

O fato da escolha de ser militar poder ocorrer em um momento mais amadurecido da vida, na fase adulta, pois, de acordo com o edital – principalmente da EsFCEEx e EsSEEx –, o ingresso acontecerá em uma faixa etária entre 21 a 36 anos, no ato da matrícula. Um dado relevante em nossa pesquisa se constitui em trabalhar com um conjunto de linguagens, comportamentos e símbolos que são utilizados na vida cotidiana militar derivado das interações sociais entre militares – no caso específico, entre mulheres e homens, no ambiente da caserna –, aqui compreendido como “um processo criativo ininterrupto havendo alguns mais eficazes e duradouros do que outros” (VELHO, 2008, p.15).

De qualquer forma o familiar, com todas essas necessárias relativizações é cada vez mais objeto relevante de investigação para uma antropologia preocupada em perceber a mudança social não apenas ao nível das grandes transformações históricas, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas. (VELHO, 2008, p. 134).

Quanto à escolha das escolas de formação militar de grupo misto como cenário de nossa pesquisa, assim se justifica: a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), pelo pioneirismo de ser a primeira escola do Exército Brasileiro a incorporar mulheres em seu quadro como oficial da ativa, a primeira a se valer da formação militar mista, ou seja, homens e mulheres formados juntos para se tornarem militares e, devido às

primeiras oficiais formadas já terem chegado ao posto de oficial superior. Outra característica pertinente é que os oficiais e oficiais da EsFCEx são oriundos de diversas áreas de conhecimento (ciências humanas, da saúde, exatas) o que reúne diferentes indivíduos que optam por se tornarem militares e, conseqüentemente, por apresentarem pensamentos/saberes/conhecimentos variados.

A Escola de Saúde do Exército (EsSEX)<sup>53</sup>, é responsável por incorporar médicos/as, odontólogos/as e farmacêuticos/as relacionados/as, especificamente, à área de saúde. Todavia, desde 2011, os/as oficiais/alas odontólogos/as e farmacêuticos/as passaram a ser formados/as na EsFCEx, junto com os/as enfermeiros/as e médicos/as veterinários/as, em uma seção de ensino comum para a área de saúde, porém ao final da formação, os/as odontólogos/as e farmacêuticos/as permanecem no Serviço de Saúde e os enfermeiros/as e médicos/as veterinários/as, no QCO. A Escola de Saúde permaneceu formando os/as oficiais/alas médicos/as, assim como a organização e o acompanhamento dos cursos de atualização, especialização e estágios no Programa de Capacitação e Atualização Profissional dos Militares de Saúde (ProcapSau) sob a diretriz da Diretoria de Saúde (DSau).

O Instituto Militar de Engenharia (IME) é responsável por incorporar e formar engenheiros/as, propiciando, além dos cursos de graduação, o planejamento, o acompanhamento e a aplicação dos conhecimentos nos programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e estágios de pós-doutorado relacionados à linha de ensino militar científico-tecnológica sob a égide do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).

O conhecimento, a competência e a capacidade administrativa servem como pontos principais para as ações de comando e, na teoria, não há nenhuma interferência derivada pela diferença entre os sexos, porém, entendemos que são as práticas cotidianas que, efetivamente, norteiam as possíveis facilidades ou dificuldades enfrentadas por mulheres e homens militares em suas vidas de trabalho dentro das Organizações Militares. Em nossa abordagem, esta perspectiva foi apreendida por intermédio das entrevistas coletadas e pelas análises feitas à luz do feminismo e das teorias de relações de gênero.

Com relação ao feminismo, cabe ressaltar que, “como um campo de estudo que trafega indubitavelmente entre o cotidiano macro e micro das mulheres resgata a arte de dialogar para operar no processo de construção e desconstrução do conhecimento”, segundo

---

<sup>53</sup> Apenas os/as oficiais médicos(as) formados pela Escola de Saúde do Exército podem chegar ao posto de oficial general; os demais oficiais, odontólogos(as) e farmacêuticos(as) chegam até o posto de coronel, como posto máximo. No IME, o/a engenheiro/a militar, formado/a naquele estabelecimento de ensino, poderá também ascender até o posto de oficial general.

Eleonora Menicucci de Oliveira (2008, p. 230), para quem a relação do feminismo como construção do conhecimento se baseia na concepção de que é através das relações do cotidiano, observadas e analisadas pelo método reflexivo da apreensão de uma dada realidade ou da expressão da relação sujeito/objeto, que é edificado o diálogo pela experiência do sujeito e a sua atividade concreta. A autora enfatiza que o diálogo entre o feminismo e as ciências sociais está constantemente permeado pelas incertezas e produz imprevisibilidades características próprias do ser humano.

De forma singular, consideramos que o convívio diário entre mulheres e homens militares nas Organizações Militares (OMs), consolida as práticas sociais que configuram o/a militar. Esta construção se inicia na escola de formação militar, cuja finalidade é a transformação dos indivíduos, mulheres e homens, oriundos da vida civil para torná-los militares ou a adequação de militares temporários em militares de carreira ou, mesmo, de praças em oficiais, de tal modo que as transformações serão incorporadas ao longo da carreira e possibilitarão amalgamar o espírito de corpo e os valores institucionais em corpos mistos.

Em pesquisa realizada sobre a entrada das mulheres militares nas Forças Armadas Portuguesas, a socióloga Helena Carreiras (2009, p. 17) salienta que a admissão das militares, na Europa e Estados Unidos, ocorreu em relativa igualdade com a de seus congêneres masculinos e foi progressivamente incorporada.

No Brasil, a incorporação das mulheres militares nas Forças Armadas Brasileiras aconteceu, inicialmente, em quadros e serviços voltados para a área de saúde e nas atividades administrativas. Contudo, com o amadurecimento das experiências do feminino como militar, novas possibilidades vêm sendo estabelecidas: oportunidades de comando nos hospitais militares, chefias de serviços, serviços de escala – oficial de dia, sargento de dia; nas academias e escolas militares das Forças Armadas e das Forças Armadas Auxiliares (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), como instrutoras, como, também, colegas de turma, a exemplo da Academia da Força Aérea (AFA), nas delegacias ou na Academia da Polícia Militar. As experiências cotidianas permitem consolidar a ocupação dos espaços sociais, evidenciando a competência e o profissionalismo daquelas que, com seus congêneres, fizeram o juramento à bandeira nacional<sup>54</sup> com o compromisso de defender a sua pátria com o sacrifício das próprias vidas.

---

<sup>54</sup> “Incorporando-me ao Exército Brasileiro, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas, e com bondade os subordinados, e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja Honra, Integridade, e Instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida!”

Cabe, ainda, considerar acerca da pertinência de identificar questões que configuram as experiências do sexo feminino imerso em uma atividade considerada predominantemente masculina, de como acontece esta construção na Força Terrestre, os impactos na família militar, na trajetória profissional, nas movimentações pelo território nacional e em todas as prerrogativas que constituem a vida militar.

### 2.3 O CURSO DE FORMAÇÃO MILITAR COM CORPOS MISTOS

Ao iniciar minha carreira no Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar (CFO/QC) da EsAEx, situado na cidade de Salvador/Bahia, vivenciei, também, o início da inserção das mulheres como oficiais de carreira em uma escola de formação militar no Exército Brasileiro (EB). No ano anterior, 1991, a EsAEx havia lançado um edital com o objetivo de incorporar profissionais em turmas mistas, mulheres e homens, formados pelas diversas universidades do país, em várias áreas de conhecimento administração, ciências contábeis, economia, enfermagem, estatística, magistério (história, inglês, alemão, francês, espanhol), medicina veterinária, informática e direito.

De acordo com a exposição de motivos do Projeto de Lei nº 772, enviada em 2 de maio de 1988, para a submissão ao Congresso Nacional com vistas à criação do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), pelo então Ministro de Estado do Exército, General de Exército Leonidas Pires Gonçalves, é justificada a proposta de criação do Quadro com a finalidade de suprir as necessidades das Organizações Militares com pessoal, no desempenho de atividades complementares. O objetivo da implementação do Quadro seria racionalizar a utilização dos recursos humanos da Força Terrestre com o propósito de ampliar a operacionalidade e obter melhor aproveitamento de seus efetivos. O QCO tornaria possível preservar os oficiais de carreira da linha de ensino bélica para a atividade-fim e integraria em seus quadros, pessoal habilitado em distintas áreas de interesse do Exército Brasileiro, favorecendo os programas de modernização administrativa, além de aperfeiçoar as condições de adestramento da Força Terrestre.

Desde o Anteprojeto de Lei do Quadro Complementar de Oficiais encaminhado, em 1988, para as câmaras de Constituição e Justiça, Segurança Nacional e de Finanças, o art. 4º, §3º já previa a admissão do sexo feminino nas fileiras do Exército Brasileiro. A Lei nº 7.831<sup>55</sup> foi promulgada em 2 de outubro de 1989 destinando os oficiais do Quadro

---

<sup>55</sup> Projeto de Lei nº 772/1988.

Complementar às necessidades das Organizações Militares de pessoal especializado com nível superior para o desempenho de atividades complementares. Contudo, o Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar (CFO/QC) iniciou suas atividades, em 1990, com turmas constituídas apenas por alunos do sexo masculino, tendo a incorporação das mulheres como militares em corpos mistos acontecido apenas em 1992.

No curso de formação militar, o período de instrução era intenso e a formação dos oficiais do QC e da EsSEX ocorria em 35 semanas<sup>56</sup>. Nos primeiros anos de curso do CFO/QC, o quadro de trabalho era dividido em duas etapas: o Curso Básico de Formação Militar (CBFM) e o Curso de Formação Específica (CFE). Naquele período, as etapas<sup>57</sup> do CFO/QC eram divididas em dois períodos distintos: o primeiro, de março até agosto, e o segundo, de agosto até novembro; hoje, as duas etapas transcorrem simultaneamente ao longo do período do curso de formação. A primeira etapa era voltada essencialmente para o adestramento básico militar e consistia em adequar os tenentes-alunos à nova condição, com instruções militares específicas para a adaptação à vida na caserna, tais como manter postura e comportamento condizentes com o ambiente militar, prestar continência, aprender a cumprir uma ordem, escolher o nome de guerra, estudar disciplinas como história militar, informática, ou em instruções militares: instrução de armamento, munição e tiro, ordem unida, treinamento físico, hinos e canções, instrução individual para o combate, instrução básica, instrução geral – que incluía o aprendizado de manuais, normas e regulamentos militares, e ainda os acampamentos. Vale lembrar que um ritual específico do início da vida na caserna é a escolha do nome de guerra.

Leirner (2008), em artigo que trata sobre os nomes de guerra, compreende que a “engenharia social” que possibilita a consolidação da “essência militar” é construída por intermédio de códigos, rituais e protocolos definidos e repetidos diariamente e é mais enfaticamente consubstanciada durante o processo de formação militar marcado pelo controle sistemático dos horários, atividades e instruções bem como nas relações sociais da coletividade militar e no reconhecimento de símbolos, padrões e linguagens próprios da caserna que permitem identificar o mundo militar como diferente do mundo civil. Ainda, os processos ritualísticos são também mantidos através das avaliações periódicas, regulamentos,

---

<sup>56</sup> Característica do ensino militar que permanece nas turmas posteriores.

<sup>57</sup> O acampamento era o ponto culminante para o curso de formação militar, após, a turma era liberada para um período de dez dias de descanso. Com o retorno se iniciava o segundo período do curso. Entretanto, atividades como: escalas de serviço, ordem unida e as formaturas diárias permaneciam em todo período do curso.

regras de conduta e comportamentos, solenidades e formaturas promovidas de forma regular na instituição militar.

Assim, desde sua entrada na instituição militar, o militar está sujeito às regras que se organizam em muitos rituais e nas inúmeras solenidades do cotidiano. Esse treinamento instala-se num aprendizado que é, sobretudo, corporal e mediatizado pelos muitos manuais, numa espécie de adestramento dos movimentos estudados, e, portanto, condicionados, mas principalmente submetidos a estatuto e regras, numa tentativa de homogeneizar um modo de comportar dentro dos quartéis. (CAVILHA, 2009, p. 141).

Segundo Juliana Cavilha (2009), a adoção do nome de guerra acompanhará o militar durante a sua carreira. Com a condição da mobilidade territorial da/o militar, de seus pares, superiores e subordinados, ela/e poderá ser reconhecido por companheiros de turma ou por outros militares que a/o conheceram na vivência cotidiana do ambiente da caserna por todo o país. As escolhas ocorrem no início da formação militar, evitando a duplicidade dos nomes de guerra entre os pares, alunos e superiores da escola de formação. Com a entrada das mulheres militares, as escolhas possibilitam a inclusão de nomes de guerra femininos como Capitão Maria ou Major Denise, por nomes compostos – Sargento Fernanda Campos – ou pelos sobrenomes masculinos, Tenente Silva ou Sargento Duarte, o que poderá inicialmente confundi-la com uma identidade masculina. Porém, será sua trajetória, comportamento e atitudes no desenvolvimento da vida militar é que irá sedimentar sua identificação nas lembranças dos companheiros de farda durante sua carreira.

A minha turma inicial era composta por 122 alunos. Além destas instruções, participávamos como “sombra”<sup>58</sup> no serviço de oficial de dia e, mais tarde, de plantão de alojamento, das práticas de ordem unida, formaturas e solenidades militares (homenagens aos patronos dos Quadros, Armas e Serviços), treinamento de hinos e canções militares. Nesta fase, a turma foi dividida em três pelotões com cerca de 40 alunos: Alfa, Bravo e Charlie<sup>59</sup>. O

---

<sup>58</sup> Termo utilizado na caserna que designa o militar que acompanha as atividades desenvolvidas durante o serviço de escala de outro militar, efetivamente designado para a função, nas 24 horas. Essa atividade poderá ser desempenhada para a prática de aprendizado, em casos de alunos (oficiais e praças) durante a formação militar ou por militar recém-transferido para uma unidade militar e tem a finalidade de proporcionar conhecimento sobre as particularidades do serviço.

<sup>59</sup> Utiliza-se o alfabeto fonético internacional para a distribuição entre os pelotões de turma, e outras atividades militares como patrulha, e no serviço de comunicação das FFAA. Na pesquisa, utilizaremos o alfabeto fonético também para designar os sujeitos da pesquisa. No manual de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas, o uso de abreviaturas tem a finalidade de simplificar a redação de documentos, na esfera administrativa e na esfera operacional, que, pela natureza e destinação militar, deverão ser escritos e compreendidos no âmbito do Ministério da

corpo de alunos (CA) era composto por um Comandante, tenente coronel de infantaria, e um específico, da Companhia de Alunos, capitão de artilharia – oficial combatente formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), responsável por todo o grupamento de alunos –, sendo cada pelotão distribuído sob o comando de um tenente, também formado pela AMAN.

O critério de seleção dos pelotões era em ordem alfabética, todavia, o número de alunos oriundos do meio militar na turma permitiu que, em cada pelotão, houvesse um quantitativo significativo destes alunos, oficiais temporários ou praças do Exército ou de outra Força Armada, que auxiliavam o pelotão internamente, orientando e ajudando os demais companheiros no processo de adaptação à nova condição. Para acompanhar as oficiais-alunas do CFO/QC, a EsAEx convidou uma capitão-tenente da Marinha, que permaneceu por dois anos (1992 e 1993), junto com os demais instrutores do Exército. Em 1993, duas oficiais formadas no ano anterior continuaram na EsAEx e auxiliaram na formação militar, orientando e acompanhando as militares do sexo feminino em questões quanto ao uso do uniforme militar e ao comportamento no ambiente castrense.

No segundo período do curso, realizado em 14 semanas, a divisão foi realizada com grupos constituídos pelas especialidades, ou seja, a grade curricular também foi específica, porém, também permaneceram matérias integrantes de conteúdo militar, como a ordem unida e as formaturas matinais. Como graduada em Enfermagem, na fase específica, minha turma passou a ser composta por 13 oficiais alunos, dos quais, três eram homens e dez mulheres.

O curso de formação específica era composto por diversas disciplinas pertinentes a cada profissão, com o objetivo de adequar os conhecimentos técnicos da graduação às peculiaridades da vivência da profissão no ambiente militar, conforme demonstra a organização das matérias para a área de enfermagem cuja grade curricular/avaliação se encontra discriminada no Quadro 2.

Quadro 2 – Seção de Ensino/5 – CFO/QC-Enfermagem/1992

Nº DO GP MATÉRIAS	FUNCIONA- LIDADE DAS MATÉRIAS	MATÉRIAS INTEGRANTES	VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA/ COMPLEMENTAR	COEFI- CIENTE	CARGA HORÁ- RIA (H)
I	Inst/OPR (Instruções)	- Manutenção orgânica do material de saúde	1 VE		27

	Operacionais)	- Psicologia aplicada	1 VE		21
		- Defesa Química, Biológica e Nuclear	1 VC		42
		- Liderança e administração do serviço de enfermagem	1 VC	3	20
		- Administração do centro cirúrgico e assistência de enfermagem no pré, per e pós-operatório	1 VC		36
II	Inst/OPR	- Legislação básica	1 VE		29
		- Endemias, higiene e profilaxia	1 VC		58
		- Enfermagem de emergência	1 VC	3	57
		- Serviço de saúde em campanha	1 VC		55
III	COMPL (complementares)	- Dinâmica de grupo	-		22
		- Ordem Unida	-		17
		- Treinamento físico	-	-	48
		- Estágios	-		40
		- Férias	-		40
<b>S O M A</b>					<b>512</b>
<b>À DISPOSIÇÃO DO COMANDO</b>					<b>88</b>
<b>T O T A L</b>					<b>600</b>

Fonte: Manual do Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar, ano de 1992, produzido pela Escola de Administração do Exército.

Após a avaliação final e antes da formatura de término do CFO/QC, a turma era posicionada em ordem de classificação e de acordo com a nota final do somatório das notas do CBFM e CFE. Com base nesta ordenação, apresentava-se a distribuição de vagas nas Organizações Militares por especialidades e cada oficial aluno, de acordo com a sua ordem de classificação, pôde escolher, dentro das opções apresentadas, a unidade e a região do país onde gostaria de servir. Mas nem todos conseguiram voltar para a cidade natal, já que as vagas eram ocupadas por ordem de classificação, ou seja, os últimos escolhiam as vagas restantes, além do que nem sempre eram ofertadas vagas nas cidades de origem dos oficiais alunos.

Ao término de minha formação e em decorrência de minha classificação, pude escolher servir no Rio de Janeiro, minha cidade natal. Deste modo, fui designada para atuar no Hospital Central do Exército, onde exerci o cargo de coordenadora da subdivisão de enfermagem, de 1992 a 2000, e de adjunto à Divisão de Ensino e Pesquisa Médica, no período de 2000 a 2003. Em 2000, terminei a dissertação do mestrado como enfermeira na Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No curso de mestrado, estudei a inserção das irmãs de caridade da irmandade de São Vicente de Paulo, no Hospital Militar da Guarnição da Corte (1864-1870). Destarte, pude

discutir sobre as irmãs de caridade que começaram suas atividades no hospital militar em plena Guerra do Paraguai e em um ambiente estritamente masculino. Elas foram as primeiras mulheres a exercer atividades assistenciais como enfermeiras, diuturnamente, no hospital militar. A atuação das irmãs de caridade de São Vicente de Paulo em hospitais militares terminou em 1994, quando a última irmã de caridade se despediu do atual Hospital Central do Exército (HCE) para viver em um asilo no Hospital São Vicente de Paulo no Rio de Janeiro.

Na dissertação de mestrado, eu já havia relatado sobre o processo de incorporação das irmãs de caridade no Hospital Militar e Ultramar da Corte, no período da Guerra de Paraguai, e suas reflexões me permitiram observar as limitações da atuação da mulher no cenário nacional, especialmente ao questionar a razão pela qual as irmãs de caridade de São Vicente de Paulo, provenientes da França, foram escolhidas para atuar no hospital militar em um período tão conturbado para o Brasil como a Guerra do Paraguai<sup>60</sup>.

No início de 2003, com a designação para ser instrutora do CFO/QC, mais especificamente, dos oficiais-alunos do Curso de Enfermagem na Escola de Administração do Exército (EsAEx), fui, então, desligada do HCE e transferida, em junho do mesmo ano, para a EsSAEx, lá permanecendo até 2006. No final do período de instrução (2003-2006), fui novamente transferida, desta vez, movimentada para o Hospital Geral de Salvador (HGeS), local onde trabalho até o presente momento. Todavia, permaneci dando apoio às atividades desenvolvidas pela Escola de Formação Complementar do Exército, durante as visitas técnicas realizadas pelos oficiais-alunos de enfermagem, odontologia e farmácia ao HGeS, e como orientadora na produção de artigos científicos.

Ao retornar para a EsAEx como instrutora, pude perceber questões inquietantes relacionadas à vida militar, que entrelaçavam a mulher e sua múltipla performance como profissional, militar, mãe, esposa ou filha: o necessário *traquejo* para lidar com a dedicação ao cumprimento do dever e da missão enquanto militar e a exigência em cumprir com eficiência tanto as questões pessoais como profissionais; a dedicação exigida na condição de militar, o

---

<sup>60</sup> As irmãs de caridade da irmandade de São Vicente de Paulo foram convidadas pelo Conde D'Eu, genro do Imperador, para atuar nos hospitais militares. O Conde havia combatido pela França na Guerra da Criméia e, certamente, conheceu a atuação de Florence Nightingale e das irmãs de caridade desta irmandade. Elas tiveram uma atuação importante na assistência de enfermagem e na redução da mortalidade de soldados ingleses feridos e enfermos. Entre as alternativas para a opção pelas irmãs de caridade de São Vicente de Paulo estariam as experiências adquiridas na Guerra da Criméia, assistência aos enfermos e nos hospitais da Santa Casa de Misericórdia, as qualidades de devotamento e honradez, e padrões rígidos disciplinares favorecendo a permanência dessas por 124 anos no Hospital Militar no Rio de Janeiro. (PASSOS, 2003, p. 150-158).

cuidado com os filhos, a questão da possibilidade da movimentação pelo território nacional<sup>61</sup>, principalmente no caso de a oficiala ser casada e o esposo não ser militar ou não trabalhar em instituição federal, o que determina, às vezes, a necessidade de ter que pedir demissão, acrescida da incerteza da inserção no mercado de trabalho em outra região do país, ou mesmo quando, também, o/a esposo/a militar não conseguir ser designado/a para a mesma região, por não haver vagas para a função ou profissão exercida. Estes aspectos envolvem tanto as oficiais alunas quanto as oficiais já formadas.

Em meus questionamentos e leituras, no intuito de expandir meus estudos, verifiquei e me dispus a pensar na história das mulheres nas Forças Armadas por intermédio do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o que pôde me dar um alicerce para pensar a mulher em um sentido mais amplo e nas relações socioculturais em que está inserida.

Esta reflexão possibilitou buscar uma categoria analítica que possibilitasse a investigação metodológica dos papéis sociais construídos subjetivamente e que designasse, para o homem e para a mulher, esferas diferentes com experiências específicas. A partir daí, consideramos a necessidade de inquirir homens e mulheres militares formados em corpos mistos bem como os instrutores responsáveis pelo processo de formação para, assim, analisar como as mulheres foram incorporadas nas fileiras militares e o significado desta incorporação para a história destas mulheres.

Experiência semelhante à incorporação da mulher como militar de carreira nas Forças Armadas já vinha acontecendo na Marinha e na Aeronáutica, desde 1980. Neste período, mulheres com ensino técnico e superior completo realizavam cursos de formação militar para praças e oficiais, respectivamente, e atuavam em áreas da ciência e tecnologia (engenharia), administrativas (administração), ciências contábeis, economia e de saúde (enfermagem, medicina, nutrição). As primeiras turmas de formação das militares tanto na Marinha como na Aeronáutica foram exclusivamente constituídas por mulheres.

Após dez anos do ingresso das mulheres na Marinha e na Aeronáutica, o Exército Brasileiro abriu suas fileiras para as mulheres, possibilitando o ingresso no curso de formação

---

<sup>61</sup> No princípio, o oficial do QC era pouco movimentado, com possibilidade de ficar mais tempo em uma Organização Militar e adquirir conhecimentos necessários para o bom rendimento nas funções realizadas o que reduziria assim, as soluções de continuidade no serviço. Essa orientação modificou, com nova proposta possibilita a movimentação do oficial do QCO de acordo com a necessidade do serviço em outra OM e a presença do claro, ou seja, a presença da vaga na unidade solicitada. (Portaria nº 043-DGP, de 17 de fevereiro de 2009. Altera as instruções reguladoras (IR) para a movimentação de oficiais e praças do Exército – IR30-31).

de oficiais do quadro complementar da Escola de Formação Complementar de Oficiais, dando a oportunidade de instruir homens e mulheres juntos em uma escola de formação de oficiais com turma mista. A maioria das atividades é realizada em pelotões mistos com as/os oficiais-alunos/as, bem como os padrões de avaliação referentes à turma são estabelecidos em igualdade de condições para homens e mulheres, a exceção dos índices do condicionamento físico, pois se leva em consideração os dados antropométricos diferenciados por sexo. A finalidade das instruções é, também, a de desenvolver atributos da área afetiva, como o espírito de corpo, a coesão e a uniformidade, necessários para amalgamar a formação de um corpo único de militares a ser concretizado simbolicamente com o nome da turma ao final do curso.

A intensidade das atividades realizadas durante cerca de nove meses em instruções, acampamentos, ordem unida, competições esportivas, atividades de serviço tem a finalidade de formar um oficial do Exército Brasileiro capaz de bem cumprir suas missões militares, quer seja como oficial de dia, superior de dia à guarnição, em operações de paz ou como profissional competente, como administrador, comunicador social, engenheiro, farmacêutico, enfermeiro, economista, estatístico, dentro de sua especialidade.

O ingresso das mulheres militares nas Forças Armadas fomenta estudos e pesquisas a fim de analisar a construção das relações de gênero em contexto de guerra, bem como possibilita o acompanhamento de suas performances nas funções e encargos específicos em torno de sua especialidade e que sofrerá uma adequação dentro do funcionamento institucional e em suas ações como militar. O corpo destas ações funciona em uma estrutura integrada na qual se busca o equilíbrio entre o profissional e o militar. Ainda assim poderá deixar, por vezes, prevalecer o profissional – médico, professor, farmacêutico, engenheiro – ou prevalecer apenas o militar: tal condição dependerá da Unidade Militar onde estiver atuando.

## 2.4 O ESTUDO DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS

Com uma produção acadêmica que se amplia na década de 1990, os estudos de gênero nas Forças Armadas diversificam as áreas de investigação sobre os estudos das mulheres e das relações de gênero e se situam no processo da incorporação das mulheres no mercado de trabalho, em particular nas profissões que eram compreendidas como de exclusividade masculina.

Durante as discussões de um grupo de trabalho, cujo tema abordou “Forças Armadas, Sociedade e Estado”, realizado no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)/2005, foram estabelecidas as bases para a criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED)<sup>62</sup>, que tem o objetivo principal de fomentar pesquisas na área de ciências políticas e estratégia de defesa nacional, e deu origem ao Iº Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa/2007 (ENABED) que se dedica a programar fóruns de debate com pesquisadores, graduados e pós-graduados para os estudos da defesa nacional com entidades civis e militares.

Um dos temas que se destaca para debate é “Gênero e Forças Armadas” com um grupo temático nos ENABED em que é possível discutir como está acontecendo esta inserção, os avanços e os obstáculos enfrentados e congregar vários pesquisadores, militares e civis, que estudam esta abordagem em nível nacional e internacional. Nos encontros realizados, anualmente, desde 2007, foi possível observar como este tema vem sendo tratado em outros países como a presença feminina nas Forças Armadas Portuguesas, no Exército Argentino, bem como a participação feminina na Marinha do Brasil, no Exército Brasileiro e na Força Aérea Brasileira.

Em um dos primeiros trabalhos apresentados que discutem a incorporação feminina no Exército Brasileiro, Ednéia Fazio (2003) investiga a presença feminina no Exército e na Aeronáutica, retratando as diferenças da participação feminina entre as duas Forças Armadas e abordando a existência de restrições da presença feminina no Exército Brasileiro, principalmente, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército e na Academia Militar das Agulhas Negras. Cabe notar que a pesquisa considera que a mulher militar, no Exército, desempenha funções de apoio, diferente da Aeronáutica, que já admite mulheres cadetes na Academia da Força Aérea (AFA). Sobre este debate, a socióloga portuguesa,

---

<sup>62</sup> A Associação Brasileira dos Estudos de Defesa (ABED) foi criada em outubro de 2005, em Caxambu/MG. Sua finalidade principal é congrega pesquisadores, civis e militares; propiciar um fórum para o desenvolvimento de discussões e estudos, apresentação de pesquisas sobre defesa nacional, segurança nacional e internacional, guerra e paz, relações entre forças armadas e sociedade, ciência e tecnologia no âmbito da defesa nacional e questões militares em geral, assim como demais assuntos de natureza estratégica, visando promover qualificação e divulgação dos estudos realizados na área de estratégia e defesa nacional, além do intercâmbio de ideais, o debate de problemas pertinentes a esse campo de conhecimento e o resguardo de interesses comuns. O I Encontro aconteceu na Universidade de São Carlos, São Paulo, nos dias 19 a 21 de setembro de 2007; o II Encontro foi na Universidade Federal Fluminense, em 2008; o III ENABED foi realizado na Universidade Federal de Londrina, em 2009; o IV ENABED, em Brasília, em 2010; e o V ENABED, em Fortaleza, em 2011. Estes encontros, que reúnem diversos estudiosos civis e militares, tratam sobre os estudos no âmbito da política estratégica e de defesa nacional, abrindo espaços também para as questões de gênero.

Helena Carreiras (1997) reflete que a questão da presença feminina como militar e sua relação com a violência armada emerge como um problema social e político de grande relevância na sociedade ocidental. Em seu estudo, reconhece que a construção social da integração feminina nas Forças Armadas envolve imbricações de processos que fomentam mudanças perante as identidades sujeitas a ambivalência e rupturas.

Por outro lado, é inegável a crescente participação feminina em atividades antes compreendidas como exclusivas para o sexo masculino. A percepção social do papel da mulher acontece enquadrada pelas significativas transformações nos estabelecimentos militares que são impulsionadas por questões de um processo social novo que se relaciona com a profissionalização das Forças Armadas *em tempo de paz*.

Mathias e Adão (2008) corroboram a afirmação da existência de poucos estudos acadêmicos sobre gênero nas Forças Armadas, atribuindo à forma como a sociedade contextualiza a presença feminina em funções com risco eminente de morte e associadas às ações de violência. Neste sentido, referem que a cultura latino-americana é expressivamente católica e viril, o que interfere, de forma direta, na incorporação das mulheres como militares nas Forças Armadas e Auxiliares. Por conseguinte, as funções atribuídas são restritas às atividades administrativas, de saúde e logística.

Os estudos realizados por Silva (2007; 2009a e b) apresentam aspectos voltados para o cotidiano das mulheres militares e a construção de masculinidades e feminilidades inseridas na profissão militar. Sua análise aborda a hipótese de que “ser mulher” se sobrepõe ao fato de “ser militar”. Desta forma, as desigualdades nas relações de gênero na caserna se reaproximariam da dicotomização dos papéis sexuais naturalizados já vivenciados pela sociedade em geral. Assim, a autora observa, através das entrevistas com mulheres militares, que qualidades compreendidas como femininas (fragilidade e delicadeza) e outras como masculinas (liderança, coragem) são interpretadas através dos comportamentos da mulher militar, que ora são tratadas como “homem” ora como “mulher”, não fugindo dos estereótipos concebidos pela divisão sexual do trabalho e não ressignificando estes conceitos em um sujeito que seja capaz de possuir estes atributos independente de seu sexo.

Assim, o tratamento que, a priori, era igual para ambos os sexos, passa a revelar uma série de divergências, que implicam em dificuldades para as mulheres nos quartéis, pois os tratamentos como os descritos acima, comprometeriam um dos principais valores do militarismo: a hierarquia. Desse modo, a chegada das mulheres dentro da instituição militar promoveu o surgimento de novas relações entre homens e mulheres que não estavam prescritas anteriormente, e que são construídas de forma a legitimar a

tradicional divisão social dos papéis sexuais. Junto com as dificuldades, começam a surgir brincadeiras e preconceitos que sempre recorrem ao fato delas serem mulheres: se uma mulher é desleixada, entre 20, então todas são. (SILVA 2007, p. 9).

Rocha-Coutinho ressalta que a divisão social dos papéis sexuais atinge as expectativas do comportamento que é esperado socialmente para o sexo masculino e para o sexo feminino e que, apesar do caráter simbólico, as pessoas que atendem a estas expectativas tendem a ser avaliadas de forma positiva, o que predispõe, no primeiro instante, à manutenção desta hierarquia social. A autora acredita que os estereótipos esperados socialmente para as mulheres, tais como o de serem menos competitivas e agressivas, mais emocionais e carinhosas, podem restringir as estratégias de controle a aquela que poderá ser considerada a mais adequada para seu sexo. Deste modo, outro tipo de comportamento, geralmente dentre aqueles esperados para os homens, mais agressivo e competitivo, se apresentado por mulheres seria considerado “inadequado” e causaria alguma estranheza e “reações negativas” (1994, p. 27).

{...} Além disso, a cobrança feita em relação à nossa postura moral era muito grande, pois cada atitude era observada no Instituto. Nesse aspecto erámos infinitamente mais cobrada do que os homens. Em contrapartida, o comando nos dava condições ótimas para vivermos no IME, como bons alojamentos, boa limpeza das nossas instalações, exigência de postura adequada do Corpo Permanente do IME com a gente. (ROMEO UNO).

Um ponto interessante a destacar nesta fala e que ratifica as discussões na perspectiva dos estudos acadêmicos sobre a integração feminina nas Forças Armadas, é que as relações de gênero são engendradas por uma construção dicotômica dos comportamentos normativos para homens e mulheres relacionados aos princípios da diferença sexual. Logo, como conduzir relações de igualdade se a interpretação destes comportamentos normativos são concebidos pela lente cultural que reforça a diferença entre os sexos? Com base neste questionamento, nos faz refletir acerca do paradoxo entre diferença em oposição à igualdade para mulheres e homens. A autora Joan Scott (2000) cita Martha Minow (1991) ao discutir entre igualdade e diferença, nos alerta que, ao colocar a questão da igualdade ou da diferença em pontos opostos, quer seja sobre gênero, raça/etnia ou classe, perde-se as interconexões e as possibilidades propostas por estes conceitos na interpretação dos dados. O “dilema da diferença” consiste em que, ao ignorar a diferença em favor da igualdade, corre-se o risco de reforçá-la.

Nessa perspectiva, os argumentos propostos devem refutar a ideia de igualdade e diferença como oposição, mas contextualizá-los para, assim, romper com a “verdade” essencializada, absoluta e atemporal, a “verdade” que inclui no binômio homem–mulher, conceitos e significados opostos como: docilidade, passividade e sensibilidade, próprios do feminino; e violência, iniciativa e rusticidade, próprios do masculino. Nestas categorias, as construções normativas ocultam a possibilidade de ações interpretativas que fujam das vinculações que diferenciam mulheres e homens.

A igualdade é um princípio absoluto e historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração R.R Palmer, escrevendo no *Dictionary of History of Ideas*, coloca isso assim: ‘A igualdade requer um ato de escolha, pelo qual algumas diferenças são minimizadas ou ignoradas enquanto que outras são maximizadas e postas a se desenvolver’ (SCOTT, 2005, p. 15).

Para Scott (2000), o conceito binário favorece a naturalização de explicações biológicas sobre as diferenças entre homem e mulher e não permite a visibilidade da relação de poder velada dentro de cada categoria. Nem todas as mulheres se dispõem ao mesmo tipo de trabalho feminino (que envolve atividades ligadas ao cuidado), nem se constituem em uma unidade “mulher” com desejos e interesses únicos. Portanto, não se pode estabelecer regras normativas absolutas seja para homens ou para mulheres.

A resolução do ‘dilema da diferença’ não vem ao ignorar ou assumir a diferença tal como é constituída normativamente. Na realidade, parece-me que a posição crítica feminista deve sempre implicar dois movimentos. O primeiro é a crítica sistemática das operações de diferença categórica, a revelação dos diversos tipos de exclusões e inclusões – as hierarquias – construídas, e uma renúncia a sua ‘verdade’ essencial. No entanto, não se trata de uma renúncia em nome de uma igualdade que implica semelhança ou identidade, mas, pelo contrário (e este é o segundo movimento), em nome de uma igualdade que se apoia nas diferenças – diferenças que confundem, desorganizam e tornam ambíguo o significado de qualquer oposição binária fixa. (SCOTT, 2000, p. 222).

Na busca pela igualdade, acabamos por reforçar as diferenças que naturalizam os estereótipos em papéis pré-estabelecidos, sem levar em conta o contingente histórico e as representações culturais. Nas palavras de uma instrutora do Curso de Formação de Oficiais/Quadro Complementar, formada pela EsFCEEx:

Foi uma experiência bastante enriquecedora (ser instrutora), tanto sob o ponto de vista profissional quanto no aspecto humano. Sempre fui muito respeitada por todos os alunos, homens e mulheres. Embora dedicasse especial atenção ao segmento feminino, auxiliando as alunas na adaptação à vida militar, procurando ser exemplo de superação, profissionalismo, respeito, também exerci esse papel de ‘facilitadora’ e conselheira para muitos alunos. Também presenciei dúvidas, temores, ansiedades e expectativas no meio dos homens, derrubando aquele mito de que ‘homem nada teme, homem não chora’, ao contrário, presenciei muitas lágrimas masculinas! (ALFA).

Consideramos que o fato de analisar o/a sujeito militar favorece a percepção de que uma variedade de atributos afetivos (coragem, espírito de corpo, iniciativa, honestidade, fragilidade, rusticidade, sensibilidade) possa ser incorporada e/ou mesmo resignificada tanto por homens como por mulheres. A abrangência destes atributos, sua interpretação e a forma como poderão ser desenvolvidos e percebidos, corresponde a uma variedade de ações cognitivas e psicoafetivas de acordo com as capacidades individuais, o que possibilita ter iniciativa ou manter o equilíbrio emocional, em algumas atividades, e ser frágil ou sensível, em outras, tanto para homens quanto para mulheres.

O adestramento militar é constituído por práticas de atividades que envolvem o preparo e o emprego da tropa no treinamento para as condições de combate, realizado através de acampamentos, teste de aptidão de tiro, teste de aptidão física, rapel, transporte de feridos, pista de orientação, entre diversas outras disciplinas desenvolvidas nos cursos de formação militar e mesmo durante estágios voltados para o combate, como o estágio de adaptação à caatinga, no 72º Batalhão de Infantaria Motorizada/Petrolina (admissão de mulheres militares desde 2010); no curso básico de paraquedismo, na Brigada de Infantaria Paraquedista/Rio de Janeiro (desde 2006); no curso de operações na selva<sup>63</sup>, no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)/Manaus (desde 2010); e nas operações de manutenção de paz – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH)<sup>64</sup>, com a efetiva participação em missões externas ao aquartelamento, com a presença de homens e mulheres militares,

---

<sup>63</sup> Portaria nº 050-EME, de 27 de abril de 2010. Criou o Curso de Operações na Selva Categoria “F” para subtenentes e sargentos, dos segmentos masculino e feminino do Serviço de Saúde e estabelece condições de funcionamento.

<sup>64</sup> A presença de homens e mulheres militares brasileiros na MINUSTAH em funções como intérpretes e em atividades voltadas às áreas administrativas e de saúde. (Revista Verde Oliva: Exército Brasileiro. Especial, n. 202, out. 2009). A foto nº 6 do Anexo D revela a participação de oficiais do QC nas atividades como intérpretes na MINUSTAH. Todas equipadas e armadas dentro das condições exigidas como militares para o desempenho de suas funções.

possibilitam perceber que mesmo com as diferenças individuais, as atividades militares podem ser desenvolvidas com “alto nível de profissionalismo, dedicação e coragem”<sup>65</sup>.

Quanto a minhas patrulhas eu explico: fiz três patrulhas a pé mas tudo dentro do objetivo de atuar como intérprete, acompanhando jornalistas. Visitei campos de desabrigados e outros locais da cidade de Porto Príncipe com eles, para filmarem e fazerem entrevistas, daí precisarem de intérprete. Fui a visitas a outros campos de deslocados em companhia do comandante do Batalhão. Fui também a uma grande operação, uma grande busca de bandidos, também caso precisassem de mim como intérprete, sempre armada e com colete e capacete. Fiz uma saída com os militares dos Comandos, no carro deles (tipo caveirinha), para servir como intérprete quando das eleições. Fiz patrulha como superior de dia, duas vezes, em jeep, com fuzil e pistola e colete a prova de balas, acompanhada de dois PEs. E fiz também uma saída em carros blindados dos Fuzileiros Navais, os chamados Piranhas, para resgatar funcionários da União Europeia que queriam deixar o país durante a crise das eleições presidenciais (essa crise se deveu às fraudes enormes que aconteceram, o povo ficou muito revoltado, queimavam montanhas de pneus e atiravam pedras nos soldados, tudo resolvido depois com o segundo turno). Tudo com a finalidade de servir como intérprete, exceto o serviço de superior de dia, que era serviço mesmo. Não convivia muito com a rotina da cidade, somente quando saía em missão. Convivia com os intérpretes de créole que trabalham lá na Base, e os funcionários dos serviços gerais, limpeza e cozinha. Fiz inclusive amizades com haitianos (NOVEMBER).

Apesar de reconhecer que os aspectos biométricos são considerados em atividades operacionais em que a força física atua como fator preponderante para o desempenho de determinadas funções, o condicionamento emocional aliado à determinação é atributo afetivo significativo que possibilita o cumprimento da missão. Todavia, o fato é que as inovações tecnológicas e a própria mudança na arte da guerra atualmente voltada para a dissuasão proporciona e possibilita condições de capacitar militares para o bom desempenho da missão.

No debate da desconstrução<sup>66</sup> do sujeito hegemônico, na teoria feminista, Mariano (2005, p. 483) e Claudia de Lima Costa (1998, p. 60) consideram que o sujeito é construído e marcado por significados sociais múltiplos, afetado pelas relações de poder e é constituído, além do gênero, pelo pertencimento a uma determinada classe social e à raça/etnia.

---

<sup>65</sup> Desde 1956, o Brasil participa de missões de paz, através de órgãos internacionais, com as Forças de Emergência da ONU, com o objetivo de pacificar ou acompanhar a estabilização das nações acometidas por conflitos internos ou desastres naturais. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/missoes-de-paz>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

<sup>66</sup> Para Scott (2000, p. 208), “desconstruir implica analisar as operações da diferença nos textos, e as formas nas quais os significados são trabalhados. O método consiste em dois passos relacionados: a inversão e as mudanças de posições das oposições binárias. Este duplo processo revela a interdependência de termos aparentemente dicotômicos e como seu significado se relaciona com uma história particular”.

Na visão conceitual das discussões das autoras citadas, o feminismo fica incoerente ao falar das mulheres ou pelas mulheres como algo único e estável sem levar em conta que, dentro dessa categoria, existem inúmeras representações que, necessariamente, não são homogêneas em seu agenciamento político. Mesmo assim, apesar da necessária demanda política, qualquer esforço em tornar um elemento comum não seria completa. Nesta perspectiva, a desestabilização da pretensa unidade feminista coube à desconstrução do sujeito e da identidade referente.

Tomar a construção do sujeito como uma problemática política não é a mesma coisa que acabar com o sujeito; desconstrução implica somente que suspendemos todos os compromissos com aquilo que o termo se refere, e que examinamos as funções linguísticas a que ele serve na consolidação e ocultamento da autoridade. Desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, o que talvez seja mais importante, abrir um termo, como sujeito, a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas. (BUTLER, 1998, p. 24).

Por conseguinte, a desconstrução do sujeito amplia a possibilidade de incluir as diversas matrizes desse sujeito múltiplo e não resumido nas questões que referem a necessidade de descrever as igualdades nem nas diferenças entre homens e mulheres. Dito de outra forma, cumpre não cair na armadilha do paradoxo entre as mulheres que escolhem pela luta da igualdade ou as que insistem na diferença, conforme crítica de Scott (2005).

Uma das questões que caracterizam a presente discussão é se o pensamento liberal positivista pode ser descartado face a sua assertiva binária dos aspectos comportamentais entre homem/mulher, o que, conseqüentemente, não serviria de referência para as representações identitárias dos indivíduos, por manter as categorias estáveis. Desta forma, acreditamos existir uma desestabilização das características consideradas como construídas culturalmente. Cabe compreender que a dinâmica das relações de gênero consiste em práticas sociais “reais” tornando possível construir e reconstruir representações performáticas e seus significados sem fragmentá-lo.

A fim de resgatar a capacidade de agir-político que envolvia os movimentos feministas na década de 1960 reconstituiu-se a categoria mulher, de forma a ser reconhecida nas suas multiplicidades e, ainda, permitir mapear as semelhanças para fortalecer as diretrizes políticas através da coalizão.

O movimento feminista considera que a multiplicidade do gênero remete a uma intersecção que agrega raça/etnia, classe, geração, orientação sexual, região geográfica e outros aspectos que interferem em posicionamentos específicos, ações e interesses políticos.

Todavia, existe a possibilidade de intersecções nodais e, assim, de interagir em interesses convergentes, como nas campanhas contra a violência ou a favor dos direitos reprodutivos.

Uma das questões que poderíamos formular seria: quais foram as ressignificações possíveis que as relações de gênero conseguiram imprimir dentro da caserna? Na década de 1980, a utilização do conceito de gênero, inicialmente, esteve sob a conotação de sinônimo de mulher o que o ajustou a uma terminologia científica e neutra, subtraindo o seu projeto político. Um aspecto importante na discussão das teorias feministas é trazer a noção da dinâmica do exercício do poder entre as relações de gênero.

Ao discutir o conceito de gênero, as mulheres foram incorporadas como sujeitos sociais, sem constituir uma ameaça, conforme Scott e, neste sentido, o feminino foi dissolvido na categoria gênero, afastou o sujeito político-mulher e estabeleceu um distanciamento entre o movimento político e a Academia, o que a autora considera como uma questão epistêmica. Outro aspecto que Scott nos chama a atenção, no tocante à utilização do termo gênero, é que “qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informações sobre os homens” (1992, p. 75), o que implica em que o mundo das mulheres é criado e faz parte do mundo dos homens. O uso do termo recusa, portanto, a ideia de estudar as mulheres como esferas separadas e as explicações biologizantes que reduzem as mulheres, ao universo doméstico e à procriação, e os homens, à força muscular e ao trabalho. O termo gênero designa mais do que “as relações sociais entre os sexos”, ou seja, uma forma de identificar subjetivamente como as relações socioculturais constroem as ideias dos papéis sexuais adequados para homens e mulheres. O desafio da utilização do conceito gênero consiste em alinhar a teoria com o processo histórico concebido em um contexto específico.

Scott argumenta, ainda, que o termo gênero sugere que as relações entre os sexos são relações sociais articuladas tanto em sua estrutura quanto em sua ideologia. Todavia, o conceito não oferece instrumentos que possam questionar como estas relações são construídas nem como funcionam ou quando mudam. Em termos dos estudos feministas sobre o micropoder das mulheres, até se pode observar estratégias utilizadas para subverter o domínio masculino sobre as mulheres. O cerne das relações desiguais de poder entre os sexos é o processo primário da objetivação da manutenção do domínio masculino perpetrado na construção do ato de dominar em palavra, do mito dos papéis sociais constituídos em realidade. As análises continuam vinculadas à diferença da força física entre homens e mulheres, pressupondo um significado permanente das estruturas socioculturais.

A interpretação do conceito de gênero acaba ficando restrita aos estudos da família e das experiências domésticas. Assim, busca-se estender estes estudos para sistemas

que envolvem arranjos sociais da mulher, branca, negra, mestiça, mãe, filha, solteira, casada, viúva, separada, ou esposa que ainda atenda à sua missão como militar e, concomitantemente, execute as tarefas de educação dos filhos, o cuidado da casa e a estrutura da organização da família.

Como conciliar esses novos arranjos sociais se a assimetria das funções no mundo doméstico persiste no reconhecimento da mulher como a principal responsável? Para Scott (1992, p. 89), as identidades possuem um sistema de significados que interagem nos processos de diferenciação e de distinção, em uma oposição binária que privilegia os aspectos masculinos. Uma interpretação da categoria gênero bastante pertinente implica na percepção dos sujeitos em processo constante de construção, permitindo ressignificar o antagonismo subjetivamente produzido por homens e mulheres e salientar que a linguagem poderá ser um objeto adequado de análise. O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana.

Nesse sentido, Carmem Ramos Escandón (1992, p. 14) reconhece as perspectivas de mudança no enfoque tradicional para privilegiar a análise das relações entre os gêneros, convertendo-se as relações entre os sexos em uma categoria social, uma construção social em um determinado tempo e espaço e não em uma relação condicionada pela biologia. Deste modo, podemos focar as assimetrias da fisiologia do corpo como determinantes socioculturais das diferenças entre os papéis a serem desenvolvidos por homens e mulheres.

A construção de uma realidade atual sobre a representação de gênero na sociedade implica nas experiências vivenciadas que permitirão a possibilidade de um novo significado nas relações sociais. Na abordagem de Scott (1994, p. 19), a história é composta pelos significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, uma categoria identitária produzida pelos sujeitos e transformada de acordo com o espaço e tempo, portanto, considerada como um fenômeno histórico. Para isto, a busca de uma categoria analítica não admite dividir em compartimentos a visão de uma grande parte da história social que distribui, para a categoria sexo e gênero, o discurso sobre a família e a vida do trabalho, para discutir classe e comunidade. Um significado importante na incorporação de gênero se dá na reflexão sobre como funcionam as organizações e as relações sociais nelas engendradas, assim como por poder desconstruir a *lógica circular* dos estudos de gênero como um processo que legitima e mantém as assimetrias das experiências femininas e masculinas, inclusive no mundo do trabalho, como discutiremos a seguir.

A feminização<sup>67</sup> do mundo do trabalho refletiu o esforço coletivo de mulheres, fruto das ações de sensibilização do movimento feminista para uma maior representação feminina pelo exercício de sua cidadania e, desta forma, favoreceu a construção de instrumentos legais, propiciando sua inserção em ocupações consideradas tradicionalmente masculinas. Como referência para a promoção do status feminino, poderemos citar as conferências internacionais sobre mulheres desde 1979, com a Convenção para Eliminação da Discriminação contra Mulher, até aquelas fomentadas pelo movimento feminista, no México, em Copenhague, em Nairóbi e Pequim, em 1975, 1980, 1985 e 1995, respectivamente. Com base nos argumentos propostos por estas conferências, foram consolidadas inúmeras diretrizes para serem executadas como ações políticas pelos estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>68</sup>.

De fato, o Ano Internacional da Mulher estabelecido pela ONU, em 1975, foi um momento de destaque na busca pela valorização das mulheres com as demandas sociais colocadas por intermédio de várias frentes de luta e contestações sobre a discriminação feminina, em meio ao processo de redemocratização no Brasil.

Magda Neves (2000) salienta que as redes sociais formadas em igrejas, centros comunitários, associações de bairros foram locais que auxiliaram na divulgação e na fomentação de debates, na denúncia das condições de subordinação das mulheres evidenciadas na divisão sexual do trabalho. Logo, as ações políticas passaram a compor mudanças efetivas no cenário mundial, contribuindo para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que reconheceu-se a relevância de seu desempenho no contexto econômico. Conforme cita Carmem Barroso:

---

<sup>67</sup> Lombardi afirma que “a expressão *feminização* costuma designar o processo de inserção e ampliação da presença de mulheres em ambientes de trabalho e profissões majoritariamente masculinos” (2009, p. 19).

<sup>68</sup> O Conselho de Segurança da ONU reconhece a vulnerabilidade de meninas e mulheres à violência durante e após os conflitos e se propõe a dar fim à negligência e promover o potencial feminino presente, no tocante às questões de paz e segurança. Neste sentido, resoluções foram deferidas para tratar do impacto e envidar esforços para a inserção de disposições específicas para mulheres e crianças a serem incluídas nas negociações de paz patrocinadas pelas Nações Unidas. As conferências impulsionaram medidas que formularam as bases da Resolução 1.325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Esta resolução reconhece a necessidade de incorporar estratégias efetivas às populações vulneráveis, além da promoção de igualdade entre homens e mulheres nos conflitos armados e em situações de fragilidade. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000).

[...] foi só nos anos 70 que as mudanças nas condições sociais em todo mundo levaram os órgãos da ONU a uma definição mais ampla dos direitos da mulher e a tentativa de traduzir os princípios em políticas. Nas décadas anteriores 'igualdade' significava principalmente direitos políticos e civis; nos anos 70 reconheceu-se o papel econômico da mulher e questionou-se a divisão sexual do trabalho; a preocupação anterior com a igualdade legal cedeu lugar a uma nova senha: a integração da mulher ao processo de desenvolvimento. (BARROSO, 1989, p. 1).

Coube, então, ao Estado, inserir, em suas leis, modificações necessárias para a plena participação da mulher no desenvolvimento da vida econômica, social e política<sup>69</sup>. Os processos de redemocratização, no final da década de 1970, tiveram uma interferência decisiva, como resposta à emergência de novas demandas sociais iniciadas desde os anos 60, a exemplo do movimento de contracultura/hippie e do movimento negro. Com relação ao tema da presente pesquisa, a segunda fase do movimento feminista, por meio de reivindicações de grupos organizados, passou a incluir a participação ativa da mulher na agenda política (ALMEIDA, 2001, p. 2).

Para Cristina Bruschini (2000, p. 17-18), a intensidade das transformações dos padrões culturais e sociais, no Brasil, principalmente no período entre 1980-1989, beneficiou a atuação mais marcante das mulheres nas esferas públicas e modificou o perfil feminino, cada vez mais qualificado. Cabe lembrar que a mulher pobre e aquelas arrimos de família sempre trabalharam para a sobrevivência de sua prole, mas o reconhecimento de sua participação na esfera econômica foi favorecido pela expansão das leis trabalhistas em favor da mulher, como a licença-maternidade e a licença-amamentação.

Uma importante transformação demográfica ocorrida desde os anos 1970 foi a redução da taxa de fecundidade, sobretudo nas regiões metropolitanas, liberando a mulher para buscar uma melhor qualificação profissional através da escolaridade, viabilizando assim, novas oportunidades de emprego (BRUSCHINI, 2000, p. 16). Outra mudança significativa para a liberação da mão de obra feminina mais qualificada foi o impacto da utilização de métodos anticoncepcionais, com maior eficácia, principalmente, a pílula anticoncepcional e o dispositivo intrauterino (DIU), que possibilitaram a efetivação do planejamento familiar através do acesso a informações sobre educação sexual e métodos anticoncepcionais. Em consequência desta prática, ocorreu a diminuição da taxa de natalidade e a redução de múltiplas gravidezes, o que acarretou um decréscimo do número de filhos por família bem

---

<sup>69</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação da Mulher. 5. ed. atual. em 4 abr. 2013.

como a possibilidade de uma vida sexual ativa sem a consequência de uma gravidez não desejada.

A política internacional relacionada ao controle da natalidade, após a década de 1950, apoiou a redução populacional dos países considerados pobres ou em desenvolvimento e atuou, através de entidades civis, na divulgação de métodos para a utilização de contraceptivos, principalmente nas camadas populares. De acordo com Pedro (2003, p. 1), no Brasil, a política antinatalista encontrou algumas resistências: de um lado, aqueles que acreditavam que a redução da natalidade ajudaria no desenvolvimento do país e, do outro, os anticontrolistas, que acreditavam que o Brasil ainda teria que ocupar os espaços vazios do território nacional. Apesar das divergências sobre os reais benefícios da política do controle de natalidade em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, como sublinha Pedro (2003, p. 2), a Sociedade Civil para o Bem-estar da Família (BEMFAM) atuou na prestação de informações sobre planejamento familiar e na entrega de pílulas anticoncepcionais para as mulheres de classe populares, com forte repercussão e uma rápida adesão das mulheres de classe média.

Por fim, as transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher intensificado pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos 70 e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. (BRUSCHINI, 2000, p. 16).

A queda das taxas de fecundidade e a inclusão de planejamento familiar<sup>70</sup> nos programas de saúde pública possibilitaram o acesso das mulheres aos diversos níveis de escolaridade, do elementar até os cursos técnicos profissionalizantes como, também, nas graduações e pós-graduações diversificando, assim, sua atuação como força economicamente ativa. A escolaridade sempre foi um fator impeditivo ao acesso diversificado no mercado de trabalho trazendo como consequência a baixa remuneração. No decorrer dos anos de 1970, a abertura dos estabelecimentos de ensino misto favoreceu a oportunidade das mulheres em profissões mais qualificadas e permitiu acompanhar suas performances de aprendizado desde a pré-escola até o ensino superior. Apesar de ainda permanecerem resquícios das interpretações sobre atributos e comportamentos *essencializados* que diferenciam meninos e

---

<sup>70</sup> As notícias do novo contraceptivo vieram acompanhadas de argumentos com base na possibilidade de um aumento populacional em razão da redução da mortalidade infantil e do aumento da longevidade. A BEMFAM era patrocinada pela *International Planned Parenthood Federation (IPPF)* e teve sede em diversos municípios brasileiros. (PEDRO, 2003).

meninas em aptidões e habilidades, a inclusão de práticas mistas educacionais oferece uma maior permeabilidade para a entrada das mulheres nos mais diversos ramos profissionais, fomentando também mudanças significativas nas normas sociais e ações políticas, na busca da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho (SCHWEITZER, 2008).

No entanto, Magda Neves (2000) e Danièle Kergoat (1989) afirmam que, a despeito das transformações inseridas pela microtecnologia no mercado de trabalho, o que aparentemente reduziria a necessidade de força física para o trabalho, a mão de obra feminina tende ainda a ser incorporada nos serviços terceirizados de baixa renda, em atividades repetitivas cuja qualificação é definida por tarefas que envolvem a atividade doméstica e de reprodução. De fato, os efeitos desta permanência estabelecem diferenças substanciais na remuneração, nas promoções, na valorização do emprego e no investimento das empresas no aperfeiçoamento e atualização de seus profissionais e, além disto, ratificam o contexto da divisão sexual na organização do trabalho.

Destacamos que a complexidade em articular os papéis sociais domésticos e profissionais limita e, em muitos casos, também interfere no acesso e nas opções de carreira das mulheres no mundo do trabalho. Logo, mesmo com o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, cabe, ainda, para a maioria das mulheres, nas diversas camadas sociais vigentes, a responsabilidade de articular as tarefas domésticas e as profissionais, desde o gerenciamento dos empregados domésticos até a atuação efetiva – fazer a comida, as compras no supermercado, os pagamentos e os cuidados diretos com os filhos. De fato, Bruschini salienta que ainda existem mulheres que, muitas vezes, acabam privilegiando a casa e os filhos em detrimento de sua carreira profissional.

[...] atualmente existe consenso de que a necessidade e as possibilidades que a mulher tem de trabalhar fora de casa dependem de fatores econômicos quanto da posição que ela ocupa na unidade familiar. A persistência de um modelo de família no qual cabe à mulher às responsabilidades domésticas e socializadoras determina a necessidade de uma constante articulação entre papéis familiares e profissionais. (1994, p. 181-182).

Nesse sentido, Giovana Perlin e Glaucia Diniz (2005, p. 15) sublinham que, recentemente, as transformações sociais têm afetado diretamente a concepção tradicional do matrimônio, não apenas com relação às questões de independência econômica bem como a conscientização feminina e a sua inserção no mercado de trabalho. Uma nova variação nas relações sociais favorece indivíduos ou casais que optam por não ter filhos ou mulheres que

permanecem solteiras ou sem filhos para não prejudicar a sua ascensão profissional (ARAÚJO; SCALON, 2007).

Homens e Mulheres são estimulados a adotarem modelos tradicionais de sexualidade e uma rígida divisão de papéis e funções na família de acordo com o sexo. De outro lado, são forçados a adequarem-se às transformações sociais, tais como as exigências do mercado de trabalho, a valorização do crescimento individual, da independência financeira e da flexibilidade no exercício dos papéis de gênero. (PERLIN; DINIZ, 2005, p. 17).

A maior flexibilidade nas relações conjugais e afetivas favorece uma maior diversificação no comportamento tanto de homens como de mulheres na dimensão da vida privada. Entretanto, a articulação dos diversos papéis na vida do trabalho e na vida doméstica incide, significativamente, no campo profissional escolhido pela mulher trabalhadora, tendo em vista o equilíbrio das seguintes variáveis: criação dos filhos, cuidados com a casa, atividades de vida diária (lavar, passar, cozinhar, fazer compras ou gerenciar essas tarefas domésticas). Isto torna ainda mais difícil conciliar o trabalho, os filhos, a casa e a manutenção do modelo de família tradicional, com destaque para aquelas que são provedoras do núcleo familiar (BRUSCHINI, 1994; GALEAZZI, 2001).

Na Tabela 1, a partir das séries estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), poder-se-á perceber o aumento significativo da população economicamente ativa (PEA). O acréscimo equivale à média de um ponto percentual por ano na participação das mulheres e dos homens como integrantes do mercado produtivo na economia do país, com uma faixa de 35,174%, em 2001, chegando a 44,401%, ao final de ano de 2009, para a amostra feminina; e de 48,844%, em 2001, subindo para 56,710%, em 2009, na amostra masculina. No intervalo estatístico de nove anos (2001-2009), o sexo feminino aumentou 9,227 percentuais e o sexo masculino, 7,866 percentuais, a considerar os dados fornecidos pelo IBGE. Observa-se o aumento significativo da população economicamente ativa para ambos os sexos, porém, identifica-se que o avanço do sexo feminino foi maior em 1,361 percentual, proporcionalmente comparado ao aumento do sexo masculino. Inferimos em favor do aumento da escolaridade entre as mulheres e da inserção em novas frentes de trabalho antes previstas apenas para o sexo masculino.

Tabela 1 – População economicamente ativa no Brasil – 2001-2009

ANO	SEXO	
	HOMENS	MULHERES

2001	48,844	35,174
2002	50,050	36,913
2003	50,900	37,874
2004	52,723	39,937
2005	54,134	41,614
2006	54,552	42,322
2007	55,221	42,652
2008	56,118	43,382
2009	56,710	44,401

Fonte: IBGE, série PD295 – sexo, tema: Mercado e Força de trabalho, tipo de dado: absoluto, abrangência: Brasil, unidade: 1000 pessoas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 13 ago. 2011

Características pessoais e familiares como a presença ou não de filhos, as idades dos filhos, o estado conjugal, a estrutura familiar de apoio (pais, avós, tias, primas), a possibilidade de contratar um trabalhador doméstico para realizar as atividades domésticas e o aumento dos anos de escolaridade dentre outros fatores interferem na ascensão feminina aos postos de trabalho e na escolha da ocupação profissional. Estes aspectos afetam, substancialmente, a incorporação feminina no mercado de trabalho, mas não a inserção masculina. Contudo, as pressões do estilo de vida contemporâneo permitem que a segunda jornada de trabalho, como podem ser consideradas as atividades domésticas, tende a absorver cada vez mais o homem na reconfiguração dos papéis da família nuclear, principalmente nas classes médias, de acordo com Saraceno (2004, p. 229).

A função masculina nas ocupações domésticas, na maioria dos casos, é de auxiliar, com as mulheres ainda assumindo a principal responsabilidade pelo gerenciamento das tarefas. Ainda podemos considerar que a incorporação crescente da mulher no mercado profissional interfere substancialmente no cotidiano doméstico ou dos indivíduos, tanto de homens quanto de mulheres, devido à sobrecarga da vida no trabalho, ao investimento da carreira profissional e perante as exigências da vida pessoal e familiar. A pouca/falta da divisão de trabalho doméstico e no cuidados com os filhos gera um estresse adicional na esfera da vida privada, conforme constatam Giovana Perlin e Gláucia Diniz (2005), afetando mais as mulheres do que os homens.

Sem dúvida, já não é mais possível pensar que, no Brasil, estamos diante, apenas, do homem tradicional e machista. Relações mais igualitárias e relações mais tradicionais se mesclam, indicando ‘faces modernas’ e faces conservadoras, que evidenciam as ambiguidades da esperada modernização. (ARAÚJO; SCALON, 2007, p. 34).

Por esta análise, cada vez mais os casais buscam novas estratégias para responder a antigos dilemas: aspectos socioeconômicos para o aumento do consumo, maior tempo e

investimento no aperfeiçoamento profissional além da diminuição do tempo para o relacionamento afetivo ou familiar (PERLIN; DINIZ, 2005). Portanto, não devemos acreditar na falência do matrimônio face às pressões listadas, porém na possibilidade de uma nova reconfiguração que irá influenciar diretamente nas questões das relações de gênero no seio familiar e na transformação dos papéis sociais além de possibilitar a oportunidade para o surgimento de novos arranjos e padrões de organização doméstico-familiar.

Ao refletirem sobre as discussões da inserção das mulheres no mercado ocupacional, Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) destacam a permanência da divisão sexual no trabalho mesmo com a ampliação da participação da mulher nas diversas atividades laborativas. As autoras apontam que a realidade estabelecida pela divisão sexual e pela hierarquização social das tarefas realizadas por homens e mulheres nos auxiliam na análise dos impactos e da continuidade da organização dos papéis sexuais no trabalho.

Engels, em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, faz referência à primeira divisão de trabalho entre o homem, voltado para a vida pública, e a mulher, voltada para a procriação; assim, a primeira opressão de classe aconteceria através da subordinação da mulher ao homem. No espaço público, privativo para os homens, voltado para a política e a produção do trabalho, começou-se a desenvolver práticas relacionadas com a racionalidade, o poder e a decisão. As atividades elaboradas no espaço privado, concebidas como afeitas ao feminino, por ser este identificado por sua função considerada natural relacionada ao papel biológico de cuidadora da prole e das tarefas domésticas, portanto, esteio da unidade familiar, na hierarquia social, contudo, possuem um reduzido grau de valor em comparação às tarefas desenvolvidas na esfera pública. Desta forma, sublinha Rocha-Coutinho (1994), a economia capitalista de produção desconheceu a existência da economia doméstica como mantenedora da força de trabalho. Por isto, a dedicação às atividades domésticas dificulta a participação autônoma das mulheres nos espaços públicos e os discursos relacionados à “essencialização da natureza feminina” interferem, e ainda reforçam o sentimento de culpa das mulheres ao tentarem equilibrar as práticas maternas, a criação de filhos, os arranjos da vida doméstica, a vida afetiva e as atividades profissionais.

Hirata e Kergoat (2007) conceituam a divisão sexual do trabalho como uma forma modulada, histórica e socialmente, decorrente das relações entre os sexos, com a apropriação do espaço produtivo, prioritariamente, para os homens, e o espaço reprodutivo, para as mulheres. Contudo, ressalta um caráter particular neste destino: o princípio que separa o trabalho entre os sexos e os hierarquiza, sendo o trabalho dos homens, comparativamente, de maior valor do que os das mulheres. Esta particularidade reduz a divisão sexual do trabalho ao

biológico e impede o distanciamento da ideologia naturalista. Mesmo com a contemporaneidade das novas práticas das relações sociais da classe trabalhadora, as autoras reiteram, apesar das reconfigurações da divisão de trabalho, da maior qualificação das mulheres e, ainda, do maior envolvimento dos homens na esfera doméstica, que se exige um ajuste na conciliação entre a vida privada e a pública a ser assumida, prioritariamente, pelas mulheres.

Nesse aspecto, com a finalidade de atender às necessidades da esfera privada/vida reprodutiva e as exigências da esfera pública/dedicação à carreira profissional, o trabalho doméstico passou a ser delegado para outras mulheres, quer sejam avós, irmãs, tias ou empregadas domésticas e babás, que realizam um serviço similar ao da “dona de casa” que, usualmente, o gerencia. Este “controle” se estabelece à distância, às custas de orientações e regras estabelecidas entre a gerente e sua auxiliar, nas atividades domésticas. Assim, a responsabilidade da administração e da supervisão das atividades delegadas persiste com a responsável pela delegação. Esta análise se fundamenta por inquirir sobre os motivos que justificam a permanência da esfera doméstica para as mulheres, mesmo que seja no exercício de uma vigilância controlada da administração da esfera privada, e as possibilidades de mudar tal situação. Assim, não obstante as novas configurações do mercado de trabalho e a admissão, cada vez maior, das mulheres no trabalho dito produtivo/público, o trabalho doméstico continua subestimado e não visto pelas organizações profissionais (KERGOAT, 1989).

Dentre as características da população economicamente ativa, Mady Segal compreende que “quanto maior for o percentual de mulheres incluídas na população activa, maior será a sua representação nas forças armadas” (1999, p. 29), no entanto, para viabilizar maiores oportunidades do envolvimento da mão de obra feminina, os fatores que afetam as mulheres empregadas na sociedade civil e nas Forças Armadas demandam mudanças socioculturais sobre o papel destas mulheres como força de trabalho produtivo no espaço público e, conseqüentemente, tornar mais aceitável a sua inclusão, principalmente em razão dos aspectos voltados para a maternidade e a criação dos filhos. A facilidade ou dificuldade desta inserção dependerá, também, do reflexo da aceitação das ocupações civis desenvolvidas pelas mulheres e se, inicialmente, estas forem semelhantes, pela capacidade e conhecimento técnico, daquelas desempenhadas pelos homens, assim se torna admissível acreditar que elas possam ter competência necessária para desempenhar suas tarefas no ambiente militar (SEGAL, 1999). De fato, tanto o processo de incorporação das mulheres militares nas Forças Armadas da Europa Ocidental (BATTISTELLI, 2004; SEGAL, 1999) quanto nas Forças

Armadas dos países do Mercosul (LUCERO, 2009; DONADIO; MAZZOTTA, 2009) iniciam sua inclusão em corpos profissionais voltada para os serviços de apoio de saúde e técnico-administrativo.

A visibilidade das relações de gênero no Exército Brasileiro, iniciada nos anos 1990, acrescenta às escolas de formação militar, primariamente apenas composta pelo sexo masculino e que, posteriormente, admite corpos mistos, práticas cotidianas que combinam a assimilação das possibilidades do fazer militar para o sexo feminino, as estratégias e permanências destas relações e os significados que incorporam o masculino e o feminino. De forma pragmática, a perspectiva de gênero favorece a construção de um saber subjetivo engendrado através das relações da vida diária no aquartelamento e envolve homens e mulheres militares em suas unidades de trabalho.

## 2.6 PERSPECTIVA DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO MILITAR

As escolas de formação militar com corpos mistos e a característica de vida própria das organizações militares<sup>71</sup> têm oferecido a oportunidade de um convívio efetivo entre homens e mulheres militares. Para esta pesquisa, o diálogo com a categoria gênero nos permite romper com conceitos considerados naturalizados bem como desenvolver, em nossa apreciação dos dados pesquisados, a capacidade de incorporar a construção do processo histórico além de decompor as interações engendradas no cotidiano das organizações militares.

Em um plano mais geral, enfatiza Carreiras (2009), é no contexto das pressões do modelo ocupacional de trabalho com a participação ativa das mulheres que ocorre a oportunidade da inserção do sexo feminino nas Forças Armadas. Os novos padrões de incorporação militar, como a mudança no sistema de recrutamento no serviço militar cujo regime obrigatório se tornou voluntário em diversos países da Europa e dos Estados Unidos, possibilitou um novo foco para o recrutamento institucional na incorporação de corpos mistos, tanto para militar temporário (com um tempo fixo previsto a ser cumprido nas Forças Armadas) ou nas academias e escolas de formação militar. A condução de mulheres militares em vários postos hierárquicos e graduações ao longo da carreira e a própria diversificação de

---

<sup>71</sup> O ambiente militar envolve desde o ambiente profissional nas organizações militares (OM), o local de moradia próprio para militares de carreira – próprio nacional residencial (PNR) – e as atividades de lazer compartilhadas entre os militares.

papéis e funções favoreceriam uma redução na importância dos arquétipos tradicionais de gênero na divisão sexual do trabalho

Essa concepção permite a análise da perspectiva de gênero na caserna, ou melhor, evidenciar as relações sociais que são construídas no cotidiano entre homens e mulheres militares, possibilitando, assim, desvelar as experiências e práticas discursivas masculinas e femininas diárias, redefinindo noções e significados reconstruídos a partir da presença feminina. Ao utilizar a abordagem de gênero para a análise dos dados pesquisados, consideramos, também, que o conceito nos auxiliará na produção de uma apreciação histórica das representações sociais construídas por homens e mulheres militares nas Forças Armadas. Para esta análise, em especial, deve-se ter em mente a origem da instituição militar onde os valores foram constituídos com a finalidade de preparar homens/cidadãos para a manutenção da soberania de um país ou território com base nos princípios de hierarquia e disciplina. Desta forma, Scott (2002) resgatou, na Revolução Francesa<sup>72</sup>, as primeiras feministas que reivindicaram a legitimidade do reconhecimento de seus direitos, principalmente quanto à recusa do direito ao voto feminino que era justificada com base nas diferenças entre os sexos.

Neste trajeto, a preocupação dos novos olhares para a construção da historiografia das mulheres com a abordagem dos estudos de gênero possibilita tornar evidentes os diferentes espaços das experiências femininas em sociedades passadas. Conforme destaca Maria Izilda Matos (1998), a reconstrução dos olhares do passado, motivando a produção acadêmica, amplia as diversas áreas de investigação suscitadas pelas questões enunciadas no presente e que resultam em inquietações emergentes dos movimentos feministas e de

---

<sup>72</sup> Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft são consideradas as pioneiras feministas preocupadas em legitimar suas reivindicações contra a exclusão das mulheres dos direitos civis, no século XVIII, com base nas diferenças biológicas entre homens e mulheres. Estas diferenças orgânicas estabeleciam distinções entre o que se considerava como indivíduo (homem branco e burguês) e com características que o capacitavam a usufruir dos privilégios como cidadão (lutar pela manutenção do território, direito ao voto, representação política) e aos outros que, de acordo com diferenças baseadas na etnia, sexo e classe, não possuíam condições naturais que os habilitassem a exercer seus direitos como indivíduos. Olympe de Gouges participou dos eventos que resultaram na Revolução Francesa e é autora do livro “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, de 1791, inspirado no livro de Jean Jacques Rousseau, “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”. Foi guilhotinada em razão de suas ideias revolucionárias em favor das mulheres. Mary Wollstonecraft, escritora britânica, é autora da obra *Reflexões sobre educação das filhas* (1786) e *A vindication of the rights of the woman*, de 1790. Nestas obras, descreveu sua preocupação quanto à restrita educação oferecida para as mulheres. O ensino era voltado para habilidades domésticas, cuidados com os filhos, mantendo-as dóceis, passivas e subjugadas ao domínio masculino. Morreu de complicações no parto. Ela foi inspiração para uma autora brasileira, Nísia Augusta Floresta, responsável pela tradução livre da obra de Wollstonecraft, *Direito dos homens e injustiça para as mulheres*, que não é uma tradução literal, pois fornece contribuições para refletir a realidade da mulher brasileira no século XIX (PASSOS, 2010).

mulheres na busca do desvelamento da atuação da mulher como sujeito ativo no processo histórico. Entretanto, não é apenas uma simples incorporação da narrativa sobre mulheres: compete extrair “a multiplicidade do ser feminino” bem como a desnaturalização das identidades sexuais prefixadas para legitimar a relação sociocultural de homens e mulheres em um dado contexto histórico.

No diálogo constante no campo interdisciplinar dos estudos de gênero, emerge o enfoque cultural na história o que possibilita recuperar outras manifestações passadas da experiência coletiva e individual de homens e mulheres, destacando que o social é historicamente constituído, nele as experiências sociais femininas e masculinas diferenciadas emergem numa condição própria em sociedades específicas. (MATOS, 1998, p. 72).

Em uma atividade específica como a Força Armada, em especial, o Exército Brasileiro, cabe, então, o desafio de investigar como a categoria gênero poderá dar uma perspectiva analítica às percepções e experiências socioculturais masculinas e femininas na caserna ao longo de suas carreiras e como estão sendo construídas estas interações coletivas entre homens e mulheres. Assim, utilizamos a perspectiva de gênero como uma das categorias analíticas que nos auxiliam no desvelamento deste processo.

Para Matos (1998), a categoria gênero permite perceber as discontinuidades e os ritmos fragmentados na construção do conhecimento histórico, demonstrado através de hábitos e comportamentos, permitindo evidenciar a força criadora face às adversidades produzindo multiplicidades nas tramas históricas em um processo não linear.

O conceito de gênero articula os discursos, as práticas e os simbolismos inscritos nas relações de convivência entre homens e mulheres militares na caserna, a partir das experiências comuns que se iniciam na escola militar de formação. Vários atributos<sup>73</sup> descritos na ética militar<sup>74</sup> são incorporados desde o processo de formação e reforçados, ao longo da carreira em que se exige uma transformação da vida civil para a vida militar.

Um aspecto importante para a constituição do *ethos* militar é a uniformização do grupo, seus atos e comportamentos; como exemplo, a postura da turma em formatura, no início, com a entrada individual no portão das armas<sup>75</sup>, como oficiais-alunos, e no final de formação, com a saída individual no portão das armas, como oficiais de carreira. A correção

---

<sup>73</sup> Atributos da área afetiva como a integridade, honestidade e lealdade.

<sup>74</sup> É o conjunto de regras ou padrões que leva o profissional militar a agir de acordo com o sentimento do dever, dignidade militar e decoro da classe.

<sup>75</sup> Para iniciar o processo de formação militar, existem duas solenidades que irão destacar esse ingresso e o término na Escola de Formação Militar.

de atitudes, as normas e os valores assimilados, a disciplina, a organização, inerentes à vida militar, são condensados durante cerca de nove meses<sup>76</sup> a fim de possibilitar a consolidação de uma nova relação diante da carreira profissional, mas, também, perante a incorporação de uma nova postura identitária: o ser militar. Esta postura identitária tem o significado de ser algo “a mais” do que, somente, a própria condição profissional que permitiu o ingresso nas Forças Armadas, algo que se compreende ser de uma qualificação diferenciada da sociedade em geral, ou seja, que estabelece a diferenciação, que distingue civis de militares.

Para compreender o processo de construção do *espírito militar*, Castro (1990) nos revela, em um estudo realizado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que a distinção entre militares e civis constitui um dos elementos primordiais na socialização da identidade do militar. Assim, as normas, condutas e adequações no comportamento são necessárias para condicionar os alunos a seus novos hábitos como militar, a serem incorporados nas escolas de formação militar e em toda carreira profissional, objetivando consolidar uma nova relação de vida a ser apreendida, com comportamentos próprios e inserida em uma estrutura militar.

No processo de construção da formação militar, a uniformidade do grupo é desenvolvida pelo incentivo das atividades realizadas pelos grupamentos quer seja na distribuição em pelotões ou pelas especialidades, o que fortalece o espírito de corpo<sup>77</sup>, atribuído à identificação de cada turma<sup>78</sup> em um corpo único, forte, coeso. Esta nova condução de vida se faz com a aquisição de formas específicas de convívio, a exemplo de prestar continência ao superior, morar em vila militar, os filhos estudarem em colégio militar, levantar quando um superior entra em um recinto, uso de uniformes e distintivos, rituais de formatura, solenidades militares, recepção de autoridades, a disciplina consciente entre superiores em ambiente militar.

---

<sup>76</sup> O período de formação militar de corpos mistos, no caso da Escola de Saúde do Exército e do Quadro Complementar de Oficiais.

<sup>77</sup> O espírito de corpo é incluído como um dos requisitos básicos que devem ser desenvolvidos e aprimorados em todos os militares da Força Terrestre, particularmente os que se destinam à profissão das armas. Essas qualidades envolvem cada uma, comportamentos, atitudes e valores, que devem dar o embasamento e a direção para o desenvolvimento, aprimoramento e avaliação dos atributos da área afetiva. São elas: o autoaperfeiçoamento, civismo, idealismo, patriotismo e espírito de corpo. Cada atributo tem sua definição própria, o que auxilia no processo de avaliação do militar. A definição de espírito de corpo é o sentimento de identificação com os valores e tradições da organização e/ou grupo, gerando interações positivas de apoio mútuo, que se prolongam no tempo. (Portaria n° 12/DEP, de 12 de maio de 1988).

<sup>78</sup> Ao final da formação, cada turma de concludentes recebe uma denominação, o que identifica a turma a cada ano de formação. (Portaria n° 039, de 12 de janeiro de 1986. Normas para denominação histórica de turmas concludentes de cursos em organizações militares de ensino e de locais e instalações sob a administração do Exército).

A prática das relações sociais em corpos mistos nos permite decompor o funcionamento da dinâmica que constrói os sujeitos militares a partir dos elementos contidos nas diferentes relações de convívio e, ao mesmo tempo, analisar as permanências da dominação masculina nas esferas de trabalho e o estabelecimento dos espaços concedidos para o feminino.

O sociólogo militar Moskos (2000) descreve a existência de uma maior permeabilidade entre a sociedade civil e as Forças Armadas no período pós-guerra fria. As alterações na organização militar refletem amplas mudanças internas em nossa sociedade. Ser mulher militar nas Forças Armadas é estar em um ambiente assimétrico em suas relações de poder e autoridade, uma assimetria que se relaciona à própria definição fundamental da existência das Forças Armadas cuja destinação é a defesa da pátria e a garantia dos poderes constitucionais com base na hierarquia e disciplina. A defesa da pátria, ao incorporar, inclusive, as missões humanitárias, as operações de manutenção da paz e o auxílio internacional em caso de desastres naturais, trata também de relações de poder entre Estados, do poder bélico revelado através das ações conjuntas entre as Forças Armadas e os países aliados.

Desse modo, as relações sociais construídas são inseridas em uma categoria voltada para o preparo do combate armado/guerra, mesmo justificado pela necessidade do poder de dissuasão, e sua natureza primária se legitima com os valores e conceitos derivados do masculino. Logo, concordamos com o argumento de Anne-Marie Devreux (2005, p. 2) ao afirmar que um trabalho de categorização a ser operado nas relações sociais (de sexo) consiste em estabelecer as definições sociais de cada um, homem e mulher, ou seja, deve-se estabelecer o que é próprio do militar, tanto para homens como para mulheres, independentemente do sexo. Como o masculino é norma de referência para o contexto das Forças Armadas e, especificamente, para o Exército, a legitimação dos atos do masculino dispensa, mais especificamente, a apresentação da operacionalidade do papel social que lhe é atribuído dentro da Força. Contudo, a incorporação das mulheres militares nos permite tratar de uma inflexão de natureza recíproca ao gênero e à sociedade, uma oportunidade de decodificar o significado, desta forma particular, isto é, das representações subjetivas de homens e mulheres militares dentro da Força.

As relações sociais de gênero, ao envolverem a trajetória profissional e a trajetória familiar, oferecem, no movimento de articulação, atualmente, uma conexão direta na dinâmica das relações entre homens e mulheres remodelados em sujeitos militares inseridos na caserna. A trajetória da família militar construída pelo militar e sua esposa e filhos, que o

acompanham em todo o território nacional decorrente da necessidade da movimentação, passa a ser influenciada pela participação ativa das mulheres no mercado de trabalho que, por sua vez, é motivada pela busca de realização pessoal e profissional destas mulheres, além da necessidade familiar de aumento de ganhos salariais determinadas pelo nível de profissionalização bem como da queda do poder aquisitivo dos militares.

Em pesquisa que realizou um trabalho etnográfico sobre mulheres casadas com militares, Fernanda Chinelli (2009) trata a família militar como uma categoria nativa que se desenvolve em torno da trajetória da carreira profissional do homem militar com suas contínuas movimentações cuja relevância se estende em torno do apoio afetivo, dos cuidados domésticos e dos filhos, mas, também, pela dinâmica das relações sociais desenvolvidas no próprio ambiente militar e incorporadas no convívio diário entre eles no próprio nacional residencial (PNR)<sup>79</sup>, denominação do local de moradia dos militares. De acordo com o trabalho, os laços afetivos da família militar que envolve estas mulheres de militares são reforçados pelos eventos sociais e representam o fortalecimento do espírito militar no seio do próprio núcleo pessoal, o que fortalece, além disto, uma aliança de solidariedade entre seus membros.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, tivemos uma amostra de 16 oficiais casadas com militares – cinco casadas com oficiais combatentes; uma com oficial da reserva; três com oficiais do QCO; uma com oficial do IME; três com oficiais do Quadro de Saúde; duas com praça do Exército Brasileiro; e uma com praça da reserva remunerada da Marinha do Brasil – todas de carreira, o que traz aspectos relacionais derivados do grau de escolaridade destas mulheres e da oportunidade de sua inserção profissional no mercado de trabalho. A participação das mulheres militares casadas com militares, a princípio, proporciona a facilidade de manter o exercício profissional dentro da especialidade e o aumento salarial no orçamento da família, mesmo com as transferências periódicas para a ocupação de cargos ou realização de cursos militares oferecidos durante a carreira profissional como oportunidade para o casal ou para um dos cônjuges, ao mesmo tempo em que permite, dentro do núcleo familiar, uma melhor compreensão das peculiaridades da vida militar desde a necessidade do cumprimento da missão, que requer mais horas de dedicação ao trabalho, assim como as formaturas, solenidades e as atividades militares externas.

---

<sup>79</sup> O PNR é uma edificação própria para os militares (oficiais e praças) da ativa com a finalidade de servir de residência. Podendo ser estabelecidos como prédios, casas ou conjuntos habitacionais em uma área residencial. Os militares permissionários ocupam o PNR, a partir da autorização da autoridade competente da Administração Militar para utilização e ocupação. (Portaria nº 631, de 4 de dezembro de 2001).

Conforme analisa Moskos (2000), a carreira militar era compreendida, em sua forma estendida, pela esposa do militar e sua família e, da esposa do militar, era esperado ser participante de numerosas funções sociais e atividades voluntárias na sociedade militar. De fato, a promoção para postos mais elevados dependia, de certa maneira, de quão bem a esposa desempenhava este papel. Para o autor, os requisitos formais e informais das mulheres de oficiais graduados eram mais pronunciados nas esposas de militares americanos do que nas esposas de militares europeus (2000, p. 23). Hoje em dia, nas Forças Armadas dos EUA, a tendência é que a esposa de militar se volte para os novos papéis de sua inserção na sociedade que, em geral, incluem sua participação mais efetiva no mercado de trabalho quer seja como empregada em órgãos públicos ou privados ou como militares da mesma Força Armada ou de outra, assim desempenha funções como oficial ou praça de carreira ou temporária (MOSKOS, 2000). Neste contexto, a autonomia financeira feminina tende a modificar os padrões de dependência familiar, permitindo ou influenciando nas escolhas dos locais de movimentação<sup>80</sup> ou mesmo sendo fator que interfere na movimentação da família em virtude de seu trabalho.

Inflexões acontecem pela necessidade da participação mais efetiva dos pais (militares) no que diz respeito aos seus filhos e nos afazeres domésticos. Não podemos esquecer que a trajetória familiar também influencia as mulheres e os homens militares casados com militar da mesma Força Armada ou mesmo das Forças coirmãs, o que, de certa maneira, poderá facilitar, em alguns aspectos, como na transferência para outra cidade que possua uma Unidade Militar com vaga disponível na especialidade da/o esposa/o, para efetivar a movimentação do casal ou aquelas compreendidas entre as peculiaridades da vida militar (PNR), formaturas, solenidades e outros. Porém, quando o cônjuge é do sexo masculino e não é militar, poderá existir uma dificuldade no seu acesso ao mercado de trabalho, devido às transferências, à exceção dos casos em que este cônjuge trabalha em órgão federal. Para o casal militar em postos ou graduações diferentes, sua condição poderá se tornar complexa, principalmente quando a graduação do homem for inferior ao posto da mulher, com destaque para os casos de matrimônio entre oficiais e praças, principalmente no

---

<sup>80</sup> A Portaria nº 70 – DGP, de 23 de março de 2010, descreve as instruções reguladoras – IG 30-31 para normatizar os assuntos de movimentação de oficiais e praças do Exército. A seção IX descreve a diretriz sobre os aspectos concernentes para a movimentação de militares cônjuges ou companheiros(as) estáveis. Consta na portaria acima descrita, os artigos de 90 a 94, que enfatizam especificamente a regulamentação dessa modalidade de movimentação. Em um parágrafo único, a portaria determina “que a movimentação do militar para acompanhar cônjuge ou companheiro estável, removido pelo interesse da Administração, está condicionada à existência de claro e cargo, na sede/Gu de destino do militar do Exército, devendo ser realizado por interesse próprio”.

convívio entre os círculos, sendo mais fácil a aceitabilidade da mulher militar em uma condição hierarquicamente inferior ao homem militar.

Outra característica a ser ressaltada se refere a casais com profissões diferentes na Força quer seja em áreas afins, como o Quadro de Saúde, ou em áreas específicas, como QCO ou QEM, a exemplo de um oficial de engenharia ou mesmo combatente, casado com uma oficiala do magistério/história, pois, para o local da transferência, é possível a não existência do cargo/vaga na área específica para o cônjuge que acompanha.

Vale lembrar que os papéis familiares podem ser considerados socialmente como estruturas que impedem ou mesmo dificultam a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e, deste modo, podemos observar que quanto maior for a responsabilidade das mulheres no seio familiar, quanto maior a compreensão cultural de que as responsabilidades domésticas não devem ser compartilhadas, menor também será a representação feminina nas Forças Armadas. Segal (2000) estabelece o pressuposto de que a participação das mulheres nas Forças Armadas está condicionada a um atraso na composição do núcleo familiar e à idade média tardia para o nascimento dos filhos, podendo estar associada ou não a um relacionamento conjugal estável.

As políticas de licença maternidade, cuidados com os filhos na infância e adolescência (creches ou babás ou a possibilidade de contar com o auxílio de familiares), apoio nas tarefas domésticas são variáveis intervenientes para a representação das mulheres empregadas e, do mesmo modo, motivos de preocupação para as mulheres militares. No entanto, para o Exército Brasileiro, o sistema Colégio Militar do Brasil composto por doze Colégios Militares proporciona educação do ensino fundamental, a partir do 6º ano até o término do ensino médio, garantindo escolaridade para filhos de militares transferidos para a maioria das regiões do país.

Diante do exposto, cabe situar como as militares estabelecem a integração nos espaços do trabalho, as Organizações Militares, de modo a compor um caminho próprio dos corpos mistos, sem dúvida, representado pelo sujeito militar em sua flexão no feminino e no masculino, a ser discutido no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO 3

### SUJEITO MILITAR FLEXIONADO NO FEMININO E NO MASCULINO

“e a EsFCEEx?

Escola e Formação,

Fibra e Tradição,

Homem, Mulher

Do livro ao fuzil,

Lutamos pela Glória e Grandeza do Brasil!”<sup>81</sup>

O brado de guerra da Escola de Formação Complementar do Exército proferido pelos oficiais alunos do CFO/QC desde 1998 traduz uma característica semântica cujos símbolos evidenciam a efetiva participação do sexo feminino junto com o sexo masculino no universo castrense, bem como o fato de conciliar aspectos da especialidade acadêmica civil, *o livro*, que é o vetor que conduz o sujeito para o ambiente militar, e a especificidade de sua nova condição como militar, *o fuzil*.

O capítulo objetiva apresentar e situar o sujeito militar feminino nas Organizações Militares do Exército espalhadas por todo o território nacional. De acordo com o Encarte nº 06 do Noticiário do Exército nº 9.963<sup>82</sup>, a designação dos postos e graduações não variam de gênero, seja em substantivo comum (tenente ou major) ou mesmo, no composto (terceiro-sargento ou tenente-coronel), e que o artigo definido feminino deverá preceder o posto ou graduação que fará alusão ao sexo referido.

Compreendemos que, mesmo com a não flexão em gênero<sup>83</sup> dos postos e graduações na constituição ortográfica da linguagem militar, a conjugação no feminino, em nosso argumento, acontecia antes de 1992, através das presenças ocasionais das mulheres nos

---

<sup>81</sup> Brado de guerra proferido pelos oficiais-alunos da Escola de Formação Complementar de Oficiais do Exército (EsFCEEx). Os gritos de guerra são usados no preparo e/ou manutenção do “espírito de militar” do soldado. Esses brados também conferem um sentimento de unidade aos grupamentos em comum aos valores e propósitos institucionais.

<sup>82</sup> Disponível em: <[http://www.sgex.eb.mil.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=330:encarte-06-ne-no-9963&catid=27:encartes](http://www.sgex.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=330:encarte-06-ne-no-9963&catid=27:encartes)>. Acesso em: 21 Mai 2010.

<sup>83</sup> Com a presidência do Brasil assumida pela primeira mulher, houve a promulgação do Decreto Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Assim, pode regular a própria flexão de presidenta e as demais profissões femininas adquiriram a possibilidade de sua versão no feminino. Apesar de controversa, as regras da mudança da regência ortográfica não incidiram na mudança de gênero nas Forças Armadas, sendo mantidas as orientações do encarte nº 06, conforme acima referido.

quartéis como transeuntes, do portão do Corpo da Guarda para fora ou em solenidades, formaturas, como princesas ou rainhas nos bailes comemorativos ou como esposas, mães, filhas e funcionárias civis. Após 1992, ela ocorre com a incorporação do sexo feminino, por intermédio das relações sociais cotidianas entre superiores, pares e subordinados e vivenciados entre homens e mulheres militares dentro da caserna, na voz de comando feminina, nas ações de liderança entre os superiores e pares femininos e masculinos, na ascensão aos postos e graduações, na antiguidade obtida pela classificação na escola de formação ou aquela adquirida no decorrer da carreira militar.

Era alguma situação dessa. Então, eu me lembro de uma menina (tenente), ela era pequenina, assim, fragilzinha, no começo, que ela começou a tirar oficial de dia e ela tinha dificuldade de voz de comando e aí os oficiais, o major, começou a comentar. Mas eu lembro que ela reagiu muito rápido e ela também reagiu porque o próprio segmento feminino, assim, se apoiavam muito. Então, chegavam uma... uma nova menina lá que entrava na escala, então rapidamente, já rolava(?) oficial de dia, no próprio de serviço de sombras que tiravam lá. Tiravam... auxiliar antes, tiravam o serviço de oficial de dia, de fato, elas já estavam ali, mais ou menos, preparadas (BRAVO UNO/masculino).

As imagens do corpo feminino construídas em valores culturais reforçam a dúvida de que o valor de sua capacidade possa equivaler ao que é esperado para o corpo masculino. Segundo Perrot (1995), escrever sobre a história das mulheres (tal como a presente investigação sobre a participação feminina nas Forças Armadas) trouxe consigo a necessidade de reconhecer todas as suas ações, não apenas aquelas destinadas à reprodução e apoio, e de revelar seus atos como agentes históricos ativos cuja historicidade se mescla às relações sociais construídas entre os sexos. Argumenta, ainda a autora (1995) que é imprescindível considerar a crítica dos relatos representados como universal, na própria elaboração dos significados e valores hierarquizados vinculados à exclusão das mulheres no âmbito político e à sua imersão no mundo privado.

Como campo de pesquisa, a história das mulheres trouxe questões sobre as razões da invisibilidade de suas ações enquanto protagonistas conduzindo a uma reflexão sobre a dominação masculina no próprio relato da função e do destino histórico dessas mulheres, de suas experiências, capacidades, influências e transformações, fazendo valer, a cada nova expectativa da chegada do militar do sexo feminino, um desafio que requer preparo, adestramento e condicionamento físico.

### 3.1 RECONHECENDO O TERRENO: OS ESTUDOS SOBRE A INSERÇÃO DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS

Os primeiros autores brasileiros a discutirem a sociologia militar no Brasil foram os professores Celso Castro e Piero Leirner (2009). Suas pesquisas foram pioneiras em estudos antropológicos sobre os militares brasileiros, buscando superar a discussão política das pesquisas com militares para compreender a construção social da identidade militar em seu cotidiano e as distinções simbólicas entre o mundo de dentro/caserna e o mundo de fora/mundo civil.

As discussões ocorridas em fóruns sobre incorporação feminina<sup>84</sup> na Marinha, no Exército Brasileiro e na Força Aérea Brasileira suscitaram a oportunidade de aprofundar novas frentes de pesquisa, no sentido de compreender a construção do caráter identitário militar ao incorporar o sexo feminino. Esta articulação permite revelar rupturas e permanências nas práticas diárias no cotidiano da caserna, por vezes pouco perceptíveis, mas que possibilitam uma abordagem não como um comportamento binário, uma vez que evidenciam a característica relacional entre homens e mulheres militares e admitem como foco destas discussões a referência teórica do conceito de gênero nas Forças Armadas.

Mathias (2005) retrata que o tema “mulher-soldado” está ausente nos estudos acadêmicos. Em seu texto “As mulheres chegam aos quartéis”, a autora relaciona esta ausência à maneira que a sociedade encara a função da mulher de cuidar, educar, ajudar o outro, o que a desqualifica para ações que aplicam a violência legítima. As mulheres que atuam como voluntárias podem participar no quadro de carreira ou como temporária, como oficiais ou praças, nas atividades de saúde, administrativa ou de ensino. Embora existam relatos históricos da participação feminina em conflitos armados, principalmente na primeira

---

<sup>84</sup> Cristina Rodrigues da Silva. *Mulheres e Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher*, 2008; Suellen Borges de Lannes. *A inserção da mulher no moderno Exército Brasileiro*, 2010; Mariza Ribas d'Ávila de Almeida. *Contexto político-institucional do processo decisório sobre a admissão da mulher militar*, 2010; Paulo Pereira Santos. *Representações sociais de gênero e Forças Armadas: a experiência no Comando da Aeronáutica*, 2010; Izadora Xavier do Monte. *A inclusão da perspectiva de gênero nas operações de paz das Nações Unidas*, 2010; Fernanda Chinelli. *A caserna vista da casa: o trabalho de campo com famílias militares*, 2009; Roberta Cristina Izzo. *Igualdade de gênero: um caminho para a paz*; Emília Takahashi. *O segundo guerreiro*, 2010; Carla Christina Passos. *Militar como uma construção de gênero e Relações de Gênero e a formação de grupos mistos na Escola de Administração do Exército*, 2010; além dos trabalhos produzidos e discutidos nos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º Encontros da ABED, desde 2007, e no Seminário sobre a Mulher na Carreira Militar que comemorou os 30 anos da mulher militar na Marinha, sediado no Instituto Histórico Geográfico nos dias 10 e 11 de novembro de 2011.

e segunda guerra mundiais, o recrutamento feminino, no Brasil, só terá seu início na década de 1980, na Marinha Brasileira.

De acordo com Maria Rosa Lombardi (2009), o processo de inserção das mulheres nas Forças Armadas teve início com a criação pioneira do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), de acordo com a Lei nº 5.807, de 7 de junho de 1980<sup>85</sup>. A autora analisa a inserção das mulheres na Marinha através de entrevistas e observa que a participação feminina nas FFAA, bem como nas Forças Auxiliares, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, é ainda pouco expressiva em razão de ser este um espaço ocupacional com atividades voltadas para a defesa e o policiamento, profissões marcadamente masculinas, apesar da entrada das mulheres desde a década de 80.

Na Marinha, os Corpos de Saúde apresentam a maior concentração do sexo feminino que é mais expressiva no Quadro de Apoio à Saúde. As mulheres integram o Quadro Complementar de Oficiais de Intendência, o Quadro Técnico e o Corpo de Engenheiros Navais, mas não o Corpo da Armada e os Fuzileiros Navais, à exceção das praças do Corpo de Sargentos Músicos que incorporam o sexo feminino.

Lombardi aborda uma questão interessante sobre a existência de quotas que fixam o percentual máximo dos cargos do Corpo de Intendência e do Corpo de Saúde que deverão ser ocupados exclusivamente por oficiais do sexo masculino<sup>86</sup>, o que favoreceria a lentidão na integração do processo de feminização na estrutura militar, assim, como “a reserva de carreiras e patentes exclusivas para os homens” (2009, p. 35).

No caso das oficiais engenheiras que trabalham na Marinha de Guerra, as tarefas realizadas se concentram no desenvolvimento, análise e testes de sistemas de armamentos e radares, nas táticas de guerra eletrônica e em projetos de embarcação. Elas embarcam para o exercício de trabalhos técnicos, porém, segundo Lombardi, não fazem parte da tripulação, com exceção da oficial do Quadro Técnico do Corpo Auxiliar que participou como tripulante de uma missão em um navio oceanográfico.

No seminário Mulher Militar na Marinha do Brasil: 30 anos, realizado no Instituto Histórico Geográfico do Brasil, no ano de 2010, tive a oportunidade de entrevistar uma

---

<sup>85</sup> Em 1981, o recém-inaugurado Hospital Naval Marcílio Dias necessitava de recursos humanos para suprir com mão de obra especializada (médicas, enfermeiras, farmacêuticas, nutricionistas, dentre outras profissões. Foi o principal motivo para a seleção e a incorporação da primeira turma de oficiais (LOMBARDI, 2009, p. 10).

<sup>86</sup> Decreto nº 7.354, de 05 de novembro de 2010. Altera o Anexo ao Decreto nº 7.230, de 12 de julho de 2010, que distribui os efetivos de oficiais da Marinha, em tempo de paz, para o ano de 2010, e fixa os percentuais mínimos dos cargos do Corpo de Intendentes da Marinha e do Corpo de Saúde da Marinha, que deverão ser ocupados exclusivamente por oficiais do sexo masculino.

oficiala da Marinha, com formação em psicologia, na época da missão, Capitão de Corveta equivalente a Tenente Coronel/Exército e Força Aérea, que relatou sobre sua experiência e desempenho na função de subchefe na Estação Antártica Comandante Ferraz, base brasileira sob os auspícios da Marinha do Brasil, no período de março de 2007 a março de 2008. A oficiala relata que a seleção foi rigorosa entre os oficiais voluntários, homens e mulheres militares, desenvolvida em várias fases, para a vaga na função de subcomandante para a Estação Antártica Comandante Ferraz, e independente do quadro/arma ou serviço pertencente, ela foi selecionada para participar da missão como subchefe.

Fázio (2003, p. 5) também refere que a Marinha do Brasil foi a primeira Força Armada a admitir mulheres em suas fileiras. Os corpos permanentes femininos atuavam no desempenho de atividades nas áreas da saúde e administrativas. À época, em 1980, o CAFRM era constituído exclusivamente pelo sexo feminino, possuindo normas e regulamentos próprios para a promoção e interstícios mais longos<sup>87</sup> e distintos dos quadros de oficiais e praças do sexo masculino.

Essas características das carreiras femininas, aliadas à inexistência de creches e escolas dos filhos das militares, causavam desmotivação e evasão das oficiais, arriscando-se a Marinha a perder suas médicas e enfermeiras, já em 1987. Mas o quadro de discriminação contra as mulheres só foi revertido em 1998, cerca de dez anos mais tarde. (LOMBARDI, 2009, p. 10).

Com a extinção do CAFRM, as mulheres foram incorporadas aos já existentes e passaram a seguir carreira em igualdade de oportunidades para a promoção e acesso aos cargos e funções, à exceção das armas combatentes. Em alguns dos corpos, a exemplo do corpo de saúde, as médicas podem alcançar o posto de Vice-Almirante.

A Força Aérea Brasileira foi a próxima FFAA a incluir mulheres militares nos moldes do CAFRM, ainda na década de 1980. Na Aeronáutica, a inserção das mulheres se deu em 1982 no Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CRFA), composto por dois quadros: o Quadro Feminino de Oficiais da Reserva (QFR) e o Quadro Feminino de Praças da Reserva. O CFRA foi extinto em 1989 e as militares foram incorporadas no Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, a partir de 1990, nos Quadros de Oficiais Médicos (QOMED), Oficiais Dentistas (QODENT) e de Oficiais Farmacêuticos (QOFARM) e no Quadro Complementar (QC) no qual ingressavam militares que possuíssem grau de escolaridade de

---

<sup>87</sup> O período probatório para o segmento feminino era de nove anos até a incorporação definitiva, além da ascensão na carreira que chegava ao máximo a Capitão de Fragata.

nível superior não incluídas naquelas três categorias. As praças foram inseridas no Quadro de Suboficiais e Sargentos.

A entrada das mulheres militares em armas combatentes na Força Aérea se concretizou em 1996, com a formação da primeira turma de oficiais intendentes, e em 2002, elas conseguiram o direito de cursar o principal quadro da Força Aérea Brasileira, o Curso de Formação de Oficiais Aviadores.

Quanto à entrada das mulheres na Academia da Força Aérea (AFA), em 1996, no Curso de Formação de Oficiais de Intendência (CFOInt), Takahashi (2008) analisa que a incorporação feminina na Academia gerou modificações, apesar das discriminações ainda existentes, na tradição masculina de uma instituição militar. As questões referentes à presença das mulheres como cadetes na Academia, a divisão clássica dos papéis sexuais quanto à incorporação de mulheres como militares permitiu uma reflexão sobre o processo de construção das relações de gênero e de poder como parte dos vários desafios que elas enfrentaram na realização dos quatro anos do CFOInt.

Nesse processo de formação, houve a possibilidade da *subversão do paradigma* essencialista entre homens e mulheres, o que autorizou, ao final do curso, a *conquista do status de cadete*, em razão das próprias regras instituídas pelo sistema militar através da hierarquia e disciplina e pelo esforço empreendido por elas, o que resultou, pelos impactos do pioneirismo, na conquista de novos espaços outrora interditados para o sexo feminino, permitindo o seu reconhecimento como profissionais militares e, de certa forma, diluiu as diferenças tanto de sexo, de origem geográfica ou de quadro (TAKAHASHI, 2008, p. 256).

No início dos anos 1990, o Exército Brasileiro abriu suas portas para o militar feminino. A criação do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), pela Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, representou a possibilidade do acesso da mulher na Força Terrestre. As primeiras duas turmas, de 1990 e 1991, incorporaram exclusivamente o sexo masculino.

A partir de 1992, a Escola de Administração do Exército (EsAEx), atual Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx)<sup>88</sup>, recebeu oficiais do sexo feminino para a incorporação como militares de carreira, ocasião na qual se formou a primeira turma mista. De fato, desde o anteprojeto enviado para o Congresso Nacional e, em junho de 1991, o Edital

---

<sup>88</sup> Com a Portaria nº 1.080, de 08 de novembro de 2010 houve a mudança da Escola de Administração do Exército (EsAEx) em Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx). A mudança reuniu na EsFCEEx, os cursos provenientes da Escola de Saúde do Exército (EsSEEx) para a formação de oficiais nas áreas de Odontologia e Farmácia, junto aos cursos de formação de oficiais do quadro complementar.

do concurso para a realização do curso na turma de 1992 já previa a inscrição de homens e mulheres oriundos do meio civil ou militar para incorporarem no CFO/QC.

Com estas disposições, inferimos que a entrada da mulher no Exército Brasileiro, que ocorreu, desde o início, no Quadro Complementar de Oficiais, Escola de Saúde do Exército e no Instituto Militar de Engenharia em corpos mistos, deu a chance de trazer para o interior da caserna as representações sociais que emergem do contexto vivido nas escolas de formação militar acerca do que se busca estabelecer: a igualdade de oportunidade entre os sexos nos quadros previstos para a inclusão do sexo feminino, constituída pela não restrição de vagas para mulheres ou homens com a finalidade de configurar um espaço de convergência que se desenvolve nas escolas e colégios militares, nos quartéis gerais, hospitais e policlínicas e nos corpos de tropa do Exército espalhados por todo Brasil. Com os resultados das entrevistas, percebemos que as subjetividades identificam estratégias que marcam relações assimétricas confrontadas no cotidiano ainda derivado do processo de adaptação à instituição militar.

Em 31 de agosto de 2007, após quinze anos do ingresso do sexo feminino no QCO/1992, as primeiras mulheres oficiais de carreira atingiram o acesso ao círculo de oficial superior, o posto de major. O início da promoção do quadro para o posto de tenente-coronel se deu em abril de 2013. Com a modificação da lei do QCO, o enquadramento da trajetória na carreira passa de quatro para cinco postos, de acordo com a Lei nº 12.786, de 11 de janeiro de 2013, o que torna possível o acesso dos oficiais pertencentes ao QCO a mais um posto de oficial superior: coronel. Com esta medida, o tempo de interstício<sup>89</sup> estabelecido para a promoção entre os postos será o mesmo para as mulheres e os homens do QC, IME e EsSEx.

É importante destacar que cada quadro, arma ou serviço envolve toda uma turma, distribuída em ordem classificatória, levando em consideração as notas obtidas ao final do curso. Assim, não é possível alterar a precedência hierárquica, em razão da característica do sexo quer seja feminino ou masculino. Todos são avaliados tanto intelectualmente quanto nas práticas psicomotoras e de condicionamento físico, por meio de provas classificatórias. Durante a trajetória da carreira militar e para fins de promoção, são observados, também, critérios como avaliação do desempenho profissional, a realização de cursos oferecidos pelo Exército ou em instituições civis, graduação ou pós-graduação (aperfeiçoamento, mestrado ou doutorado), recebimento de medalhas, mobilidade territorial, missões no exterior e outras atividades consideradas relevantes para o Exército.

---

<sup>89</sup> Termo militar que designa o tempo mínimo que um militar deve permanecer num posto ou graduação antes de ser promovido.

O Instituto Militar de Engenharia<sup>90</sup> matriculou, em 1997, dez alunas que foram incluídas no Quadro de Engenheiros Militares. No ano de 1997, também houve a incorporação da primeira turma de oficiais médicas, dentistas e farmacêuticas no Quadro de Saúde do Exército. Para as praças, o ingresso teve seu início em 2001, de acordo com a Portaria nº 124 do EME, de 18 de dezembro de 2000, que criou o Curso de Formação de Sargentos de Saúde – Auxiliares de Enfermagem.

No quadro de temporários, as oficiais tiveram seu ingresso em 1996 e as praças, em 1998. Até o presente momento, os editais de incorporação das escolas de formação do Exército Brasileiro que admitem a participação feminina não estipularam número de vagas limite para as mulheres, reforçando, assim, que a entrada das mulheres prevê igualdade de condições para as vagas, assim como a ascensão nos quadros pertinentes ao longo da carreira.

O serviço militar feminino voluntário, no Exército Brasileiro, para médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras (MFDV) teve seu início em 1996. Na primeira incorporação, foram convocadas 290 mulheres, todas na área de saúde. Posteriormente, a convocação de mulheres e homens passou a ser realizada nas diversas áreas de ensino, com o objetivo de atender à necessidade de cada região militar. A seleção é realizada com pessoas já formadas nas diversas áreas de atuação de acordo com as necessidades e as vagas disponíveis no Sistema do Serviço Militar.

O ingresso no Sistema do Serviço Militar acontece nas doze Regiões Militares distribuídas em todo o território nacional. A permanência do oficial temporário é de, no máximo, oito anos. Após este período, é considerado reservista e integra o efetivo de mobilização, em caso de convocação para guerra.

Nas escolas de formação militar com corpos mistos no Exército Brasileiro, Escola de Formação Complementar do Exército, sediada em Salvador (EsFCEEx, antiga EsAEx), Escola de Saúde do Exército (EsSEx) e Instituto Militar de Engenharia (IME) ambas com sede no Rio de Janeiro, quer seja na formação de oficiais ou de praças, a dinâmica das relações sociais é intensa pelo convívio diário de homens e mulheres com seus instrutores na transição de uma vida “civil” para a construção de uma identidade militar.

---

<sup>90</sup> O Instituto Militar de Engenharia (IME) é o estabelecimento de ensino do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) responsável, no âmbito do Exército Brasileiro, pelo ensino superior de Engenharia e pela pesquisa básica. O IME se insere no Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército cooperando pelo ensino e pesquisa, para o desenvolvimento científico-tecnológico do país. O IME ministra cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária para militares e civis.

As instruções são planejadas e ministradas no sentido de homogeneizar, uniformizar o grupo de alunos com atividades teóricas e práticas de instrução militar que visam ensinar-lhes o comportamento e atitude necessários para a vida militar, cuja exigência privilegia as experiências de grupo para reforçar o conhecimento das normas do cotidiano militar.

Segundo Castro (1990, p. 24), a intensidade da homogeneização interna do grupo levaria a um processo de socialização estimulada pelos instrutores e comandantes de pelotões, que contribui para uma forte coesão do grupo – o espírito de corpo. A socialização permite a incorporação da conduta militar nos oficiais alunos e reforça, assim, o processo de construção do distanciamento entre a vida “civil” e a identidade militar.

### 3.2 IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO

No presente estudo, falar sobre identidade requer a elucidação de conceitos que auxiliarão na busca do foco para percorrer o campo de pesquisa acerca das relações de gênero no ambiente militar. Haraway (1995, p. 15) compreende identidade com o pressuposto de não buscar a essencialização completa e universal de identidades fixas do homem ou da mulher. Em nosso projeto de pesquisa, a conformação identitária fixa não cabe às militares ou mesmo aos militares, porém o discurso perspectivista permite a ampliação da identidade plural contemporânea para que ela possa ser objetiva, crítica e reflexiva e ainda contemple as multiplicidades destes sujeitos. A autora argumenta que:

Gênero é um campo de diferença estruturada e estruturante, no qual as tonalidades de localização extrema, do corpo intimamente pessoal e individualizado, vibram no mesmo campo com as emissões globais de alta tensão. A corporificação feminista, assim, não trata da posição fixa num corpo reificado, fêmeo ou outro, mas sim de nódulos em campos, inflexões em orientações e responsabilidades pela diferença nos campos de significado material-semiótico. (HARAWAY, 1995, p. 29).

Muito mais que uma identificação imutável com seus papéis sexuais naturalizados, que poderia incidir no exercício de tipificar as mulheres militares em um padrão identitário único, um modelo de mulheres fortes e destemidas que se apropriam dos atributos masculinos para serem aceitas no meio militar, cabe resistir a esta visão tentadora de uniformizar em um arquétipo e tornar corpóreos os vários indivíduos, homens e mulheres, que fizeram a opção de se tornar militares.

A identidade como característica de um grupo, quer seja por questões étnico-culturais ou mesmo por experiências de vida, se faz presente nos padrões de posicionamento dos indivíduos favorecendo um sentimento de pertencimento. Este pertencimento, muitas vezes, identifica aquele grupo enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que o diferencia do outro, conferindo-lhe alteridade. Mesmo com a percepção de identidade plural oriunda da pós-modernidade, com o indivíduo atendendo às respostas da vida cotidiana na sua adequação ao papel que desempenha em cada momento, ainda assim, os elos de similaridade nos fazem sentir pertencer ao mundo em que vivemos.

A identidade torna-se um projeto a ser realizado no tempo e sujeito a permanentes ajustes por conta do input de novas informações e da permanente transformação do ambiente, a qual por sua vez exige continuamente novas escolhas e constantes mudanças táticas. (CUNHA, 2009, p. 42).

A identidade aqui mencionada se refere a um padrão de pertencimento que nos possibilita um sentimento de estabilidade e conforto ao enunciar uma presença definida por características identitárias, mas fundamentais para o cumprimento de papéis definidos culturalmente por cada sociedade. Todavia, a crítica da contemporaneidade está nas transformações das relações espaço-tempo configuradas pelos processos de globalização que constroem uma modernidade acelerada e consubstanciam tensões entre uma relativa sensação de segurança e estabilidade e a ameaça das múltiplas possibilidades de escolha derivadas da modernidade.

Estudar a identidade das militares no Exército Brasileiro, no presente projeto, é possibilitar uma análise crítica do perfil que está sendo construído e favorece a reflexão acerca dos caminhos a serem percorridos na construção destas militares do sexo feminino, bem como na sua interface com os militares do sexo masculino. Desta forma, observamos que as categorias identitárias se configuram em um campo nas relações de poder, sendo necessário o uso de estratégia e conhecimento para desestabilizar o modelo colonizador e hierarquizante da tradição filosófica que mantém os binarismos e os estereótipos.

A construção identitária da militar passa por dois diferenciados processos importantes de serem analisados: o primeiro, pela característica de sua formação acontecer com um grupamento misto, ou seja, com homens e mulheres, de tal modo que ficam evidenciados por comportamentos subjetivos que favorecem a percepção da diferenciação nas relações destes homens e mulheres militares quer sejam instrutores, instruendos/alunos, superiores, pares ou subordinados.

O segundo, ao considerarmos que a incorporação das mulheres militares no Exército Brasileiro possibilita uma reflexão sobre a participação delas como militares, mesmo na Academia das Agulhas Negras (AMAN) ou na Escola de Sargentos das Armas (ESA) entre outras escolas de formação militar onde não participam como alunas, mas como professoras, veterinárias, médicas, dentistas, contadoras, economistas, engenheiras que integram as funções militares nos serviços de escalas, nas missões, solenidades e formaturas, além de participarem no dia a dia do processo de formação.

A participação das mulheres militares na vida diária dos integrantes (cadetes, instrutores e alunos) da AMAN e da ESA possibilita o contato com os alunos e instrutores das armas combatentes daqueles estabelecimentos de ensino. Ainda que não existam mulheres militares em todos os quadros e serviços, à medida que a convivência se prolonga isto proporciona uma série de experiências das relações de gênero na caserna. A própria constituição destas relações de gênero abre a possibilidade de evidenciar como se constroem os discursos que efetivam a presença das mulheres e enunciam subjetividades capazes de projetar alternativas no modo de pensar, sentir e confrontar os posicionamentos de homens e de mulheres militares durante as atividades laborativas e no convívio, no trabalho e no lazer, sem, necessariamente, reproduzir a falácia do modelo essencialista, porém, na concretude de seus comportamentos e atitudes, expor, revelar a efetiva participação destas mulheres militares nos postos/graduações, além de ser capaz de influenciar, através da disciplina consciente, as condutas a serem estabelecidas por estas representações sociais de gênero e de poder no círculo militar.

Neste processo se daria a consolidação de um padrão identitário militar ao longo da carreira, quer seja na assunção das funções e serviços inerentes a sua condição como militar ou em razão de suas atividades condicionadas à sua profissão como enfermeiros(as), farmacêuticos(as), médicos(as), professores(as), administradores, estatísticos(as), veterinários(as), psicólogos(as), relações públicas, dentre outras.

Uma das diferenciações entre as escolas militares de formação mista e as escolas militares estritamente masculinas é o tempo de permanência na instituição. Em seu processo de formação, o cadete leva cinco anos para concluir sua educação no ensino superior – Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) e AMAN – e se tornar oficial combatente da

ativa do Exército Brasileiro, podendo até ter um período anterior de formação militar, se tiver frequentado um dos diversos colégios militares existentes no país<sup>91</sup>.

Para a EsFCEEx e a EsSEEx, pode-se contar o tempo de oficial ou praça temporário e mesmo praça de carreira<sup>92</sup>, tanto para homens quanto para mulheres. Na Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx)<sup>93</sup> e na Escola de Saúde do Exército (EsSEEx)<sup>94</sup>, a formação é realizada em 35 semanas; do período da adaptação inicial até a formatura são praticamente nove meses, de março a novembro. Segundo o Edital, para a inscrição no concurso, os candidatos devem ter a idade entre 20 anos, no mínimo, até 36 anos, na data de inscrição, e devem possuir uma graduação, que o habilita para o ingresso nessas escolas. Um dos grandes desafios dessa formação militar é instruir indivíduos civis ou praças, em sua maioria, homens e mulheres, para ao final, tê-los como oficiais do Exército Brasileiro.

Várias características devem ser analisadas e poderão interferir nessa construção, observando-se, também, que a dificuldade ou facilidade no desempenho das instruções militares diz respeito às capacidades físicas e emocionais individuais. Os alunos são avaliados em seu desempenho individual na aquisição ou no desenvolvimento de atributos da área afetiva, através da observação dos instrutores e nas provas escritas assim como em grupo, já que a estrutura do sistema militar favorece o coletivo, a uniformização dos procedimentos na conduta e na postura militar.

Outra diferenciação significativa é a idade para o ingresso na Força: na Academia e na ESA, os candidatos devem ter a idade entre 16 e 21 anos, completada até 31 de dezembro do ano do concurso. Para o IME, o ingresso é realizado por concurso na modalidade de

---

<sup>91</sup> O aluno do Colégio Militar não é considerado militar, e suas atividades principais são a formação no ensino fundamental (6º ano até o 9º ano) e médio. Todavia, participam de ordem unida, bem como de formaturas e solenidades militares, além do convívio em ambiente militar junto com professores militares e civis.

<sup>92</sup> Fato que possibilita uma ascensão mais rápida para o oficialato. Os oficiais alunos do CFO/QC poderão já ter experiência de vida militar se oriundos da Escola de Sargentos das Armas (ESA)<sup>92</sup> ou do serviço militar obrigatório ou voluntário, como oficiais e praças temporários. Disponível em: <[www.esa.ensino.eb.br](http://www.esa.ensino.eb.br)>. Acesso em: 10 jun. 2011.

<sup>93</sup> A Escola de Formação Complementar de Oficiais do Exército forma oficiais do quadro complementar, ou seja, administradores, economistas, enfermeiros, médicos veterinários, psicólogos, estatísticos, ciências contábeis, advogados, relações públicas, analistas de sistemas, biólogos, químicos, físicos, matemáticos, professores de inglês francês, espanhol dentre outros. Boletim nº 24/2011. Portaria nº 063 – DECEEx, de 23 de maio de 2011. Instruções reguladoras do concurso de admissão e da matrícula no Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar, referentes ao processo seletivo de 2012.

<sup>94</sup> A Escola de Saúde do Exército forma médicos dentistas e farmacêuticos. Portaria nº 077. DECEEx, de 09 de junho de 2011. Boletim do Exército nº 24/2011. Instruções reguladoras do concurso de admissão no Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde.

vestibular e possui como requisitos: ser solteiro, e ter a idade mínima de 16 anos e máxima de 22 anos, completados até 31 de dezembro do ano do concurso.

Nas escolas de formação militar mista, EsSEx e EsFCEEx, o tempo para profissionalização exigida pela especialidade é maior; assim, a idade estabelecida é fixada entre 20 e 36 anos completados até 31 de dezembro referenciados no ano da matrícula do concurso.

Aspectos como a idade de ingresso mais avançada possibilitam, para muitos indivíduos, iniciar a sua formação militar em torno de 25 anos e, em consequência, terem experiências de vida condicionada a uma fase mais madura, podendo ser derivadas do estado civil: casados ou mesmo separados ou divorciados, ter família constituída e com presença de filhos, fatores característicos da fase adulta. Para aqueles que já participaram do ambiente militar como oficiais ou praças temporários ou de carreira, a experiência anterior vivida na caserna auxilia na adaptação nas escolas de formação militar. Todavia, aquele que não possui experiência militar anterior, passa a ter que se adaptar rapidamente aos padrões institucionais que deverá habilitá-lo/a ao exercício da vida castrense.

O período de adaptação inicial é intenso: nas primeiras semanas, os alunos não podem pernoitar fora da escola e o quadro de trabalho semanal (QTS) é distribuído para que os alunos tenham aula o dia inteiro, até mesmo no início da noite. As aulas são de instruções de ordem unida, educação física, adaptação ao ambiente militar através de manuais e regulamentos e, inclusive, com aulas de etiqueta, com ênfase na postura e no comportamento à mesa.

A primeira semana de formatura militar, chamada *semana zero*, funciona como um período de adaptação e formalidades administrativas (entrega de documentos, palestras, entrevistas, exames de saúde e finalização do processo seletivo). Poucas instruções são ministradas nesta semana, restringindo-se à ordem unida visando a formatura de passagem pelo portão das armas, e as instruções de postos, graduações, treinamento de aptidão física, continências e sinais militares.

Outro aspecto interessante, na fase inicial do CFO, é que os concursados ainda não são considerados oficiais alunos, sendo denominados candidatos, e não vestem os uniformes militares. No período citado, o traje da semana é a calça jeans azul, camiseta de malha branca de meia manga e gola redonda e tênis preto com meias brancas. As primeiras informações sobre o vestuário (os trajes civis permitidos para transitar dentro do aquartelamento, os que serão usados antes da entrada no portão das armas e os uniformes a

serem adquiridos para o curso de formação), eram enviadas por carta, mas hoje estas informações estão disponibilizadas no site da EsFCEX.

A formatura de passagem pelo portão das armas marca, oficialmente, o ingresso do então candidato no Exército Brasileiro e, a partir daí, ele passa a usar os uniformes regulamentares e a ser denominado 1º Tenente-Aluno, com deveres e direitos que o posto lhe confere, inclusive a continência, como saudação obrigatória que os militares subordinados hierarquicamente devem realizar para os militares superiores na rotina do quartel.

As mulheres podem usar cabelo curto, que não ultrapasse a gola da camisa do uniforme e, caso seja longo, “rabo de cavalo” ou coque; os brincos devem ser único em cada orelha, pouca e discreta maquiagem; já os homens devem estar barbeados e com cabelo cortado ao estilo militar.

Usualmente, as turmas são divididas em três ou dois pelotões, distribuídas equitativamente, a depender do quantitativo de oficiais-alunos matriculados. Cada pelotão é comandado por um militar do Corpo de Alunos (CA), tenente ou capitão<sup>95</sup>, que fica responsável pelo comando e pelo acompanhamento dos tenentes-alunos no processo de formação. As formaturas diárias são realizadas para intensificar a ordem unida, a uniformidade, e a precisão nas atitudes. Os alunos aprendem a executar e a reconhecer os vários comandos (sentido, descansar, voltas-volver e outros sob o toque do clarim e a voz), hinos e canções militares, patronos das armas, quadros e serviços. As disciplinas são divididas em dois momentos: a formação militar geral e a específica. Na formação militar geral, os alunos, divididos em pelotões, aprendem o manejo com fuzil e pistola, ordem unida, os serviços militares, acampamentos, atividades desportivas, estudam os diversos regulamentos e manuais, história militar, primeiros socorros.

Na formação específica, os oficiais-alunos já são distribuídos dentro de suas especialidades, as disciplinas são voltadas para as ações que irão desempenhar durante a carreira. Atualmente, as instruções de metodologia da pesquisa científica são exigidas para a formação de pós-graduação e voltadas para a produção de um projeto interdisciplinar (PI) envolvendo, interdisciplinarmente, as diversas áreas de ensino e o trabalho de conclusão de curso (TCC), com a elaboração de um artigo científico.

Na Escola de Formação Complementar do Exército e na Escola de Saúde, os alojamentos são distribuídos em um prédio de blocos distintos, dois para o sexo masculino e

---

<sup>95</sup> Os claros disponíveis para o Comando no Corpo de Alunos (CA) e para os comandantes de pelotões são preenchidos preferencialmente por oficiais de arma, em razão do tempo de formação no adestramento básico militar e as demais especificidades das instruções militares, tais como cartografia, orientação, de acordo com o quadro de cargos previstos da EsFCEX, IME e EsSEX.

um para o feminino. Cada alojamento comporta dez camas, com armários individuais e apoio de uma lavanderia com máquina de lavar e varal para secar as roupas, localizado dentro do banheiro, e uma antessala para estudos, com televisão, geladeira, mesa de estudos e sofá. A manutenção da faxina e organização do local fica sob a responsabilidade de um tenente-aluno que fiscalizará e ajudará os demais nas atividades de higiene e limpeza. A escolha do oficial aluno responsável é realizada mediante um rodízio semanal entre aqueles que ocupam o dormitório, sendo que todos os integrantes do alojamento assumem a função durante o ano letivo.

Após a primeira semana de adaptação militar, os tenentes-alunos participam de uma solenidade de entrada oficial no portão das armas, onde os alunos são organizados em forma antes da entrada principal da escola, com suas roupas civis ou com o uniforme de sua condição militar anterior, e entram oficialmente na escola em uma fila única e se reorganizam em forma novamente no pátio da escola de formação militar.

Esta cerimônia evidencia o compromisso oficial da mudança da condição de civil ou da condição militar trazida anteriormente e simboliza uma transformação para a nova condição como oficial, 1º tenente-aluno, no Exército Brasileiro, que será também evidenciada com uma formatura solene ao final do ano.

Já no Instituto Militar de Engenharia (IME), candidatos de ambos os sexos poderão ser formados em cinco anos letivos, com o ingresso por meio de concurso do tipo vestibular, no Curso de Formação e Graduação (CFG) para a formação de oficial da ativa como engenheiro militar para os cargos privativos no Quadro de Engenheiro Militar (QEM) ou como oficial da reserva do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército. O engenheiro já formado também poderá realizar o Curso de Formação Militar de Oficial da Ativa (CFm) através de concurso específico com o prazo de tempo de formação em torno de um ano. Outra oportunidade de ingresso é para o oficial formado na AMAN que, depois de ter servido dois anos em Unidade de Tropa, poderá também se tornar engenheiro militar, após fazer o curso, sob a modalidade de graduação (CG).

Nas diversas formas de ingresso para a carreira militar no Exército Brasileiro, compreendemos que a consolidação do perfil militar continuará a ser forjada ao longo da carreira, principalmente para os oficiais da ativa formados em período de um ano.

Para descrever como se desenvolve a construção de novas representações simbólicas advindas da inserção da mulher nas Forças Armadas, se faz necessário investigar as experiências vividas no ambiente militar que permitirão observar o significado das relações

de gênero na consolidação da presença da militar com a ascensão na carreira e suas implicações nas relações sociais entre mulheres e homens.

Elas (militares) vivem permanentemente em conflito resultante da necessidade de se aproximarem dos valores militares, os quais exigem ruptura com conteúdos simbólicos associados à sua categoria sexual, mas também são desejáveis, exigindo-lhes a necessidade de preservá-los. É neste quadro de representações assimétricas que deveremos situar as estratégias desenvolvidas pelos sujeitos. (CASTELÃO, 1999, p. 131).

Ressalta-se que, por intermédio das diferentes estratégias no percurso da carreira militar, podemos evidenciar a construção de um sujeito plural que pode contemplar subjetivações flexíveis e mutáveis na relação homem-mulher pela perspectiva de evitar a cristalização dos papéis a serem desempenhados por estas pessoas, tal como na adequação dos novos espaços ocupados por esses sujeitos.

### 3.3 O DIÁLOGO ENTRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CASERNA

As primeiras experiências na direção de um hospital militar sob o comando de uma oficiala militar da Marinha, no Hospital Naval de Salvador ou no subcomando da estação da Antártida, podem evidenciar a competência e as capacidades necessárias para a manutenção da disciplina e o cumprimento das missões relativas à função desempenhada. Mas ainda existem resistências, principalmente na tropa, que consideramos como um campo restrito, principalmente nas unidades operacionais e de fronteira, em que o feminino, mesmo militar, sofre inflexões na aceitação de ter mulher militar na unidade e a desconfiança em sua capacidade de ser militar. Algumas falas dos oficiais do QCO retratam as dificuldades iniciais para a acomodação da inserção das mulheres como militares em unidades de tropa:

Sim, na tropa a chegada das mulheres veterinárias foi traumática. Até 1998, era impensável uma mulher nos regimentos de cavalaria, não havia alojamento, etc. Em 1998, chegou uma temporária pela intenção de levá-la em uma missão militar específica, mas foi traumático, pois logo não desempenhou bem função de veterinária, foi punida e se envolveu com alguns militares. Em 1999, elas chegaram forçadamente por classificação após EsSEx (local onde se formavam veterinários de 1997 a 2003). Quando voltei de uma viagem para o exterior, tive duas veterinárias de carreira, minhas subordinadas, e com as temporárias, logo eram 3 mulheres e 3 homens. Algumas missões como viajar com cavalos para competição, dormindo acampadas com soldados e, era o tipo de missão que não podíamos enviar porque o comando não autorizava, havia missões para todos e outras só para tenentes homens. Em 2001, chegou outra mulher de carreira e assumiria a seção pela minha provável movimentação por interesse

próprio, mas um novo Comandante assumiu e cancelou minha movimentação porque não queria uma mulher na chefia. Por fim, após este ano, o próprio Comandante levou estas mulheres para acampamento com soldados e elogiou a rusticidade das mulheres. [...]. (OSCAR)

As relações sociais dentro das Forças Armadas são marcadas pela hierarquia e disciplina, que definem uma forma básica da ética militar e a convivência entre superiores, pares e subordinados, organizados em um conjunto de valores articulados pelo sentimento de dever para assegurar a lealdade e a fidelidade no cumprimento das ordens emanadas pelas autoridades constituídas, de tal modo que poderíamos considerar, em relação a uma das questões discutidas, a relutância sobre o desempenho das oficiais veterinárias, que a presença feminina pudesse causar desagregação entre seus congêneres masculinos seja por envolvimento emocional com militares em graus hierárquicos ou postos diferentes ou por sua *fragilidade* poder fomentar a insubordinação entre os pares ou subordinados *por não ser capaz de cumprir a missão*. Sobretudo, a permeabilidade da aceitação das mulheres militares ainda está condicionada à incorporação de atributos afetivos, como a rusticidade, a combatividade dentre outras cuja interpretação se vincula a valores tradicionais da masculinidade.

Na medida em que a incorporação das mulheres era vivida, estabeleciam-se normas e orientações para o controle de condutas que objetivavam a manutenção de comportamentos adequados ao decoro da classe e ao pundonor militar<sup>96</sup>. A inserção feminina trouxe conflitos internos e sentimentos de resistência, pois, adequar a instituição militar, que busca nos elementos simbólicos enfatizar seu caráter tradicional e histórico, ao feminino subverte o modelo hegemônico masculino com a adoção de novos procedimentos e a construção de novas possibilidades:

Acho que o novo assusta. É claro que, no início, ninguém ficou totalmente confortável com a nova situação. Era difícil para um sargento antigo, por exemplo, tirar serviço com uma moça nova, totalmente inexperiente, e ainda ter que obedecer a ordens. Para os oficiais superiores, o sentimento era outro. Éramos invasoras de um espaço que, por tanto tempo, havia sido de domínio

---

<sup>96</sup> De acordo com o *Vade Mécum* de Cerimonial Militar do Exército/ Valores, deveres e ética militar (VM-10) o decoro de classe faz referência aos valores moral e social da Instituição (Exército Brasileiro) e à sua imagem ante a sociedade. Representa o conceito social dos militares. Pundonor Militar, refere-se ao indivíduo como militar e está intimamente relacionado à honra pessoal. É o esforço do militar para pautar sua conduta como a de um profissional correto, em serviço ou fora dele. O militar deve manter alto padrão de comportamento ético, que se refletirá no seu desempenho perante a Instituição a que serve e no grau de respeito que lhe é devido. Disponível em: <[http://www.sgex.eb.mil.br/vade\\_mecum/valores\\_etica\\_militares/vade\\_mecum.htm](http://www.sgex.eb.mil.br/vade_mecum/valores_etica_militares/vade_mecum.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2011.

masculino. Acho que é um sentimento normal. Com tempo e costume, essa sensação foi abrandando. Quanto aos pares, a integração entre os dois segmentos foi muito tranquila. Os companheiros da turma foram sempre solícitos e compreensivos quanto às limitações físicas das mulheres. A nossa turma foi e ainda é muito unida [...]. (CHARLIE QUATRO/1992)

A igualdade de oportunidades abre brechas, quebra paradigmas, favorece rupturas e evidencia a permanência da resistência quanto ao desempenho e atuação das mulheres militares, no Exército Brasileiro, em pontos sensíveis, porém significativos para a possibilidade de efetuar novas interpretações do feminino em um sistema ainda estruturado dentro de padrões forjados pela masculinidade.

Observamos, na fala citada, que a aceitação das mulheres militares dentro das unidades militares foi interpretada em torno das experiências individuais dos comandantes, superiores, pares e subordinados, possibilitando a busca de parâmetros sobre estas militares: o que são, como se comportam, quais as suas possibilidades na Força. Destarte, estas interpretações levam em conta os padrões culturais tradicionais em articulação com o que se estabelece com a relação com o novo – a inserção das mulheres militares – no cotidiano da caserna.

Ao compreender as relações de gênero como interpretações socialmente edificadas, observamos que, em épocas de emergência nacional, a participação da mulher poderá ser valorizada, visto que traduz um chamamento à vocação de servir à Nação em conflito. Após o fim da contenda, tão logo termine a urgência contingencial, os valores culturais naturalizados invisibilizam esta participação em favor dos moldes tradicionais, a exemplo do incentivo para a maternidade, para os cuidados com os filhos e a necessidade de deixar o mercado de trabalho para os homens, principalmente no pós-guerra, o que determina às mulheres o retorno aos padrões anteriores.

Com o fim da guerra, era necessário fazer com que as mulheres europeias e norte-americanas – que constituíram força de trabalho em substituição aos homens afastados em combate, retornassem ao lar a fim de ceder o lugar ocupado no mercado de trabalho durante a guerra aos homens que voltavam do front. Para tanto, muito contribuiu uma intensa campanha da imprensa – baseada, em parte, em ideias freudianas vulgarizadas neste sentido após 1945.

Esta campanha se articulava, quase sempre, em torno da noção da ‘natureza feminina’ que tem como eixo básico a maternidade. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 95).

Estas influências da imprensa não tardaram a chegar ao Brasil, após a Segunda Grande Guerra, reforçadas pela ideia de a natureza feminina ser mais amorosa e menos

competitiva, mas, também, através da crença de uma ideologia pautada na *essência feminina* que se traduzia na doação incondicional de sua vida em benefício dos filhos, da casa e do marido.

Valores culturais relativos à interpretação que a sociedade faz sobre os papéis adequados ao comportamento esperado para homens e mulheres e o grau de compreensão sobre a importância assimétrica atribuída às atividades desenvolvidas por cada um, bem como os valores econômico-sociais irão favorecer o retorno do homem para o mercado de trabalho. Rago (1998) considera que as práticas sociais masculinas são mais consideradas e hierarquicamente mais prestigiadas do que as práticas femininas e, assim, o espaço público tem precedência sobre a esfera privada. O trabalho público, a arte de guerrear e o fazer política sempre apresentou uma maior relevância do que os cuidados domésticos.

A participação da mulher como força de trabalho influencia diretamente a incorporação das mulheres nas Forças Armadas. Segal (1999) afirma que quando as FFAA necessitam do aumento dos efetivos militares, evoca-se o passado militar e os feitos históricos das mulheres nas guerras para evidenciar que estas conseguem desempenhar diversas funções militares com eficiência.

Existe, no entanto, um processo de amnésia cultural relativo ao contributo das mulheres em situações de emergência. No rescaldo da guerra, as atividades militares das mulheres são recordadas como pouco importantes (ou mesmo inexistentes), permitindo a cultura de manter o mito de 'homens em armas e mulheres em casa' (Cooke 1993, 178). (SEGAL, 1999, p. 21).

Segundo a análise de Segal, se a razão de existir de uma sociedade estiver ameaçada, as mulheres tanto serão convocadas para as operações militares como para o combate, se necessário. As experiências de sua participação em guerras são lembradas e levadas a público, todavia, após o conflito, estas ações são esquecidas ou pouco lembradas. Esta inferência ainda nos remete a questionar como é construída a invisibilidade das experiências femininas no contexto de lutas, após o término do conflito e quais os padrões do feminino que pretendem ser reforçados com esta invisibilidade, afinal, lembra Carreiras:

A presença da mulher, mesmo que fundamentalmente cristalizada pela sua ausência, constitui, assim um elemento estruturante do universo simbólico-cultural sobre o qual se desenham, no contexto militar, valores e representações sobre os papéis socialmente adequados para homens e mulheres, e se instituem princípios de divisão que presidem o funcionamento das próprias organizações militares. (CARREIRAS, 2009, p. 175).

De acordo com o conceito acima, observamos que assimetrias das relações de gênero também aconteciam antes da incorporação da mulher nas Forças Armadas, porém, através de sua interdição. Impedir ou mesmo não permitir sua inserção em tempos de paz confirmava os espaços destinados a cada sexo. O papel de esposa, mãe e irmã participantes das confraternizações sociais (solenidades, formaturas, eventos sociais, dias dos pais, aniversariantes do mês, recepção de final de curso) ou envolvidas nas lides domésticas e acompanhando a carreira militar do pai ou esposo vinculava papéis característicos para os dois sexos: prover o elo da estrutura familiar e emocional a cargo do sexo feminino e manter as habilidades e capacidades físicas e racionais necessárias para a profissão militar, a cargo do sexo masculino.

De uma forma geral, os propósitos que fomentam o ingresso do contingente feminino nas Forças Armadas objetivando atender às necessidades do Estado em situações emergenciais, evidencia que a construção das relações de gênero na vida militar não foi derivada da negação dos estereótipos construídos socialmente sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres, mas da inclusão das mudanças vividas pela sociedade civil e suas transformações. Este fato reforça que as interações se firmam na relevância da sensibilidade da opinião pública sobre a identificação de valores pautados na imagem do feminino como pacífica e organizada, características estas que introduzem novas compreensões sobre segurança pública e defesa nacional, novas responsabilidades institucionais para uma ação que justifique sua entrada nas Forças Armadas e Auxiliares.

A própria configuração da maternidade e o cuidado das crianças pequenas reforçam a representação pública da identidade feminina, proporcionando restrições nas opções de participação das mulheres e alocando-as em funções dentro das FFAA nas quais, a princípio, elas correriam um menor risco de morte. Na avaliação de Segal, quanto maior for a possibilidade de combate efetivo no teatro de operações, menores serão as possibilidades da participação feminina.

É provável que a participação das mulheres seja maior quando as forças militares estão envolvidas em operações de manutenção da paz ou em atividades de assistência em situações de desastres, assim como em operações que se assemelham a funções de policiamento interno (tais como, interdição de drogas e controle de distúrbios civis). (SEGAL, 1999, p. 23).

Na construção tradicional dos arquétipos do homem forte/viril e da mulher passiva/frágil, a imagem do homem bélico nos remete à figura de um grande guerreiro das tribos primitivas, aos heróis da mitologia grega, a um gladiador romano ou mesmo aos

cavaleiros da idade medieval: uma figura máscula, consciente de seus desejos, com o domínio de seu próprio corpo treinado para lutar e matar se preciso for. Em contraponto, temos a imagem da mulher dócil e submissa a aguardar o retorno de seus heróis.

Subjacente a (essa) categoria encontramos a oposição, frequentemente naturalizada como simétrica, entre o papel da mulher como mãe e do homem como guerreiro; dar a vida e dar a morte, maternidade e combate, vistas como atividades mutuamente exclusivas e específicas da “natureza essencial” de homens e mulheres. (CARREIRAS, 2009, p. 175).

De forma idealizada, os valores dos heróis consistem em uma construção em torno de uma natureza essencial e de cunho androcêntrico<sup>97</sup> que ressaltava a masculinidade, a força física, a virilidade e a liderança. Amparo Sarda reconhece que o termo androcentrismo faz referência a uma identificação específica do sexo masculino, do homem em oposição à mulher, mas, também, em oposição aos demais, um homem com uma determinada idade (nem novo, nem velho) e status, bem como com certas qualidades viris. Não se trata de qualquer ser humano do sexo masculino, mas de uma determinada forma de conceituar o masculino em função de sua participação no *poder bélico-político* (1987, p. 22). Na vertente sociológica, Battistelli (1999) sublinha que os machos sempre se preocuparam em excluir suas mulheres das atividades bélicas, entretanto, tinham a tendência de *incluir as mulheres dos outros*. Cabe acrescentar que a interdição das mulheres ao uso de armas marcou a representação de sua tutela, traços do patriarcado, que poupa as mulheres do papel de combatente ou de companheira de armas, mas as aceita como vítimas ou presas. Na qualidade de presa e patrimônio comum sob tutela, as mulheres violadas ou escravizadas, em períodos de conflito armado, servem de prêmio pois alicerçam uma afronta dirigida à honra e à masculinidade dos homens a quem caberia a defesa e a proteção à suas mulheres, atingindo-os com efeitos desmoralizadores.

Mas que poder é esse concebido em um universo prioritariamente masculino? É possível dar visibilidade ao poder construído pelas relações de gênero na caserna ou a participação da mulher militar não influencia as relações ali construídas, visto que, no Exército Brasileiro, não estão incluídas na missão principal das Forças Armadas, o combate? Ou, ainda, a garantia da invisibilidade de sua presença pretende neutralizar a percepção de

---

<sup>97</sup> De acordo com Amparo Sarda (1987, p. 23), o androcentrismo considera o homem como medida de todas as coisas. O enfoque criticado pelas teorias feministas estima que os estudos e análises com a perspectiva apenas masculina têm distorcido a realidade uma vez que os resultados são considerados válidos para homens e para mulheres.

atributos afetivos, como iniciativa e liderança militar, como algo factível na mulher militar e não necessariamente como um atributo masculino?

Essas impressões são construídas nas vivências diárias nas unidades militares, e na existência da oportunidade de exercer o poder e a autoridade conferida pela hierarquia e disciplina. Esta experiência foi observada por um militar formado pela EsSAEx que, incorporado na Força desde soldado, teve a oportunidade de servir em dois momentos: em um quartel de infantaria, apenas com o segmento masculino, e em um hospital militar, sendo chefiado, inicialmente, por uma mulher civil e, depois, por uma militar:

Isto foi bem interessante porque como eu fui soldado, soldado no batalhão de infantaria, soldado como cabo e sargento temporário no batalhão de infantaria, realmente a mulher era um elemento não presente, não era nem que fosse pouco presente, era não presente, no batalhão de infantaria não tinha nem uma servidora civil mulher, eram todos homens realmente. E aí, quando eu passei na escola de saúde que fui servir em um hospital, o primeiro hospital que servi foi o Hospital Central do Exército no Rio de Janeiro, aí fui ter contato com profissionais mulheres civis, e foi assim um grande baque, porque, porque mesmo sendo civis elas exerciam cargos de chefia... (INDIA).

O Estatuto confere à militar todas as prerrogativas derivadas dos postos e graduações ocupados ao longo de sua carreira. Este aspecto é relatado na chegada do primeiro grupo de mulheres militares, da turma de 1992, e na ocupação de cargo de chefia militar exercido por mulheres no Exército.

Para Foucault (2008), o poder não é unidirecional ou homogêneo, mas algo fluido, por circular entre os indivíduos e “funcionar em rede”. Mesmo considerando as diferenças nos locais de ocupação e nas funções a serem desenvolvidas pelas mulheres militares, ou seja, não sendo permitido o ingresso de mulheres nas armas combatentes, sua presença e participação como militar permitem, em primeiro plano, a aquisição de postos e graduações previstos em seu quadro ou serviço, garantidos pelo Estatuto dos Militares e, por conseguinte, a autoridade e a responsabilidade que estes postos e graduações lhe conferem. Em segundo plano, derivados do exercício de suas funções e do convívio diário entre pares, superiores e subordinados, podem exercer ações de liderança e comando, e neste sentido, as relações cotidianas imprimem tanto nos homens quanto nas mulheres, identificações compreendidas sob o efeito do poder que lhes é imputado ou por eles sofrido.

Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar,

átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um dos seus efeitos. (FOUCAULT, 2008, p. 183).

A escolha por ser militar de carreira implica em adquirir, dentro da Força Armada, um plano definido de promoção dentro da especificidade de cada quadro, arma ou serviço. Desta maneira, a ascensão em cada graduação ou posto influencia diretamente a ocupação de cargos e funções a serem desempenhados durante a trajetória profissional, permitindo, assim, o exercício da autoridade e do poder de decisão, de acordo com o cargo ocupado pelo/a militar, a ser consubstanciado entre pares, superiores e subordinados a uma determinada forma de disciplina caracterizada pela ética militar, a disciplina consciente.

A realização de cursos de especialização oferecidos de acordo com o quadro, arma ou serviço, o credenciamento linguístico e a participação em missões de paz favorecem positivamente o percurso da carreira militar. Diferenças importantes entre os quadros também podem influenciar o processo de ascensão nesta carreira e o posicionamento na precedência hierárquica.

O Quadro Complementar de Oficiais tinha seu tempo de serviço distribuído em quatro postos, ao longo de trinta anos, ou seja, de 1º tenente até o posto de tenente coronel. Na Escola de Saúde, o tempo de serviço é distribuído em cinco postos, para o quadro de oficiais odontólogos e farmacêuticos, podendo considerar mais dois postos para oficial general, no caso dos oficiais médicos. Outro dado a ser considerado é quanto à questão da significativa entrada no QC de oficiais temporários e praças do sexo masculino (724). Reconhecemos que a maior oportunidade de estudar em cursos de graduação no período noturno, após o trabalho no quartel, oferece a opção de reinserção na Força Terrestre, em uma melhor condição, quer seja pela entrada para o corpo de oficiais, pela permanência na Força Terrestre e mesmo pela estabilidade em um cargo público. Para os oficiais formados na AMAN, o tempo de serviço é distribuído em sete postos durante trinta anos, ou seja, de aspirante a coronel, podendo ser acrescido com mais três postos a considerar o quadro de oficial general. Ratificamos que, apenas aqueles pertencentes à AMAN poderão ascender ao último posto na carreira militar da ativa, em tempo de paz: general de exército.

Com a promulgação da Lei nº 12.786, de 11 de janeiro de 2013, e a viabilidade da promoção para coronel como último posto, a correspondência entre os interstícios do QC, durante a carreira, serão niveladas em seus prazos, entre os postos, e adquirir equivalência aos

postos do Serviço de Saúde (farmacêuticos e dentistas). Cabe ressaltar que, até esta lei, existia uma diferença significativa entre o interstício do QC e os demais quadros, armas e serviços. Tal fato implicava que, na trajetória da carreira militar, uma turma do QC poderia ser ultrapassada em posto por outra turma dos demais quadros, em virtude da diferença entre o quantitativo de tempo necessário para a ascensão a cada posto. A razão desta diferenciação era o resultado de ter que distribuir o tempo de serviço dos oficiais formados pelo QC em quatro postos (1º Tenente à Tenente-Coronel) ao longo de trinta anos. Ou seja, de acordo com o quadro, arma ou serviço de formação, uma turma de aspirantes poderia ascender aos postos correspondentes e posteriores a sua especialidade em um interstício adequado a seu quadro e ultrapassar uma turma do QC formada anteriormente. Esta disposição poderá ocorrer entre aqueles, dentro do próprio quadro, de acordo com cursos militares, missões no exterior, credenciamento linguístico e recebimento de medalhas que diferenciam o militar ao longo da carreira.

Outro aspecto importante já ressaltado é a faixa etária do início da incorporação.

Este aspecto incide em um início de carreira militar mais tardio do que aqueles que ingressam na vida militar no período de graduação, no caso dos oficiais da AMAN e do IME, em razão do edital para acesso às vagas exigir, para a ocupação dos claros, profissionais formados em nível universitário, para os oficiais da EsSEx e da EsFCEx.

Em vagas oferecidas para especialidades, a exemplo da medicina, odontologia e farmácia, o tempo de formação para a pós-graduação exige a realização de cursos específicos e/ou residência para habilitar o candidato na especialidade requerida pelo edital, assim, a idade prevalente dos inscritos é acima dos 25 anos. Atualmente, foi aberta a oferta de vagas para médicos recém-formados, ou seja, sem especialidade, para candidatar-se ao concurso. A especialidade, na modalidade de residência médica, será oferecida após dois anos de arregimentação<sup>98</sup> em Organizações Militares consideradas como unidade de tropa. Para os médicos recém-formados, depois do tempo de arregimentação, são oferecidos cursos de pós-graduação na modalidade de residência médica e especialização, realizados no Hospital Central de Exército e acompanhados pela Escola de Saúde do Exército, através do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Profissionais de Saúde.

---

<sup>98</sup> O serviço arregimentado é o tempo passado pelo oficial em determinados postos, no exercício de funções consideradas arregimentadas e constituirá como requisito para o ingresso no quadro de acesso ao posto superior. Regulamento, para o Exército, da lei de promoções para oficiais da ativa das Forças Armadas. Disponível em: <daprom.dgp.eb.mil.br/arquivos/contencioso/RLPOAFA.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2011.

Na EsFCEEx, a pós-graduação acadêmica não é fator determinante para o ingresso na escola de formação militar, como no QCO, à exceção dos farmacêuticos e dentistas, porém, vários oficiais alunos já possuem uma especialização na modalidade *latu sensu* ou ainda, *stricto sensu* (mestrado e doutorado), realizado em instituições civis de ensino, ao incorporar no CFO/QC.

De acordo com a Diretoria do Serviço Militar/2013, o quantitativo de militares existente dentro dos quadros e serviços compostos por corpos mistos no Exército Brasileiro perfaz cerca de 77 mil, entre oficiais e praças, dos quais, 7.335 são militares do sexo feminino, ou seja, 9,52% deste efetivo são mulheres militares que atuam distribuídas em vagas em todo o território nacional. Deste montante, o maior percentual 6,52% (5.348) se concentram em mulheres militares temporárias (oficiais, 3.029, e praças, 2.319); as mulheres militares de carreira perfazem um total de cerca de 1.635 mulheres (oficiais, 1.228 e praças, 407) o que corresponde a 3% do efetivo total. Da distribuição existente no território nacional, a 1ª Região Militar/Rio de Janeiro concentra o maior quantitativo de militares do sexo feminino (1.929) dentre as quais 703 são oficiais e 650 praças temporárias e 470 oficiais e 106 praças de carreira (Anexo A).

Em resumo, o quantitativo do efetivo existente do sexo feminino no Exército Brasileiro corresponde, em média, a cerca de 10% do quantitativo de mulheres militares correspondentes às demais Forças Armadas. Sobretudo, destacamos, também, que as relações de gênero na caserna são mais percebidas nos departamentos, diretorias, quartéis-generais, bem como em hospitais e colégios militares onde o quantitativo feminino é mais significativo.

Diante do exposto, a possibilidade de uma militar em uma Organização Militar se torna cada vez mais presente, pela ocupação de vagas nas regiões militares como engenheira militar e por atuar em assessorias técnicas em quartéis ou na assessoria jurídica, na formação sanitária das unidades de tropa, como oficial médica ou dentista ou praça de saúde (técnica de enfermagem), o que requer modificações correspondentes à necessidade de ocupação de alojamento feminino ou, pelo menos, um banheiro específico. A este dado acrescente-se, também, a participação de mulheres militares de outras Unidades Militares no cumprimento de missões designadas, nas formaturas e solenidades.

É possível, ainda, argumentar que os novos campos de atuação possibilitam a produção de conhecimento sobre as formas de fazer suas atividades como militar na caserna, a interpretação dos significados socioculturais dos sujeitos (mulheres e homens) e o redimensionamento dos espaços ocupados pelo feminino. “As mulheres entram no espaço público e nos espaços de saber, transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as

questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente” (RAGO, 1998, p. 31).

Em nossa discussão central, a inserção das mulheres militares no Exército Brasileiro e mesmo nas Forças Armadas não modifica a razão da missão constitucional destas instituições, o combate e a defesa territorial, pois constituem pauta de Estado sobre a doutrina de segurança nacional. Possibilita, porém, novas interpretações das relações sociais, permitindo, agora, incluir a perspectiva de gênero em sujeitos militares; o exercício do poder entre estes sujeitos pautados pela precedência hierárquica bem como a interpretação dos atributos afetivos considerados, em sua gênese, como masculinos e todas as experiências construídas pelo cotidiano na caserna – as relações de trabalho, as cerimônias, as representações, as transferências, as formaturas, as vilas e os clubes militares – a serem vivenciados ao longo de toda a carreira militar. Deste modo, a formação militar como elemento angular nesse processo transforma tanto homens como mulheres, engendrando adestramento e condicionamento físico por intermédio do recurso da disciplina e admite a modificação dos corpos civis em militares, dos oficiais ou praças temporários em oficiais de carreira, das praças de carreira em oficiais, uma uniformidade.

Essa transformação tem início nas Escolas de Formação Militar e é sedimentada nas avaliações periódicas do pessoal militar, nos testes de aptidão física e de tiro e pelo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). O tempo determinado para adaptação à vida militar é diferente para os oficiais formados pela Academia das Agulhas Negras, para aqueles dos quadros relacionados a atividades-meio ou complementar ou mesmo aqueles que são militares temporários, mas todos os militares, sejam homens ou mulheres, que entram na instituição passam por rituais de iniciação que visam dar forma à distinção entre aqueles do meio civil e do meio militar.

A incorporação do feminino nas Forças Armadas trouxe um significado diferente tanto nas atividades militares diurnas quanto nos detalhes do uso de uniformes militares femininos: coturnos e uniformes de uso comum para homens e mulheres, como o 4º A1 (camuflado) em números menores e mais modelados no corpo. A Portaria nº 87, de 14 de setembro de 1998, do EME estabelece prescrições sobre a apresentação individual específica para militares do sexo feminino configurando o *modus operandi* da apresentação da militar quando uniformizada.

Assim, segundo as diretrizes do Regulamento de Uniformes do Exército (RUE), na inclusão do uniforme para as militares, singularidades foram sendo corrigidas e adequadas: cortes e modelos para cabelos, uso de anéis, brincos, pulseiras, maquiagem e pintura nas

unhas passaram a incorporar, ao longo de vinte anos, para o sexo feminino, um padrão a ser seguido como modelo a exemplo das modificações do modelo da saia verde-oliva (3º D1/uniforme de passeio), saia branca (1º A) e saia cinza (2º A). A saber, o primeiro modelo concebido era a saia-calça, usada para o uniforme de passeio e para o corpo feminino do QCO de saúde (enfermagem). Posteriormente, houve uma adequação e foi estabelecido o modelo de saia com uma prega-macho atrás; e finalmente, a apresentação da saia com duas pregas-machos – na frente e atrás; as modificações levaram em conta a necessidade de melhorar a desenvoltura dos passos femininos para a marcha, a fim de manter a homogeneidade na ordem unida, principalmente em formaturas com tropas mistas e atender ao objetivo de facilitar a marcha nas solenidades com formaturas.

Outro componente do uniforme a ser adequado aos padrões de conforto e equilíbrio foi a altura e padrão dos sapatos femininos para as formaturas (salto 7½, salto médio, salto baixo) assim como uniformes de educação física, uniforme de gala feminino e o uso do maiô, dentre aqueles usados pelas mulheres militares nas diversas ocasiões. Outrossim, foram definidos uniformes para grávidas e a fabricação de coturnos para pés pequenos. O uniforme militar no corpo feminino se adéqua a dois padrões básicos: a razão de ser da própria Força, a questão da relevância da manutenção da uniformidade, não só pela sustentação dos valores e deveres militares, mas, ainda, em torno do objetivo de criar uma unidade e a coesão deste corpo feminino com a identidade militar.

Castro (1990) descreve, em seu estudo antropológico sobre os militares brasileiros na Academia das Forças Armadas, que a socialização militar confere uma grande coesão entre seus membros, além de estabelecer uma homogeneidade interna, o espírito de corpo. Mesmo para as mulheres militares, no EB, que estão inseridas com maior intensidade na formação militar das EsFCEX e EsSEX, com duração de nove meses, ou ainda como temporárias, com formação militar de quarenta e cinco dias, aspectos como a identificação com os militares da turma, os instrutores, a unidade militar formadora, o comandante, o acampamento, as instruções militares são características comuns na produção de sentimentos e memórias compartilhadas em favor de um elemento singular: o ser militar.

Ao final do curso de formação, será feita uma distinção para cada turma, concebida através da denominação histórica da turma, o que consolida um espírito em comum, um padrão identitário. Estas características, assim como as comemorações do dia da arma, quadro ou serviço, em formaturas, solenidades, as formas de trabalho nas OM auxiliam a confirmar o espírito de corpo.

Contudo, as práticas socioculturais também favorecem para o feminino a possibilidade de compor pequenas singularidades como a utilização dos cabelos curtos, porém com variações nos modelos de corte e tonalidades de cabelos, apesar da recomendação para uma apresentação padrão: no caso de franja, esta não pode aparecer quando com cobertura (uso de boina, chapéu ou gorro) ou quando os cabelos são compridos<sup>99</sup>; o uso de coque com rede, para a utilização da maioria dos uniformes; ou o rabo de cavalo, com uniformes previstos para práticas desportivas.

Também o uso de maquiagem discreta, adereços – no caso de brincos, pequenos (não ultrapassando o lóbulo da orelha); cordão, de uma volta, pulseira e anel – e orientações para o uso de maquiagem e pintura nas unhas, variáveis que compõem os traços culturais do feminino e possibilitam revelar uma singularidade que permite revelar algo de particular dentro da uniformidade. Várias outras adequações se fizeram necessárias, desde as orientações quanto à movimentação de cônjuges militares até a instalação de alojamentos e banheiros femininos<sup>100</sup> em organizações militares existentes em todas as escolas de formação de turmas mistas e nas demais escolas em que estão presentes mulheres militares no corpo docente, discente ou nos trabalhos desenvolvidos por elas nas OMs. Entretanto, em determinadas unidades, principalmente em OM em que o quantitativo é pequeno, poderá não existir alojamento para o sexo feminino, mesmo com a inserção das mulheres militares nessas organizações.

A presença feminina também se estabelece pela participação nas escalas de serviço<sup>101</sup> do aquartelamento, previstas no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), pelo exercício das tarefas como militares quer no serviço interno de fiscal de dia, oficial de dia, médico de dia ou sargento-de-dia à subunidade, da guarda das subunidades ou no serviço externo: guardas e escolta de honra, patrulhas, representações e outros e, em face da função, exercer o comando de um pelotão ou de uma guarnição, ou mesmo, no exercício do cargo de chefia em sua OM, em razão de sua antiguidade.

---

<sup>99</sup> Utilização de acessórios de cabelo como grampos, tique-taque; variedade de brincos pequenos, pintura nas unhas e maquiagem e sua diversidade vinculada à cultura feminina ocidental.

<sup>100</sup> Observamos que em unidades militares com participação de mulheres civis já existiam banheiros femininos, porém em organizações militares com apenas o grupamento masculino, na presença de uma mulher é dado preferência ao sanitário mais limpo, usualmente o dos oficiais.

<sup>101</sup> No capítulo III, art.188 do RISG, parágrafo XIV cita que durante o período gestacional e até que a criança atinja a idade de seis meses, a militar não participa de serviços de escala.

Em geral, a antiguidade<sup>102</sup>, conceito que organiza as relações hierárquicas, independe do quadro, arma ou serviço e mesmo de gênero. Em regra, o mais antigo fica responsável pelo comando de uma tropa em uma formatura ou mesmo designado como responsável na condução de determinadas atividades.

Na configuração inicial da lei do QCO, havia restrições à ascensão aos postos, que chegava até o posto de tenente-coronel, ocorrendo esta última promoção por critérios de merecimento. Na conformação atual dos Quadros, Armas e Serviços, o acesso ao posto de general com previsão até o posto de oficial general, exclusiva para o QEM e o Corpo de Saúde para os/as oficiais médicos e médicas. Para possibilitar o acesso aos postos de comando e de assessoramento, é facultada a participação na ECEME, por meio de seleção interna realizada através de provas de geografia e história do Brasil e de habilitação em inglês, oferecendo assim, capacitação e os conhecimentos necessários para atividades exclusivas aos oficiais nestes postos. (Quadro 3)

Quadro 3 – Escolas militares com corpos mistos e ascensão aos postos hierárquicos

ESCOLA DE FORMAÇÃO MILITAR		ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO/ SSA (ESFCEX)	INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA/ RJ (IME)	ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO/ SSA (ESFCEX)	ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO/ RJ (ESSEX)
Posto	Quadro	Quadro	Quadro de	Corpo de Saúde	Corpo de

<sup>102</sup> “Art. 17 – A precedência entre militares da ativa do mesmo grau hierárquico, ou correspondente, é assegurada pela antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei”. (Lei n° 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

§ 1º A antiguidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data da assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou incorporação, salvo quando estiver taxativamente fixada outra data.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, havendo empate, a antiguidade será estabelecida:

- a) entre militares do mesmo Corpo, Quadro, Arma ou Serviço, pela posição nas respectivas escalas numéricas ou registros existentes em cada Força;
- b) nos demais casos, pela antiguidade no posto ou graduação anterior; se, ainda assim, subsistir a igualdade, recorrer-se-á, sucessivamente, aos graus hierárquicos anteriores, à data de praça e à data de nascimento para definir a procedência, e, neste último caso, o de mais idade será considerado o mais antigo;
- c) na existência de mais de uma data de praça, inclusive de outra Força Singular, prevalece a antiguidade do militar que tiver maior tempo de efetivo serviço na praça anterior ou nas praças anteriores; e
- d) entre os alunos de um mesmo órgão de formação de militares, de acordo com o regulamento do respectivo órgão, se não estiverem especificamente enquadrados nas letras *a*, *b* e *c*.

§ 3º Em igualdade de posto ou de graduação, os militares da ativa têm precedência sobre os da inatividade.

§ 4º Em igualdade de posto ou de graduação, a precedência entre os militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada ou não, que estejam convocados, é definida pelo tempo de efetivo serviço no posto ou graduação.

		Complementar de Oficiais (QCO)	Engenheiros Militares (QEM)	(farmacêuticos/as e odontólogos/as)	Saúde (médicos/as)
Oficiais Gerais	General Exército	não	não	não	não
	General Divisão	não	sim	não	sim
	General Brigada	não	sim	não	sim
Oficial Superior	Coronel	Sim	sim	sim	sim
	Tenente Coronel	Sim	sim	sim	sim
	Major	Sim	sim	sim	sim
Oficial Intermediário	Capitão	Sim	sim	sim	sim
Oficial Subalterno	1º Tenente	Sim	sim	sim	sim

Fonte: organizado pela autora de acordo com Quadro, Arma e Serviço específico por cada Escola de Formação Militar com corpos mistos no Exército Brasileiro.

Na profissão militar, as relações hierárquicas proporcionam uma estrutura para a liderança dentro da função exercida, estabelecendo, nos diversos escalões, uma relação voltada para a disciplina e integrada aos indivíduos que constituem a instituição militar e exercem diferentes graus de lideranças entre pares e subordinados. De fato, consideramos que o oficial ou a praça estão determinados para ações de liderança pelo acesso aos cargos de chefia e comando, pois devem aprender a se submeter e a fazer cumprir padrões disciplinares. Além disso, devem objetivar atender ao cumprimento das funções e missões sob sua responsabilidade com base na valorização de atributos<sup>103</sup> da área afetiva específicos. Assim, a liderança é efetivada disciplinarmente ao longo da carreira nas diversas maneiras de exercer as práticas diárias no cotidiano da caserna.

Desse modo, buscamos analisar nos discursos os caminhos pelos quais as práticas diárias das relações de gênero influenciam o interior da caserna. A análise do discurso da amostra pesquisada marca a enunciação de comportamentos e atitudes a produzir efeitos nas práticas desenvolvidas no cotidiano.

<sup>103</sup> A Portaria nº 12/DEP, de 12 de maio de 1998, considera que os atributos da área afetiva são valores que devem ter sido desenvolvidos no indivíduo ao longo de sua infância, e devem ser reforçados durante a vida militar. Entretanto, caso o docente não identifique, durante o curso de formação, deverá providenciar medidas regulamentares cabíveis, em especial na formação do militar de carreira.

## CAPÍTULO 4

### DOS DISCURSOS ÀS PRÁTICAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CASERNA

Para que as mulheres participem na vida militar, as forças armadas têm de ser encaradas como uma instituição transformada para se tornar compatível com o modo de ser das mulheres (ou com o modo como são vistas) ou então as mulheres tem que ser encaradas como susceptíveis de mudança que potencialmente as torne aptas para o serviço militar. (SEGAL, 1995, p. 17).

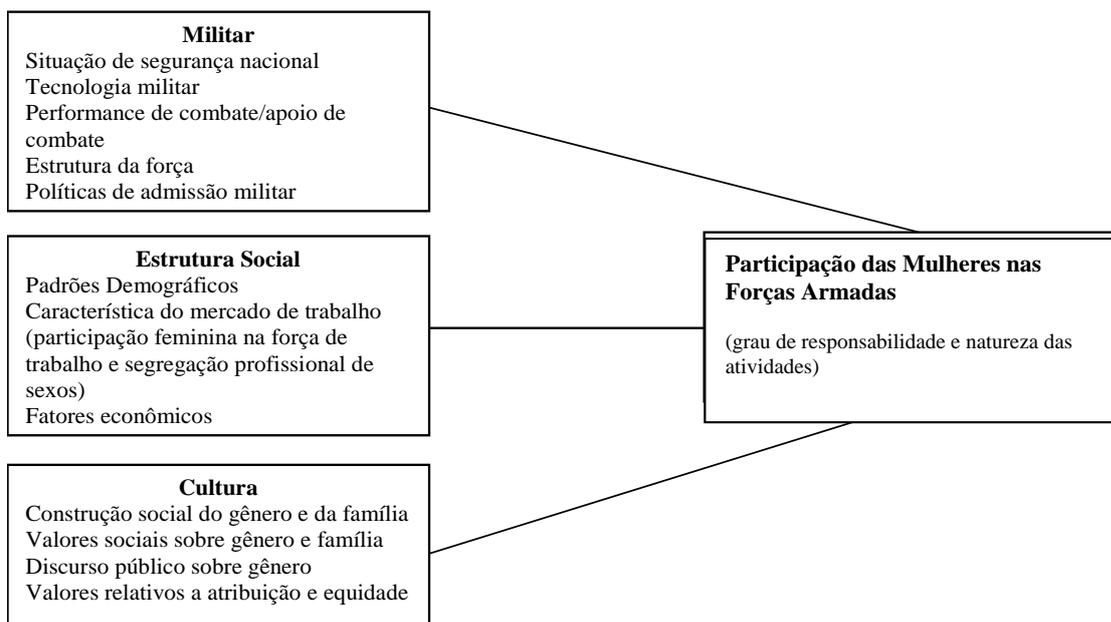
As interpretações que envolvem a variação do grau de acesso, maior ou menor, das mulheres militares são socialmente construídas. Sua incorporação e as funções desenvolvidas no interior da caserna são ajustadas à medida que as variáveis culturais e sociais influenciam as definições e redefinições de quais seriam as atividades militares compatíveis ou não para serem exercidas pelas mulheres. Neste último capítulo, iremos discutir sobre as práticas das relações de gênero no Exército Brasileiro através da apreciação crítica das entrevistas realizadas no período de 2011 a 2012.

O tema “Dos discursos às práticas das relações de gênero na caserna” corresponde à compreensão da dinâmica entre os preceitos da doutrina militar apreendidos no processo da formação militar, analisados através das entrevistas realizadas, e consolidados ao longo da carreira e suas implicações nas relações sociais entre homens e mulheres militares como práxis na interação cotidiana exercida no trabalho. Com efeito, as relações de gênero na caserna são constituídas por práticas sociocognitivas que influenciam os processos de interação, comportamentos e atitudes.

Para a análise, apreendemos o conceito de discurso de acordo com José Luiz Fiori (1998) para quem o discurso pode ser concretizado através de “combinações de elementos linguísticos” utilizados pelos falantes com a finalidade de exprimir seus pensamentos, as falas do mundo exterior ou de seu mundo interior.

A fala como elemento fundante do discurso, não sendo totalmente autônoma e independente, se desenvolve através de enunciados. De modo a simplificar e a organizar a discussão das variáveis apresentadas pelas entrevistas foi escolhida uma teoria de base empírica, a de Mady Wechsler Segal (1995, p. 17-18) que sistematiza acerca de quais condições das funções militares desenvolvidas pelas mulheres aumentam e em quais condições diminui a participação feminina. Esta teoria se estrutura com base em três categorias explicativas: Militar, Estrutura Social e Cultural.

Figura 1 – Teoria dos fatores que influenciam a participação militar das mulheres



Fonte: Segal, 1995, p. 18.

Deste modo, a formação discursiva é apresentada com elementos semânticos que são assimilados pelos sujeitos, homens e mulheres, ao longo da vida, através da educação e, inseridos em um discurso contextualizado historicamente em uma determinada época e em uma dada formação social.

#### 4.1 DIMENSÃO MILITAR/FORMAÇÃO MILITAR

As práticas vividas de maneira intensa no ano de formação militar permitem, ao final do curso, a constituição de uma memória coletiva com experiências psicomotoras, afetivas e cognitivas, quer seja pelo aprendizado das instruções militares sobre portarias, normas, regulamentos e manuais, como também na superação de medos, anseios e limites tais como de altura, no rapel, de cobra, na instrução sobre ofidismo, no condicionamento físico exigido nos treinamentos físicos, de tomar pouco banho durante o acampamento, de estar só em uma cidade e, pela primeira vez, longe da família ou no exercício da marcha militar, na postura quanto à deferência hierárquica, de ser praça e se tornar oficial, ao receber a espada ao final do curso, no comportamento entre superiores, pares e subordinados.

Estes saberes imprimem nos oficiais-alunos, homens e mulheres, características próprias do perfil considerado para o oficial do Exército Brasileiro, notadamente com os traços de seus instrutores, responsáveis diretos pela formação militar: Comandante de Pelotão, oficiais e praças do Corpo de Alunos, ou indiretos: oficiais e praças da Divisão de Ensino e os

demais membros do estabelecimento de ensino pela capacidade de docilizar os corpos civis e torná-los corpos militares, capazes de responder com habilidades e competências adequadas ao posto de oficial de carreira.

Primeiro, a questão da educação física muito rigorosa quando nós somos alunos, né! Porque é aquela coisa muito violenta e eu não tinha esse costume de fazer educação física, então, foi muito difícil. Embora tenha me sentido muito bem durante o... por que eu superei todos os meus limites, então foi uma coisa muito positiva, mas foi difícil. Outra coisa, a diversidade de assuntos completamente fora minha área – armamento, munição, topografia – isso tudo me deixou completamente nervosa, mas também, graças a Deus, eu consegui superar. Mais foi, realmente, uma luta enorme para essa superação, eu tive que me desfazer de mim mesma, da minha vida familiar, naquele momento, para conseguir isso daí, então foi muito difícil. (DELTA DOIS).

O conjunto de conteúdos programáticos organizado em um plano de disciplinas comuns objetiva formar o militar e apresenta em técnicas didáticas de ensino, os signos e seus significados direcionados ao ambiente militar. As disciplinas específicas apresentam aos instruídos a operacionalidade de sua profissão na Força Terrestre, saúde, magistério, administração, economia e outros aplicados e inseridos na vida militar. Estes conteúdos instrucionais não só favorecem atender as exigências quanto à adaptação cognitiva e psicomotora dos signos utilizados na incorporação do ethos militar, mas, também, responder automaticamente ao som das ordens emanadas pelo clarim, à postura correta diante do hasteamento da bandeira nacional, ao cumprimento através da continência, modos perpetrados por normas e regulamentos que buscam a uniformidade de atitudes de seus sujeitos.

É, então, a gente ficou treinando uma semana para a formatura (de entrada no portão das armas), pra isso, né? Eu me lembro muito de algumas coisas que foram bastante marcantes na época para mim. Hoje quando eu me lembro é... eu acho que elas foram, de fato, importantes. Então, o primeiro momento era todo mundo de calça jeans e camiseta branca, né! Aí o cabelinho solto, pra gente passar por aquela primeira semana de treinamento, a entrega da documentação e tal... então tudo bem. Aí a gente foi conhecendo as meninas do quarto. Mas o primeiro dia que a gente botou farda, eu me lembro até hoje, eram dez meninas no quarto, todo mundo botou aquela farda camuflada, prendeu o cabelo, fez o coque, eu olhei no espelho, demorei a reconhecer quem era eu no espelho. Da imagem de todas nós no espelho, eu fui buscando de uma a uma. Na minha cabeça foi tão forte que o uniforme me uniformizou tanto que me descaracterizou, eu..., eu passei o olho no espelho uma duas ou três vezes para achar minha imagem no espelho que eu não encontrava, que estávamos todas iguais na minha cabeça, estava muito igual aquilo, foi um susto, né! Aí foi o ritual de entrada, eu estava assustada, hoje eu me lembro, assim, – Ah! Você... foi

emocionante? – Não! Nada para mim foi emocionante!, eu estava num efeito suspenso, assim de surpresa, ainda por entender o que é que eu estava fazendo ali, porque assim, eu tenho uma característica de ter que assimilar as coisas de poder me dar conta para aí ter uma resposta legal, uma resposta consciente e eu ainda estava nesse período... chegando as informações, e eu só engolindo, mastigando e querendo dar conta do que era aquilo que estava acontecendo e que eu não entendia. (HOTEL).

A fala acima transparece as rupturas vividas na acomodação à vida militar, pois tangenciam a compreensão dos valores e propósitos institucionais que são inseridos em meio às instruções durante o curso. Contudo, esta acomodação não é apenas constituída por aspectos verbais da linguagem militar descritos nas normas, portarias e vade-mécum, mas também, por aspectos não verbais decorrentes da incorporação em torno de um modelo ideológico que reforça uma conduta padrão a ser seguida.

Ao mesmo tempo, o modelo confere ao sujeito o seu quadriculamento e ordenação com um número em cada pelotão e um determinado lugar em sua especialidade e, sobretudo, indica que deverá cumprir a uniformidade, ser militar, dentro da multiplicidade, em sua turma de formação. Mas como assegurar a uniformidade das ações? Através da repetição exaustiva e do controle das ações do grupamento pelos Comandantes de Pelotão o que permite o redirecionamento e a depuração das práticas individuais para direcioná-las a práticas coletivas e, assim, “tratar a multiplicidade por si mesma, distribuí-la e dela tirar o maior número de possíveis efeitos” (FOUCAULT, 2009, p. 143).

Para mim, o mais difícil foi dar sentido as coisas, porque eu percebi que o significado das coisas não era muito importante, era muito o fazer e nunca pensar sobre o fazer, e isso me incomodou um pouco... Então, assim, eu sempre fui uma pessoa que tinha... eu perguntei sempre os porquês das coisas e aqui não se pergunta os porquês das coisas, né! A gente faz coisas. E isso foi o mais difícil na hora de lidar com o armamento, dos regulamentos internos, né! Porque... tudo era em função da repetição de um modo de fazer e nunca se faz dessa forma o porquê. Mas aí depois, para sobreviver, eu também fui procurando os meus porquês, né! Fui dando sentido às coisas e aí foi tudo mais fácil. (NOVEMBER DOIS).

O tempo e a utilização do controle das atividades embasado nos conteúdos programáticos introduzem “o problema específico dos indivíduos e da multiplicidade”, assim, Foucault (2009) nos faz refletir que o enquadramento dos corpos em suas mínimas operações, não só permite uma funcionalidade celular, individual, porém orgânica, através das práticas que enquadram um grupo heterogêneo em seus saberes, conhecimentos, regiões do Brasil e entre sexos a uma turma única de formação militar, ao final do ano, com a conclusão de curso.

#### 4.2 ESTRUTURA SOCIAL/TRAJETÓRIA DA VIDA MILITAR E VIDA CIVIL

As rupturas produzidas pelas relações de gênero na caserna evidenciam trajetórias e experiências compartilhadas entre homens e mulheres militares em dois aspectos fundamentais; o primeiro, por se constituir em uma formação militar mista, o que dá a oportunidade de compartilhar novas construções relacionais entre homens e mulheres na caserna e, posteriormente, por contextualizar a convivência militar feminina em articulação com as características da caserna construídas sob a referência da figura masculina.

Poderemos, mesmo, considerar que, ainda com a ausência física habitual no interior do quartelamento, a presença das mulheres militares na Força Terrestre expõe a possibilidade real de interagir, durante uma visita técnica de trabalho por uma tenente engenheira ou por incorporar oficiais e praças temporários ou de carreira, na formação sanitária ou na seção de saúde, ou mesmo, uma tenente veterinária, nos batalhões de cavalaria ou em canis, na Polícia do Exército.

Dessa forma, sintetizamos que as práticas vividas durante a carreira militar interferem também na vida social dos sujeitos, homens e mulheres, e conseqüentemente, nas relações sociais estabelecidas no espaço do cotidiano dentro da caserna e no espaço doméstico situado com o ingresso dos filhos nos Colégios Militares e na convivência diária nas residências constituídas nas vilas militares, um fato que aproxima e mantém o contato entre as pessoas com vínculos semelhantes em uma lógica de vida própria ao ambiente militar.

De todo modo, longe de definir uma estrutura de instituição fechada, pois consideramos os aspectos discutidos sobre a pós-modernidade militar, de acordo com a análise do conceito de Moskos (1985), e estes determinam mudanças na “arte de fazer a guerra” e permitem identificar uma representação mais intercambiável entre as forças armadas e a sociedade civil vinculada ao cenário da contemporaneidade.

[...] Concretamente las fuerzas militares no han estado nunca completamente separadas ni enteramente unidas con la sociedad civil. Pero la concepción de una escala a lo largo de la cual la organización ha estado más o menos superpuesta con la sociedad civil resalta la interacción, siempre cambiante, entre las fuerzas armadas y la sociedad. También es la manera en que podemos detectar las nuevas tendencias dentro de la organización militar. (MOSKOS, 1985, p. 299).

Deste reflexo, se configuram mudanças nos papéis desempenhados pelas mulheres no contexto da vida familiar militar com maiores oportunidades no espaço público. Esta

tendência implica na opção para o acesso das esposas de militares ao mercado de trabalho, em razão de seu maior grau de escolaridade, o que confere a oportunidade, ainda, de sua inserção nas escolas de formação militar com turmas mistas, ou mesmo, no serviço militar como temporário. Outrossim, neste contexto, consideramos, também, a presença cada vez mais frequente de militares das armas combatentes a realizarem uma formação acadêmica universitária e pós-graduações em diversas áreas de conhecimento entre outros exemplos da mesma natureza.

Saberes construídos e praticados diariamente provocam rupturas dispostas sobre os papéis sociais e a distribuição sexual do trabalho, pois elas recortam e reconfiguram a representação das mulheres dentro da caserna e incluem a perspectiva de gênero na dinâmica do Exército Brasileiro como uma opção de mercado de trabalho e com a proposta de equidade de oportunidade entre os sexos nos Cursos de Formação de Oficiais (EsSEx, EsFCEx e IME) com acesso às mulheres.

[...] é, mais antigas... superior... Hierarquicamente superior, nos éramos praças, elas primeiro tementes, é, é o paradigma maior mesmo eu acho até que não era assim a questão da sexualidade, da diferença de sexo, mas essa questão de realmente você... já existe a questão de você ser chefiado por alguém mais novo, né? Mesmo sendo chefes militares homens, já existe essa questão, agora sendo mais nova e ainda mulher era muita novidade realmente. Hoje acho que já está mais adaptado, mas aquela época realmente foi um pouco de... agora ela soube se impor, a primeira soube se impor, acho que se ela fosse um pouco mais, não tão imbuída da missão dela, ela ia ter dificuldade, agora ela soube se impor. Ela soube se impor, sim, na qualidade de militar, de chefe e de enfermeira chefe. (ÍNDIA).

Além das práticas que envolvem a caserna, para o oficial, a liderança militar<sup>104</sup> é um atributo essencial ao exercício do comando para um chefe militar. Este atributo diz respeito ao domínio afetivo do comportamento dos subordinados, compreendendo todos os aspectos relacionados com valores, atitudes, interesses e emoções que permitem ao militar, no exercício de um cargo, conduzir seus liderados ao cumprimento da missão conferida e à conquista dos objetivos determinados. Esta categoria é de suma importância para aqueles militares vocacionados ao comando e à liderança de pessoas, quer seja de civis e/ou de militares, o que é reiteradamente desenvolvido através da doutrina de liderança militar<sup>105</sup>,

<sup>104</sup> Portaria n° 088/3ª SCH/EME, de 19 de setembro de 1991. Instruções Provisórias-IP-20-10-Liderança Militar.

<sup>105</sup> “A doutrina de liderança é um aspecto primordial da instituição militar, tendo por objetivo assegurar aos chefes militares a aquisição de habilidades, conhecimentos, atribuições e

principalmente para os oficiais alunos dos cursos de aperfeiçoamento militar e de altos estudos militares realizado na EsAO<sup>106</sup> e na ECEME, respectivamente, sediados no Rio de Janeiro.

A doutrina de liderança militar é particularmente direcionada aos oficiais das armas combatentes, do quadro de engenheiros militares e do serviço de intendência e, ainda, para os oficiais médicos que serão os futuros chefes militares. Ao final do curso, os concludentes estarão aptos a exercer o comando ou a direção de Organizações Militares bem como poderão ocupar cargos correspondentes para o assessoramento e a chefia nas diretorias e departamentos da Força Terrestre.

Nesse aspecto, as três oficiais médicas que cursaram a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)<sup>107</sup>, ao final do Curso de Comando e Estado-Maior/Oficiais Médicos – turma 2011, estão aptas a comandar (homens e mulheres, militares e civis) e fazer cumprir as ordens por elas emanadas em sua direção ou sob seu comando em hospitais militares, na Escola de Saúde do Exército, nas assessorias do Serviço de Saúde regional, na Diretoria de Saúde e em todas as atividades cuja autoridade principal seja um(a) médico(a).

Inferimos que o crescente número de militares do sexo feminino em áreas voltadas para o Serviço de Saúde, quer seja pela presença de médicas, enfermeiras, psicólogas, fisioterapeutas, farmacêuticas e odontólogas, além de considerar as praças de saúde/técnicas de enfermagem, como militares de carreira ou temporária ou mesmo as servidoras civis, sugere que é mais favorável iniciar as vivências do comando em um ambiente hospitalar ou nos colégios militares, local onde o feminino, tanto pelo quantitativo de funcionárias civis quanto de mulheres militares seria predominante. O hospital militar

---

comportamentos que os capacitem a tomar decisões rápidas, acertadas e coerentes com os objetivos da instituição”. (Portaria n° 088/3ª SCH/EME. Cap. 3, artigo n° 01).

<sup>106</sup> Para efeito da progressão na carreira militar, todos os militares formados em escolas de formação militar para oficiais realizarão a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO). Os oficiais concludentes do curso poderão ascender do posto de oficial intermediário (capitão) ao posto de oficial superior (major, tenente coronel e coronel). O interstício, para fins de ingresso no quadro de acesso, é o tempo mínimo de permanência em cada posto, e será de acordo com o quadro, arma e serviço ao qual pertence o militar. Decreto n° 3.182, de 23 de setembro de 1991 que regulamenta a Lei n° 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.

<sup>107</sup> A principal missão do Curso de Chefia e Comando para o Estado-Maior para os Oficiais Médicos é preparar oficiais superiores para o exercício das funções de Estado-Maior, comando, chefia, direção e assessoramento peculiares ao Serviço de Saúde e aos escalões correspondentes e aos cargos e funções privativos de oficial-general do respectivo serviço. Disponível em: <[http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php?tion=com\\_content&view=article&id=96&Itemid=53](http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/index.php?tion=com_content&view=article&id=96&Itemid=53)>. Acesso em: 15 jul. 2011.

possui um quantitativo crescente de mulheres militares, sobretudo em especialidades profissionais da área de saúde relacionadas primariamente ao feminino, pelo ato de cuidar, a exemplo da enfermagem, composta por oficiais e praças.

Com experiências diversas, os sujeitos da pesquisa tiveram várias origens em seu início de carreira no Curso de Formação de Oficiais do QCO, IME ou EsSEx, 13% eram oficiais temporários, 10% eram esposas de militares, 10% eram praças de carreira e 67% eram civis.

Durante a pesquisa, observamos que 10% dos sujeitos entrevistados, tanto homens quanto mulheres de origem civil, tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre a vida militar e que suas principais expectativas pela carreira militar eram voltadas para a estabilidade financeira no serviço público. Assim, a formação militar constituiu um grande desafio para os alunos e para os instrutores: tornar uniforme um grupamento de natureza diferente em suas áreas de saber, faixa etária, experiências na vida profissional e militar (desde aqueles que nem tinham ideia do que esperar em um curso de formação militar a outros que já haviam participado da experiência de servir como militar), entre os sexos, em peso, altura, força física, capacidade de adaptação à vida castrense e em, praticamente, nove meses (março a novembro) formar para servir em todas as regiões militares como 1<sup>os</sup> Tenentes, principalmente aqueles pertencentes à EsFCEEx e EsSEx. Era, então, natural que houvesse estranhamentos na adequação da vida civil à vida militar, da vida de praça à vida de oficial, da expectativa e dos sonhos por uma nova carreira à realidade:

[...] Estranhei de início o horário intensivo e a carga de instrução militar (na época a formação militar era toda separada da formação específica) e a prática desportiva intensa (já praticava esportes, mas não corria muito e fazia poucas barras). No geral, me adaptei rapidamente aos procedimentos militares. A linguagem demorou um pouco para ficar natural. (MASCULINO).

Sem dúvida. Na primeira semana de adaptação, houve um pouco de dificuldade, pois havia uma expectativa diferente de minha parte em relação ao curso. Eu achava que seria um curso com muito rigor e disciplina, mas não esperava ouvir tantos gritos e ver tantas punições sendo imputadas por motivos, às vezes banais, sobretudo nos outros grupamentos. Na semana seguinte compreendi como, de fato, eram os treinamentos do Exército. Comecei a encarar com naturalidade (FEMININO 1).

Sim. A maior dificuldade foi se acostumar com a enorme quantidade de abreviaturas e 'termos da caserna'. A parte física também foi difícil, particularmente no tocante ao esgotamento físico e às limitações relacionadas à idade e preparo físico das alunas (FEMININO 2).

Em função de uma carga horária rígida controlada por meio de um Quadro de Trabalho Semanal (QTS), dentro de um plano de disciplinas previsto para ser cumprido por instrutores e instruídos, na adaptação à vida militar, a maior dificuldade foi observada pelo pouco tempo para aprender as peculiaridades da vida militar, desde os jargões a comportamentos e atitudes considerados adequados.

Dentro dessa dinâmica, os oficiais alunos são avaliados em suas performances afetiva, cognitiva e psicomotora através dos atributos da área afetiva e de provas regulares que, engendrados desde o início da formação, têm o objetivo de formar o oficial do Quadro Complementar e da Escola de Saúde. A avaliação periódica, realizada por seus chefes e comandantes, acompanha o/a militar ao longo da carreira e afeta diretamente suas promoções. Salientamos que o curso de formação militar, para esses quadros, oferece a base fundamental para forjar o militar, contudo cabe às experiências diárias do ambiente na caserna, sedimentar os valores institucionais.

Desde a entrada no portão das armas, é apresentada para cada oficial aluno sua localização no espaço a ser ocupado, primariamente definida por sua experiência civil ou militar, já que a vivência profissional na área específica não é exigida pelos editais de convocação. Desta forma, nem todos os civis ou ex-militares possuem experiência profissional e, portanto, ingressam recém-formados na área específica no Exército Brasileiro.

Posteriormente, são testadas suas habilidades e destreza profissional e militar na caserna, sua postura, bem como a sua capacidade de apreender de novos conhecimentos – adaptação –, comportamento, o próprio *traquejo em se adequar* à vida militar ou ainda seu domínio psicomotor, quer seja no manejo das armas, na ordem unida ou na educação física e atividades competitivas, para então, ao final do CFO, estar habilitado a se tornar 1º Tenente do Exército Brasileiro e atuar, a princípio em suas áreas afins, nas Organizações Militares, por todo o território nacional.

Da mesma forma, a formação militar estabelece hierarquicamente a localização de cada oficial na turma e, através da categorização dos atributos afetivos, da avaliação cognitiva e psicomotora, ordena, disciplinarmente, o espaço a ser ocupado por cada sujeito. Foucault (2009) estabeleceu, na arte das distribuições, o princípio de um ordenamento necessário que precede a disciplina, na distribuição dos indivíduos no espaço, não só evitando aglomeração confusa, mas decompondo em parcelas em um espaço disciplinar de localização imediata: o *quadriculamento*.

[...] Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar comunicações úteis, interromper outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimentos, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 2009, p. 138).

O ordenamento classificatório define a localização dos oficiais recém-formados na turma como, também, influencia na opção das escolhas de vagas e, posteriormente, com as avaliações semestrais, o desenvolvimento do trabalho na caserna, o que possibilita a realização de cursos militares dentro do país ou no exterior, a participação em missões, o aperfeiçoamento técnico-profissional, o recebimento de medalhas que irão reordenar a classificação de uma turma, o que favorece ou interfere nas promoções aos postos durante a carreira militar.

Das análises, observamos que os sujeitos que ingressam na Escola de Formação Complementar do Exército e na Escola de Saúde do Exército se encontram em uma fase adulta da vida com uma faixa etária média em torno dos 25 a 30 anos e, muitas vezes, com um núcleo familiar já constituído com a presença de filhos e a presença ou não de cônjuge. Dentre os alunos que incorporam no IME, para o Curso de Formação e Graduação do Quadro de Engenheiros Militares, a maioria pertence a uma faixa etária nova – conforme o edital, a idade para o ingresso é de, no mínimo, 16 até 22 anos, no máximo – pois o ingresso poderá acontecer através de concurso após o término do ensino médio. Não obstante, a entrada também é facultada ao oficial da AMAN até o segundo ano, após o término de sua formação, ou a engenheiros já formados que podem prestar o concurso para ingressar no IME com até 26 anos.

Dos sujeitos entrevistados, encontramos desde aquele que nunca entrou em um quartel e não tem a menor ideia do que vai encontrar durante o curso de formação militar, aqueles que possuem ideias próprias baseadas no senso comum, assimiladas pela compreensão tradicional do Exército Brasileiro dispostos através da mídia; pela oportunidade de assistir o desfile de sete de setembro até aqueles que são familiares ou estudaram no Colégio Militar (esposas/esposos de militares, filhos) e têm conhecimento das características da vida militar através de seus cônjuges ou pais, bem como aqueles que já foram militares (oficial ou praça) e possuem conhecimento e vivência dos meandros da caserna.

[...] o pessoal (instrutores) teve muito tato porque tinha mulheres, muita gente da vida civil, muita gente de idade, maior do que os instrutores. Então, eles tinham que ter um pouco mais de tato, porque não eram adolescentes,

jovens de 18 anos, eram já pessoas com experiência de vida, então o pessoal (instrutores) teve bastante tranquilidade em inserir o ambiente para gente. (DELTA).

Os instrutores/comandantes de pelotão (vaga designada para tenentes e capitães formados, preferencialmente, pela Academia das Agulhas Negras em face de seus conhecimentos específicos do adestramento militar – armamento, munição e tiro, topografia, ordem unida, regulamentos, legislação técnica entre outros), em sua maioria, são mais novos do que os instruendos, principalmente nos primeiras turmas da, então EsAEx, quando predominava a presença de oficiais temporários e praças (subtenentes e sargentos).

Quadro 4 – Origem do Efetivo das Turmas Formadas no CFO/QC da EsFCEEx – 1990 a 2011

ANO	CFO/QC				TOTAL
	ORIGEM MASCULINO		ORIGEM FEMININO		
	MILITAR	CIVIL	MILITAR	CIVIL	
1990	69	31	–	–	<b>100</b>
1991	30	55	–	–	<b>85</b>
1992	32	41	3	46	<b>122</b>
1993	42	43	10	32	<b>127</b>
1994	43	49	5	27	<b>124</b>
1995	60	26	3	33	<b>122</b>
1996	33	38	1	35	<b>107</b>
1997	25	40	3	36	<b>104</b>
1998	27	40	2	29	<b>98</b>
1999	17	21	0	17	<b>55</b>
2000	35	23	0	13	<b>71</b>
2001	49	29	5	21	<b>104</b>
2002	45	35	4	18	<b>102</b>
2003	34	45	6	25	<b>110</b>
2004	29	53	1	21	<b>104</b>
2005	32	26	1	30	<b>89</b>
2006	20	18	1	21	<b>60</b>
2007	19	20	1	13	<b>53</b>
2008	22	23	0	8	<b>53</b>
2009	20	24	0	20	<b>64</b>
2010	18	22	1	18	<b>59</b>
2011	23	37	2	35	<b>97</b>
<b>TOTAL</b>	<b>724</b>	<b>739</b>	<b>49</b>	<b>498</b>	<b>2010</b>

Fonte: Escola de Formação Complementar do Exército, 2012.

Através dos dados apresentados no Quadro 4, percebe-se o fluxo significativo do ingresso de oficiais temporários e praças do sexo masculino no QC, no período de 1990 a

2011, com um total de 724 sujeitos, uma diferença de 15 sujeitos a menos em comparação àqueles oriundos da vida civil (739). Para o sexo feminino, observamos o ingresso de 49 mulheres com experiência de vida militar anterior, composta também por oficiais temporários, praça de carreira ou temporário. O conhecimento da vida castrense poderá facilitar no desempenho, durante o curso de formação e, em consequência, para uma melhor classificação na turma.

Predomina, portanto, a experiência na vida militar nos pares masculinos. Além disto, incluímos, também, aquelas experiências derivadas das características das brincadeiras e atividades lúdicas diferentes entre meninos e meninas, ainda suscetíveis à construção de propriedades sociais inscritas na “arqueologia histórica do inconsciente, onde prevalece uma realidade sexuada incorporada no próprio corpo” (BOURDIEU, 2009).

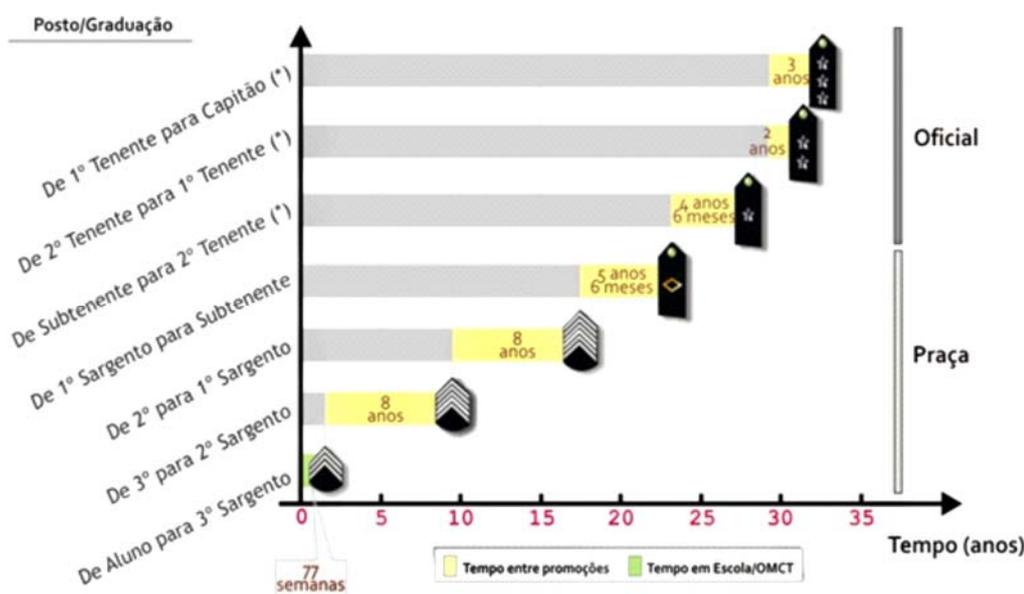
De certa forma, a primeira concepção seria considerar mais evidente que o desempenho masculino deveria ser melhor do que o desempenho feminino no desenvolvimento das atividades eminentemente militares, porém, nem sempre o é. Na galeria dos oficiais-alunos, como primeira colocação do Curso de Formação de Oficiais com turmas mistas, já constituída, também, por mulheres militares, tem-se a oficiala médica do Serviço de Saúde, formada em 2012, condecorada com a medalha Marechal Hermes da Fonseca com uma coroa. Esta premiação é concedida pela aplicação e estudo e premia aqueles militares que se destacam por mérito na conclusão do curso de formação militar com distinção.

Desta forma, a habilidade e competência individual, que se traduzem em saber lidar com novos desafios, auxiliam na prática das vivências militares, e isto se aplica aos sujeitos pesquisados ao atingirem intelectualmente e pela capacidade psicomotora os requisitos profissiográficos da carreira militar, fornecendo o condicionamento necessário para o perfil a ser esperado para o/a oficial.

Podemos observar que a escolha para a reinserção na carreira militar prevalece para as praças, por oferecer uma ascensão funcional mais rápida, possibilitar a continuidade em uma carreira estável e já conhecida, no serviço público federal e, no caso do oficial ou praça temporário, garantir a permanência na Força Terrestre em uma faixa etária mais madura, pela oportunidade de ter o tempo necessário para ingressar na faculdade e se graduar a fim de prestar o concurso do CFO/QC e da Escola de Saúde, posteriormente. Outras vantagens dizem respeito à compensação remuneratória referente ao posto de oficial e, ainda, por incorporar o tempo de serviço e os adicionais dos cursos militares já realizados na carreira anterior.

Na progressão na carreira das praças formadas pelo Exército Brasileiro, a entrada para o posto de oficial subalterno chega após vinte e cinco anos de tempo de serviço, conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Fluxo de carreira das praças no Exército Brasileiro



Fonte: Escola de Sargentos das Armas, 2012. Disponível em: <[http://www.esa.ensino.eb.br/Concurso\\_Divulgacao/conteudo/0101PlanodeCarreira.htm](http://www.esa.ensino.eb.br/Concurso_Divulgacao/conteudo/0101PlanodeCarreira.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2013

Apesar de proporcionar melhoria no plano de carreira, para 14% dos ex-militares pesquisados, acrescenta, entretanto, alguns paradoxos funcionais inerentes à vida castrense. O fato de ser oficial temporário antigo ou uma praça mais antiga em um quartel traz maior segurança para a gestão da rotina diária de trabalho do que para o oficial mais moderno, principalmente, ao lidar com as adversidades do dia-a-dia na caserna.

A questão do conhecimento pela experiência do tempo de serviço na condição de praça ou no posto de oficial temporário influencia na tomada de decisão, assim como, não equivale com a inexperiência de um oficial recém-formado na ambientação ao trabalho no ambiente do quartel. As vivências trazidas pelas unidades onde serviu facilita a ambientação nas Organizações Militares escolhidas pelos tenentes recém-formados. Daí vários oficiais, principalmente no início de suas carreiras, buscarem auxílio nas experiências da vida em quartel com as praças antigas na unidade militar que auxiliam na integração deste militar mais moderno na OM, nos serviços de escala e nas missões.

E aí vem de novo uma questão surpreendente, (o serviço) foi mais tranquilo porque eu era auxiliada por um Sargento, e era... e, na verdade, assim, eu

sabia a teoria, mas o que fazer, porque eu tinha estudado a legislação, mas a prática quem sabia era ele, né! Então, ele estava sempre voltando a minha atenção – Não, mas não é assim!, aí ele.., às vezes, a gente entrava em choque – Não, mas é assim que se faz!, – Não, mas não é assim que está escrito! Então assim, o fato de eu ter sido nova naquela função, eu acho que foi útil, talvez porque você volta, né! Assim, como foi a primeira vez para mim, eu fiz exatamente como tinha que ser feito sem variantes que, seguramente, o exercício cotidiano daquilo leva a pessoa a fazer diferente, né! (NOVEMBER DOIS).

Ser moderno ou recém-formado de uma escola de formação militar, ou mesmo chegar novo em uma Organização Militar, influencia a distribuição dos encargos militares e as funções a serem realizadas, ou seja, aquele que começa suas atividades em uma unidade militar, em razão de ser *o mais moderno* da escala para as missões interna e externas na Unidade acaba por ser mais *ralado* ou sobrecarregado com tais encargos e funções.

[...] Bom, toda(o) a(o) tenente é oficial de dia que é alguém que fica encarregado pela segurança do quartel durante 24 horas, eu era professora (de português), né! E uma série de missões para as quais a gente não é sinalizado a respeito delas, então eu fui oficial de armamento, munição e tiro, né! Responsável por um ano e meio. A experiência foi também pioneira porque o Ajudante-Secretário levou a lista dos tenentes que concorreriam a escala e o subcomandante apontou alguém do sexo feminino e o Ajudante falou assim: – Ah, mais é uma mulher? E o Subcomandante respondeu que ela ganhava a mesma coisa que os outros tenentes e estava na hora de começar. E aí outra situação que marcou bastante meu gênero no Exército foi quando fui convocada para a primeira reunião na região militar. Então foram os tenentes oficiais de munição de todos os quartéis subordinados a região militar, e só o meu quartel mandou uma tenente. O chefe de lá, perguntou se o meu quartel não tinha homem... A coisa ficou mais complicada ainda porque como era uma coisa nova, eu estudei a legislação. Eles foram fazendo perguntas, e eu sabia as respostas, a ponto dele dizer se os rapazes não tinham vergonha dessa moça estar respondendo as coisas que eles deveriam ter lido, porque ele não tinha feito o dever de casa. (NOVEMBER DOIS).

No depoimento, ressaltamos o reconhecimento da inclusão das mulheres militares na assunção de tarefas específicas da caserna, a prevalente dicotomia dos papéis sexuais e o processo de desestabilização, evidenciados durante reunião realizada pela região militar quanto aos padrões de comportamentos esperados para homens e mulheres. Os comportamentos são confrontados pela presença feminina, o que denota a trajetória da conquista e a ocupação dos espaços antes construídos como prioritariamente masculinos. Desta forma, a conseqüente *naturalização* de esperar um melhor desempenho militar entre os homens revela a preocupação e o empenho da depoente em apresentar competência e

conhecimento. No caso exemplificado, estudar o manual específico, antes da reunião, corrobora a observação dos estudos acadêmicos sobre a tendência das mulheres incluídas em ambientes de trabalho com estas características a se dedicarem com maior afinco, pelo propósito de atender às expectativas do que é esperado para o desenvolvimento do cargo ou função (LOMBARDI, 2009). Todavia, ainda persistem indicativos que confirmam os obstáculos e resistências a uma maior integração das mulheres em determinadas especialidades profissionais.

Outra questão a ser lembrada é que a hierarquia, que cumpre o seu papel em disciplinar as condutas e os comportamentos do mais moderno com base no mais antigo, independe do sexo. Estas relações sociais de autoridade e poder são definidas pela subordinação do mais moderno, em uma escala que classifica e ordena a lógica institucional da gestão do efetivo na Unidade Militar, quer seja pelo círculo de oficiais quer pelo círculo de praças. Dentro desta perspectiva, a militar complementa:

[...] (a escala de oficial de munição de tiro) era anual, todo o início do ano eram nomeados novos oficiais de armamento, novos oficiais de munição, novos oficiais de combate a incêndio. E aí no ano seguinte, o subcomandante gostou da idéia, né! A oficial de tiro também foi mulher, a oficial de munição, outra mulher, e o oficial de combate a incêndio, mulher. Então no ano seguinte não foi só eu, eu saí, e entraram mais três. (NOVEMBER DOIS).

Quando o enfoque se volta para responder sobre as instruções militares, o processo de estranhamento da linguagem militar e o condicionamento físico intenso, características referentes ao disciplinamento do corpo e de condutas, afeta, sobretudo, aqueles oriundos da vida civil, ou seja, sem nenhum conhecimento da vida militar. Para aquelas/es que possuem familiares ex-militares ou mesmo aquelas casadas/os com militar a adequação é considerada facilitada pelas experiências pregressas na participação de formaturas, solenidades ou mesmo no convívio nas vilas militares. Com a ampliação da divulgação na mídia e nas universidades, tem ocorrido a entrada significativa de indivíduos oriundos da vida civil, sem nenhuma prática da vida militar.

Como entrei na terceira turma, muitos instrutores nunca haviam trabalhado com mulheres antes e havia apenas uma instrutora mulher. Assim, a tendência da maioria era de minimizar nossas capacidades e nos exigir menos. Alguns, na tendência de não nos exigir pouco, acabavam exigindo além do que era feito com os homens. Uma pequena parcela conseguia nos tratar de maneira igual aos dos homens. (ROMEO UNO).

No decorrer do trabalho, distinguimos, nas falas das primeiras turmas, que o grau de exigência dos instrutores se diferenciava em função da interpretação própria de qual seria o condicionamento físico e o rigor a ser exercido em turmas com mulheres, de forma a habilitá-las como militares. Depurar as interpretações com detalhes favorece a busca de uma adequação dos próprios instrutores a fim de encontrar o equilíbrio entre uma exigência excessiva e a compreensão cultural sobre a “fragilidade feminina” e, ainda, lidar com o processo de ensino-aprendizagem a ser incorporado pelos alunos, face às exigências inerentes à vida militar e à formação de oficial.

Mas, como adaptar as mulheres a condicionamentos entendidos como práticas de atributos relacionados à masculinidade: rusticidade, espírito de corpo, camaradagem, superação? Qual o limite da exigência para o condicionamento físico e cognitivo em sua formação como militar?

Para compor a elaboração dessa variável, deve-se dispor das características do quadro ou serviço em que elas estão inseridas. Porém, em qualquer formação em que estejam incluídas, como militar de carreira ou temporária, toda/os aquele/as que se dispõem a instruir devem compreender que é através do processo de formação militar que são construídas as bases da estrutura deste sujeito militar flexionado no feminino, ou no masculino, em um papel social a se constituir na sociedade. Tal fato se torna singular ao final do curso seja pela exigência instrucional ou mesmo pela viabilidade de usufruir das prerrogativas e responsabilidades da caserna, como oficiais ou praças, pois toda/os são militares que juraram servir à Pátria com o sacrifício da própria vida.

#### 4.3 ESTRUTURA CULTURAL/TRAJETÓRIA AFETIVA REPRODUTIVA

Com relação à questão reprodutiva, 64% da amostra feminina pesquisada tem filhos, 14% nascidos antes do início do Curso de Formação de Oficiais. Em suas entrevistas, elas relatam a existência de conflitos, desde sentimento de culpa e angústia por perderem momentos da vida que poderiam dedicar aos filhos, em decorrência da necessidade de priorizar os estudos, e terem que aceitar a separação ou o distanciamento do cotidiano dos filhos, com a adaptação à absorvente rotina militar, durante o ano de formação militar, uma vez que é necessária uma dedicação permanente para manter o ritmo intenso dos estudos e as atividades físicas diárias exigidas para a sua formação militar.

Adaptar-me àquela vida (militar) não foi difícil. Difícil foi abandonar minha filha de 05 anos com meus pais, idosos, com a possibilidade do meu ex-marido alegar meu afastamento e pedir sua guarda. Foi sufocadamente tumultuado. Por isso lutei muito para uma boa classificação ao final do curso e conseguir uma das vagas no Rio de Janeiro. Era minha meta. (BRAVO).

[...] Eu já morava aqui em Salvador, eu cheguei aqui em 94, tinha 3 anos que eu morava aqui. Minha filhinha mais velha, na época tinha 6 anos em que ela foi alfabetizada, assim foi uma época que eu não vou esquecer, eu não pude acompanhar minha filha em absolutamente em nada, né! Porque ela foi alfabetizada longe de mim, então, isso foi uma coisa que me marcou muito. [...] (DELTA DOIS).

A preocupação com a educação e a criação dos filhos pequenos ou adolescentes, sobre com quem deixá-los ou com a realização dos afazeres domésticos é agravada pela culpa de terem que optar pela distância ou deixá-los sob os cuidados do esposo ou dos avós. Outra angústia é a de garantir a escolha de uma vaga na própria região natal ou próxima dos pais e de outros familiares, na classificação final do CFO, um fator de expectativa considerável que permeia todo o curso de formação militar.

A aceitação das mulheres no mercado de trabalho nos mais diversos ramos, como, por exemplo, em algumas especialidades da medicina, não difere das expectativas do sistema militar em relação à absorção profissional integral, sem horário fixo de início ou término do expediente. Para o militar, existe a possibilidade de ser acionado para a realização de atividades inerentes à vida do aquartelamento através do acionamento do plano de chamada.

Quanto à fisiologia material das atividades domésticas e as responsabilidades em conciliar casa e trabalho, nas falas das entrevistadas, a percepção desta dinâmica gera, por vezes, uma relação de conflito estabelecido pelo dilema entre o grau de exigência de seus superiores e pares, sua própria exigência pessoal no trabalho como militar e suas atividades na vida doméstica.

[...] Olha, uma coisa que já observei é o seguinte, o militar combatente, o militar do sexo masculino, combatente, dentro da nossa cultura, da nossa Força é... a mulher desse militar geralmente não trabalha, então, ela é a retaguarda dele, ela é o apoio de retaguarda, então, o problema de pegar filho na Escola é com ela, o problema de levar o filho pro médico é com ela, o problema de ir para reunião de pais e mestres é com ela, né! É o que vejo, né! Então quando uma mulher militar chega para o chefe e diz que não pode vir a uma reunião social, digamos assim, a despedida de um Comandante e ela tem que ir ao jantar e ela diz que não pode ir porque não tem com quem deixar o filho pequeno, ele vira para ela e diz assim – ‘Não me traga seus problemas domésticos!’ eu sinto é... um pouco de discriminação, porque ele... ele não está vendo... não está vendo... não está vendo que ele não tem esse tipo de problema, nunca teve, porque ele tinha uma mulher, mas aquela

mulher diante dele ela tem... ela é a mulher de dentro da casa dela, né! Às vezes, é uma mãe solteira... separada, né! Enfim, felizmente nem todos os chefes pensam assim, mas uma coisa eu sei, é muito difícil de conciliar as... as funções de mãe e militar, mulher militar [...] (HOTEL UNO).

Situação característica, no caso de esposas de militares que não trabalham, por vezes, em razão da mobilidade territorial conferida pelas frequentes transferências, o que dificulta o término de uma graduação ou mesmo de um curso técnico bem como a inserção no mercado de trabalho da cidade, é estas atuarem como esteio da família militar, favorecendo o apoio emocional, desempenhando o suporte direto no espaço privado/vida doméstica, facilitando as relações típicas do contexto do lar – filhos, escola, pediatra, fazer compras de supermercado – e em outras atividades como no desenvolvimento das relações sociais voltadas para o ambiente da caserna, nas solenidades, encontros e formaturas. Mesmo quando estão inseridas no espaço público/trabalho, elas têm suas funções sociais reconhecidas no ambiente da caserna, pois estar em família mantém laços de amizade com outras famílias de militares, com assuntos em comum para os militares do sexo masculino, pertinentes ao próprio cenário do trabalho e conversas de “homens”, enquanto, para as mulheres, os assuntos se voltam para as questões domésticas, filhos, ganhos e dificuldades da vida em família, configurando aspectos do modelo tradicional familiar. Deste modo, Chinelli (2007) descreve que o sentimento de solidariedade e união parece ser *reforçado* nos encontros sociais, mantendo a camaradagem e o apoio mútuo entre as famílias como demarcação de laços de afetividade e consideração.

Os discursos apresentados evocam a composição das ambiguidades prevalentes para o sexo feminino no mercado de trabalho, pois adequar dois elos que exigem maior disponibilidade de tempo e dedicação integral envolve aspectos conflituosos para o estabelecimento de um equilíbrio: a casa, o espaço privado e o trabalho, o espaço público. Esta ambivalência traduz a derivação de um sentimento de culpa ao favorecer o trabalho, pela necessidade de ter que priorizá-lo, sublinhada, em vários momentos decisivos na carreira, ao invés da casa, principalmente se incluir filhos pequenos.

Em uma condição de crescente participação das mulheres em atividades ocupacionais, a presença de benefícios sociais relativos aos cuidados com os filhos, em destaque, na primeira infância, auxiliam a permanência do sexo feminino no mercado de trabalho e a preservação de sua independência. Nesta perspectiva, Danièle Meulders et al. (2008) e Abramo (2008) destacam que o nascimento de um filho para o sexo feminino poderá

determinar a interrupção da carreira profissional ou o trabalho em tempo parcial e, até mesmo, a mudança de emprego para assegurar aos filhos cuidado e acompanhamento.

Detalhadamente, os efeitos da maternidade e da paternidade acarretam diferentes condições para mulheres e homens na progressão da carreira, em oportunidades de realização de cursos ou missões no exterior, pois a incidência de efeitos adversos afeta, direta e principalmente, as mulheres no mercado de trabalho. Os arquétipos relacionados às características esperadas para o “ser mãe” condicionam diferenciações no percurso profissional das mulheres, com efeito significativo na presença de filhos pequenos. Mudanças com relação à possibilidade de compartilhar com os homens as atividades domésticas levam em conta a necessidade de flexibilizar as demandas da vida pessoal e familiar, espaço privado, e proporcionar uma relação de gênero mais democrática e inclusiva à medida que se estrutura a equidade de oportunidades.

Assim, encontramos diversas variáveis que afetam as expectativas da entrada das mulheres militares no Exército Brasileiro. Neste sentido, podemos considerar os fatores que favoreceram a incorporação: a experiência da incorporação das mulheres militares na Marinha e na Força Aérea Brasileira, dez anos antes; o aumento do grau de escolaridade feminina; os métodos de anticoncepção com a redução da taxa de natalidade; a viabilidade da criação do Quadro Complementar como porta de entrada, por permitir o ingresso em áreas administrativas – administração, direito, estatística –, no magistério e nas áreas de saúde – enfermagem, medicina veterinária e posteriormente, psicologia – e que corroboram os padrões de ingresso militar nas Forças Armadas.

Sobretudo, a incorporação feminina atendeu à exigência de recursos humanos especializados em Organizações Militares em funções administrativas e também naquelas voltadas para a saúde (hospitais e policlínicas), para os Colégios Militares, no Centro de Estudos de Pessoal, Assessorias Jurídicas, Setor de Informática e Departamentos e Diretorias, o que propiciou uma maior flexibilidade da Força Terrestre compatível com o processo de redemocratização ocorrido na década de 80.

O acesso das mulheres pelas escolas de formação militar evidencia as diferenciações físicas, faixa etária, histórias de vida, e, principalmente, a adaptação dos próprios instrutores – Comandantes de Pelotões – na forma de instruir, visto que, em suas formações, eles adquirem a experiência de comandar e formar pelotões do sexo masculino, com um grupo etário mais jovem (em torno de 18 a 19 anos), a exemplo do recrutamento dos soldados conscritos.

Cabe acrescentar que o Quadro Complementar trouxe um leque de conhecimentos específicos, pois comporta experiências de vida acadêmica e profissional civil ou mesmo as experiências de um grupo de indivíduos em um grupo etário mais maduro e, muitas vezes, com maior vivência de caserna que os próprios instrutores. A inclusão de sujeitos de origem militar, sejam oficiais temporários do Exército ou de outras Forças Armadas ou praças das armas, quadros ou serviços confere uma diferenciação na formação militar, não só porque eles já possuem a linguagem e cultura da doutrina militar, mas, porque, mesmo na condição de alunos, auxiliam diretamente ou fornecendo orientações na adaptação dos indivíduos oriundos do meio civil ao ambiente castrense.

Na época, havia me interessado por alguns concursos públicos. Já era professora e tentava ingressar na área jurídica. Por acaso, ‘um amigo de uma amiga’ comentou sobre o concurso com ela na cantina da Faculdade. Ambos eram da área de Administração. Ela não poderia fazer o concurso, pois ainda teria que cumprir créditos. Ao ouvir a conversa, comentei por acaso: – Nunca há vagas para quem é do Magistério. Para minha surpresa, na mesma hora, o rapaz comentou que também havia vagas para o Magistério e me deu algumas informações básicas. Procurei me aprofundar no assunto e descobri um curso preparatório no Rio de Janeiro que oferecia aulas aos sábados, pois eu não estudava História e Geografia há um bom tempo. Na ocasião, eu morava em Petrópolis. Era mês de setembro e a prova era em dezembro. Podemos dizer que eu estava no lugar certo, na hora certa. (X-RAY FEMININO).

Dentre os pesquisados, 15 militares possuíam familiar direto (pai ou esposo/a) militar. Porém, o emprego público, estável e com um plano de carreira definido constituiu um atrativo mais relevante tanto para as praças que optam pela permanência na Força como para os oficiais temporários, na conquista de uma carreira estabilizada, tanto quanto para aquele oriundo da vida civil em sua inserção no mercado de trabalho.

Para as depoentes que já eram casadas com militares, a estabilidade também estaria condicionada a poder acompanhar o cônjuge sem perder o trabalho e o soldo. Tal característica denota que tornar-se militar beneficia, financeiramente, o orçamento da família, facilita as movimentações/transferências, com a conservação do vínculo ocupacional para ambos os cônjuges, e mantém as relações sociais circunscritas às características do ambiente militar. Este relato foi observado entre as entrevistadas oriundas da área de saúde e da área de magistério em um discurso mais predominante para o sexo feminino do que para o masculino.

Em nossa amostra, houve apenas um militar do sexo masculino cuja, então, noiva ingressou no QC no ano anterior. Ele já era oficial temporário do NPOR e a escolha da carreira na universidade foi pautada, principalmente, no desejo de passar na EsFCEX. A entrevista do casal militar demonstrou certas peculiaridades da acomodação na vida do

trabalho e na vida doméstica. Ele relatou que o incentivo de sua esposa foi o apoio necessário para o acesso ao CFO, na sua compreensão acerca das relações sociais no trabalho, por compartilharem problemas comuns, bem como facilitou sua disponibilidade em auxiliar nas atividades da vida privada, de modo a conciliar as necessidades domésticas e o cuidado com os filhos. Todavia, ela argumenta que, com o nascimento dos filhos, sua prioridade ficou voltada para o cuidado e educação de sua prole.

Para as militares casadas e pertencentes ao Serviço de Saúde, em cuja atuação é prevalente em hospitais e policlínicas militares, suas falas relatam sobre a possibilidade de dispôr de maior flexibilidade no horário, no ambiente hospitalar, o que possibilitaria um maior tempo disponível para a administração doméstica, a manutenção de um vínculo mais próximo para a criação dos filhos e o cuidado da casa, bem como na inserção em outras atividades profissionais.

Mesmo com as informações fornecidas pelo/as militares, viver a rotina intensa do ano de formação militar proporciona situações que exigem uma rápida adequação a novos conceitos e formas de convívio e interação, não só em relação à linguagem verbal e corporal, a postura e as atitudes empregadas no ambiente militar, mas, muito pelo desafio cognitivo e psicomotor: para cada indivíduo se torna um desafio específico. Em um momento maduro de vida, na entrada no CFO para os oficiais alunos da EsFCEX e EsSEX, os signos da linguagem militar devem se tornar significados coerentes, naturais e harmônicos dentro da dinâmica do círculo castrense: o toque do clarim, a resposta a uma continência, a deferência à autoridade, a disciplina consciente a ser incorporada como padrão modelar em uma estrutura definida e secular.

No caso daqueles que foram praças e se tornam oficiais, o conhecimento prévio do que o espera em um curso de formação militar, a sua práxis na rotina militar acaba por auxiliar seus pares em formação, um ajuste que favorece a uniformidade interna no pelotão, visto que diante da competitividade entre os pelotões, quanto mais um membro do pelotão tem dificuldade em se enquadrar, todo o pelotão paga por este desajuste e, para compensar, busca-se resgatar, no espírito de corpo, a solidariedade e a cooperação de forma a auxiliar aqueles com maior dificuldade na adaptação.

Os oficiais temporários que incorporam, que já conhecem a vida castrense e são reinseridos no ambiente militar e no círculo de oficiais de carreira, relatam uma melhor compreensão sobre a sua opção, por terem convivido na intimidade as peculiaridades de uma Organização Militar. Assim, seja por sua inserção como oficial temporário pelo NPOR, pela oportunidade de ter experienciado a formação militar pelas armas combatentes ou pelo quadro

de oficial técnico temporário (OTT), com a especialidade voltada para atividade meio ou complementar, sua escolha demonstra a adaptação às normas e regras estabelecidas.

Mesmo com a característica da igualdade de oportunidades preconizada pelos editais, as falas das mulheres militares introduzidas em campos discursivos trazem formas específicas de elaboração da prática no cenário militar que, não necessariamente, são iguais, ou diferentes, às dos homens militares, mas sim, adequadas a este universo que se torna singular com a composição de corpos mistos. Experimentar a mudança de um paradigma não diminui as dificuldades de adaptação, mas objetiva tornar clara a possibilidade de que as experiências venham a produzir efeitos no aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizado nos grupamentos militares formados por corpos mistos, nas formas de fazer a arte militar e através do convívio profícuo entre superiores, pares e subordinados, reconhecendo a autoridade e o poder estabelecidos pela hierarquia e ordenados, disciplinarmente, independentemente do sexo.

Nesse sentido, a incorporação das mulheres militares no Exército Brasileiro é revestida de um viés estruturado pelos enunciados e expressa a busca pela equidade e não a igualdade plena, vale dizer, as oportunidades de entrada na Força Terrestre e o aprendizado comum nas instruções militares.

Cumprido debater as experiências na elaboração dos primeiros argumentos sobre a inclusão das mulheres na linha de ensino bélico, reconhecer as práticas das mulheres militares, nos últimos vinte anos, nas atividades complementares ou meio e nas de saúde, e reelaborar as disposições e adequações que evidenciam desde a necessidade de adaptação de equipamentos próprios para o corpo feminino, com o objetivo de aumentar a performance nas atividades militares a serem desenvolvidas por elas, até ações que possibilitem a sua participação efetiva, através de normas e portarias sobre movimentação de cônjuge militar, gravidez, licença-maternidade e aquelas derivadas das diferenças antropométricas.

Dentro dos ditames de uma instituição secular, a linguagem militar também recompõe, neste universo, signos com significantes, ou seja, com um determinado plano da expressão e com seus significados constituídos por conteúdo próprios e que prima em sistematizar um discurso elaborado pelas matizes de formações discursivas hegemônica e viril, cujos signos linguísticos, e os atos da fala são desenvolvidos no contexto da formação militar.

Barthes chama a atenção sobre a dialética entre a língua e a fala quando apresenta que “a língua é elaborada não pela massa falante, mas pelo grupo de decisão” (1964, p. 31). A elaboração da fala do instrutor tem uma conformação de repetição, não só pelos signos mas

pela necessidade da apreensão da percepção sutil determinada pelo olhar, pela compreensão do gesto, dos sons – do clarim, do tarol, da banda, dos tiros de fuzil ou de canhão – e dos rituais a serem incorporados através de seus significados, nem todos claramente explicitados, mas compreendidos pela coletividade a fim de sedimentar esses conhecimentos, não cabendo interferências de falas individuais.

O QCO e a EsSEx ainda trazem uma discussão sobre a dinâmica que cerca o fato de estar cumprindo dois relevantes papéis sociais, a ocupação profissional voltada para a sua especialidade e a condição de ser militar. É necessário, assim, estabelecer um fluxo dinâmico, em seu aspecto híbrido, para responder às necessidades descritas no edital e aquelas exigidas no campo de atuação, além de demonstrar a capacidade e o potencial de desempenhar sua própria profissão com as características que o definem como militar. Consideramos a reflexão de Stuart Hall, que descreve o conceito de cultura híbrida como aquela em que os indivíduos “devem aprender a habitar, em no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (1992, p. 89). Híbrido, aqui, representa a variação decorrente não só pelas habilidades e competências desenvolvidas durante a formação acadêmica ou dos atributos militares apreendidos no processo de formação militar, como também da apropriação das características das unidades militares – dos comandantes, dos colegas de trabalho e dos superiores e subordinados – onde o/a militar serviu, e da assimetria revelada no convívio entre militares dos diversos Quadros, Armas e Serviços, já que suas atividades são interpretadas como complementares ou auxiliares.

Especificamente, a incorporação das mulheres militares ainda é uma novidade, quer na ascensão aos postos de comando ou mesmo na discussão de sua entrada na linha de ensino bélico, e atualmente, naquelas unidades que não receberam ou nas quais é ínfimo o quantitativo de mulheres militares. Seja do Quadro Complementar, do Serviço de Saúde ou do Quadro de Engenheiros Militares, estas passam a vivenciar diariamente com aspectos peculiares a uma transição entre a resistência e a adequação profissional.

Exatamente, exatamente, novidade, né! Porque era o primeiro ano que tinha isso e foi complicado que a gente era um bicho híbrido. A gente não era psicóloga civil como elas e não era militar como eles, então a gente tinha que responder desses dois lugares, poder se dar bem com elas, porque elas tinham resistência com o pessoal militar, pense aí, uma civil há 25 anos ali, trabalhando, vendo os mesmos problemas, tendo as mesmas dificuldades, né! E eles também já tinha dificuldades com elas. Porque elas eram... insolentes, respondiam, não queriam viajar sem diária, aquela coisa toda, então a gente veio ocupar esse buraco que tinha que tentar fazer essa interlocução aí... Eu acho que não foi fácil minha adaptação, porque a gente

é... não ainda... não sabia ainda o nosso lugar com clareza, eles também não sabiam, então cada um queria puxar pra um lado. Mas rapidamente, eu acho que em um ano estava funcionando tudo bem! (HOTEL).

Segundo Battistelli (2004), a ausência de uma *doutrina* explícita e unívoca do processo de inserção do pessoal feminino nas FFAA suscita compor individualmente respostas referentes a modelos socioculturais nas soluções de problemas e preocupações do cotidiano da caserna. Neste aspecto, sua análise reitera que a delicada fase inicial da incorporação das mulheres poderá induzir atitudes e comportamentos para compensar as inaptações institucionais com um excesso de atenção ou um tratamento desfavorável. Embora a fase de adequação aconteça, o autor sublinha o conceito de discriminação positiva que é trazida na fala de uma entrevistada:

Olha, uma coisa que eu já percebi é, assim, que eu chamava de discriminação positiva que para mim é discriminação do mesmo jeito, tipo assim, é... eu tinha um colega, era mais moderno que eu, era tenente temporário, era segundo tenente, quando eu cheguei lá primeiro tenente e aí aí tinha uma atividade, uma... a Marcha da Laguna. Essa minha OM fazia a Marcha da Laguna, reproduzia a Marcha da Laguna e tal, acho que até hoje ainda se faz na região, e aí com uma missão dessa, eu doída para ir – ‘não, você não vai, vai o tenente, entendeu?’ Então me poupava talvez pelo fato de ser mulher! (HOTEL UNO).

Mesmo que essa prática tenha como objetivo evitar expor o sexo feminino a um risco desnecessário, as condições de segurança devem acontecer independentemente das diferenças entre os sexos. Assim, a prática da discriminação positiva poderá constituir situações constrangedoras para os militares envolvidos, tanto para o sexo masculino, por constatar o privilégio estendido para o sexo feminino, quanto para as próprias mulheres “a quem subestimariam e minimizariam as capacidades e igual dignidade”, de acordo com Battistelli (2004, p. 55). Uma das causas da discriminação positiva observada pelo autor é a dificuldade de alguns superiores em lidar com as militares mulheres com a mesma normalidade do trato com os militares homens. Nas relações superior/subordinado, as atitudes estariam mais condizentes com o modelo de boas maneiras oferecido às senhoras, nos moldes do grau de cavalheirismo deferido.

No percurso das entrevistas, um dos aspectos que me chamou a atenção, pelas respostas dos entrevistados serem de igual teor à dos instrutores, foi o fato de se considerar que as instruções militares no Curso de Formação de Oficiais nas escolas pesquisadas não se diferenciam para homens e mulheres, que o que modifica a formação é a própria característica

de cada quadro ou serviço. A diferença, então, se vincula à definição do fim a que se destina aquela formação, que é determinado pelo quadro (QCO e IME) ou serviço (Escola de Saúde).

Percebia em toda turma (havia vários sargentos e oficiais temporários na minha turma) e nos instrutores um certo milindre com as mulheres, cuidado com palavrões, roupa suada, esforços exagerados, um certo “cavalheirismo”, até porque algumas mulheres demonstravam fragilidade e choravam muito. O que marcou foi a palestra de abertura do Comandante sobre a proibição do contato homem mulher dentro da escola, no meio para o final do curso já haviam vários casais na turma, uns 07 viraram casamento, inclusive, 01 instrutor. (OSCAR).

Porém, cabe expor o paradoxo da igualdade/diferença destas falas quando as diferenças simbólicas engendradas pelo corpo biológico são percebidas nas entrelinhas dos discursos das entrevistas, ou seja, pelas diferenças constatadas a partir dos dados antropométricos: a percepção da fragilidade das mulheres, dúvidas quanto à forma de recebê-las, se com excessos de cavalheirismo ou com autoritarismo, percebidas por uma fala ou atitude ríspida, distante ou mais próxima, mesmo que ainda mantendo as relações de respeito e independentemente das condições do contato, que são diferenciadas em razão da presença feminina. Neste sentido, as relações mais próximas de contato propiciaram relacionamentos, flertes, namoros, matrimônios ou separações (entre alunos e alunas, instrutores e alunas, instrutoras e alunos) cujas distinções são marcadas por comportamentos e posturas individuais, evidenciadas na interpretação social dessas atitudes.

Em nossa concepção, a tentativa de não evidenciar as diferenças e, ao mesmo tempo, percebê-las, nos Cursos de Formação de Oficiais, permite que os rituais de passagem da vida civil para a vida militar sejam delineados de forma a não retratar as variações simbólicas de gênero, tanto daquelas socioculturais, na imagem construída sobre os corpos de homens e mulheres, como das geracionais, em razão das diferenças etárias existentes entre instruendos e instrutores, evidenciadas pela experiência na caserna e pelo tempo no serviço ativo maior do que os instrutores.

Pontuamos que as diferenças entre os grupos etários foram mais significativas nos anos iniciais dos cursos de formação, principalmente, no Quadro Complementar, que era composto por uma maioria de praças dos diversos Quadros, Armas ou Serviços, que objetivavam uma progressão mais rápida na carreira. Hoje, a maior difusão nos meios de comunicação sobre o Quadro Complementar de Oficiais e o Serviço de Saúde no meio acadêmico possibilita a adesão expressiva de um grupo etário mais próximo entre instrutores e instruendos.

Uma das experiências relatadas recai no sentido de uma maior facilidade de se adaptar ao meio rígido do processo do adestramento básico militar e na adaptação ao condicionamento físico exigido durante o curso. A adequação do comportamento da praça para oficial pontua condições de mudança no comportamento e postura em relação às ações de chefia e liderança relacionadas ao oficialato, nas Unidades Militares em que servem.

Mas que espaços pré-construídos às mulheres militares dispõem para projetar suas carreiras nas Forças Armadas Brasileiras? As experiências, pontuais em sua historicidade, não estruturam, ainda, um *modus operandi* no processo de integração das mulheres militares como autoridades de comando, de fato e de direito, durante a ascensão aos postos de oficial superior ou mesmo ao posto de general. Em um misto de expectativa e, por que não dizer, até de surpresa, são desenvolvidas as trilhas de um arcabouço ainda individualizado no sujeito, não submetido a uma memória coletiva.

Delgado (2010, p. 49) afirma que, para a construção e o reconhecimento das identidades, se faz necessário “debruçar no passado em busca dos marcos temporais ou espaciais que se constituem referenciais reais das lembranças”. Mas, para que esta lembrança possa ser resgatada, é imprescindível a construção de signos que tornem significativa a “reatualização mental do passado”. Desta forma, o reconhecimento dos lugares da memória e dos objetos bibliográficos que desencadeiam o processo da identidade social das mulheres como militares será construído a partir de suas referências e laços identificadores, porém, por intermédio do compartilhamento de suas experiências e da memória, como esteio de autorreconhecimento. Neste sentido, a memória, ao constituir-se como fonte informativa para a História, é também fundamento de identidades, mediante um processo dinâmico, dialético e potencialmente renovável, que contém no seu âmago marcas do passado e as necessidades do tempo presente.

O discurso, ao longo das falas, demarca que a adaptação tanto das civis quanto das ex-militares compartilhavam um estranhamento na linguagem utilizada, nas formas de comportamentos, ríspidos e firmes, e na busca de dar um sentido lógico e real àquilo que era vivenciado naquele período, em razão da escolha de ser militar derivada, como observado, da necessidade de melhoria financeira, de estabilidade no emprego e de um plano de carreira estável. Das mulheres militares casadas, ainda temos o relato de ser este emprego mais apropriado para acompanhar o cônjuge nas transferências realizadas ao longo da carreira militar.

Reconhecendo as diferenças definidas por cada quadro, a elaboração de cada edital atende à necessidade de incorporar determinadas profissões visando uma melhor gestão

administrativa interna. As demandas das OMs determinam a presença das vagas com a aprovação do Departamento Geral do Pessoal, todavia o efetivo não aumenta; na realidade irá existir um remanejamento das vagas existentes para atender à necessidade instalada.

As mulheres militares também trazem uma variedade de mudanças ou adaptações, desde as pequenas, derivadas do uso de uniformes e adereços femininos, regulados por normas e portarias e, mais, pela incorporação de núcleos familiares diferentes do tradicional em uma nova condição elaborada com um papel de relevância social para a esposa de militar.

As novas configurações da família militar incluem o esposo não militar, sem um papel social definido na progressão da carreira da militar, a militar que escolhe ser mãe solteira, o marido militar mais moderno do que sua mulher e mesmo em círculo hierárquico distinto (oficial e praça), a mulher militar mãe solteira que vive com a mãe, a mulher não militar que trabalha e tem um rendimento financeiro maior do que o cônjuge militar e é a principal provedora da casa, modos de estar e de viver que reelaboram, cotidianamente, as possibilidades do ser e do estar militar, logo, a demanda das transformações evidenciadas pelos desafios apresentados no próprio cerne da sociedade atual e, neste contexto, dentro da perspectiva institucional militar.

As relações de poder delimitadas pela hierarquia são reguladas pelas promoções aos postos subsequentes e em particular, pela ascendência aos postos de oficial superior. Esta ascendência composta por signos revelados nos distintivos dispostos no uniforme, nas relações de respeito à autoridade que identificam uma forma específica de falar e agir, são derivadas por elementos construídos na formação militar e durante as atividades cotidianas na caserna, e visam garantir uma “rusticidade” e presteza nas ações a serem realizadas, sem ponderações. Assim como, por intermédio da disciplina consciente confere a possibilidade de usufruir das deferências regulamentares que cumprem dispor ao militar, mulher ou homem, um espaço próprio a ser ocupado definido pela carreira militar.

Eni Orlandi (2012, p. 17) revela que “o sujeito discursivo é pensado como posição”, ou seja, ao ocupar um determinado espaço, a posição concede ao indivíduo a possibilidade de ser sujeito do que diz e o significado e a importância do que ele diz depende desta posição. Logo, as posições concedidas pela hierarquia possibilitam um posicionamento no qual a fala terá um sentido revestido de autoridade, em razão da ocupação de um espaço funcional. A princípio, a fala de um capitão tem maior autoridade do que a de um tenente. Acoplados aos padrões de respeito à autoridade, estes espaços podem se tornar intercambiáveis ao longo da carreira, de modo a permitir mudanças nas relações sociais derivadas da promoção.

O posicionamento do sujeito militar dentro da estrutura institucional também sofre influência dos fatores motivacionais que permitem a escolha individual em se tornar militar e permanecer na Força Terrestre. Os motivos podem incluir aspectos geracionais, determinados pela possibilidade de incorporar em uma fase mais adulta; aspectos financeiros, pela necessidade de inserção no mercado de trabalho com um plano de cargos e salários, pela estabilidade no emprego, atendimento a saúde e outros benefícios sociais (Colégios Militares e PNR); aspectos afetivos, por uma visibilidade social constituída, ainda, em virtude da credibilidade dos valores institucionais; aspectos familiares, por permitir a permanência no campo de ocupação mesmo diante da situação das transferências regulares do cônjuge militar e o aumento da rentabilidade família.

A adaptação se tornará mais fácil ou mais difícil, a partir da aceitação da escolha feita, ser militar, e do enfrentamento dos desafios e dos obstáculos na carreira militar, considerando os limites individuais dentro da singularidade das potencialidades e fraquezas de cada sujeito.

Estranhar, resistir e adaptar-se diante do enfrentamento de um novo desafio integra esforços de instrutores e instruendos, oficiais de carreiras e temporários, praças e soldados, na construção de um arcabouço teórico e prático, mas é, principalmente, no interlúdio do que não é dito, mas compreendido, durante demonstrações da atuação da militar dentro de cada pelotão, no alojamento, no convívio diário dentro do quartel que esta adaptação se realiza e requer um tempo para acomodação. Para aqueles que já conhecem o ambiente da caserna, fica a sensação de estar vivendo com maior ou menor intensidade e rigor os rituais de aprendizagem na arte de ser militar.

Salientamos que o pouco compartilhamento das memórias e experiências entre as mulheres militares, até mesmo ao considerar que estas ainda perfazem em torno de menos do que 5% do total do efetivo de cada Força Armada, permite a sensação, a percepção individual do significado de suas vivências tanto para aquelas que a experimentam como para aqueles que as acompanham, como pares, superiores e subordinados: um estranhamento por estar vivenciando algo inusitado, quer seja por estranhar a voz de comando, a maneira de conduzir as relações de comando e liderança dentro da caserna ou o serviço de oficial de dia.

Ocupar um espaço em construção sob símbolos com significados viris – portar uma arma no coldre, a responsabilidade de comandar o pernoite em um quartel, fazer ronda, “dar uma mijada” nos subordinados, dentre tantos relatos, e conviver, ao longo dos vinte anos, com a chegada de uma militar em uma OM que ainda não teve mulheres militares em seu convívio e adaptar as relações entre os pares ou com os subordinados –, de certa forma, o

ajuste é vivido por todos, mesmo para os que elaboram como “normal”, acompanhar a rotina de trabalho no ambiente militar provoca ajustes necessários. Na construção social das relações de gênero na caserna, a adaptação requer o reconhecimento dos atributos que definem o sujeito como militar, mas também reconhecer o não dito através da disciplina consciente.

A disciplina que reconhece os espaços engendra os corpos tornando-os uma conformação uniforme evidenciada na cadência de uma formatura perpetrada em resposta ao som do clarim e da corneta. Como fazer reconhecer, em nove meses, toda a formação discursiva que envolve o ambiente militar? Embora o processo de sedimentação deste conhecimento se faça ao longo da carreira, o reconhecimento de pertencer à Força Terrestre envolve compreender os motivos do compromisso que se tem com a instituição e consigo mesmo, através da escolha profissional, da ascensão funcional a cada promoção, do aspecto social engendrado pela visibilidade e responsabilidade de ser militar.

Para se atender com rigor o cumprimento de uma ordem, é preciso se envolver com os detalhes e perceber as minúcias do respeito e da honra ao dever, do não dito para ser cumprido: o sujeito militar deverá ser capaz de perceber através do olhar, do gesto, da disposição da bandeira nacional em uma solenidade, dos detalhes consolidados através de normas e regulamentos, mas regidos sob a forma de comportamentos e atitudes que serão internalizados, submetendo-o a um assujeitamento onde a resposta é rápida e precisa a fim de transparecer como natural, como se a resposta fizesse parte daquele corpo, onde não cabe outra resposta, somente aquela. Identificamos pelo gesto simples de prestar uma continência, com atitude, gesto e duração precisos: a forma que se constitui a um cumprimento que visa a autoridade e não a pessoa. Minúcias deste aprendizado formal materializado pelo regulamento de continências e que deverá se tornar prática significativa e produzir sentido tanto para aquele que o recebe como para aquele que o realiza.

Os gestos repetidos diariamente no ambiente da caserna constroem sentidos; seus efeitos na memória, no interdiscurso, se estabilizam e, através do esquecimento, se efetiva, necessariamente, a sua inscrição na linguagem militar apreendida, submetendo, assim, o sujeito à ideologia que marca a sua posição dentro da instituição.

Dentro dos discursos enunciados pelas/os militares observamos formações discursivas que abrangem as seguintes relações de sentido:

a. As mulheres militares são uma parcela de todas as mulheres que estão inseridas no mundo do trabalho e nas condições específicas relacionadas à profissão escolhida. Desta maneira, os movimentos da sociedade civil que envolvem as perspectivas de

gênero assim como os movimentos e estudos feministas interferem na condução do processo de entrada das mulheres militares no Exército e nas demais Forças Armadas.

b. No sistema militar, cada profissão atende, inicialmente, às necessidades de recompletamento do local de trabalho quer seja o magistério, para o ensino, os profissionais de saúde, para os hospitais e policlínicas, os profissionais de direitos, em assessorias jurídicas, dentre outros exemplos. Contudo, a atividade militar entremeia, ressignifica e amplia as possibilidades de atuar em campos distintos e característicos do ambiente militar.

c. O aspecto singular de uma atividade ideologicamente marcada por um padrão hegemônico masculino, a apreensão de uma linguagem, em um espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder construídas através de suas bases fundamentais – a hierarquia e a disciplina – que definem a posição dos sujeitos ali constituídos, institui efeitos para aqueles que se submetem a elas, em um processo discursivo contínuo, com a apropriação de suas peculiaridades nas relações sociais, na linguagem e no comportamento.

d. O sujeito militar é afetado pelas regras e procedimentos institucionais ao ser submetido, de maneira intensa, durante o curso de formação, a formações discursivas hegemônicas com o fim da produção de sujeitos, femininos ou masculinos, coerentes com um *modus operandi* próprio e que representam a continuidade das tradições e valores do Exército Brasileiro e seus princípios ideológicos regidos para a manutenção institucional.

e. O exercício do poder – através da análise de Foucault (2008) sobre a disciplina, notamos que é por intermédio de um conjunto de técnicas que o exercício do poder é engendrado, durante as instruções militares permeadas pela vigilância constante e ordenatória dos oficiais alunos de que são compostas as turmas do CFO. Nesta perspectiva, nos parece significativo considerar que o que demarca as relações de poder construídas em turmas com corpos mistos é a prevalência das características da formação militar que irá assegurar um esquadramento classificatório da turma em comum, independentemente do sexo.

Essas demarcações são exercidas na assunção dos postos, dando a oportunidade de vivenciar dois momentos, o da especialidade, que confere um lugar a ser ocupado na Organização Militar de destino, e o exercício da vida militar como uma condição não excludente. Tendo em conta estas variáveis, isto poderá resultar na incorporação de um sujeito que exerce ativamente a sua especialidade, mas que não deixará de ser militar, principalmente no caso daqueles oriundos das escolas de formação militar, ou mesmo ser convocado pela especialidade e, em razão da característica da Unidade Militar onde atua, acabar por se afastar

do exercício de sua especialidade e exercer plenamente sua condição de militar, ou, ainda, modalidade mais usual, na capacidade de atuar no exercício de duas condições equivalentes, a da especialidade profissional e a militar.

Ao analisar o conceito das relações de gênero visando definir a complexidade das redes de poder que são tecidas ao longo da progressão da carreira militar, vê-se que estas relações hierarquizadas tendem a compor, junto com novos elementos, suas formas de fazer no cotidiano da caserna e redimensionam o exercício do poder. Deste modo, é no cotidiano que são construídas as definições e a demarcação dos posicionamentos entre homens e mulheres militares cujas estratégias envolvem negociações, mas possibilitam a visibilidade de um espaço a ser ocupado, autorizado pela hierarquia e aceito pela disciplina consciente.

É o poder instável, dinâmico e não centralizado das relações subjetivas que se irradia, nas redes das práticas sociais da vida habitual na caserna, nos espaços-micro constituídos pelos serviços de escala, da convivência diária e que converge em estratégias construídas pela rotina das práticas estabelecidas. Apesar de as mulheres militares não estarem em todas as possibilidades/espços institucionais do Exército Brasileiro, a sua situação desloca e remodela, com novos papéis a serem reconhecidos em seu viés feminino, o que inicialmente poderá ser a porta real de sua inserção, pois favorece a oportunidade de estabelecer rupturas que interferem em toda a estrutura, independentemente do Quadro, Arma ou Serviço.

Apesar de reconhecer a assimetria desta trajetória entre as armas combatentes e os demais quadros (QC e QEM) e serviços (saúde), e considerar que estes últimos não exercem atividades militares diretas dentro do cerne da missão principal, as experiências das mulheres militares envolve o estarem aptas a responder ao exercício da vida militar dentro do que lhes é exigido e se submeterem ao princípio de equidade de oportunidade no processo de formação na EsFCEEx, IME e EsSEEx e durante a carreira militar, dentro do quadro ou serviço em que está inserida na Força Terrestre.

Todavia, ainda cabe questionar se a equidade de oportunidade entre homens e mulheres militares é realidade constituída dentro da caserna? Nós nos precavemos, ao responder que não cabe considerar esta questão de forma dual, se há ou não equidade, pois incorreríamos em sujeitar a nossa resposta a duas dimensões congeladas e estanques. Porém, ao redimensionar um momento histórico e contextualizado, ao refletir sobre a articulação, que acaba por provocar a erosão de fronteiras entre as desigualdades prevalentes nas relações sociais de homens e mulheres, nos inspiramos nas palavras de Bila Sorj ao refletir que:

[...] a força do pensamento crítico é a de não transformá-las em camisa de força ou de meramente inverter a hierarquia de valor, mas, ao contrário, de aprofundar nossa visão de como estes pólos se interpenetram na vida social, o feminino no masculino, o privado no público, e vice-versa (1992, p. 147).

Então, podemos realizar um exame criterioso para duas concepções: primeiro, reconhecer que as normas e diretrizes que direcionam as formas de fazer e saber no Exército Brasileiro são reais e permitem interferir na articulação entre a esfera do sujeito militar e flexionado no feminino e a validação de suas práticas diárias na caserna; e a segunda, ao fornecer a percepção da dinâmica destas relações em movimento: em construção, pela presença efetiva das mulheres atuando como militares e por construir, na medida em que os espaços são ocupados, e desestabiliza a universalidade do sujeito militar hegemônico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe da pretensão de conceber que as análises da presente tese determinam generalizações a respeito das relações de gênero na caserna, é importante salientar que as experiências vividas cotidianamente nas Forças Armadas podem auxiliar nas discussões sobre a inserção das mulheres em todos os campos do mercado de trabalho e na construção de identidades não fixas em vínculos profissionais com predomínio masculino e, além disto, ampliar a visão epistemológica dos sujeitos não delimitada aos atributos naturalizados pelo sexo, a serem considerados em competência e habilidade, incidindo nas possibilidades de estes militares, homens e mulheres, exercerem com probidade e lealdade as tradições e valores institucionais e na construção social da realidade, em relações constituídas pela autoridade, poder e comando, exercidas com base na hierarquia e disciplina.

Neste sentido, considera-se que, ao consolidar a atuação das mulheres como militares no Exército Brasileiro, observa-se que se torna cada vez mais distante a intenção politicamente correta e simbólica delimitada a uma sub-representação disposta destes sujeitos mulheres em minoria pela pouca ou mesmo, pela restrita representatividade, e apenas em resposta a uma demanda da sociedade atual. Contudo, as mulheres militares crescem em número, em cargos e funções, em locais de trabalho, nos variados rincões do país e no exterior, nas Organizações Militares, nas Forças Armadas, nas Policiais Militares e Civis e no Corpo de Bombeiros.

As relações cotidianas admitem, ao longo da carreira, a produção de interpretações subjetivas que ora podem ser compreendidas como resistência ao novo, ora como facilitadoras, em razão do mesmo motivo: o novo. Isto, porém, não invalida a construção de experiências que possam favorecer ou dar oportunidade a outras formas de fazer a atuação na vida militar e admite o acesso de mulheres militares para o exercício da liderança, através da função de chefia, e seus encargos como autoridade constituída em uma Organização Militar.

No transcurso deste trabalho, muitos fatos se tornaram verdadeiros com a perspectiva de gênero, mesmo ainda em um cenário de dúvidas e expectativas presentes na condução do exercício destas ações por mulheres: a comemoração dos 30 anos da mulher militar na Marinha do Brasil/2011, a primeira presidente mulher do Brasil/2010, a primeira comandante de um navio mercante/2012, a primeira Almirante/2012, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, que sanciona a abertura de vagas nos cursos de formação militar de carreira na linha do ensino bélico, para as mulheres e determina a preparação das Escolas de

Formação Militar a ser vigente em 2017, para o Exército Brasileiro, as primeiras aviadoras formadas pela Força Aérea Brasileira, as primeiros Tenentes-Coronéis na Força Terrestre, em abril de 2013, entre tantos primeiros momentos vividos por elas e por eles nas Forças Armadas, determinando a edificação de uma nova realidade compartilhada também em diversos países da Europa e EUA.

As experiências das guerras do Iraque e Afeganistão advogaram em favor de uma maior participação das mulheres militares nos EUA, desde julho/2012. De acordo com o Secretário de Defesa, o Pentágono abriu mais 14 mil postos nas Forças Armadas para o corpo feminino, permanecendo restritas aquelas unidades onde o combate direto exige o contato físico corpo a corpo com tropas inimigas cujo risco é iminente. A maioria das especialidades ainda é considerada ocupacional. Uma das justificativas para a abertura de mais vagas para o sexo feminino é determinada pela não linearidade da guerra e pelo seu desempenho e capacidade operacional nas unidades onde atuaram.

No Brasil, as experiências da capacidade e habilidade das mulheres militares na Força Terrestre estão situadas em missões de ACISOS em regiões de fronteiras, com o envio de médicas militares no Timor Leste e estão sendo forjadas na MINUSTAH. A intensificação deste processo será calcada nos padrões de competência em atender as necessidades da missão instalada, porém, também permitem ampliar as discussões nas possibilidades cada vez menos restritas para as mulheres militares em unidades operacionais e, principalmente, naquelas que envolvem ações conjuntas com diversos países.

Durante a interpretação das entrevistas submetidas à análise do discurso observamos que todo dizer, conforme ressalta Orlandi (2012), se encontra na confluência de um plano cartesiano e envolve dois eixos específicos: o eixo horizontal, a abcissa, constituído pela memória através dos acontecimentos vividos e construídos pelo coletivo; e o eixo vertical, a coordenada, formulado pelos dizeres da atualidade. E é desta articulação que tiramos os sentidos da realidade. Neste trabalho, os vários fragmentos da memória das histórias da atuação das mulheres dentro do Exército Brasileiro tornou possível a constituição de um eixo horizontal contínuo, de Maria Quitéria à entrada da incorporação feminina na Força Terrestre em 1992, pois estabelece uma continuidade sobre fatos e narrativas, ao longo deste contexto, inseridos nas atividades diárias das Organizações Militares.

As condições na produção de discursos desenvolvem relações com a memória e as inscrevem na história e, neste ínterim, são também regidas por relações de poder representadas pelo processo determinado pela ascensão funcional de suas carreiras como militares e ao produzir sentido, durante o desempenho dos cargos e posições hierárquicas que

passam a ocupar. Desta forma, permite uma formação discursiva que situa a efetividade funcional do sujeito militar flexionado no feminino e que explicita a relação de um saber que não se ensina, mas que produz seus efeitos engendrados pelas construções sociais reveladas pelo cotidiano da caserna.

Estes aspectos determinam mudanças de paradigmas e a desestabilização da hegemonia masculina do sujeito dispostas por rupturas submetidas pela perspectiva de gênero a se concretizar no ambiente militar, ao incorporar os sujeitos do feminino como protagonistas, com reflexos tanto no espaço público (nas organizações militares) quanto no privado (nas vilas militares, nos colégios militares).

Especificamente sobre as relações de gênero na arte da guerra, retratamos, na interpretação de Miriam Cooke (1996), que o reconhecimento e a descrição dos fatos de guerra em narrativas, poemas e histórias, elucidam a articulação do tênue limite que diferencia o combatente e o civil, a linha de combate e a zona administrativa, os trabalhos de homens e os trabalhos de mulheres na guerra. Diante deste diagnóstico, a autora concluiu que a guerra é confusa e traduz o caos extremo de comportamentos, emoções e atitudes de homens e de mulheres. Porém, são os políticos, através das convenções e discussões sobre o cessar fogo e os tratados sobre a guerra e os escritores que sistematizam e organizam o caos em evidência histórica. As práticas cotidianas permitem dar um corpo teórico estrutural e simbólico às várias maneiras de vivenciar estas representações sociais. Em tempo de paz ou em tempo de guerra, as modificações das normas sociais são demonstradas, nas condições atuais, pelas disposições das formações militares com a inclusão das mulheres e traduzem características dos sujeitos militares inseridos em turmas mistas nas diversas histórias de vida que integram as maneiras de fazer o exercício de suas atividades no ambiente militar. Parte destas questões assume o desafio de reconhecer, nas discussões das relações de gênero, construções das relações sociais derivadas da contemporaneidade no espaço público e flexionadas para o feminino.

Os últimos cinco anos de estudos e pesquisas que se seguiram para a conclusão da presente tese trouxeram a possibilidade de tornar visíveis mudanças identitárias que permitem inferir sobre as trajetórias das mulheres no mercado de trabalho.

Com um vasto campo para o fomento de novas pesquisas sociológicas e em diversas áreas na linha de investigação sobre mulheres e homens militares nas Forças Armadas, poderemos assim, compartilhar em vida os registros oficiais desta História a ser descrita por estas Mulheres e por estes Homens na Força Terrestre e presentes na condução da História Militar.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mariza Ribas d'Ávila de. Contexto político-institucional do processo decisório sobre a admissão da mulher militar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABED, II. **Quais teorias para os estudos da defesa?** Niterói, RJ, 15-18 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page14/files/MarizaRibas.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2010.
- ANDRÉ, Valérie. Prefácio. In: CAIRE, Raymond. **A mulher militar: das origens aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Maria Celi (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- BAHIA, Maria Cândida dos Anjos; FERRAZ, Maria Aparecida Viviani. Entre a exceção e a regra: a construção do feminino na Polícia Civil Baiana. **O&S**, v. 7, n. 18, p. 25-40, maio/ago. 2000. Disponível em: <[www.revistaoes.ufba.br/include/getdoc.php?id=894&article](http://www.revistaoes.ufba.br/include/getdoc.php?id=894&article)>. Acesso em: 19 set. 2011.
- BALDERSTON, D.; GUY, D. (Eds.) **Sexo y sexualidades en América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- BARROSO, Carmem. As mulheres e as Nações Unidas: as linhagens do plano mundial de população. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, USP, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 183-197, 1 sem. 1989. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol01n1/mulheres.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2010.
- BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BATTISTELLI, Fabrício. As mulheres e o militar entre antigas dificuldades e novas potencialidades. **Nação e Defesa**, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, série 2, n. 88, p. 45-70, inv. 1999. Disponível em: <[http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1525/1/NeD088\\_FabrizioBattistelli.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1525/1/NeD088_FabrizioBattistelli.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- BATTISTELLI, Fabrício. Os militares e os desafios da pós-modernidade: o caso italiano. **Nação e Defesa**, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, série 2, n. 107, p. 37-59, prim. 2004. Disponível em: <[http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1367/1/NeD107\\_FabrizioBattistelli.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1367/1/NeD107_FabrizioBattistelli.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2012.
- BELLAFFAIRE, Judith A. O corpo de Enfermeiras do Exército dos EUA durante a II Guerra Mundial. **Military Review**., p. 31-40, 4. trim. 2002.
- BERNARDES, Margarida Maria Rocha; LOPES, Gertrudes Teixeira; SANTOS, Tânia Cristina Franco. A visibilidade da atuação de uma enfermeira do Exército Brasileiro a um ferido na 2ª Guerra Mundial. **Rev Esc Enferm. USP**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 62-67, 2005a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v39n1/a08v39n1.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2010.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha; LOPES, Gertrudes Teixeira; SANTOS, Tânia Cristina Franco. O cotidiano das enfermeiras do Exército na Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações da 2ª Guerra Mundial na Itália (1942-1945). **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 314-321, maio/jun. 2005b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n3/v13n3a05.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação da Mulher. 5. ed. atual. em 4 abr. 2013. Brasília: Centro de Documentação e Informação; Edições Câmara, 2013. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/761/legislacao\\_mulher\\_5ed.pdf?sequence=21](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/761/legislacao_mulher_5ed.pdf?sequence=21)>. Acesso em: 25 abr. 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Projeto de Lei nº 772/1988**. Transformado na Lei Ordinária 7831/1989. DOFC, 3 out. 1989, p. 17.657, Col. 01. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/internet/sisleg/prop\\_detalhe.asp?id=1821183](http://www.camara.gov.br/internet/sisleg/prop_detalhe.asp?id=1821183)>. Acesso em: 5 abr. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 5 out. 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Brasília, DF, 1988. Acesso em: 17 jul. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 3.182**, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. DOU, 24 set. 1999. Disponível em: <[www.esao.ensino.eb.br/.../Decreto\\_3182\\_23\\_Set\\_99\\_Ensino\\_EB.pdf](http://www.esao.ensino.eb.br/.../Decreto_3182_23_Set_99_Ensino_EB.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 3.213**, de 19 de outubro de 1999. Dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos Militares de Área e das Regiões Militares no Exército Brasileiro, e dá outras providências. DOU, 20 out. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3213.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3213.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 5.632**, de 31 de dezembro de 1928. Dispõe sobre o ensino militar e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5632-31-dezembro-1928-561390-publicacaooriginal-85010-pl.html>>. Acesso em: 2 nov. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.354**, de 5 de novembro de 2010. Altera o Anexo ao Decreto nº 7.230, de 12 de julho de 2010, que distribui os efetivos de oficiais da Marinha, em tempo de paz, para o ano de 2010, e fixa os percentuais mínimos dos cargos do Corpo de Intendentes da Marinha e do Corpo de Saúde da Marinha, que deverão ser ocupados exclusivamente por oficiais do sexo masculino. DOU, 8 nov. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7354.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7354.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 22.350**, de 12 de janeiro de 1933. Aprova o plano geral do ensino militar. Diário Oficial da União, Seção 1, 24 jan. 1933. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22350-12-janeiro-1933-558454-republicacao-79918-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto nº 57.654**, de 20 de janeiro de 1966. Regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965. D.O.U., 31 jan. 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/decreto/D57654.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/D57654.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.097**, de 13 de dezembro de 1943. Cria o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército. DOU, nº 290, 15 dez. 1943. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/Leis1943vV/Ip394/pdf019.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

BRASIL. **Decreto Ministerial nº 96**, de 28 de junho de 1996. Institui como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro Maria Quitéria de Jesus. D.O.U., 1º jul. 1996. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/121549/decreto-96>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 5.821**, de 10 de novembro de 1972. Dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas e dá outras providências. D.O.U., 10 nov. 1972. Disponível em: <<http://www.soleis.com.br/L5821.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2012

BRASIL. **Lei nº 6.880**, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. DOU, 11 dez. 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.503**, de 2 de julho de 1986. Altera dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. D.O.U., 3 jul. 1986. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7503.htm#art98i](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7503.htm#art98i)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.831**, de 2 de outubro de 1989. Cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO), e dá outras providências. D.O.U., 3 out. 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1989\\_1994/L7831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1989_1994/L7831.htm)>. Acesso em: 02 Jan 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.786**, de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. D.O.U., 9 fev. 1999. Disponível em: <[http://www.esao.ensino.eb.br/paginas/secoes/div\\_ens/spg/legislacao/downloads/lei\\_ens\\_mil.pdf](http://www.esao.ensino.eb.br/paginas/secoes/div_ens/spg/legislacao/downloads/lei_ens_mil.pdf)>. Acesso em: 23 Out 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.705**, de 8 de agosto de 2012. Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. DOU, 9 ago. 2012. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011.../2012/Lei/L12705.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011.../2012/Lei/L12705.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.786**, de 11 de janeiro de 2013. Altera dispositivos da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, que cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército - QCO. DOU, 14 jan. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12786.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12786.htm)>. Acesso em: 13 Abr 2013

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas das Forças Armadas**. 3. ed. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.dee.ensino.eb.br/legislacao/46\\_%20manual\\_de\\_abreviaturas/md\\_33\\_m-02\\_abreviatura.pdf](http://www.dee.ensino.eb.br/legislacao/46_%20manual_de_abreviaturas/md_33_m-02_abreviatura.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Boletim do Exército nº 45/2010**. Brasília: Secretaria-Geral do Exército, 12 nov. 2010. Disponível em: <[www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=860&act=bre](http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=860&act=bre)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2011 Disponível em: <[http://www.esg.br/uploads/2011/02/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.esg.br/uploads/2011/02/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)>. Acesso em: 3 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 12/DEP, de 12 de maio de 1988. Disponível em: <<http://www.esao.ensino.eb.br/lider/legislacao/Port012%20DEP.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BRASIL. Portaria nº 039, de 12 de janeiro de 1986. Normas para denominação histórica de turmas concludentes de cursos em organizações militares de ensino e de locais e instalações sob a administração do Exército. Disponível em: <[www.cdocex.eb.mil.br/.../Portarias%20Shom/port%20min%20n%2039.pdf](http://www.cdocex.eb.mil.br/.../Portarias%20Shom/port%20min%20n%2039.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 043-DGP, de 17 de fevereiro de 2009. Altera o art. 64 das Instruções Reguladoras para a Movimentação de Oficiais e Praças do Exército (IR 30-31). **Boletim do Exército nº 7/2009**, Brasília: Secretaria-Geral do Exército, 20 fev. 2009. Disponível em: <[www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=644](http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=644)>. Acesso em: 4 nov. 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 050-EME, de 27 de abril de 2010. Criou o Curso de Operações na Selva Categoria “F” para subtenentes e sargentos, dos segmentos masculino e feminino do Serviço de Saúde e estabelece condições de funcionamento. **Boletim do Exército nº 17**, p. 26, 30 abr. 2010. Disponível em: <<http://portal.dcem.dgp.eb.mil.br/documentos/legislacao/CIGS/OperacoesSelvaCatFSgt.pdf>>. Acesso em: 02 mai 2011

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 063 – DECEX, de 23 de maio de 2011. Instruções reguladoras do concurso de admissão e da matrícula no Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar, referentes ao processo seletivo de 2012. **Boletim do Exército nº 24/2011**, Brasília: Secretaria-Geral do Exército, 17 jun. 2011. Disponível em: <[www.iic.pro.br/.../Boletim-do-Exercito-NR-24-EDITAL-EsFCEX-2011.pdf](http://www.iic.pro.br/.../Boletim-do-Exercito-NR-24-EDITAL-EsFCEX-2011.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 70 – DGP, de 23 de março de 2010. Disponível em: <[http://dsm.dgp.eb.mil.br/Delegados/Portaria%20070\\_DGP\\_23mar.pdf](http://dsm.dgp.eb.mil.br/Delegados/Portaria%20070_DGP_23mar.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 077 – DECEX, de 9 de junho de 2011. Aprova as Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão e da Matrícula nos Cursos de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde, referentes ao processo seletivo para matrícula em 2012 (IRCAM/CFO/S Sau) - IR 60- 05. **Boletim do Exército nº 24/2011**, Brasília: Secretaria-

Geral do Exército, 17 jun. 2011. Disponível em: <[www.iic.pro.br/.../Boletim-do-Exercito-NR-24-EDITAL-EsFCEX-2011.pdf](http://www.iic.pro.br/.../Boletim-do-Exercito-NR-24-EDITAL-EsFCEX-2011.pdf)>. Acesso em: 23 jul.2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. Portaria nº 087, de 14 de setembro de 1998. Estabelece prescrições relativas à apresentação individual, específicas para militares do sexo feminino. **Boletim do Exército**, nº 39, 25 set. 1998. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/portarias/087c-eme-98.html>>. Acesso em: 21 Abr 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 088/3ª SCH/EME**, de 19 de setembro de 1991. Instruções Provisórias-IP-20-10- Liderança Militar. Disponível em: <[www.esao.ensino.eb.br/lider/legislacao/IP20-10.pdf](http://www.esao.ensino.eb.br/lider/legislacao/IP20-10.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 124**, de 18 de dezembro de 2001, que cria o Curso de Formação de Sargentos de Saúde – Auxiliar de Enfermagem (CFS Sau – Aux Enf) .

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria nº 256-DGP**, de 27 de outubro de 2008. Aprova as Instruções Reguladoras para Aplicação das IG 10-02, Movimentação de Oficiais e Praças do Exército (IR 30-31). Disponível em: <[http://dsm.dgp.eb.mil.br/legislacao/Portarias/Portaria%20256\\_DGP\\_27out2008.pdf](http://dsm.dgp.eb.mil.br/legislacao/Portarias/Portaria%20256_DGP_27out2008.pdf)> Acesso em 12 Jan 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria nº 631**, de 4 de dezembro de 2001. Disponível em: <[http://www.esao.ensino.eb.br/paginas/secoes/pnr/ig\\_50\\_01\\_port\\_631\\_04\\_dez\\_2001.pdf](http://www.esao.ensino.eb.br/paginas/secoes/pnr/ig_50_01_port_631_04_dez_2001.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria nº 1.080**, de 8 de novembro de 2010. Transforma a Escola de Administração do Exército, altera a sua subordinação e dá outras providências. **Boletim do Exército nº 45/2010**, Brasília: Secretaria-Geral do Exército, 12 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.esaex.ensino.eb.br/esaex>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército (EME). **O processo de transformação do Exército**. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/transformacao-do-exercito>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

BOBBIT, Philip. **A guerra e a paz na História Moderna**. Rio de Janeiro: Editora dos Livros, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Rio de Janeiro: 34, 2000.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, São Paulo, ano 2, p. 179-199, 2. sem. 1994. Disponível em:

<<http://www.journal.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16102/14646>>. Acesso em: 24 set. 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, São Paulo, Unicamp, n. 11, p. 11-42, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51196&opt=4>>. Acesso em: 30 set. 2011.

CABRAL, Carla Giovana; BAZZO, Walter Antônio. As mulheres nas escolas de engenharias brasileiras: história, educação e futuro. **Revista de Ensino de Engenharia**, v. 24, n. 1, p. 3-9, 2005. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/ree/article/view/204>>. Acesso em: 12 fev. 2012.  
<http://www.upf.br/seer/index.php/ree/article/view/204/131>

CAIRE, Raymond. **A mulher militar: das origens aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 142-150, jan./mar. 2004. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22236.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22236.pdf)>. Acesso em: 8 out. 2011.

CANO, Gabriela. Amélio Robles, andar de soldado velho: fotografia e masculinidade na Revolução Mexicana. **Cadernos Pagu** [online], n. 22, p. 115-150, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a06.pdf>>. Acesso em:

CANSANÇÃO, Elza. **E foi assim que a cobra fumou**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1987.

CARREIRAS, Helena. As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra Fria. **Boletim Informativo**, nº 2, 1º Batalhão de Infantaria/KFOR, maio 2009. Disponível em: <[http://fa.cies.iscte.pt/content/publications/artigohelenacarreiras\\_bol2.pdf](http://fa.cies.iscte.pt/content/publications/artigohelenacarreiras_bol2.pdf)>. Acesso em:

CARREIRAS, Helena. **Mulheres nas Forças Armadas portuguesas**. Lisboa: Biblioteca de Sociologia, 1997.

CARREIRAS, Helena. Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino. **Sociologia – Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 18, p. 97-128, 1995. Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/22/221.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Fortuna e virtù no golpe de 1964. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 158, p. 15-25, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=d9wsIQbKmtEC&pg=PA118&lpg=PA118&dq=Fortuna+e+virt%C3%B9+no+golpe+de+1964&source=bl&ots=hpEGpleydk&sig=xuJ5a2vOYZWAoaEkg9w9brRbKmw&hl=pt-BR&sa=X&ei=QozZUfXnNsaU0QHv-4HYBg&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q=nobreza&f=false>>.

CARVALHO, Maria Meire. **Vivendo a verdadeira vida**: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combate. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/7790>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

CASTELÃO, Maria Paula Lopes. Homens e mulheres em armas: duas dinâmicas de identidade? **Nação e Defesa** – Mulheres nas Forças Armadas. Instituto de Defesa Nacional, n. 8, 2<sup>o</sup> série, Lisboa, Inverno 1999. Disponível em: <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/consulta/NeD/NeD088/NeD88.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2011.

CASTRO, Celso. **Espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. A socialização profissional dos militares brasileiros: notas sobre uma investigação antropológica na caserna. **Etnografia**, v. VIII, p. 79-90, 2004. Disponível em: <[http://ceas.iscte.pt/etnografia/docs/vol\\_08/n1/vol\\_viiin2\\_05celsocastro.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografia/docs/vol_08/n1/vol_viiin2_05celsocastro.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2009.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero. **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

CASTRO, Paulo César de. A preparação de líderes militares no Exército Brasileiro. **Military Review**, p. 73-79, nov./dez. 2009. Disponível em: <[http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview\\_20091231\\_art012POR.pdf](http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20091231_art012POR.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2011.

CAVILHA, Juliana. Das entrevistas aos rituais: dialogando com os militares. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero. **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

CHINELLI, Fernanda. “Eu adoro ser mulher de militar”: estudo etnográfico sobre a vida das esposas de militares. Disponível em [http://www.aqualonga.ufscar.br/abed/Integra/Fernanda\\_Chinelli\\_14-08-07.pdf](http://www.aqualonga.ufscar.br/abed/Integra/Fernanda_Chinelli_14-08-07.pdf) Acesso em: 23 set 2007.

CHINELLI, Fernanda. Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero. **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

Cockburn, Cynthia. Militarism and War. In: SHEPHERD, Laura J. (Org.). *Gender Matters in Global Politics: a feminist introduction to International Relations*. Routledge Press. New York, 2010.

COOKE, Miriam. Subverting the Gender and military paradigms. In: STIEHM, Judith Hicks. **It's our Military, too!:** women and the U.S. Military. Temple University Press: Philadelphia, USA, 1996.

COSTA, Claudia de Lima. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (Org.). **Masculino, feminino, plural:** gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998. 320p.

COVARRÚBIAS, Jaime Garcia. A transformação da defesa nos EUA e sua aplicação na América Latina. **Military Review**, p. 80-86, maio/jun. 2005. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/chds/docUploaded/covarubbias.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2010.

COVARRÚBIAS, Jaime Garcia. Os três pilares da transformação militar. **Military Review**, p. 16-24, nov./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/arq/Art653.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

CYTRYNOWICZ, Roney. A serviço da Pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. **História, Ciências e Saúde - Manguinhos**, v. 7, n. 1, p. 73-91, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.org/cgi-bin/wxis.exe/applications/scielo-org/iah/>>. Acesso em: 23 abr. 2007.

CUNHA, Eduardo Leal. **Indivíduo singular plural:** a identidade em questão. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado** [online], v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922005000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000300004)>. Acesso em: 1 ago. 2011.

DONADIO, Marcela; MAZZOTTA, Cecilia (Org.). **La mujer en las instituciones armadas y policiales** : resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina. Buenos Aires: Resdal, 2009. Disponível em: <<http://www.resdal.org/genero-y-paz/ebook/Libro-mujer-RESDAL.pdf>>. Acesso em: 05 jun 2010

ESCANDÓN, Carmem Ramos. La nueva historia, el feminismo y la mujer. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Género e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1992. p. 7-37.

FAZIO, Ednéia. A presença feminina no Exército e Aeronáutica do Brasil. **Research and Education in Defense and Security Studies**. Painel: Women in the Armes Forces II. Santiago, 2003.

FIORI, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GALEAZZI, Irene Maria S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Mulher e trabalho**, v. 1, p. 61-68, 2001. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2001/artigo4.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2011.

GONÇALVES, Francis Oliveira. **O aperfeiçoamento militar do oficial do QCO**: propostas. Rio de Janeiro: ECEME, 1999. Monografia.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2012.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

JOUVENEL, Bertrand de. **As origens do Estado Moderno**: uma história das idéias no século XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KERGOAT, Danièle. Da divisão de trabalho entre os sexos. In: HIRATA, Helena (Org.). Divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social – Revist. Sociol. USP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-103, 2. sem. 1989. Disponível em: <<http://freysenet.com/files/%20A%20divisao%20capitalista%20do%20trabalho.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **O serviço militar, democracia e defesa nacional**: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001a. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14289\\_Cached.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14289_Cached.pdf)>. Acesso em: 8 jun 2010

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. Serviço Militar Obrigatório no Brasil: continuidades ou mudanças. **Security and Defense Studies Review**, v. 1, p. 147-158, 2001b. Disponível em: <<http://www.gedes.org.br/downloads/d823b3e12c1f2d5b4de162a3ff73e77a.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2010.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia Volta-Volver**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LEIRNER, Piero de Camargo. Sobre nomes de guerra: classificação e terminologia militares. **Etnográfica** [online], v. 12, n. 1, p. 195-214. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/etn/v12n1/v12n1a10.pdf>>. Acesso em:

LIND, William Compreendendo a guerra da Quarta Geração. **Military Review**. Disponível em: <<http://www.ecsdefesa.com.br/defesa/fls/MR%20WSLind.pdf>> Acesso em: 21 Mai 2010.

- LOMBARDI, Maria Rosa. **As mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: a Marinha do Brasil 1980-2008**. São Paulo: FCC/DPE, 2009. Disponível em: <[http://www.fcc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos\\_fcc/arquivos/1484/arquivoAnexado.pdf](http://www.fcc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1484/arquivoAnexado.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2011.
- LOPES, Fabiano Luis Bueno. **Mulheres guerreiras: o serviço militar feminino nas Forças Armadas israelenses**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003. Disponível em: <[http://www.historia.ufpr.br/monografias/2002/fabiano\\_luis\\_bueno\\_lopes.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/2002/fabiano_luis_bueno_lopes.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aula. In: PRIORI, M. del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2000.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARIANO, Silvia Aparecida. **O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a02v13n3.pdf>> cesso em: 12 Mai 2007.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. As mulheres chegam aos quartéis. **Red de Seguridad y Defensa de América Latina**, Enero, 2005. Disponível em: <<http://www.resdal.org>>. Acesso em: 12 nov. 2007.
- MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: UNESP, 2009.
- MATHIAS, Suzeley Kalil; ADÃO, Maria Cecília. Ser soldado/ser mulher. **Revista Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 273-310, jul./dez. 2008. Disponível em: <[www.tensoesmundiais.ufc.br/artigos/.../Suzeley%20-%20Cecilia.pdf](http://www.tensoesmundiais.ufc.br/artigos/.../Suzeley%20-%20Cecilia.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2011.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos PAGU**, São Paulo, Unicamp, v. 11, p. 67-75, 1998. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51200>.
- MENICCUCCI DE OLIVEIRA, Eleonora. O feminismo descontruindo e re-construindo o conhecimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 229-245, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a21v16n1.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2011.
- MEULDERS, Danièle et al. Trabalho e maternidade na Europa: condições de trabalho e políticas públicas. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. 420p.
- MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Imagens no Espelho de Vênus: mulher, enfermagem e modernidade. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, São Paulo, Ribeirão Preto, v. 7,

n. 1, p. 55-65, jan. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v7n1/13449.pdf>>. Acesso em: 03 Set 2010.

MOREIRA, Rosemeri. **Sobre mulheres e polícias: a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. <http://tede.ufsc.br/teses/PHST0438-T.pdf>

MOREIRA, Rosemeri. Virilidade e o Corpo Militar. **História: Debates e Tendências**, v. 10, n. 2, p. 321-335, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt/article/view/2466>> Acesso em: 3 maio 2012.

MOSKOS, Charles C. Toward a postmodern military: the United States as a paradigm. In: **The postmodern military: armed forces after the cold war**. New York: Oxford University, 2000.

MOSKOS, Charles C. **La nueva organización militar: ¿institucional, ocupacional o plural?** In: BAÑÓN, R.; OLMEDA, J. A. (Ed.). *La institución militar en el estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Universidad, 1985. Disponível em: <<http://tesiuami.uam.mx/revistasuam/iztapalapa/include/getdoc.php?id=1091&article=1110&mode=pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Rio de Janeiro: 34, 2000.

OLIVEIRA, Laudicéia Soares de. Na “mira” da supremacia masculina: um estudo das relações de gênero no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar. Salvador, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. 142p.

OLIVEIRA, Rosilene. **Mulheres na Força Aérea Brasileira: uma proposta de estudo sobre a contribuição das mulheres na construção de um novo espírito militar**. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/699/1/2006\\_RosileneOliveira.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/699/1/2006_RosileneOliveira.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução n° 1.325**. Aprovada pelo Conselho de Segurança. 4213a reunião, 31 out. 2000. Disponível em: <<http://www.peacewomen.org/assets/file/translationinitiative/1325/1325portuguese.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução n° 1820**. 19 June 2008. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/106577.pdf>>.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2012.

ORTOLAN, Fernando Lóris. “Vencer ó morir”: o recrutamento feminino na Guerra do Paraguai. **História: Debates e Tendências** – v. 7, n. 1, p. 181-195, jan./jun. 2007, 2 sem.

2008. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt/article/view/2956/2003>>. Acesso em: 04 go 2010.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; MANCIA, Joel Rolim. Florence Nigthingale e as irmãs de caridade: revisitando a história. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online], v. 58, n. 6, p. 723-726, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000600018&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000600018&script=sci_arttext)>. Acesso em: 4 ago. 2011.

PASSOS, Carla Christina. A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal. In: FAZENDO GÊNERO, 9 – Diásporas, diversidades, deslocamentos. **Anais...** Florianópolis, 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277554486\\_ARQUIVO\\_fazendogenero9antagonismosdapoliticaliberal.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277554486_ARQUIVO_fazendogenero9antagonismosdapoliticaliberal.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2011.

PASSOS, Carla Christina; BARREIRA, Ieda de Alencar. A pedra angular da Enfermagem Militar: as irmãs de caridade no Hospital Militar da Guarnição da Corte (1864-1870). **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2003.

PASSOS, Carla Christina; LESSA, Glauco Galeano; MENDONÇA FILHO, René Furtado de. A inserção da mulher no Quadro de Saúde do Exército Brasileiro no período da segunda guerra mundial. **Revista Científica da Escola de Administração do Exército**, Salvador, EsAEx, 2005.

PEDRO, Joana Maria. As experiências com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, July 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 1 set. 2011.

PERLIN, Giovana; DINIZ, Glaucia. Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade? **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 15-29, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a02.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2011.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução V. Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2006.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Tradução Ricardo Augusto Vieira. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 9-28, 1995. Disponível em : <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=50915&opt=4>.

QUÉTEL, Claude. **As mulheres na guerra: 1939-1945**. São Paulo: Larrousse, 2009. v. 1; 2.

QUÉTEL, Claude. **História da Segunda Guerra Mundial**. Tradução Pedro Eloi Duarte. Rio de Janeiro: Edições Texto & Grafia, 2010.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (Org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41.

RAMOS, Maria Dolores. **Mujeres e história: reflexiones sobre las experiencias vividas en espacios públicos y privados.** Málaga: Atenea, 1993. p. 64-86.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/53642924/Analise-de-Discurso-Critica-Viviane-Resende-e-Viviane-Ramalho>>.

RIZZO DE OLIVEIRA, Eliézer. **A estratégia nacional de defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas.** Interesse Nacional [online]. 1 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2009/07/leitura-complementar.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

<http://interessenacional.uol.com.br/2009/04/a-estrategia-nacional-de-defesa-e-a-reorganizacao-e-transformacao-das-forcas-armadas/>.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROUSSEAU, Jean- Jacques. **Do contrato social.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

SARACENO, Chiara. La division laboral en la familia y la identidad de género. In: SASSON, Anne Showstack. **Las mujeres y el estado: los limites cambiantes de lo público y lo privado.** España: Vindication Feminista, 2004.

SARDA, Amparo Moreno. En torno al androcentrismo en la história. **Cuadernos inacabados. El arquetipo viril protagonista de la história. Exercícios de lecturas no androcentricas.** Barcelona: La Sal. 1987. p. 17-52.

SCHWEITZER, Sylvie. As mulheres e o acesso às profissões superiores: uma comparação europeia, séculos XIX e XX. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. 420p. p. 371-382.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992.

SCOTT, Joan W. Prefácio a *Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu – Desacordos, desamores e diferenças,** Unicamp, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SCOTT, Joan W. Relendo a história do feminismo. In: \_\_\_\_\_. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem.** Florianópolis: Mulheres, 2002. p. 23-48.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2011.

SCOTT, Joan W. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate feminista,** São Paulo, ed. esp., p. 203-222, 2000.

SEGAL, Mady Wechsler. Funções militares das mulheres numa perspectiva comparada: passado, presente e futuro. **Nação e Defesa: Mulheres nas Forças Armadas**, n. 88, série 2, p. 15-43, Lisboa, inv. 1999. Disponível em: <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/consulta/NeD/NeD088/NeD88.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2011.  
[http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1526/1/NeD088\\_MadyWechslerSegal.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1526/1/NeD088_MadyWechslerSegal.pdf).

SILVA, Cristina Rodrigues da. **Masculinidades e feminilidade nas Forças Armadas**: uma etnografia do ser militar, sendo mulher. 2007. Disponível em: <[http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Cristina\\_Rodrigues\\_da\\_Silva\\_13-08-07.pdf](http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Cristina_Rodrigues_da_Silva_13-08-07.pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2010.

SILVA, Cristina Rodrigues da. Mulheres na caserna: masculino e feminino nas Forças Armadas Brasileiras. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS: Poder Aeroespacial e Estudos Estratégicos II. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009a. p. 418-432. Disponível em: <[http://www.unifa.aer.mil.br/seminario3\\_pgrad/trabalhos\\_2009/Cristina%20Rodrigues%20da%20Silva.pdf](http://www.unifa.aer.mil.br/seminario3_pgrad/trabalhos_2009/Cristina%20Rodrigues%20da%20Silva.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2010.

SILVA, Cristina Rodrigues da. **Mulheres em armas**: a construção de feminilidades e masculinidades nas Forças Armadas Brasileiras. 2009b. Disponível em: <[www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/.../GT16-Ponencia \(Silva\).pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/.../GT16-Ponencia%20(Silva).pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2011.

SILVEIRA, Claudio de Carvalho. As mulheres na Marinha do Brasil. **Research and Education in Defense and Security Studies**. Panel: Women in the Armes Forces II. Santiago, 2003.

SOARES, Barbara Musumeci e Musumeci, Leonarda. **Mulheres Policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005

SOIHET, Rachel. Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1997.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SORJ, Bila. O feminino como metáfora da natureza. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, 1992. p. 143-150.

TAKAHASHI, Emília Emi. **Homens e mulheres em campo**: um estudo sobre a formação da identidade militar. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000246920&fd=y>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

TAKAHASHI, Emília Emi. **Notas sobre a formação das primeiras mulheres na Academia da Força Aérea**. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil. **Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas I**. São Paulo: Mercado de Letras, 2008. Disponível em:

<[http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Emilia\\_Takahashi\\_12-08-07.pdf](http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Emilia_Takahashi_12-08-07.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2009.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **A Guerra Assimétrica no Iraque. Laboratório de estudos do tempo presente**. Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível

em:<[http://www.tempopresente.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=31:a-guerra-assimpetrica-no-iraque&catid=38&Itemid=127](http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=31:a-guerra-assimpetrica-no-iraque&catid=38&Itemid=127)> Acesso em 03 dez 2012.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

[http://books.google.com.br/books?id=iKtjwf-](http://books.google.com.br/books?id=iKtjwf-AyEMC&pg=PA133&lpg=PA133&dq=VELHO,+Gilberto.+estranhar+o+familiar&source=bl&ots=F4VxAUBd8d&sig=hMMIJ3iG0QhPvnJnYwf3v3G36X0&hl=pt-BR&sa=X&ei=adbZUYuYDKG20gGZ5ICQBg&ved=0CCwQ6AEwAA#v=onepage&q=VELHO%2C%20Gilberto.%20estranhar%20o%20familiar&f=false)

[AyEMC&pg=PA133&lpg=PA133&dq=VELHO,+Gilberto.+estranhar+o+familiar&source=bl&ots=F4VxAUBd8d&sig=hMMIJ3iG0QhPvnJnYwf3v3G36X0&hl=pt-BR&sa=X&ei=adbZUYuYDKG20gGZ5ICQBg&ved=0CCwQ6AEwAA#v=onepage&q=VELHO%2C%20Gilberto.%20estranhar%20o%20familiar&f=false](http://books.google.com.br/books?id=iKtjwf-AyEMC&pg=PA133&lpg=PA133&dq=VELHO,+Gilberto.+estranhar+o+familiar&source=bl&ots=F4VxAUBd8d&sig=hMMIJ3iG0QhPvnJnYwf3v3G36X0&hl=pt-BR&sa=X&ei=adbZUYuYDKG20gGZ5ICQBg&ved=0CCwQ6AEwAA#v=onepage&q=VELHO%2C%20Gilberto.%20estranhar%20o%20familiar&f=false)

VISCONDE DE TAUNAY. **A retirada da Laguna**. Belém: Universidade da Amazônia – UNAMA, NEAD – Núcleo de Educação à Distância, 1952. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000296.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. *Rev. Estud. Fem.* [online]., v. 13, n. 3, p. 585-589, set./dez. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a07v13n3.pdf>.

## **APÊNDICES**

<b>APÊNDICE A</b>	<b>Roteiro de Entrevista .....</b>	
<b>APÊNDICE B</b>	<b>Roteiro de Entrevista/Instrutor</b> .....	
<b>APÊNDICE C</b>	<b>Roteiro de Observação/Diário de Campo</b> .....	
<b>APÊNDICE D</b>	<b>Fotos .....</b>	

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Dados básicos:** sexo/idade/estado civil/formação universitária/escola militar de formação/qual a sua idade quando ingressou na escola militar de formação/posto atual

**a) o processo de formação para se tornar militar nas escolas militares de formação mista no Exército Brasileiro:**

1. Como soube do concurso do QCO-EsFCEX/ EsSEX e IME? Qual o seu ano de formação?

2. Quantas vezes você tentou o concurso para ingressar?

3. Tinha experiência anterior com a vida militar?

4. Qual sua formação militar anterior? Qual a razão de sua saída da situação militar anterior para a sua atual formação militar? Sua formação era apenas com homens? Quais as diferenças principais na formação com apenas homens e a formação com corpos mistos?

5. Como foi a experiência da formação militar básica (instruções gerais-armamentos, legislação técnica, normas gerais de ação, uniformes-acampamento, ordem unida)?

6. Possui militar em sua família? Em qual força armada ou auxiliar?

7. Se sim, o fato do parente (pai, esposa ou marido) ser militar influenciou significativamente na escolha para o ingresso no Exército Brasileiro? Justifique.

8. Existia diferença entre as relações dos instrutores com os instruídos se fossem homens ou mulheres? Caso positivo, qual a principal diferença?

9. Se, no curso de formação de que participou, houve participação de alguma instrutora e se ela participou das atividades de instrução tanto para homens quanto para mulheres. A participação de uma instrutora interferia (positivamente ou negativamente) na formação militar mista?

10. Por que a opção de ser militar? Qual a razão da opção de ser militar?

**b) a trajetória da vida militar** (loais onde serviu/movimentação, funções exercidas, missões realizadas)

1. Após a saída na escola de formação militar, quais os locais onde serviu?

2. Quais as funções que exerceu? Como foi a recepção de seus pares e superiores com a sua chegada?

3. Você percebeu alguma alteração nas relações entre os superiores, pares e subordinados derivados da chegada da mulher militar como tenente na organização militar para a qual foi designado ou em que você já estava e depois, em cada ascensão na carreira militar?

4. Você teve a experiência de ser instrutor(a) de grupos militares mistos ou apenas masculinos? Relate resumidamente esta experiência.

5. Já realizou missões no exterior? Quantas? Como organizou a vida doméstica durante a missão no exterior? Como você percebe a participação de seu cônjuge em sua carreira profissional?

c) **trajetória profissional na vida civil** (cursos de aperfeiçoamento, pós-graduação, participação em seminários, congressos)

1. Você continuou seus estudos em cursos de origem civil?

2. Existe dificuldade na liberação para a continuidade nos estudos de aperfeiçoamento e pós-graduação? Em caso positivo ou negativo, justifique.

3. Na finalização do curso de aperfeiçoamento ou pós-graduação, houve um aproveitamento do curso realizado pelo Exército Brasileiro?

4. Quais os cursos militares realizados durante a carreira?

5. Quais os cursos civis realizados durante a carreira?

6. Quais os seminários e congressos realizados durante a vida militar?

d) **trajetória afetiva e reprodutiva** (casamento, separação, filhos, relação com a família militar)

1. Qual era seu estado civil no período do ingresso na escola de formação militar mista?

2. Seu esposo/esposa trabalhava na época do ingresso na escola de formação militar mista? Em que local?

3. Possuía filhos, no período do ingresso da escola de formação? Caso positivo, quantos?

4. A possibilidade da mobilidade territorial interferiu nas relações da vida privada? Como?

5. Quantos filhos tiveram durante a vida militar?

6. Em sua percepção, como a maternidade é compreendida no seu círculo profissional?

7. Você mantém o mesmo estado civil da época de ingresso na escola de formação militar mista? Qual o seu estado civil atual? A escolha profissional interfere ou interferiu no estado civil?

8. Você considera como iguais as relações de trabalho entre os homens e as mulheres militares? Caso negativo, em que consiste a diferenciação da divisão do trabalho na vida militar?

9. A escolha da vida profissional como militar interferiu na opção do estado civil atual?

10. Qual a profissão de seu cônjuge? Qual a carreira profissional mais importante, a sua ou a dela(e)?

11. Você reparte as responsabilidades da vida doméstica com seu cônjuge?

12. Quais as atividades domésticas que são responsabilidades apenas dele ou sua, em caso de a resposta ser de militar do sexo masculino?

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA – Instrutor

**Dados básicos:** sexo/idade/ estado civil/ formação universitária/escola militar de formação

- 1 – Qual a razão de sua opção para ser instrutor em uma escola de formação militar?
- 2 – Você já serviu em Organizações Militares apenas com homens?
- 3 – Você já serviu em unidades com corpos mistos? Quais as principais diferenças?
- 4 – Como você avalia os cursos de formação militar mista: Fácil, igual, difícil comparado ao curso oferecido apenas para os homens?
- 5 – Para você, as diferenças estão mais voltadas em razão da presença da mulher ou a características do quadro de formação?
- 6 – Quais as facilidades ou dificuldades em se lidar com turmas mistas durante a formação?
- 7 – Quais as orientações e cuidados dispensados para os oficiais e praças pelo corpo de alunos sobre a presença da mulher?

## APÊNDICE C

### ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO/DIÁRIO DE CAMPO

1. Escola de Formação Militar com turmas mistas:
  - local da sede
  - tempo de origem
  - início das atividades com o sexo feminino
  - organização do plano de curso (atividades de formação militar e formação técnica)
  - possibilidades de cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação
  - quantos homens e mulheres formados até 2012
  - presença de instrutores mistos na formação militar
  - organização dos postos dentro do quadro institucional a que pertence

## APÊNDICE D

### FOTOS

Foto 1 – Símbolo do Quadro Complementar de Oficiais do Exército no Pátio dos Patronos/Escola de Formação Complementar do Exército.



Fonte: Próprio autor na EsFCEx. Jan/2013.

Foto 2 – Primeira turma feminina de oficiais de carreira pertencente ao Quadro Complementar/1992.



Fonte: Cedida pela fotógrafa Maria José. EsFCEx, 1992.

Foto 3 – Busto de Maria Quitéria, localizada no pátio dos patronos da Escola de Formação Complementar do Exército.



Fonte: Próprio autor. EsFCEEx, Jan/2013.

Foto 4 – Tropa constituída por grupamento feminino em desfile no NPOR/Rio de Janeiro.



Fonte: cedida por militar do QC/2006. NPOR/Rio de Janeiro, 2012.

Foto 5 – Treinamento físico militar com turma mista na Brigada de Infantaria Paraquedista no Rio de Janeiro.



Fonte: Cedida por praça de saúde formada na Brigada de Infantaria Paraquedista.- Bda Inf PQDT/2011.

Foto 6 – Oficiais do QCO na MINUSTAH.



Fonte: Cedida por militar do QC/1992. Haiti.

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA CASERNA:**

SIGNIFICADOS DOS SUJEITOS MILITARES NO EXÉRCITO BRASILEIRO

---

**ANEXOS**

<b>ANEXO A</b>	Dados quantitativos da distribuição dos militares (oficiais e praças) por sexo pelas 12 regiões militares do Exército Brasileiro/Diretoria do Serviço Militar – Março 2013 .....	
<b>ANEXO B</b>	Militares formados pela Escola de Formação Complementar do Exército distribuído por formação acadêmica e sexo – 2002-2012 .....	
<b>ANEXO C</b>	Denominação Histórica das Turmas de Oficiais formados em Escolas de Formação Militar do Exército Brasileiro com turmas mistas .....	

## ANEXO A

**DADOS QUANTITATIVOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS MILITARES (OFICIAIS E PRAÇAS) POR SEXO PELAS 12 REGIÕES MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO/DIRETORIA DO SERVIÇO MILITAR – MARÇO 2013**

## 1 – OFICIAIS DE CARREIRA

REGIÃO MILITAR	SEXO	
	MASCULINO	FEMININO
Fora da Força	63	–
1º RM – Rio de Janeiro	4.202	470
2º RM – São Paulo	1.407	52
3º RM – Porto Alegre	1.891	97
4º RM – Belo Horizonte	801	52
5º RM – Curitiba	967	51
6º RM – Salvador	394	35
7º RM – Recife	1.028	72
8º RM – Belém	542	25
9º RM – Campo Grande	926	42
10º RM – Fortaleza	484	39
11º RM – Brasília	2.928	160
12º RM – Manaus	1.302	57
<b>TOTAL</b>	<b>16.935</b>	<b>1.152</b>

## 2 – OFICIAIS TEMPORÁRIOS

REGIÃO MILITAR	SEXO	
	MASCULINO	FEMININO
Fora da Força	–	–
1º RM – Rio de Janeiro	784	703
2º RM – São Paulo	483	162
3º RM – Porto Alegre	734	387
4º RM – Belo Horizonte	202	127
5º RM – Curitiba	396	161
6º RM – Salvador	191	100
7º RM – Recife	342	204
8º RM – Belém	178	91
9º RM – Campo Grande	293	123
10º RM – Fortaleza	175	86
11º RM – Brasília	605	594
12º RM – Manaus	555	291
<b>TOTAL</b>	<b>4938</b>	<b>3029</b>

**3 – SUBTENENTES E SARGENTOS DE CARREIRA**

REGIÃO MILITAR	SEXO	
	MASCULINO	FEMININO
Fora da Força	42	‘
1° RM – Rio de Janeiro	8.331	106
2° RM – São Paulo	3.629	46
3° RM – Porto Alegre	7.083	73
4° RM – Belo Horizonte	2.753	14
5° RM – Curitiba	3.419	25
6° RM – Salvador	985	5
7° RM – Recife	3.119	18
8° RM – Belém	1.851	22
9° RM – Campo Grande	3.032	15
10° RM – Fortaleza	1.242	7
11° RM – Brasília	4.625	36
12° RM – Manaus	3.889	40
<b>TOTAL</b>	<b>44.000</b>	<b>407</b>

**4 – SUBTENENTES E SARGENTOS TEMPORÁRIOS**

REGIÃO MILITAR	SEXO	
	MASCULINO	FEMININO
Fora da Força	–	–
1° RM – Rio de Janeiro	836	650
2° RM – São Paulo	354	163
3° RM – Porto Alegre	961	372
4° RM – Belo Horizonte	176	72
5° RM – Curitiba	318	108
6° RM – Salvador	163	55
7° RM – Recife	377	157
8° RM – Belém	128	36
9° RM – Campo Grande	176	92
10° RM – Fortaleza	149	71
11° RM – Brasília	605	270
12° RM – Manaus	439	271
<b>TOTAL</b>	<b>4682</b>	<b>2319</b>

**5 – OFICIAIS DE CARREIRA**

<b>REGIÃO MILITAR</b>	<b>SEXO</b>	
	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>
Fora da Força	63	–
1° RM – Rio de Janeiro	4202	470
2° RM – São Paulo	1407	52
3° RM – Porto Alegre	1891	97
4° RM – Belo Horizonte	801	52
5° RM – Curitiba	967	51
6° RM – Salvador	394	35
7° RM – Recife	1028	72
8° RM – Belém	542	25
9° RM – Campo Grande	926	42
10° RM – Fortaleza	484	39
11° RM – Brasília	2928	160
12° RM – Manaus	1302	57
<b>TOTAL</b>	<b>16.935</b>	<b>1152</b>

## ANEXO B

**MILITARES FORMADOS PELA ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR  
DO EXÉRCITO (EsFCEx) DISTRIBUÍDOS POR FORMAÇÃO ACADÊMICA E  
SEXO – 2012 A 2002**

**1 – TURMA MAJOR ELZA CANSANÇÃO MEDEIROS – 2012**

FORMAÇÃO ACADÊMICA	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
1. Administração	04	04	<b>08</b>
2. Biblioteconomia	01	01	<b>02</b>
3. Ciências Contábeis	05	–	<b>05</b>
4. Comunicação Social	–	02	<b>02</b>
5. Direito	06	01	<b>07</b>
6. Enfermagem	02	03	<b>05</b>
7. Farmácia	05	04	<b>09</b>
8. Informática	09	01	<b>10</b>
9. Magistério Biologia	02	–	<b>02</b>
10. Magistério Espanhol	01	01	<b>02</b>
11. Magistério Inglês	–	04	<b>04</b>
12. Magistério Matemática	01	–	<b>01</b>
13. Magistério Português	01	01	<b>02</b>
14. Magistério História	02	–	<b>02</b>
15. Odontologia	05	10	<b>15</b>
16. Pedagogia	01	02	<b>03</b>
17. Psicologia	01	–	<b>01</b>
18. Veterinária	02	02	<b>04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>36</b>	<b>84</b>

**2 – TURMA MARECHAL JOSÉ CAVALCANTI ALBUQUERQUE – 2011**

FORMAÇÃO ACADÊMICA	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
1. Administração	05	03	<b>08</b>
2. Ciências Contábeis	08	02	<b>10</b>
3. Comunicação Social	01	02	<b>03</b>
4. Direito	07	05	<b>12</b>
5. Economia	02	01	<b>03</b>
6. Enfermagem	01	02	<b>03</b>
7. Farmácia	01	04	<b>05</b>
8. Informática	12	01	<b>13</b>
9. Magistério Biologia	01	01	<b>02</b>
10. Magistério Física	02	–	<b>02</b>
11. Magistério Inglês	–	02	<b>02</b>
12. Magistério Matemática	01	01	<b>02</b>
13. Magistério Português	–	02	<b>02</b>
14. Magistério História	02	–	<b>02</b>
15. Magistério Química	01	01	<b>02</b>
16. Magistério Geografia	02	–	<b>02</b>
17. Odontologia	06	07	<b>13</b>
18. Psicologia	01	02	<b>03</b>
19. Veterinária	03	–	<b>03</b>
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>36</b>	<b>92</b>

**3 – TURMA BICENTENÁRIO DO BRIGADEIRO SAMPAIO –2010**

GRADUAÇÃO	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
1. Administração	06	04	<b>10</b>
2. Ciências Contábeis	10	01	<b>11</b>
3. Direito	08	03	<b>11</b>
4. Enfermagem	–	06	<b>06</b>
5. Informática	10	–	<b>10</b>
6. Magistério Inglês	–	02	<b>02</b>
7. Magistério Matemática	02	–	<b>02</b>
8. Psicologia	01	01	<b>02</b>
9. Veterinária	03	02	<b>05</b>
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>19</b>	<b>59</b>

**4 – TURMA MARECHAL DEODORO DA FONSECA –2009**

FORMAÇÃO ACADÊMICA	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
1. Administração	08	01	<b>09</b>
2. Ciências Contábeis	03	08	<b>11</b>
3. Comunicação Social	–	04	<b>04</b>
4. Direito	09	01	<b>10</b>
5. Enfermagem	02	03	<b>05</b>
6. Informática	11	–	<b>11</b>
7. Magistério Biologia	02	–	<b>02</b>
8. Magistério Inglês	02	–	<b>02</b>
9. Magistério Matemática	–	02	<b>02</b>
10. Psicologia	01	03	<b>04</b>
11. Veterinária	01	03	<b>04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>25</b>	<b>64</b>

**5 – TURMA BICENTENÁRIO DO MARECHAL OSÓRIO –2008**

FORMAÇÃO ACADÊMICA	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
1. Administração	10	–	<b>10</b>
2. Ciências Contábeis	10	–	<b>10</b>
3. Comunicação Social	01	02	<b>03</b>
4. Direito	09	01	<b>10</b>
5. Enfermagem	01	02	<b>03</b>
6. Informática	07	01	<b>08</b>
7. Magistério Inglês	01	01	<b>02</b>
8. Magistério Matemática	01	–	<b>01</b>
9. Psicologia	02	–	<b>02</b>
10. Veterinária	02	02	<b>04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>09</b>	<b>53</b>

**6 – TURMA ANA NERY – 2007**

FORMAÇÃO ACADÊMICA	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
1. Administração	07	02	<b>09</b>
2. Ciências Contábeis	09	–	<b>09</b>
3. Comunicação Social	02	01	<b>03</b>
4. Direito	06	02	<b>08</b>
5. Enfermagem	–	03	<b>03</b>
6. Informática	09	–	<b>09</b>
7. Magistério Biologia	02	–	<b>02</b>
8. Magistério Espanhol	–	02	<b>02</b>
9. Magistério Inglês	01	01	<b>02</b>
10. Magistério Matemática	02	–	<b>02</b>
11. Psicologia	–	02	<b>02</b>
12. Veterinária	01	01	<b>02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>14</b>	<b>53</b>

**7 – TURMA RUI BARBOSA – 2006**

FORMAÇÃO ACADÊMICA	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
1. Administração	06	04	<b>10</b>
2. Ciências Contábeis	09	01	<b>10</b>
3. Comunicação Social	01	02	<b>03</b>
4. Direito	06	04	<b>10</b>
5. Enfermagem	01	02	<b>03</b>
6. Informática	09	01	<b>10</b>
7. Magistério Inglês	–	03	<b>03</b>
8. Magistério Matemática	02	–	<b>02</b>
9. Pedagogia	–	02	<b>02</b>
10. Psicologia	01	01	<b>02</b>
11. Veterinária	02	03	<b>05</b>
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>23</b>	<b>60</b>

**8 – TURMA 60 ANOS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA – 2005**

FORMAÇÃO ACADÊMICA	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
1. Administração	15	01	<b>16</b>
2. Ciências Contábeis	08	01	<b>09</b>
3. Comunicação Social	–	04	<b>04</b>
4. Direito	13	05	<b>18</b>
5. Enfermagem	03	02	<b>05</b>
6. Informática	15	–	<b>15</b>
7. Magistério Espanhol	01	04	<b>05</b>
8. Magistério Inglês	01	04	<b>05</b>
9. Pedagogia	01	04	<b>05</b>
10. Psicologia	01	04	<b>05</b>
11. Veterinária	01	02	<b>03</b>
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>31</b>	<b>90</b>

**9 – TURMA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS – 2004**

FORMAÇÃO ACADÊMICA	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
1. Administração	05	–	<b>05</b>
2. Ciências Contábeis	05	–	<b>05</b>
3. Direito	04	01	<b>05</b>
4. Economia	03	02	<b>05</b>
5. Estatística	03	02	<b>05</b>
6. Enfermagem	02	03	<b>05</b>
7. Informática	16	03	<b>19</b>
8. Magistério Espanhol	03	02	<b>05</b>
9. Magistério Inglês	04	01	<b>05</b>
10. Magistério Matemática	05	–	<b>05</b>
11. Magistério Português	03	02	<b>05</b>
12. Magistério Químico	04	01	<b>05</b>
13. Magistério Geografia	04	01	<b>05</b>
14. Magistério História	05	–	<b>05</b>
15. Magistério Física	03	02	<b>05</b>
16. Pedagogia	02	03	<b>05</b>
17. Psicologia	03	02	<b>05</b>
18. Veterinária	04	01	<b>05</b>
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>26</b>	<b>104</b>

**10 – TURMA BICENTENÁRIO DE CAXIAS – 2003**

FORMAÇÃO ACADÊMICA	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
1. Administração	04	01	05
2. Ciências Contábeis	04	–	04
3. Direito	02	02	04
4. Economia	03	03	06
5. Estatística	01	04	05
6. Enfermagem	01	05	06
7. Informática	22	03	25
8. Magistério Espanhol	03	02	05
9. Magistério Inglês	03	02	05
10. Magistério Matemática	05	–	05
11. Magistério Português	03	02	05
12. Magistério Química	04	01	05
13. Magistério Geografia	04	01	05
14. Magistério História	05	–	05
15. Magistério Física	05	–	05
16. Pedagogia	04	01	05
17. Psicologia	02	03	05
18. Veterinária	04	01	05
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>	<b>31</b>	<b>110</b>

**11 – TURMA BARÃO DO RIO BRANCO – 2002**

FORMAÇÃO ACADÊMICA	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
1. Administração	08	02	10
2. Ciências Contábeis	05	–	05
3. Direito	13	02	15
4. Economia	04	01	05
5. Estatística	04	01	05
6. Informática	20	04	24
7. Magistério Espanhol	01	03	04
8. Magistério Inglês	02	02	04
9. Magistério Matemática	05	–	05
10. Magistério Português	01	03	04
11. Magistério Química	04	01	05
12. Magistério Geografia	04	01	05
13. Magistério História	04	–	04
14. Magistério Física	04	–	04
15. Psicologia	01	02	03
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>	<b>22</b>	<b>102</b>

## ANEXO C

**DENOMINAÇÃO HISTÓRICA DAS TURMAS DE OFICIAIS FORMADOS EM  
ESCOLAS DE FORMAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM TURMAS  
MISTAS**

**1 – ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO (ESSEX)**

TURMAS	NA ATIVA			INATIVOS <sup>1</sup>		EXCLUÍDOS <sup>2</sup>	
	H	M	TOTAL	H	M	H	M
Dr José de Miranda Curió/1997	42	33	<b>75</b>	05	02	05	01
350 anos do Exército Brasileiro/1998	27	31	<b>58</b>	01	–	05	02
Lobo D’Almada/ 1999	50	31	<b>81</b>	01	–	06	05
Brasil 500 anos/2000	44	31	<b>75</b>	13	–	05	02
Vital Brasil/2001	40	42	<b>82</b>	06	–	12	03
Anna Nery/2002	40	32	<b>72</b>	01	02	07	11
Bicentenário de Caxias/2003	37	28	<b>65</b>	04	–	07	03
Academia Militar das Agulhas Negras/2004	41	31	<b>72</b>	01	01	07	04
Sessenta anos da Força Expedicionária Brasileira/2005	52	35	<b>87</b>	–	–	04	01
Marechal Rondon/2006	32	41	<b>73</b>	03	–	–	01
General de Brigada Médico João Severiano da Fonseca/2007	39	52	<b>91</b>	02	–	03	03
Bicentenário do Marechal Osório/2008	37	56	<b>93</b>	02	–	02	03
Antônio Dias Cardoso/2009	37	39	<b>76</b>	–	–	03	02
Bicentenário do Brigadeiro Sampaio/2010	44	34	<b>78</b>	–	–	–	–
Coronel Médico Nabuco Gouveia/2011	53	53	<b>106</b>	–	–	–	–
Cirurgião-Mor Manuel Feliciano Pereira de Carvalho/2012	53	52	<b>105</b>	–	–	–	–
<b>TOTAL</b>	<b>668</b>	<b>621</b>	<b>1289</b>	<b>39</b>	<b>04</b>	<b>66</b>	<b>41</b>

<sup>1</sup> Militares na reserva remunerada.; <sup>2</sup> Militares que saíram por solicitação ex-ofício.

## 2 – INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA (IME)

TURMAS	NA ATIVA			INATIVOS <sup>1</sup>		EXCLUÍDOS <sup>2</sup>	
	H	M	TOTAL	H	M	H	M
1997	–	–	–	–	–	–	–
1998	–	–	–	–	–	–	–
1999	–	–	–	–	–	–	–
2000	–	–	–	–	–	–	–
Gen Haroldo Erichsen da Fonseca/2001	33	04	<b>37</b>	–	–	15	01
Vice-Almirante Álvaro Alberto de Mota e Silva/2002	47	06	<b>53</b>	–	–	–	–
Bicentenário de Nascimento de Duque de Caxias/2003	30	04	<b>34</b>	–	–	–	–
Getúlio Dorneles Vargas/2004	36	06	<b>42</b>	22	01	08	01
General Aurélio de Lyra Tavares/2005	15	04	<b>19</b>	–	–	20	05
Centenário do 14 Bis/2006	34	10	<b>44</b>	01	–	13	05
Matemático Joaquim Gomes de Souza/2007	17	07	<b>24</b>	–	–	08	03
Euclides da Cunha/2008	28	08	<b>36</b>	–	–	20	06
Coronel Ricardo Franco/2009	28	04	<b>32</b>	–	–	–	–
Bicentenário do Brigadeiro Sampaio/ 2010	30	09	<b>39</b>	–	–	–	–
General de Exército Armando Dubois Ferreira/2011	41	13	<b>54</b>	–	–	05	–
Real Academia de Artilharia de Fortificação e Desenho/2012	47	07	<b>54</b>	–	–	06	01
<b>TOTAL</b>	<b>345</b>	<b>69</b>	<b>759</b>	<b>23</b>	<b>01</b>	<b>95</b>	<b>22</b>

<sup>1</sup> Militares na reserva remunerada.; <sup>2</sup> Militares que saíram por solicitação ex-offício.

## 3 – ESCOLAS DE FORMAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO (ESSEX, IME)

TURMAS	NA ATIVA			INATIVOS <sup>1</sup>		EXCLUÍDOS <sup>2</sup>		TOTAL	
	H	M	Total	H	M	H	M	H	M
Escola de Saúde do Exército	668	621	<b>1289</b>	39	4	66	41	<b>773</b>	<b>666</b>
Instituto Militar de Engenharia	345	69	<b>759</b>	23	1	95	22	<b>463</b>	<b>92</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1013</b>	<b>690</b>	<b>2048</b>	<b>62</b>	<b>5</b>	<b>161</b>	<b>63</b>	<b>1236</b>	<b>758</b>

<sup>1</sup> Militares na reserva remunerada.; <sup>2</sup> Militares que saíram por solicitação ex-offício.

## 4 – ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO (ESFCEx)

TURMAS	NA ATIVA			INATIVOS <sup>1</sup>		EXCLUÍDOS <sup>2</sup>	
	H	M	TOTAL	H	M	H	M
Pandiá Calógeras/1990	39	–	<b>39</b>	28	–	04	–
Mascarenhas de Moraes/1991	46	–	<b>46</b>	22	–	02	–
Maria Quitéria/1992	36	40	<b>76</b>	20	04	07	04
Marechal Rondon/1993	61	40	<b>101</b>	20	02	06	02
Heróis da FEB/1994	53	29	<b>82</b>	26	02	06	01
Benjamin Constant/1995	63	35	<b>98</b>	13	–	08	01
Voluntários da Pátria/1996	65	32	<b>97</b>	06	–	01	02
Castro Alves/1997	65	37	<b>102</b>	01	02	03	03
Batalha dos Guararapes/ 1998	70	30	<b>100</b>	04	–	03	03
450 anos de Salvador/ 1999	29	20	<b>49</b>	01	01	09	01
Brasil 500 anos/2000	45	17	<b>62</b>	–	–	12	03
Duque de Caxias/2001	62	37	<b>99</b>	03	–	20	02
Barão do Rio Branco/2002	70	22	<b>92</b>	02	–	06	02
Bicentenário de Caxias/2003	67	33	<b>100</b>	02	–	07	01
Academia Militar das Agulhas Negras/2004	72	22	<b>94</b>	–	–	09	01
60 anos da Força Expedicionária Brasileira/2005	48	29	<b>77</b>	–	–	08	01
Rui Barbosa/2006	37	21	<b>58</b>	–	–	01	01
Ana Neri/2007	36	15	<b>51</b>	–	–	02	–
Bicentenário do Marechal Osório/2008	45	08	<b>53</b>	–	–	02	–
Marechal Deodoro da Fonseca/2009	44	20	<b>64</b>	–	–	–	–
Bicentenário do Brigadeiro Sampaio/ 2010	39	19	<b>58</b>	–	–	01	–
Marechal José Pessoa Cavalcanti Albuquerque/2011	55	36	<b>91</b>	–	–	01	–
Major Elza Cansanção Medeiros/2012	48	36	<b>84</b>	–	–	–	–
<b>TOTAL</b>	<b>1143</b>	<b>538</b>	<b>1681</b>	<b>148</b>	<b>10</b>	<b>123</b>	<b>28</b>

<sup>1</sup> Militares na reserva remunerada; <sup>2</sup> Militares que saíram por solicitação ex-ofício.